



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

RICARDO ALVES DA SILVA

A AUTORREFERÊNCIA E A CONSTITUIÇÃO DO “EU” NO FANTÁSTICO ESPAÇO-
TEMPO: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DE “O QUARTO FECHADO”, DE LYA
LUFT.

RECIFE
2022

RICARDO ALVES DA SILVA

A AUTORREFERÊNCIA E A CONSTITUIÇÃO DO “EU” NO FANTÁSTICO ESPAÇO-
TEMPO: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DE “O QUARTO FECHADO”, DE LYA
LUFT.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Estudos Da Linguagem da Universidade Federal Rural de
Pernambuco para realização de defesa, como requisito final
para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.
Orientador: Prof. Dr. José Temístocles Ferreira Júnior.

RECIFE

2022

Ficha de identificação da obra

A ficha de identificação é elaborada pelo próprio autor.

RICARDO ALVES DA SILVA

A AUTORREFERÊNCIA E A CONSTITUIÇÃO DO “EU” NO FANTÁSTICO
ESPAÇO-TEMPO: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DE “O QUARTO FECHADO”, DE LYA
LUFT.

Banca examinadora da qualificação da Dissertação:

Prof. Dr. José Temístocles Ferreira Júnior
Orientador (PROGEL-UFRPE)

Prof.(a) Dra. Vicentina Ramires Borba
Examinadora interna (PROGEL-UFRPE)

Prof.(a) Dra. Isabela Barbosa do Rêgo Barros
Examinadora externa (PPGCL-UNICAP)

Prof.(a) Dra. Renata B. Vicente
Suplente interna (PROGEL-UFRPE)

Prof.(a) Dr. Eduardo Barbuio
Suplente externo (UAEADTec-UFRPE)

Recife, 2022.

Dedico à legião de “eus” que há em mim, a ilusão de o ser sempre me ilumina. À legião de “tus”, únicos, feitos parte dos “eus” e deles imagem e semelhança, reversos, meios e fins. E assim tão somente, a todos os “eles”, às coisas do mundo, aos amores meus.

RESUMO

O fenômeno da autorreferencialidade implica, sob a perspectiva enunciativa de Benveniste (1988 e 1989), a remissão a uma instância de discurso assumida pelo locutor no ato individual de colocação da língua em funcionamento. Na enunciação, cada “eu” possuirá referência própria, correspondendo, exclusivamente, a um ser único, proposto como tal, firmado à instância de discurso que o contém. Cada instância de emprego de um nome evoca uma noção constante e “objetiva”. Assim, índices referenciais presentes no plano semiótico da língua estão aptos à atualização de objeto singular, efeito da enunciação, permanecendo idêntica à representação donde se desperta. A abordagem da referência/autorreferência faz-se pelo viés enunciativo. Em termos, referência/autorreferência são tomadas como fenômenos ligados à enunciação e não como índice de remissão ao mundo exterior. Na enunciação dos índices de pessoa, a referência é desdobrada entre o “eu”, que refere e é referido, que aponta e é apontado. De um lado, pela teoria enunciativa, a abordagem referencial do “eu” considera esta clivagem termo que o constitui, doutro, precisa-se ter noção da relação de mútua implicação que estabelece com o “tu”, ambos, opõem-se enunciativamente a “ele”. Portanto, referência e significação devem ser tomadas nas relações estabelecidas entre “eu” e “tu”, “eu-tu” e “ele” nos planos semiótico e semântico da língua. Entrementes, na Literatura, a referência é tomada como um fenômeno ligado às relações estabelecidas no interior de cada obra. Nesse sentido, em narrativas literárias, o modo com que cada personagem (se) enuncia e cria referências na relação com as demais personagens determina sua constituição como sujeito na trama. À luz benvenistiana, a língua dispõe de signos vazios de referencialidade dos quais o locutor precisa se apropriar para se constituir e se marcar como sujeito falante na relação com o outro. Ao preencher o vazio referencial dos signos em estado semiótico para conversão semântica, o locutor expõe aspectos subjetivos e intersubjetivos subjacentes ao processo de apropriação enunciativa. Na trama literária, este processo pode revelar muito sobre a constituição das personagens sob o status sujeito, além de sua relação com outras personagens. A metodologia é o exame da autorreferência e referência, a partir da enunciação das personagens de ficção, além dos aspectos semiológicos (co)relacionados em cada capítulo. Tomaremos por base a referência/autorreferência das personagens na obra “O quarto fechado” (2004), de Lya Luft. Deste corpus, é possível observar que na trama a constituição de cada personagem está relacionada a uma personagem ausente, decorrente de morte trágica. O modo com que cada personagem lida com esse acontecimento e representa essa morte/ausência é determinante de suas ações e de sua própria constituição. Isso nos leva a observar que, na obra, as significações e referências presentes em cada instância de discurso comportam aspectos relativos à temporalidade, espacialidade e a outros elementos significantes, como a cor do local. Assim, a autorreferência deve ser tomada na relação dentre níveis semiótico e semântico da língua.

Palavras-chave: Literatura; Língua; Enunciação; Referência; Autorreferência.

ABSTRACT

The phenomenon of self-referentiality implies, from the enunciative perspective of Benveniste (1988 and 1989), the reference to an instance of discourse assumed by the speaker in the individual act of putting the language into operation. In the enunciation, each “I” will have its own reference, corresponding, each time, to a unique being, proposed as such, signed to the instance of discourse that contains it. Each instance of using a name evokes a constant and “objective” notion. In turn, the referential indices present in the semiotic plane of the language are able to update a singular object, an effect of the enunciation, and which always remains identical in the representation it awakens. The approach of reference and self-reference is done through the enunciative bias. In other words, reference and self-reference are taken as phenomena linked to enunciation and not as an indication of a remission to the outside world. In the enunciation of person indices, the reference is split between the “I”, which refers and is referred to, which points and is pointed. If, on the one hand, from the perspective of the enunciative theory, the referential approach of the “I” index must consider this cleavage that constitutes it, on the other hand, it is necessary to take into account the relationship of mutual implication that it establishes with the “you” and both are enunciatively opposed to “he”. In this aspect, reference and meaning must be taken within the framework of the relationships established between “I” and “you” and “I-you” and “he” in the semiotic and semantic planes of the language. Likewise, in Literature, the reference must be taken as a phenomenon linked to the relationships established within each work. In this sense, in literary narratives, the way in which each character (himself) enunciates and creates references in the relationship with the other characters is decisive for his constitution as a subject in the plot. From a Benvenistian enunciative perspective, language has empty signs of referentiality that the speaker needs to appropriate in order to constitute and mark himself as a speaking subject in the relationship with the other. Therefore, by filling the referential void of signs in a semiotic state for semantic conversion, the speaker exposes subjective and intersubjective aspects underlying the process of enunciative appropriation. In the literary plot, the way in which this process occurs can reveal a lot about the constitution of the characters as subjects and their relationship with other characters. We will examine how the self-referencing process takes place within a literary narrative and the semiological aspects linked to it. We will base ourselves on the reference/self-reference of the characters in the work “O Quarto Fechado” (2007), by Lya Luft. From the analysis made, it is possible to observe that in the plot the constitution of each character is related to an absent character, due to a tragic death. The way each character deals with this event and represents this death/absence is determinant of their actions and their own constitution. This leads us to observe that, in the work, the meanings and references present in each assumed instance of discourse include aspects related to temporality and other significant elements, such as the color of the place. Thus, self-reference must be taken in the relationship between the semiotic and semantic levels of the language.

Keywords: Literature; Enunciation; self-reference.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1.1	Referência e autorreferência no texto literário.....	16
1.2	Objetivos da pesquisa.....	19
1.3	Da divisão do sumário.....	20
2	A AUTORREFERÊNCIA EM BENVENISTE	23
3	ENUNCIÇÃO, AUTORREFERÊNCIA E SUAS SINGULARIDADES	36
3.1	Autorreferência e a relação língua e escrita.....	43
3.2	A enunciação benvenistiana na obra literária	50
3.3	A autorreferência e a autoconstituição das personagens.....	53
4	DOS TEXTOS SELECIONADOS PARA O <i>CORPUS</i>	56
5	AS CATEGORIAS: PESSOA, ESPAÇO E TEMPO E O LUGAR DA AUTORREFERÊNCIA.....	62
5.1	A categoria da pessoa “eu”	62
5.2	A categoria de tempo.....	67
5.3	A categoria de espaço	71
6	A CONSTRUÇÃO DA REFERÊNCIA NOS NÍVEIS SEMIÓTICO E SEMÂNTICO DA LÍNGUA.....	74
7	NOÇÕES IMPLICADAS NA AUTORREFERÊNCIA.....	78
8	A ENUNCIÇÃO.....	101
9	A REALIDADE DE DISCURSO	110
9.1	A realidade por intermédio do sentido e da forma.....	112
10	A INSTÂNCIA DE DISCURSO	121
11	SIGNOS PLENOS/SIGNOS VAZIOS	126
12	A AUTORREFERÊNCIA NA LITERATURA.....	130
13	A AUTORREFERÊNCIA EM LEITORES DE BENVENISTE	144
13.1	Valdir do Nascimento Flores	144

13.2	Dany – Robert Dufour	155
13.3	Michel Lahud	174
13.4	As possibilidades da língua: do “eu” locutor ao “eu” persona	185
13.5	A personagem, o locutor e o alocutado (Da enunciação ao enunciado narrativo). .	190
14	ANÁLISE	194
14.1	A autorreferência como elemento de construção da personagem	194
14.2	Os signos no rol literário	194
14.3	Referência e autorreferência por uma perspectiva enunciativa.	196
14.4	A referência e autorreferência tomadas como efeitos do ato enunciativo combinadas sob os planos semiótico e semântico da língua.	198
14.5	A autorreferência e a constituição subjetiva das personagens na obra (como podemos tomar a referência e a autorreferência na obra literária?).	199
14.6	Síntese da obra literária, sob perspectiva de pesquisa.	201
14.7	As personagens e a autoconstituição, com foco no método abordado.	202
14.8	Dos aspectos semiológicos.	203
14.9	Das particularidades e da exibição na obra.	203
14.10	Tempo	204
14.11	O espaço	208
14.12	O “eu” fantástico	212
15	ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A AUTORREFERÊNCIA E O TEXTO LITERÁRIO (OBSERVAÇÕES OBTIDAS A PARTIR DA ANÁLISE)	213
15.1	A transcendência do “eu” (nós)	215
15.2	A instituição pela subjetividade (tu)	217
15.3	Entre a pessoa e a não-pessoa: valor e construção (ele)	220
15.4	Autoconsciência dos protagonistas	222
16	CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
	REFERÊNCIAS	230

APÊNDICE A – Resumo da obra	233
--	------------

EU

Até agora eu não me conhecia,
Julgava que era Eu e eu não era
Aquele que em meus versos descrevera
Tão clara como a fonte e como o dia.

Mas que eu não era Eu não o sabia
Mesmo que o soubesse, o não dissera...
Olhos fitos em rútila quimera
Andava atrás de mim... E não me via!

Andava a procurar-me — pobre louca!
E achei o meu olhar no teu olhar,
E a minha boca sobre a tua boca!

E esta ânsia de viver, que nada acalma,
E a chama da tua alma a esbrasear
As apagadas cinzas da minha alma!

Florbela Espanca (Charneca em Flor, 1931)

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O fenômeno da referência foi observado por diferentes perspectivas e está ligado à relação entre as palavras e a designação na construção dos sentidos linguísticos. Desde o “Crátilo”, 387.d.1 – 387.d.5, Platão procurou abordar essa questão em um diálogo sobre a justeza dos nomes. Assim torna-se este mesmo “Crátilo”, a certa forma, um dos principais diálogos registrados por Platão, constando a presença de Hermógenes, Crátilo e Sócrates. Essa discussão, no entendimento do estudo de linguagem, inovou/aperfeiçoou discussões/reflexões outras revelando uma série de possibilidades, das quais imputamos aqui a questão da referência desaguando, por nossa própria leitura, à autorreferência. É na necessidade do uso de nomes/palavras a todo tempo, como percebido no diálogo sobre a “justeza dos nomes”, que nos alertamos não somente à adequação dos nomes, mas também à coesão referencial que implanta a presença de certos nomes/palavras (pronomes).

O potencial visto no diálogo platônico e a problematização temática são definidos pelo híbrido aspecto de seus elementos, alimentam a multiplicidade de perspectivas outras, como as que sinalizamos aqui. Tais perspectivas embasam-se teoricamente entre a visão “convencionalista” de Hermógenes e o “naturalismo” de Crátilo, tendo a mediação de Sócrates que insere sobre o evento a arte dialética e a teoria das formas. A mediação de Sócrates e o entendimento de que as coisas existem em si e por si, confronta de um lado a mudança dos nomes como pura convenção de uma comunidade de falantes, por Hermógenes, e de outro ao pensamento de fluxo incessante, pelo oráculo Crátilo. Para Sócrates, haveria nos nomes uma estabilidade. Um tipo de solidez que se disseminaria por entre os nomes, cedidos por indícios não demonstrados pelas etimologias, contudo no mundo das ideias, assim podendo ser resgatado/relembrado por meio próprio processo dialético.

O mediador implementa ainda melhor seus pontos de vista sob dois conceitos determinados em: essência “permanente” e essência “natural”. Sob o primeiro conceito, ele verifica a não determinação das coisas, a não relação com o homem, a não dependência de existência do objeto, e no segundo conceito, considera-se, por natural/original, a existência do “nome” por si mesmo, ou seja, a atividade dos homens opera em conformidade a natureza do objeto. A assimilação ao diálogo platônico promove em Sócrates um olhar versado tanto na estabilidade dos nomes quanto para a análise da coisa a que o “nome” se refere, o que se dirige para além da análise dos nomes. Em tese, a investigação de Platão estende-se em ser ou não um nome oriundo de outros nomes. Questiona-se sobre a existência de um certo conceito, o “nome primitivo” ligado a outro “normatizador” que, teoricamente, chegara-nos por meio da união de vogais e consoantes. Sob o olhar platônico, e por viés da união formal de elementos, deliberar-se-ia várias funções que o objeto a ser descrito disporia.

Ele entende que um nome é parte elementar do objeto, pois identifica a verdadeira sua natureza. Em Aristóteles, a referência permite-se fixar por uma outra perspectiva, uma perspectiva para além da “justeza dos nomes” e o problema da verdade destes. Esta “justeza” que se relaciona da forma da coisa para a coisa propriamente dita e designada, leva, conseqüentemente, à perseguição da associação causal e a forma da palavra. Longe desse posicionamento, o filósofo estagirita preocupa-se com a finalidade, assim também com a funcionalidade dos nomes dentro das relações humanas. Para ele, presentifica-se a designação da coisa através da palavra. Neste ínterim, a palavra é um símbolo de representação da coisa (forma/conteúdo). O significado está sempre ajustado ao nome, pois este que é a forma sonora

e de conteúdo, além de puramente semântico, é instituído a demanda das convenções sociais. A questão da justeza dos nomes entre Platão e Aristóteles pode ser bem definida na Poética em que o próprio Aristóteles defende a elocução, ou as partes da elocução, nisso se examina as partes da cadeia falada (desde o fonema à proposição). Enquanto Platão, os elementos se dão na composição, formações de sílabas, seguido por formações de palavras, que por sua vez, cedem formações ao discurso.

Aristóteles separa a realidade da linguagem (o dito). Neste quadro, o significante em referência ao significado, fenômeno autocomprobatório da separação e interdependência dos elementos do signo. A referência implanta-se no exercício da linguagem, e para Aristóteles a linguagem é, de fato, a expressão de tudo, por isso passa a examiná-la nos diversos fatos filosóficos-científicos, perspectivas de aplicação, pois somente assim alcançará dela (a linguagem) a “realidade”. Em *A teoria linguística da linguagem* (1981), Maria Helena de Moura Neves determina, sobre os principais escritos do filósofo grego, como: Política, Metafísica, Retórica, Poética e nas Refutações Sofistas, a relevância da linguagem, além do exame da *lexis*, o lugar da elocução retórica e a função poética. A relevância que sinalizamos se debruça diretamente na função prática da linguagem, o que nos faz pensar na relação direta com a referência e as possibilidades conferidas pelas línguas.

A realidade é externada/materializada por meio da linguagem. Notoriamente, as obras ligadas a Aristóteles revelam uma contínua progressão teórica/analítica, contudo no centro dessas progressões prostra-se o homem como animal político, imerso na natureza da linguagem. No texto “Política” ele sinaliza o relação do animal político e a necessária faculdade da fala, entende-se que sem a linguagem não haveria sociedade política, não existiria o homem. A base da sociedade é a comunicação, além das possibilidades de distinção entre os signos, entre os sentidos. Verificamos aqui a língua, os falantes e a referências das coisas do mundo. O significar possui princípio na associação do fator biológico (articulação e organização dos sons) e na natureza política (a intelecção garante a referência da linguagem às coisas).

Sob exercício, forma acabada/definida desses elementos convergem a instância da verdade, o discurso. Nele é revelada as proposições, o verdadeiro, o falso, isso é o *Lógos* (a razão/Estado da alma). Em face à referência, já na Retórica, o discurso, manifesta a representação do ser, como também a proposição que revela as coisas do mundo e suas relações. Tecnicamente, a relação de referência em Aristóteles, já apresentadas no texto sobre “Categorias”, manifesta-se sobre os conceitos de *Synónyma* (comunidade de nome e identidade

de noção) e *Homónyma* (referenciação de coisas sobre mesmo nome). Entre nomes e coisas não há definições completas, os nomes possuem finitude, já as coisas possuem infinitude, a relação do homem e as coisas autopromove a presença destes conceitos (texto “Refutações Sofísticas”). No universo da referência aristotélica, os nomes são símbolos das coisas, contudo a relação entre conceito e sinal, ou coisa e nome não é relativamente incongruente. O que está no som (vocalização do animal político) é símbolo do que se presentifica na alma, lê-se alma como essência/substancia, mas não necessariamente o conceito contido no som, significado é congruente com o conceito contido na alma. Estes princípios determinam que somente por estas formas ofertadas pela linguagem obtém-se os conceitos mentais (NEVES, 1981).

Em síntese, conceito, palavra e coisa possuem correspondência, no entanto sem inteira determinação. O signo, ou a expressão linguística revela a conexão conceitual, e por meio desta conexão revela-se a coisa. A vocalização é representação do Estado da alma, a palavra (escrita) é representação da palavra falada. Palavra escrita ou falada não é igual para todos os homens. Comunicativamente, a similitude entre todos os falantes do mundo se dará no Estado da alma (essência) do qual os nomes são signos imediatos, as imagens que o Estado da alma/essência demonstra intelectualmente sobre as coisas também alinham-se neste princípio universal dentre os falantes. A referência determina-se sobre a relação entre a linguagem falada e o Estado da alma, pois é simbólica e não-natural. A não-naturalidade garante a relação imediata entre estes elementos porque é autorizada pelo Estado da alma, e são, de certo, substituíveis entre si. Na obra *Da interpretação*, Aristóteles revela que o “nome” recebe uma significação contratada. Os homens convencionam sinais tornando-os símbolos da linguagem, a exemplo se tem que: fragmentos/partes de nomes não simbolizam/nomeiam fragmentos/partes das coisas. A unidade de composição da palavra não, separadamente, possui significação alguma (NEVES, 1981). A palavra representa um símbolo de um conteúdo mental o que implica a dizer ser um semelhante apenas a coisa significada.

Uma teoria que se resolve na tríade: signo, conceito, referente e é fundada sobre acordo e convenção, uma esfera puramente simbólica, a *apóphansis* (manifestação). No território do sentido, ao definir discurso, Aristóteles percebe-se que cada parte tomada enquanto separada do todo apresenta uma relação intrínseca com a enunciação, indo para além da condição de verdade ou falsidade. Não há revelação do símbolo convencional por meio do objeto, mas na proposição (relação de significação adaptada à condição de verdade). Em perceber símbolo

separado do objeto, tem-se a função significativa que resulta na coisa designada pela palavra, possuindo forma e conteúdo.

Antes do linguista genebrino, Fernand de Saussure, havia, em tese, um pensamento simplista sobre o princípio essencial da língua, como percebido em certos trechos acima. Ou seja, a língua estava ligada diretamente à nomenclatura, o que suporia haver um mundo preexistente, acabado. Contraposto a este pensamento rudimentar está o fato de que sem a palavra, para Saussure, só há no pensamento uma massa amorfa, uma nebulosa em que nada está definido. Tais concepções rudimentares alavancaram, a certa maneira, a teoria saussuriana, conduzindo-o ao esmiuçar da unidade linguística, mostrando a “coisa” dupla, o elemento sógnico sob a união de dois termos.

Antes de tudo, ele percebe que para achar a esfera pertencente à língua, seria fundamental considerar a sistemática envolvida sobre o ato individual, além do circuito comunicativo envolvendo pelo menos dois indivíduos. A língua é determinada por meio do signo linguístico. Esse, por sua vez, funda-se em ser uma espécie de entidade psíquica de duas faces: significado e significante. Na língua, o signo linguístico não remete a uma união entre um objeto e uma palavra, todavia a um conceito e uma imagem acústica (SAUSSURE, 2012). A referência, um fenômeno interno ao sistema da língua, erige-se por intermédio das impressões psíquicas da representação dos sentidos (imagem sensorial) e sobre convenções ofertadas em determinados grupos linguísticos, ou seja, sobre os falantes. A certificação do caráter psíquico encontra-se em face da observação da própria linguagem entre os falantes. A arbitrariedade do signo linguístico, firmado na relação significado + significante, garante-nos a não relação da ideia de algo/objeto e a sequência de som deste mesmo, o significante.

Enquanto sistema de expressão, a língua possui seu caráter semiótico e semiológico, uma vez que o signo é arbitrário. É indubitável que, a referência destes signos linguísticos, no seio do processo sistêmico de comunicação, conflui ao entendimento de todos os meios de expressões, que acerta maneira, são convencionadas pela e para sociedade ao longo do tempo. Em síntese, à perspectiva saussuriana no *Curso de Linguística Geral* (2012), a referência, assim de mesma forma a autorreferência é imanente da língua, exercitada por intermédio do complexo sógnico. Vale ressaltar que, como parte do signo, o significante desenvolve-se e modifica-se no tempo, e adquire propriedades dentro deste mesmo tempo. Isso, de certa forma, é definido, assim também representado por extensão, cuja mensura está em somente uma grandeza, a linearidade.

A abordagem do fenômeno referencial em Benveniste (1988 e 1989) passa por diferentes momentos teórico-analíticos. Nos artigos destinados à discussão da categoria de pessoa e não pessoa (*A natureza do Pronomes* - 1956; *Da subjetividade da linguagem* - 1958; *As relações de tempo no verbo francês* - 1959; *A linguagem e a experiência humana* (1965); *Estrutura da língua estrutura da sociedade* - 1968), os pronomes são tomados como classes vazias de referencialidade das quais o locutor deve se apropriar ao assumir uma determinada instância de discurso. Ou seja, a referência é relacionada à assunção de uma determinada instância discursiva por parte do locutor no momento em que faz uso dos pronomes.

Em um segundo momento, Benveniste relaciona a referência aos planos semiótico e semântico da língua. Nesse sentido, nos artigos: *Os níveis da análise linguística* – 1962/1964; *A forma e o sentido na linguagem* 1966/1967; *Semiologia da língua* - 1969, a referência é tomada como um efeito que decorre da combinação entre esses dois planos da língua-discurso.

Por fim, no artigo “*O aparelho formal da enunciação*”, Benveniste (1989) toma a referência como parte integrante da enunciação, destacando que o locutor, ao se apropriar da língua, enuncia sua posição por meio de índices específicos (ligados às categorias de pessoa, espaço e tempo) e aos procedimentos acessórios, relacionados aos arranjos sintagmáticos feitos no processo de conversão da língua em discurso.

Tomada como parte integrante da enunciação, a referência implica um processo de apropriação da língua pelo locutor e conjuga os aspectos referenciais abordados por Benveniste (1988) na discussão da noção de pessoa e não pessoa e os planos semiótico e semântico da língua-discurso, submetendo-os ao processo de enunciação.

Na abordagem da categoria de pessoa e não pessoa, Benveniste (1988) reconhece a existência de signos vazios e plenos de referencialidade. São vazios os signos que dependeriam de uma instância de discurso para ganhar sentido, como é o caso dos pronomes pessoais; são plenos os signos que teriam um sentido no plano semiótico da língua. Os signos vazios de referencialidade estariam, assim, subordinados a uma instância discursiva e remeteriam unicamente a essa instância. Em outros termos, a referência desses signos vazios refletiria seu próprio emprego em uma instância discursiva, o que leva a considerar o aspecto da autorreferência desses signos. A abordagem desses dois grandes fenômenos aqui terá por base um texto literário.

1.1 Referência e autorreferência no texto literário.

O texto literário disposto nesta pesquisa tem como base de representação enunciativa a escrita. E é por modo de representação de significantes acústicos, sucessivos, encadeados que se imprime o signo na qual contém em si o significado. Este significado aprimora-se sob instâncias complexas, oposições sintagmáticas, no campo da enunciação. A enunciação subsiste por meio de um locutor que, revestido do mecanismo, exercita a língua de maneira única e particular. Este processo leva à linguagem. Esta é regida pelo sujeito, uma vez que este passa a produzir determinado discurso. A referência do texto literário imprime um tipo de “representação” dos elementos vários contidos, ou como podemos assumir, de todo o universo descrito enunciativamente. Percebida em dois planos: de um lado, a referência/autorreferência se estende, discursivamente, sob as várias camadas: trechos, episódios, cenas, imagens da conjuntura literária, implantando a linguagem, além do aspecto dinâmico e subjetivo do fazer fantástico. Doutro, a sintaxe com uma substituição, em face da economia flexível e específica de termos, seguimentos de enunciados, ou enunciados inteiros. Neste ínterim, vale ressaltar que: não há nada de comum entre a substituição dos nomes e o indicador de pessoa, visto este último encabeçar a autorreferência. A referência não está para a instância de discurso, por estar para a não-pessoa. A autorreferência, tanto dentro quanto fora do texto literário, por se materializar na enunciação, é a remissão à presente instancia de discurso de “eu” seja fantástico ou real.

A referência e autorreferência no texto literário, de modo geral, permite o “eu” referir e ser referido, apontar e ser apontado, o que faz nascer, e desenvolver uma rede de ligações referenciais internas/externas. Vale sinalizar que, atrelada à instância de discurso, local onde o “eu” habita, encontram-se uma série de “indicadores” de diferentes classes, pronomes, demonstrativos, advérbios, ou locuções verbais. Estes indicadores, a certa maneira, encontram-se, por serem graficamente representados no romance, relevantemente destacados à estruturação do espaço e tempo, eles fazem parte da cor local. O quadro de referências destaca, linguisticamente, a cor local, uma vez que ela provoca arquitetura imagética. É marcada como um fenômeno que auxiliam a existência do participante ficcional, destaque ao “eu” lírico no gênero poético. A literatura oferece, em sua singularidade fantástica e por meio da linguagem: o verossímil por meio de cada “eu”; a realidade de discurso; e um contínuo ponto de partida à autorreferência junto ao protagonismo pela tomada da palavra. A obra *O quarto fechado* (2004) remota um trágico drama familiar que singulariza a presença de cada um dos actantes da obra. Publicado, inicialmente em 1984, *O quarto fechado*, da autora rio-grandense Lya Luft,

caracterizada por certo existencialismo advindo da escola Modena do século XX, tem por objetivo destacar a personificação da morte.

Em face da obra, a autora desenvolve/tece uma trama de conjuntura mística/nebulosa. A urdidura tem como ponto de partida um casal problemático, acometidos pela morte trágica, inesperada e eventual, de um dos filhos. Este reencontro rever, em suas particularidades, a realidade de suas vidas, além da razão apontada pelo nefasto e sinistro cenário. Um romance determinado entre o sobrenatural e o natural, a rudeza instintual e fragilidade comovente, o leitor é conduzido à amálgama da existência humana, testemunhando um regresso contínuo da sofreguidão e da angustia de um adolescente suicidário e sua irmã gêmea. Outras personagens também encabeçam a angústia e o suplício, como: um ser abominável e inominável encarcerado dentro de um quarto, uma velha e sua enteada escarmentada, também outras personagens constituem apreensões e tensões da complexidade humana. Insanidade, culpa, mistérios, desarmonias, desencontros, amores desconcertados, negligências e brandura reforçam, alimentam a estrutura e o estilo da obra, o que acerta maneira, permitem e imputam o/a leitor(a) a se interpor e se autointrojetar ao enredo livre e abertamente. A obra possui três partes, respectivamente: A ilha, As águas, Tântatos, além de dois espaços (cidade/campo), e um tempo passado histórico não-linear baseado em memórias vividas/realistas/inconclusas.

Sob a perspectiva de interface entre literatura e linguística podemos sinalizar a dissertação de mestrado de Juciane Dos Santos Cavalheiro, intitulada: O Espaço Ficcional e a Experiência Subjetiva: *Uma Análise Enunciativa de A Metamorfose* (2005). Nela a autora revela uma conversação entre o texto literário e a linguística e, tomando por base a intersecção entre as perspectivas e a noção de sujeito. Sobre o percurso teórico-científico, evocou-se necessariamente a presença da teoria linguística a fim do “resguardo”, da “propagação” e “explanação” do sujeito dado como seu objeto, tendo em vista a relação Bakhtin e Benveniste. Ampliando-se para mais além, quando de mesma forma (teórico-metodológico) a presença da ciência literária evoca sobre o seu fazer lugar de articulação, um lugar de saber sobre e do sujeito, na obra *A metamorfose* de Franz Kafka. Outro destaque encontramos na tese de doutorado de Sabrina Vier, intitulada: *Quando a linguística encontra a linguagem: A escrita de Émile Benveniste presente no dossiê de Baudelaire ao estudo semiológico de uma obra literária* (2016). A tese se embasa em manuscritos de Émile Benveniste e que são voltados à escrita poética, conhecido como Dossiê Baudelaire. Em sua pesquisa, Vier (2016) procura objetivar a verificação da escrita de Benveniste em face do dossiê por meio do estudo semiológico da

própria obra, ou seja, da perspectiva poética da obra. A categoria de análise tem fundamentos em Fenóglío (2009) e Nietzsche (2009). Da perspectiva teórico-metodológica benvenistiana, obtém-se a insistência enunciativa da escrita do próprio autor, melhor vista, como *atos enunciativos*. Em síntese o corpus é marcado não pela totalidade dos livretos, contudo dos procedimentos ruminado na escrita do mesmo. Mediante este ponto de vista, duas concepções são analisadas, a primeira dedicada a particularidade e a singularidade do discurso de Baudelaire, outra, no caráter radical e específico da língua poética. A nossa, por sua vez, percebe, por meio das possibilidades ofertadas pelo sistema da língua e pela apropriação que faz o locutor no instante de enunciação, um universo desenvolvido sistematicamente, entre as “coisas” e “eu”, ou seja, um universo de determinações referenciais e autoreferenciais. Assim as personagens manifestam-se linguisticamente no mundo, e no mundo e para o mundo passam a existir. Cada personagem travestido da pessoa “eu”, navega integralmente no constructo referencial impresso pelo complexo e a pela potência do fazer literário. O corpus, teórico-metodológico, marcará uma singular interface, entre conceitos outros, como: a perspectiva semiótica e semiológica, do plano do locutor e da interlocução e do plano do sujeito e da subjetividade e intersubjetividade.

1.2 Objetivos da pesquisa.

Objetivo geral é compreender, segundo à perspectiva benvenistiana, a autorreferência e a constituição linguística das personagens.

Objetivos específicos: depreender o universo concebido entre o semiótico e o semântico e que é apropriado ao locutor “a personagem de ficção” que enuncia e referencia, ao passo que se autorreferencia através do sistema da língua; e explorar a condição de sujeito, convertido pelo discurso, por meio da subjetividade e intersubjetividade que a linguagem revela; Perceber, enquanto um fazer da linguagem, a autoinscrição/constituição das personagens na dimensão literária, além de entender através da autorreferência a representação simbólica da linguagem e as funções conceptuais abstratas que levam ao verossímil, à “realidade” no mundo fantástico.

Analisar e experimentar o fator extraordinário da enunciação fantástica, uma vez que a personagem é projeção de si mesma, enquanto protagonista. Este “fantástico” que identificamos tem ponto de partida na verossimilhança que por sua vez associa-se, antes de tudo, ao fato do falante somente puder ser discernido mediante à realidade/instância de discurso do qual está contido. Este “eu”, ora apresentado, é ponto de partida a todo o sistema autorreferente cedido

pela língua, e além mais, é o único elemento da língua do qual o locutor apropria-se, por empréstimo, subverte para si a palavra e concebe a própria instância de discurso. Já o extraordinário do campo simbólico e místico do romance está, mediante a tomada de assalto do anunciador, no campo do sujeito. Este sujeito, convertido pelo discurso, autoinstaura-se e contagia os demais sujeitos em um processo ideológico *ad infinitum*, circular.

1.3 Da divisão do sumário.

No primeiro capítulo, dedicamos à explanação/exibição teórica de certos artigos, em Benveniste, tais quais: *A natureza dos pronomes* (1956), *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *As relações de tempo no verbo francês* (1959), *Da subjetividade na linguagem* (1958), *A forma e o sentido na linguagem* (1967), *Semiologia da língua* (1969); *Os níveis da análise linguística* (1964), *O aparelho formal da enunciação* (1970), entre outros. Centrada no conceito da busca, experimentação e exibição da autorreferência por meio da enunciação na literatura, este capítulo trás em tela um percurso, não somente teórico-científico, mas, sobretudo, epistemológico da enunciação. A natureza investigativa e não linear de Benveniste, nos coloca na superfície da linguística geral. Este primeiro encontro mostrará que debruçar-se sobre a autorreferência implicará à evocação da referência, que tem centro a enunciação uma vez encabeçada pela propriedade do locutor. Em face da utilização, a propriedade visto pelo locutor desencadeará um movimento dinâmico no seio do sistema da língua. Mediante interpretância no jogo entre o nível semiótico e semântico, o discurso albergará aspectos que imputarão, e assim converterão locutor em sujeito juntamente assim como: a subjetividade e a automarcação sob a intersubjetividade corrente na manifestação da linguagem.

Segundo capítulo, confecciona-se um grande arcabouço experimental sob o olhar de alguns dos principais leitores da teoria benvenistiana. Cada leitor elencado convoca um tipo de percepção profícua, crítica e elementar no tocante a autorreferência, sinalizando ser inestimável, infindável e precisa à contribuição teórica benvenistiana para o vasto rol dos estudos da língua/linguagem. Os aspectos epistemológicos, figurativamente precisos, trazem à tona memórias de percursos científico diversos, tais quais: a filosofia da linguagem e a lógica pragmática, remontando assim a evolução dos estudo enunciativo, ao passo que denuncia e determina certas origens. Em meio a leitores renomados, como Valdir Flores, Michel Lahud, Dany-Robert Dufour, encontra-se, em perspectiva, o ponto de vista deste que vos escreve, assim

se remete, se associa, se experimenta e se implementa a autorreferência envolta à teoria da Enunciação à linguagem literária.

Décimo quarto capítulo: a análise da obra “O quarto fechado”: propõe interseccionar os fenômenos linguísticos aos fenômenos extraordinários, dissociativos, constitutivos encontrados no discurso literário. A autorreferência, nesta perspectiva, manifesta-se na tomada enunciativa de cada personagem, além da conversão deles em sujeitos marcados em diversas ideologias coadunadas ao maniqueísmo dado entre a morte e a vida. Cenas de: espaço, tempo, ditos e não-ditos estão sintetizadas em vivências fantásticas, místicas, estruturadas na e pela linguagem. Por que esta obra? Dedico-me à análise das obras de Lya Luft desde meu TCC, trabalho de conclusão de curso em Letras, intitulado: O traço psicanalítico na obra *O ponto cego* (2007), de Lya Luft: do pai totêmico à neurose das proibições (2017). Na especialização, sob uma perspectiva discursiva, Linguística Aplicada à Práticas Discursivas, pus em tela uma monografia de título: *Interface entre a Ad Pêcheutiana e a Semiótica Greimasiana: Um olhar sobre a interpelação do Sujeito* (2019) tendo como corpus a obra *As parceiras* (1986), não sendo diferente neste trabalho de dissertação de mestrado, com o livro “O quarto fechado” (2004). Em seu arcabouço literário, Lya Luft explora o imaginário intimista, ao passo que desenvolve um tipo de paradoxo sob as vivências humanas.

Desenvolve na fatalidade, no funesto, no místico um aspecto de personificação que lhes garante comungar semelhantemente junto aos demais actantes, jaz aí um tipo de fissura dada entre o real e o fantástico. *O quarto fechado* (2004) é um mundo fechado, personagens fechados que se inter-relacionam em um universo aberto. Por que esta autora? Lya Luft possui uma vasta experiência, densidade tanto academicamente: lecionando assim linguística e literatura; tradução quanto artisticamente: produzindo contos, crônicas, ensaios, poemas e romances. Nas palavras de Iara Cristina Silva Barroca, em *Figurações e Ambiguidades do Trágico* (2014), “analisar a obra literária sob a luz do trágico é também reconhecer a estreita relação entre o trágico e a obra de arte” (p. 56). O trágico passa por diversos planos significativos na cultura mundial, perspectiva histórica. Sendo assim, a presença do português brasileiro no romance advindo de uma escritora que tem como língua materna o Alemão eleva não somente o idealismo sociocultural interseccionado entre línguas naturais, e a ressignificação que assume os mais diversos sentidos permeando até mesmo o contraditório, mas também o intimismo feminista e o questionamento das formas contemporâneas do trágico.

Por que Benveniste? É interessante percebermos, antes de tudo, que este trabalho de dissertação não escolheu a Teoria da Enunciação benvenistiana, mas foi escolhido e acolhido por ela, sendo dessa forma o único viés de representação e materialização. Nas palavras do linguista, Valdir do Nascimento Flores, em *Introdução à Teoria da Enunciativa de Benveniste* (2013), “Benveniste produziu um pensamento absolutamente singular, cuja complexidade está por ser avaliada, uma vez que só poderia ser contemplada em estudo epistemológico exaustivo” (p.23). Através da gênese epistemológica de seus trabalhos, além da celebre representação estruturalista, Benveniste não poderá simplesmente ter sua contribuição teórica voltada somente à temática enunciativa. Diante de seu vasto percurso, sua teoria versa espaços, sob o viés da linguística geral, fenômenos como: diacronia, aspectos sintáticos, lexicais, culturas, além de transcrições transdisciplinares adjuntas aos estudos linguísticos. Por que o objeto autorreferência? Em uma perspectiva enunciativa, a autorreferência é, sobretudo, a remissão à presente instância de discurso. Mediante isto, fomos desafiados a perceber e experimentar o “eu” que imputa a tudo por meio da própria inscrição. Ainda, este “eu” é centro das próprias coordenadas referenciais frente à enunciação, é também instituidor do outro falante e autorreverso (tu) no processo de interlocução, sendo princípio regente em outros fenômenos autorreferentes, como: tempo, espaço e “demonstrativos” ajuizados, todos, em uma linguagem fantástica. Em tese, a enunciação implanta por meio da autorreferência, a existência linguística das personagens, em mesma partida a apropriação por parte delas as faz desaguar no discurso, marcando-se dessa forma, enquanto sujeitos, o ideológico romanesco. Algumas observações em face da autorreferência e a obra literária em questão? Este espaço dará suporte às investigações e problematizações, prioristicamente, dirigidas à intersecção linguística-literatura.

Será ajuizado o extraordinário fantástico sobre os métodos da teoria enunciativa benvenistiana, detalhes do processo de enunciação. Perceberemos a elasticidade, a multiplicidade que se estende às pessoas, personagens no realismo da obra, além da fundamentalidade da objectualidade do místico e do sinistro, pela não pessoa. O protagonismo da presença e da ausência associado ao claro desempenho das personagens, além dos tipos, marcações que hão entre a subjetividade e a intersubjetividade às manutenências e às perpetuidades dos sucessos e das memórias. Da conclusão, não esperamos resultados conclusivos, fechados, tendo em vista a profícua dimensão de nossas investigações. Dois universos não somente dialogam, engendram-se, assim: tornam, fundam, geram na soma de

suas homogeneidades um elemento único e potencial. A língua, fenômeno que interpreta ambas (linguística-literatura), resolve, enquanto objeto da linguística, ser a autorreferência um princípio gerador do fantástico e do extraordinário na linguagem literária, melhor, na vida/realidade das personagens.

2 A AUTORREFERÊNCIA EM BENVENISTE

A relação entre a língua e seus referentes foi objeto de discussão de diversas correntes nos estudos da linguagem, desde os gregos, com Platão e Aristóteles, passando pela Filosofia, com Frege (1978), até abordagens discursivas no campo da Linguística. Em Platão (2001) e Aristóteles (1966), a referência é tomada como um fenômeno decorrente de uma relação natural entre as palavras e os objetos do mundo representado. Em alguns lógicos (QUINE, 1969; CARNAP, 1928), a questão da referência é tomada em termos de predicação, sem questionamentos ou exploração sobre a natureza da relação estabelecida entre formas e sentidos na língua. Com Saussure (2012), a questão da referência é, ao mesmo tempo, deslocada e redimensionada. No capítulo sobre *A natureza do signo linguístico*, Saussure rejeita veementemente a visão platônica e aristotélica da língua como sendo uma nomenclatura. Para criticar tal visão, Saussure utiliza três argumentos relacionados ao signo linguístico: “supõe ideias completamente feitas, preexistentes às palavras, não diz se a palavra é de natureza vocal ou psíquica e, por fim, faz supor que o vínculo que une o nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está bem longe da verdade.” Nesse sentido, para rejeitar a visão de língua como uma lista de termos que correspondem a outras coisas tantas, Saussure toma por base uma definição de signo que põe em perspectiva a relação supostamente natural entre os termos e as coisas designadas.

Na visão saussuriana, a língua constitui um sistema de signos e representa uma realidade própria. Na esteira da abordagem saussuriana sobre a relação entre os signos no interior do sistema linguístico, Benveniste se volta para a questão da referência como um fenômeno linguístico-discursivo.

A temática da referência linguístico-discursiva é, então, abordada por Benveniste (2005 e 2006) em inúmeros artigos, nos quais a visão do autor é gradualmente exposta e esmiuçada. Em *A natureza dos pronomes* (1956), Benveniste se volta para índices vazios de referencialidade das quais o locutor precisa se apropriar para se designar como “eu” e designar o outro como “tu”. Em outros termos, os pronomes constituem uma categoria que não designa

nada no mundo; trata-se, na verdade, de indicadores que servem à atualização de instâncias discursivas. Nesse sentido, já no artigo *A natureza dos pronomes*, tem-se o deslocamento da visão benvenistiana a respeito da referência como um fenômeno ligado a termos disponíveis na língua e, ao mesmo tempo, relacionado à atividade discursiva, pois sob os indicadores pronominais estão colocadas questões muito amplas.

Os pronomes têm a propriedade de revelar aspectos de natureza linguística e discursiva da referência, pois, a um só tempo, explicitam o caráter sistêmico-relacional e enunciativo-discursivo da construção da referência, que pressupõe a combinação entre elementos linguísticos necessários à representação dos papéis discursivos na própria atividade de fala.

Evocaremos termos e especificidades com intuito de dinamizar o centro de nossas questões: a “Autorreferência” e o conceito fundamental das dêixis. Ao examinar a questão da referência e da autorreferência, Benveniste se afasta diametralmente de abordagens referencialistas e pragmáticas que procuram associar esses fenômenos a elementos extralinguísticos ou contextuais. Nesse sentido, nos termos de Benveniste (2005), referência e autorreferência constituem fenômenos de natureza linguística e discursiva e, por essa razão, demandam, de um lado, a compreensão de aspectos de natureza relacional e opositiva ligados ao signo linguístico, e, por outro lado, a inclusão da subjetividade demandada para conversão da língua em discurso.

O caráter subjetivo da língua é colocado à mostra em sua conversão discursiva, justamente por dispor de termos apropriados tanto à expressão da subjetividade quanto à construção da autorreferência. A autorreferência se estrutura mediante o encontro de três universos: do “eu”, como indicador de primeira pessoa, do *hic et nunc* (aqui e agora) e do demonstrativo, elemento remissivo às coordenadas. Respectivamente, iremos destacá-los sob uma espécie de ordem capital: o indicador de pessoa “eu” que atua como o centro da enunciação, que por seu turno, instaura e transcende o “tu”. O ato de conversão da língua em discurso pressupõe a autorreferência, justamente por comportar ao mesmo tempo um eu referente e um eu referido. Ao tomar a palavra, o locutor necessariamente está implicado em seu discurso na relação com o outro, pois o enunciado que profere explicita a construção compartilhada de uma referência que toma por base seu ponto de vista em relação ao outro e, ao mesmo tempo, o estabelecimento de um eixo axial contendo indicadores autorreferenciais. Nesse sentido, a autorreferência é criada no ato mesmo de tomada da palavra e, ao mesmo tempo, veicula as relações presentes entre as categorias de pessoa, espaço e tempo, necessárias

à conversão da língua em discurso. Em face de ser a base da materialização da enunciação, o enunciado é sempre, de alguma forma, autorreferencial, pois faz referência a si próprio ao passo que subjetivamente se autoinstitui referente.

O objetivo da autorreferência não se é referir objetivamente a certos elementos, isto é, a realidade não é concentrada/focada nas posições “objetivas” do espaço/tempo, mas na enunciação, que concede o caráter único aos elementos nela contidos refletindo seu próprio emprego. Devemos lembrar que a referência de que falamos, aqui, existe em dois planos: um instaurado através das dêixis que inclui reservadamente a autorreferência, outro que é a referência no sentido estrito das funções, sendo anafórica em face da enunciação. Analisadas serão os enunciados, cedidos pelo narrador, em terceira pessoa, das personagens. E, sob este percurso, depreenderemos a autorreferência delas em face de seus objetivos, de suas autoconstituições, de sua existência linguística e protagonismo. Sumariamente, depreende-se que a autorreferência é o eixo de um sistema de referência interno à língua, cujo cerne desse sistema é “eu” que se autoconstitui imprescindivelmente junto ao “tu”. O outro é a condição para a constituição e a explicitação do “eu” no discurso. Assim, a autorreferência pressupõe a consideração do lugar do outro. Assim, o conceito de “autorreferência” demanda ao “eu” a responsabilidade de ser centro de si mesmo e das coordenadas que desaguam em toda ostensão efetuada no exercício da língua. Em outros termos, a autorreferência envolve, por um lado, a utilização de indicadores discretos e opositivos presentes no plano virtual da língua e, por outro, a mobilização de uma instância discursiva. Nesse sentido, Benveniste afirma: “O essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, do objeto mostrado, etc.) e a presente instância de discurso” (2005, p. 280), o que nos conduz à necessidade de abordar a autorreferência como um fenômeno que demanda a compreensão de aspectos subjacentes ao plano das formas linguísticas e presentes no plano semântico.

A antítese dada entre a forma e o sentido, em Benveniste (2006), é descartada. Em sua perspectiva, “forma e sentido” não estão em margens opostas, pois, como acentua Flores (2013): o cerne do “*funcionamento da língua, é o ser mesmo da linguagem*” (p. 137, destaques do autor). A visão engendradora entre os dois conceitos revela que, de fato, no centro de todos os relevantes problemas dados à língua está o da significação, espaço protagonizado pelo falante. Este protagonismo do locutor anunciado por Benveniste, delibera o exercício da significação por meio da linguagem, sua particularidade primordial. Em face de sua disposição original a qual é transcendente, a linguagem elucida, garantidamente, as diversas atividades no meio

humano. Na profunda e incalculável diversidade das funções da linguagem, com: pensamento, atividades da fala, ação, performances individuais/coletivas ligadas ao exercício do discurso, Benveniste (2006) enfatiza que, antes mesmo do ato comunicativo, “*a linguagem serve para viver*” (p. 222). A ausência da linguagem poria inexistente, não só a condição do indivíduo de inscrever-se no mundo, cerne da autorreferência, junto a locução que faz e a interlocução que submete-se, mas, em linhas gerais, inexistiria a possibilidade de humanidade.

Ela (a linguagem) é, no cume de toda a existência, a representação, e tem na noção de signo sua materialização! O signo, no tocante ao conceito da representação, sustenta-se em lugar destacado, pois utilizando a terminologia empreendida em Saussure, Benveniste (2006) entende que o signo linguístico, disposto com elemento do domínio semiótico particulariza-se sob dois planos: forma e sentido. Enfatizamos que, ao que compete à “forma” ou ao “significante”, Benveniste (2005) empreende ser a “forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo” (p.225). A apreensão de “sentido” saussuriana é também haurida por Benveniste, assim define-o sendo o “significado”. Nesta perspectiva, o “sentido do signo” albergado no domínio semiótico proporciona princípios para além-mar da forma: “tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” (BENEVENISTE, 2005, p. 228). Autorreferencialmente, entendemos que o usuário da língua encontra não somente todos os recursos significativos por meio de uma dinâmica potencializada ofertada pela língua, mas também o encontro consigo mesmo numa rede de oposições ávidas no interior do sistema da própria língua que o faz, por identificá-las, transcender, particularmente, as imposições da forma. Esta é uma hipótese bem empregada, pois ela reflete/remete em Benveniste (2006) o duplo plano dos elementos pertencentes ao domínio semiótico, assim como a inter-relação deste mesmos planos, sinalizada anteriormente.

É do aspecto de delimitação/definição que deságua no caráter distintivo presente que falamos! A distinção dos signos no exercício da língua é, sobretudo, fator decisivo para que o locutor localize-se, situe-se no mundo e nas coisas do mundo, em tempo: no tocante à distinção, sob ela jaz a própria significação, e isso é o que impetra/garante o reconhecimento. Sob o domínio do semiótico a entidade possui caráter absoluto e resolutivo, entre “ser” e “não ser”. Se manifesta, por meio da língua, algum significado ela, (a entidade), “é”, se, por intermédio da língua, não possua artifícios de representação, ela definitivamente “não é”. Ou seja, o sentido do signo ou a unidade do domínio semiótico é concebido pelo uso e do reconhecimento dos

falantes. O exercício praticado e contratado pelos locutores, isto implica a todas as formas unárias das quais os sujeitos particularmente se autossubmetem para autossignificarem-se/autoestruturarem-se, determina, pela língua, o liame existencial da própria entidade. Sob o reconhecimento intralinguístico disposto sobre os falantes, elencamos três consequências possíveis e interligadas ao universo semiótico, a primeira delas, interpreta que o domínio semiótico não se apodera nem da conexão dos signos com as coisas, tão pouco da língua com o mundo.

As duas próximas evocamos em face da voz do próprio Benveniste (2006): “o signo tem valor genérico e conceptual, portanto, não admite significado circunstancial” (p.228). Por última e não menos relevante, a consequência de que: por serem plenamente definidas e sempre numa relação positiva do ser ou não ser, “as oposições semióticas são binárias” (p.228). Esta perspectiva convoca-nos a pensar estarem os signos em uma constante ligação consigo mesmos, uma relação de caráter paradigmática e sintagmática. O domínio semântico implica direto e prioristicamente à instância da frase, objeto ideal à materialização do discurso, segundo Benveniste (2006).

O locutor protagoniza-se/particulariza-se, sobretudo, em frente aos fatos/ações por meio das instituições alcançadas/lançadas pela frase, pelo meio de comunicação. Na frase presentifica-se as relações dos signos para o alcance dos sentidos das coisas do mundo, vale lembrar que: “O signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas” (BENEVENISTE, 2005, p. 228). Que para este contexto, nos leva ao refinamento de instâncias relativamente rudimentares, como o reconhecimento dos signos linguísticos por distinção, posto ao falante que introduz a si mesmo no mundo. Para que isso ocorra, este falante que se apresenta na língua é dominado pelo semântico tanto pelo emprego quanto pela ação. A semântica, é pela da língua, um fenômeno de mediação entre o falante e seus “eus”, é mediadora entre o homem e o homem, interventora entre a faculdade psíquicas e as coisas. Mas nestes encontros, o que ela faz? Transmite informações, comunica experiência, impõe adesão aos planos interlocutivos/comunicativos. É neste grande arcabouço de significações que permite o sujeito implorar, coagir, seduzir ela organiza/estrutura a vida de todos os homens. A língua é a chave de todas as possibilidades! Para Benveniste (2006): “É a língua como instrumento da descrição do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência” (p. 229).

O falante, em sua particularidade, dispõe do signo, elemento possuidor de duas faces (significado/significante) e inscrito sob um eixo paradigmático, como constatado. Noutra plano, este mesmo falante dominado pelo universo semântico, dispõe nele outras duas dimensões, a dimensão da palavra: que é integrante de um determinado sintagma, de intensões proposicionais. E o da frase, lugar onde a “palavra” acha expressão, projeta seu sentido através da ideia que exprime. O domínio semântico é duplamente qualificado, na forma: pelo sintagma; e no sentido pela ideia que exprime. Este último, define-se / realiza-se, levando em consideração as diretrizes de sua forma (o sintagma), no *agenciamento das palavras*¹. Este conceito, por sua vez, conflui/conduz a um tipo de ordenação sintática, ou seja, uma dinâmica organizacional instaurado entre as palavras, umas sobre as outras. Cada domínio revela, baseado na língua, um universo de sentidos que podem ser particularizados pelo locutor, assim: “O sentido de uma frase é a sua ideia, o sentido de uma palavra é seu emprego (sempre na acepção semântica)” (BENVENISTE, 2006, p. 231). Em tese, toda particularidade, intrínseca ao locutor, define-se por seleções/empregos de palavras agenciadas sob intento particular a formar uma ideia também particular, instância da frase.

A frase, em sua perspectiva superiormente interessante, convoca o sujeito a mover-se sobre a produção de seu discurso. Para que tal entendimento seja aceito, é importante considerarmos que tenha cada ideia, mediada por suas composições, um caráter único, uma informação específica. Assim afirma Benveniste (2006): “a frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste mesmo instante; é um acontecimento que desaparece” (p. 231). Esta singularidade que põe no centro este “eu” que enuncia, produtor de discursos, lavrador de ideias, coloca em um mesmo plano de semelhança à corrente produção de ideias ao próprio ato enunciativo, tendo em vista que: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização (BENVENISTE, 2006, p. 82). Esta perspectiva é firmada inteiramente por Flores (2013), que implementa a ideia de que: é nas distinções entre o semiótico e o semântico que se obtém o destaque posto a referência. Ausente do primeiro e fundamentalmente presente no segundo, a referência presentifica-se sob a situação de discurso, ou seja, na frase. Está última é a forma material da ideia, distinta da palavra que vive um estado de disposição semântica à

¹ Segundo Valdir Flores em *Dicionário de Linguística da Enunciação*, “Através do agenciamento, o sujeito organiza as formas da língua para transmitir a ideia a ser expressa em seu enunciado (2019, p.47).

convocação de emprego. Com ênfase na referência corrente em uma frase, segundo Benveniste (2006): “é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou o fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar” (p. 231).

A não-previsão ou não-fixação colocada por Benveniste (2005) confirma-nos dois pontos, um é a transcendência de sentido na palavra mediante sua estadia na frase, outro, é a condição única emanada destes fenômenos em ação. A semanticalização do léxico, regido pelo agenciamento, que ao fundo confluirá a uma estruturação ideal, garantirá a unicidade da ideia, a particularização do conhecimento existente somente em seu instante. Nesta perspectiva, ela (a ideia) nascerá e morrerá em face da mesma luz. Mediado de uma lado pela liberdade de enunciação e pelas restrições da forma, seria o “eu”, convocado à própria instância que o contém, elemento colocado a provocar a si próprio originando um particular estado de referência? Diríamos que sim.

Formalmente, a língua-discurso, no caso da autorreferência, concebe a possibilidade do enunciador construir uma semântica singular sobre si mesmo. Uma semântica particular principiada na dissociação da palavra, apropriada por uma significação intencionada e sintagmatizada (BENVENISTE, 2006). É esta a porta de entrada para o sentido da frase, dedicada a situação de discurso, e, sobretudo, a tomada de atitude do locutor, que faz/constrói, no uso do signo referente a si mesmo, a própria realidade. Na equação, posta pela relação semiótico e semântico, do qual o “eu” é determinante da igualdade de si mesmo, resolve-se que: a enunciação é o conjunto maior onde a frase está contida. Neste panorama, ela, na condição de subconjunto, compreende a palavra e o agenciamento desta, a sintagmatização, a atualização linguística, a produção do discurso e o próprio acontecimento (FLORES, 2013). As noções de referência linguística em Benveniste, que engloba as categorias de pessoa, espaço e tempo. Destaque que não podem ser tomadas como decalques do mundo. Na verdade, a língua cria um eixo de referência interna e isso se reflete nas categorias de pessoa, espaço e tempo. Cada uma destas categorias possui, inerente a seu sistema, qualidades autorreferenciais. Em sua experiência, o locutor expede à instância de discurso da qual contém determinado “eu”. Quanto à disposição da instância de discurso, nesta perspectiva, percebe-se que: subordinada de “eu”, propõe-se como ponto de partida à coordenação de diversos elementos qualificados dêiticos, confluídos a ordenação tanto da referência feita pelo locutor quanto de sua própria autorreferência.

Harmonicamente a esta perspectiva, o “demonstrativo”, indicador de ostensão, acha-se a trabalhar no encaminhamento/encadeamento das coordenadas do espaço/tempo, no tocante ao composto: *ego - hic et nunc*.

Observa-se que o “demonstrativo” possui a habilidade, a medida em que se organiza/se configura junto aos indicadores de pessoa, de ofertar referência constante e necessária à instância de discurso de “eu”, e que isso imprime sobre o próprio demonstrativo o caráter único da instância a qual se refere. Esta habilidade, ou sua habilitação advém do fato dele pertencer a uma outra classe que, simultânea à instância de discurso, estabelece uma relação diferenciada com eu/tu. Percebendo o “eu” incidido diretamente nos três pontos da tríade, enfatizamos seu exercício no conceito de “autorreferência”, estabelecendo assim três outros pontos cardiais: no primeiro deles, tem-se que o “eu” só pode ser discriminado na e pela realidade/instância de discurso que o inscreve. Outros dois seguem associados e estruturados ao primeiro, pois percebem que: o “eu”, à medida que é referente, exerce função de principiar todo o complexo imputado à autorreferência, possui a detenção da palavra, e por meio desta detenção configura/implanta a própria instância de discurso que, a certa forma, o contém. O próprio “eu” relevar a tríade (eu – aqui/agora – demonstrativo), como bem demonstra a tessitura dos estudos benvenisteanos, e é por focalizar uma espécie de ordenação contida na natureza da tríade que Benveniste (2005) inscreve sua perspectiva dêitica.

Percebendo a presença dos dêiticos nos mecanismos da enunciação, Benveniste (2005) encara a especificidade que o leva à problematização do próprio conceito de “autorreferência”. No processo de construção da autorreferência, Benveniste delinea o inter cruzamento das concepções (pessoa, espaço, tempo), assim como suas distinções, instituindo que: “Há, pois, nesse processo uma dupla instância conjugada: instância de eu como referente, e instância de discurso contendo eu, como referido” (BENVENISTE, 2005, p. 279). Percebe-se, por este trecho, o firmamento da noção autorreferencial que racionaliza o “eu” como constituinte único da língua, ela, por sua vez, possui essa capacidade da qual o locutor faz uso. Ela imputa-o, precisamente, a um duplo complexo que vê-se: em um, referir, noutro, ser referido. Coloquemos, por ora, em suspensão a autorreferência, para focarmos sobre a seguinte pergunta: *o que define a dêixis e quais são suas características, na relevância teórica benvenistiana? A resposta a estes dois questionamentos pode possuir certo teor paradoxal, tendo em vista que toda consideração sobre as dêixis conflui à autorreferência. Ainda sobre a resposta, poderemos encontrá-la, e por isso a perseguiremos no exame metodológico do artigo *A natureza dos**

pronomes (1956) do qual passa a ser, neste contexto, remissivo aos demais artigos, futuramente elencados.

Por este artigo, Benveniste (2005) imprime que a marcação de pessoa é o centro da referência na enunciação. Vale destacar que em seu pensamento a língua exhibe dois tipos de realizações referenciais (referência e autorreferência). Tecnicamente, para ele, a dêixis se institui a partir de um esquema referencial e se constitui na relação dos indicadores e a presente instância de discurso: “Essa referência constante e necessária à instância de discurso constitui o traço que une a eu/tu uma série de “indicadores” que pertencem, pela sua forma e aptidões combinatórias, a classes diferentes – uns pronomes, outros advérbios, outros ainda locuções adverbiais” (BENVENISTE, 2005, p. 279).

Uma das observações possíveis desta citação, e que fortemente deságua na relevância da marca de pessoa para com a linguagem ligando-a internamente à instância de pessoa, é o aspecto da regularidade, tendo em vista ser elemento indispensável/indissociável à enunciação, nesta perspectiva, desvela-se que:

São, em primeiro lugar, demonstrativos: este, etc. na medida em que se organizam correlativamente com os indicadores de pessoa, como no lat. *hic/iste*. Há aqui um traço novo e distintivo dessa série: é a identificação do objeto por um indicador de ostensão concomitante com a instância de discurso que contém o indicador de pessoa: esse será o objeto designado por ostensão simultânea à presente instância do discurso (BENVENISTE, 2005, p. 279).

Por essa citação, fica clara a relação entre o conceito de instância de discurso, as categorias de pessoa, espaço e tempo e os indicadores. Tomar a palavra para enunciar implica assumir uma instância discursiva, que pressupõe as categorias de pessoa, espaço e tempo. Nesse sentido, os indicadores servem à explicitação dessas categorias e dos lugares ocupados na enunciação. Estes indicadores são os demonstrativos (*hic/iste* – *este/esse*), e em outra superfície/classe, os advérbios (*aqui/agora*). A partir deste sistema estão engendrados os principais elementos, fundadores da instância de discurso, logo a quaisquer que sejam “eu/tu” haverá sempre e unicamente elementos que corresponderão à relação “eu/tu” indicando assim suas posições no tempo/espaço. Diferente da noção/função dos demonstrativos, contudo subordinados à referência imputada pela enunciação do “eu”, o *aqui/agora* unem-se em

benefício da completude/implementação da instância de discurso. Neste ínterim, a missão dos demonstrativos, ora destacados, é identificar o objeto de discurso combinando-o aproximadamente a “eu/tu”. Reiterando informações sobre a tríade (eu/tu – aqui – agora), a existência associativa dela configura os caracteres necessários à ostensão dêitica.

Que por sua vez, é necessária à identificação dos demais elementos envoltos/relacionados ao “eu”. É o trânsito de encaminhamento à instância de discurso do qual o “eu” está contido que configura a dêixis, pois ela “é contemporânea da instância do discurso que contém o indicador de pessoa; dessa referência o demonstrativo tira o seu caráter cada vez único e particular, que é a unidade da instância de discurso à qual se refere” (BENVENISTE, 2005, p. 279-280).

A instituição feita por Benveniste, aqui, transcende o simples apontar do dêitico frente a um enunciado concreto. Ela remete às relações opositivas que os indicadores mantêm entre si no sistema semiótico da língua e, ao mesmo tempo, sinaliza a relação com a instância de discurso. Nesse sentido, Benveniste (2005) destaca que a essencialidade está na associação dos indicadores (pessoa, tempo, objeto, lugar) e a presente instância de discurso. O autor depreende que, para estes termos não aparentes à relação do indicador e à instância única que o manifesta, “a língua recorre a uma série de termos distintos que correspondem um a um aos primeiros, e que se referem não mais à instância de discurso, mas aos objetos “reais”, aos tempos e lugares “históricos”” (BENVENISTE, 2005, p. 280).

Isto permite-nos perceber uma série de aspectos de correntes da relação entre os níveis semiótico e semântico da língua. Um deles diz respeito ao fato de que a referência é um efeito da relação entre esses dois níveis no processo de atualização da língua em discurso. Em outros termos, o vazio referencial que caracteriza os índices de pessoa, espaço e tempo no plano semiótico da língua é preenchido no mesmo ato de sua conversão em discurso, e a referência deve, por isso mesmo, ser tomada como uma realidade criada na língua-discurso.

Se por um lado a referência deve ser tomada como um fenômeno decorrente da relação entre os níveis semiótico e semântico da língua, por outro esse mesmo fenômeno pode revelar aspectos da relação intralinguística entre os signos, da relação entre o locutor com a língua-discurso para enunciação de seu papel e de sua relação com o outro. Com efeito, a autorreferência também deve ser tomada a partir da enunciação dos índices de pessoa, espaço e tempo e de sua função na passagem do locutor a sujeito.

É justamente aí que deve ser observado o traço diferencial entre a autorreferência e a referência, versado/organizado entre a pessoa e a não pessoa, pois a categoria de pessoa funda a possibilidade de autorreferência e de referência no discurso, e a língua dispõe do aparato necessário à organização da categoria de pessoa e das condições fundamentais para que sejam definidos os papéis discursivos. Em situação de referência, o “eu” exprime-se, ao passo que é centro, na relação com o tempo, espaço e, sobretudo, objeto mostrado. Já na fundação autorreferente, o “eu” imprime a si mesmo numa determinada instância discursiva, particular dele, assim. Destaca-se, neste contexto, a oposição efetuada a categoria da pessoa e da não-pessoa. Esta última possui uma conduta distinta no tocante à referência que faz, em outras palavras, ela constitui um mundo fundamentalmente a parte. Estruturalmente, a não-pessoa não remete, sob expressão particular, à presente instância de discurso e é essa a principal razão de seu extraordinário. Esse extraordinário dedica a ela a condição objetiva sobre a narrativa, dedica mais: dedica o alcance e a substituição de quaisquer objetos, coisas, lugares detido no plano fantástico. É permitido, por sua presença, a construção de um universo particular, métrico, cognitivo. Já na pessoa, seu protagonismo não se preocupa/se concentra na referência objetiva, entende-se que a realidade não está para as posições objetivas do tempo/espaço, contudo se detém plenamente na enunciação cujo ponto central é o “eu”. A língua, sobretudo por seu caráter único/particular no reflexo de seu próprio emprego, gera a própria autorreferência. Isso, em outras palavras, implica, como já sinalizado, a compreender a conferência da língua por elementos particulares que levam à remissão de “eu” à presente instância de discurso. Ante ao falante, a língua empossa o “eu” como sendo seu próprio centro, e o materializa em face de certos tipos de pronomes e advérbios, contudo opõe-se à referência que se manifesta por outros tipos de pronomes, também de advérbios e nomes.

Já no protagonismo da não pessoa (o ele, outros pronomes e nomes), ocorre o afastamento da relação determinada a “eu/tu”, o que, a certa maneira, implica a não existência de índices relativos à instância que abarca “eu”. De outra forma, a categoria da não-pessoa organiza-se sobre um patamar de referência zero, um patamar de referência objetiva pertencente ao cognitivo da língua. Este local/função a potencializa consideravelmente tendo em vista sua inscrição impressa sobre uma espécie de modo único de enunciação de caráter integral, possível. A instância de discurso, neste contexto, herda um provento que não a permite remeter a si mesma, contudo lhe é permitido predicar sob “o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não*

importa o que ser munido de uma referência objetiva” (BENVENISTE, 2005, p.282). A língua engloba autorreferência e referência, instituindo, assim, de um lado, um repertório de signos e um sistema de combinações, noutro, um tipo de ação revelada nas instâncias de discurso particularizadas em definição por índices *sui generis* (BENVENISTE, 2005).

Os tipos dêiticos, sob a perspectiva benvenistiana, são compreendidos sobre as associações impetradas entre os elementos dispostos à instância de discurso e o “eu”, ou a instância que contém o “eu”. Essa perspectiva nos coloca sobre um peculiar fenômeno. Um fenômeno que garante ao “eu”, para além da fundação das dêixis à presente instância que se vê criando internamente uma situação comunicativa, a investidura de ser dêitico de si mesmo, pois institui-se mantendo um tipo de associação consigo mesmo na presente instância de discurso que o representa.

A capacidade de ser dêitico de si mesmo advém, sobretudo, da integralização do “eu” no grande arcabouço que dispõe a língua aos signos vazios. Para que seja instaurada a dêixis, não somente é preciso conter o traço de ostensão, o qual interliga expressão e instância, é, essencialmente, preciso autorreferenciar-se. Doravante esmiuçado, os signos concebidos dessa forma somente garantem o sentido pleno/realizado mediante a alternância de condução à situação concreta do seu emprego. Esta é a chave para todas as peripécias comunicativas do “eu”. Entendemos em Benveniste que, a existência de oposições ascende os valores e as particularidades dos caracteres, como a que está em evidência, que é a da autorreferência, determinada pela presença da pessoa e a referência, determinada pela não-pessoa. Sendo assim, trazemos aqui uma série de elementos tidos como não dêiticos, pois não vão de encontro a certas assertivas levantadas até aqui, como as de que estes elementos não fazem remissão à presente instância de discurso.

A linguagem a sua maneira, propõe formas vazias, apropriadas à expressão do indivíduo. São elas instâncias discretas das quais o discurso provoca a emergência da subjetividade, tornados plenos apenas quando exatamente são tomados pelo locutor a cada instância de discurso. Então, a instância de discurso é, de fato, constituída de todas as coordenadas das quais “eu” se autoconstituem. Categoricamente, Benveniste (2005), sobre uma densa passagem, classifica-os, assim: “*ele - aqui: lá – agora: então – hoje: no mesmo dia – ontem: na véspera - amanhã: no dia seguinte – na próxima semana: na semana seguinte – há três dias*” (p.280). Particularizando o conceito das dêixis em Benveniste, o que implica

pensarmos nas dêixis como um instrumento para além da função de apontamento/indicação, diremos que estes elementos põem-se para longe da relação opositiva “eu/tu”.

Estes elementos agora destacados nascem da capacidade da língua de poder evocar, em face da enunciação, termos específicos/particulares remetidos concatenadamente um a um. Na perspectiva distinta entre estes planos, a língua revela que estes elementos não pertencem à instância de discurso que os contém, mas a um outro domínio apartado da supracitada relação: o dos objetos “reais”, dos tempos e lugares “históricos” (BENVENISTE, 2005). Vale entendermos ao fim dessas instituições/distinções feitas pela língua que, termos representados pelo “ele” (não pessoa) revelam uma representação “constante”, em detrimento de “eu/tu” que é “inconstante”, de lugares, pessoas e objetos. Balizado em Benveniste (2005), signos inscritos à categoria da não-pessoa imprimem um tipo de instabilidade que está associada a duas esferas cindidas na língua. Por se tratarem de unidades do uso cognitivo da língua, uma está para a constância e a regularidade enquanto elemento de sistema, outra está para o sentido dado à enunciação, além de reforçarem o ineditismo dos enunciados inerentes do protagonismo da pessoa “eu”.

Observamos que este fator “instável” dos termos “não vazios” diferem prioristicamente da “instabilidade” dos termos tidos “vazios” e autorreferenciais, estes últimos, em particular, como já parcialmente citados, são caracterizados, sobretudo, pela remissão à presente instância de discurso. Um aspecto interessante à nossa pesquisa, por se tratar de um exame à gênero literário, pode ser percebido mediante os consideráveis “dêiticos discursivos” manifestados em face do texto escrito. Estes tipos dispõem de um centro de coordenadas lotado no próprio texto, e é o acompanhamento sequencial do texto pelo interlocutor que oferta ao tal conceito à perspectiva dêitica. Tal perspectiva evoca uma questão problemática, tendo em vista que a possível ideia impressa através do dêitico discursivo não se inscreva em face da presente instância de discurso na qual o “eu” está contido, como o caso de termos (indicadores especiais) como “lá”, “ali”, “alhures”.

Em face da perspectiva benevenistiana, estes indicadores espaciais não se constituem dêiticos, ainda que sejam elementos em atividades referenciais de apontamento, conservando, assim, o traço de ostensão. É preciso se desvincular da noção tradicional da dêixis, para aproximação da definição em Benveniste (2005). Nela, a definição não está relacionada ao traço de apontamento, contudo ao fato dos termos referirem-se internamente à determinada situação enunciativa, reforçamos em face da citação: “a língua recorre a uma série de termos distintos

que correspondem um a um aos primeiros, e que se referem não mais à instância de discurso, mas aos objetos “reais”, aos tempos e lugares “históricos” (p. 280). O fenômeno da referenciação, assim também, da autorreferenciação está pautado essencialmente na primada associação dada entre os indicadores, como os de pessoa, lugar, tempo e objeto mostrado, e a presente instância de discurso. De volta a estes extraordinários termos, como “lá”, eles apartados da instância que alberga a díade “eu/tu”, não se encaixam, como vimos, nem a remissão da presente instância de discurso do qual é natural aos termos autorreferenciais, nem aparenta estar exatamente de acordo com a representação dos elementos da categoria de não pessoa. Tendo como ponto dominante a relação “eu/tu”, onde “eu” institui “tu”, em suma tanto termos como: “lá” “ali” ou “alhures” quanto os que possuem o paradigma da não pessoa se autoexpelem do domínio “eu/tu”, um de dois planos concebido pela própria natureza da língua.

O ponto em comum entre tais termos está no constante da representação de objetos, lugares e indivíduos, no caso, fora da presente instância de discurso. É exatamente como se termos como estes estivessem inscritos sobre uma espécie de fissura da referenciação, assim da enunciação. A instabilidade de termos como “lá” e “ele”, em face da referenciação, são semelhantes as propriedades virtuais cedida a virtualidade de certos nomes. Estes termos comportam-se como vazios, mas, pela perspectiva benevenistiana, não o são. Eles vestem uma perspectiva construída sobre um sistema balizado por dois planos que vê, diferente da especificidade dos signos “vazios” e autorreferenciais: de um lado a constante da regularidade do próprio sistema da língua, noutro a constante ação irrepisável dos enunciados juntamente com a concessão dado à enunciação. Está aqui pregado do que emana a enunciação, o ineditismo do “eu” enunciador. A investigação que levantamos não se limita, ou se esgota, apenas delinea grupos outros ligados à expressão da língua por entre o rol dêitico/autorreferencial, uma expressão que é encabeçada pelo ato individual do sujeito falante. Os componentes externos a ele por definição/oposição denunciam a relevância deste tipo de estatuto ofertado pela língua.

3 ENUNCIÇÃO, AUTORREFERÊNCIA E SUAS SINGULARIDADES.

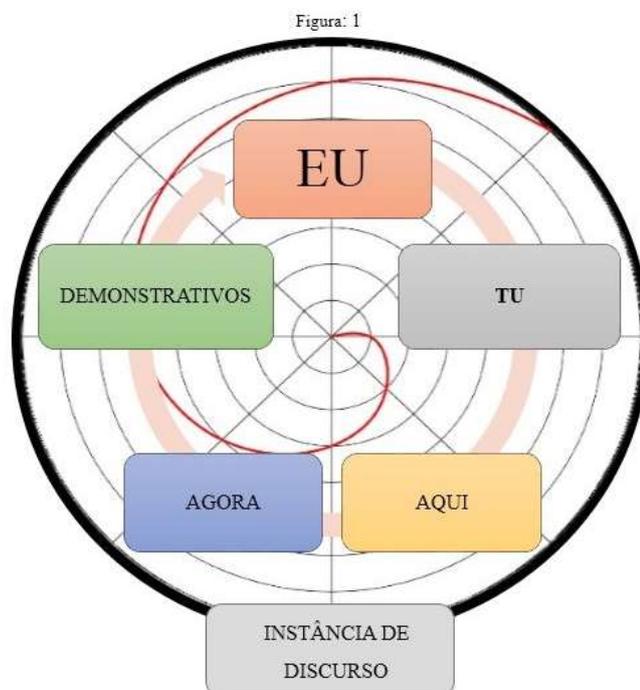
Há uma série de elementos necessários à instituição da autorreferência discursiva, seja do ponto de vista do plano semiótico da língua, seja do ponto de vista semântico. Nos dois planos, os índices referenciais estabelecem entre si uma oposição fundamental para operacionalização das categorias de pessoa, espaço e tempo e para marcação dos diferentes

papéis discursivos. Assim, no caso da categoria de pessoa, tem-se primeiro a oposição entre pessoa e não pessoa – “Eu/tu” opondo-se a “ele”, e depois a distinção entre “eu” e “tu” no quadro das relações discursivas. Notemos aí que os índices de pessoa revelam aspectos subjacentes à oposição fundamental para constituição da categoria de pessoa. Nela, os índices se diferenciam para cumprir as funções requeridas pelo ato discursivo, e a língua releva seu papel fundante na definição desses papéis, justamente por comportar as condições e os meios necessários à constituição da categoria de pessoa e à passagem do locutor a sujeito.

Nesse sentido, autorreferência, fenômeno relacionado à referência feita pelo locutor a si remete a um só tempo às relações estabelecidas entre os signos no plano semiótico e às relações entre o locutor, o outro e o seu discurso. Que critério designaria o conceito de autorreferência na teoria benevenistiana? O critério de ser elemento de remissão constante à presente instância de discurso, como acontece com o indicador de pessoa que por sua vez marca os indicadores de espaço e de tempo. O “eu” refere e, concomitantemente é referido, ou seja, enquanto aponta é apontado, definitivamente, é ponto central ao fazer enunciativo, pois é único nesta modalidade/habilidade. A modalidade/habilidade autorreferencial a qual descrevemos/imputamos ao “eu” submete-se/constitui-se em três pontos significativos, o primeiro conceito imputado a instância de “eu” declara que tal elemento só pode ser identificado pela realidade/instância de discurso que o contém.

Ligado de modo intrínseco a este primeiro pilar, encontram-se outros dois elementos relevantes à mesma medida, no primeiro define-se o fato de que o “eu” é ao mesmo tempo referente e serve de ponto de partida para todo o mecanismo em face da (auto)referência contido na língua e noutra sinaliza-se o fato deste ser o único que tem a propriedade/habilidade de ser quem toma a palavra/signo e instala a própria instância de discurso. Na grande estrutura enunciativa, a fazer parte de “eu”, estão o “aqui” e o “agora” interdependentes e autorreferentes em sua natureza. Estas instâncias, sob o ato individual que as incide, são de mesma forma que “eu” autorreferenciais, manifestam-se como uma espécie de “segundo sistema”. Concomitante à autorreferência, estas instâncias remetem à presente instância de discurso, precisamente disposta ao local e ao momento daquele que diz “eu”, o que, a certa maneira, os faz também referentes, indicadores de um espaço e um tempo.

Estes indicadores (tempo/espaço) não se esgotam nestas funções, são constituintes concedentes dos pronomes demonstrativos os quais identificam um determinado referente contido no espaço e tempo manifestado na relação de eu/tu. Como sinalizados ao longo desta pesquisa, sobretudo nos espaços dedicados ao exame e do artigo *A Natureza dos pronomes* (1956), demonstrativos, na teoria benvenistiana, são, a seu turno, indicadores de ostensão síncronos à instância de discurso, contudo pertencentes de um outro tipo/ordem.



O gráfico acima, não somente reflete os elementos envoltos do “eu”, mas também os níveis de fundamentalidade que os mesmos possuem para com a cominação e a formação da

instancia de discurso. Eles, nesta perspectiva, determinam uma relação particularizada com eu/tu, tornando-se inaptos a serem ponto de remissão no tocante a dêiticos outros. Deprendemos, por meio de um esquema, as relações dadas à presente instância de discurso, balizada à luz da teoria benvenistiana. Na perspectiva apresentada, os elementos engendram-se, à certa forma, em esquema hierarquicamente fundamental que se espraia tanto a sucesso do produto da inter-relação (ineditismo enunciativo mediado sob atos individuais) entre os conceitos quanto para a própria subsistência dos elementos em questão dos quais fazem referências a si mesmos tendo o “eu” como ponto de partida. Detalhando, encabeçando substancialmente o esquema “Eu” é o núcleo de centro no processo de enunciação, sua presença funda e regula a pessoa subjetiva “Tu”. Estes apontamentos são inerentes a transcendência implantada de “Eu” sobre “Tu”. O “eu” (pessoa subjetiva) é a unidade fundadora, institui em si mesmo a qualidade de ser autorreferencial, pois remete a si mesmo, implicando assim também ser referente de si.

Concomitantemente ao processo ora apresentado, “eu” opera como o centro de coordenadas para toda ostensão efetuada patenteadamente na língua. Ainda na sequência descritiva do esquema ilustrativo, entendemos, por Benveniste (2005), os indicadores de tempo/espaço (aqui/agora) possuem razão a natureza autorreferencial, pois remetem à instância de discurso do qual “eu” é centro, um processo que antecede o serviço de centro de coordenada em face de outros tipos dêiticos, que a seus tempos, também são submissos, por conseguinte, de “Eu”. Da vez dos “demonstrativos”, a presença destes pro(nomes) concede a necessária remissão às coordenadas de espaço e tempo, definitivamente estruturam o fenômeno tripartido de “eu/aqui/agora”. No esquema hierárquico, estes substitutos encontram-se primordialmente dependentes à tripartição, ficando livres da qualidade/função de índices para outros dêiticos.

Como visto de diversas formas ao logo desta pesquisa, cabe à natureza dos indicadores de subjetividade, depreendida por Benveniste (2005), precisar-se sobre as diversas relações instituídas entre os elementos inscritos à presente instância de discurso de “eu”. Esta percepção garante efetivamente que a noção de dêiticos esteja atrelada à associação que mantém com “eu”, assim nas palavras do autor: “O essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, do objeto mostrado, etc.) e a presente instância de discurso” (p. 280). Suas palavras colocam-nos frente a um ponto extraordinário, um ponto que nos conduz perceber, para além do simples traço de apontamento. Referindo-se internamente em face de um propósito

enunciativo, o “eu” instaura-se como índice de si mesmo, tendo em vista seu estabelecimento consigo mesmo, o estabelecimento junto à presente instância de discurso que o detém.

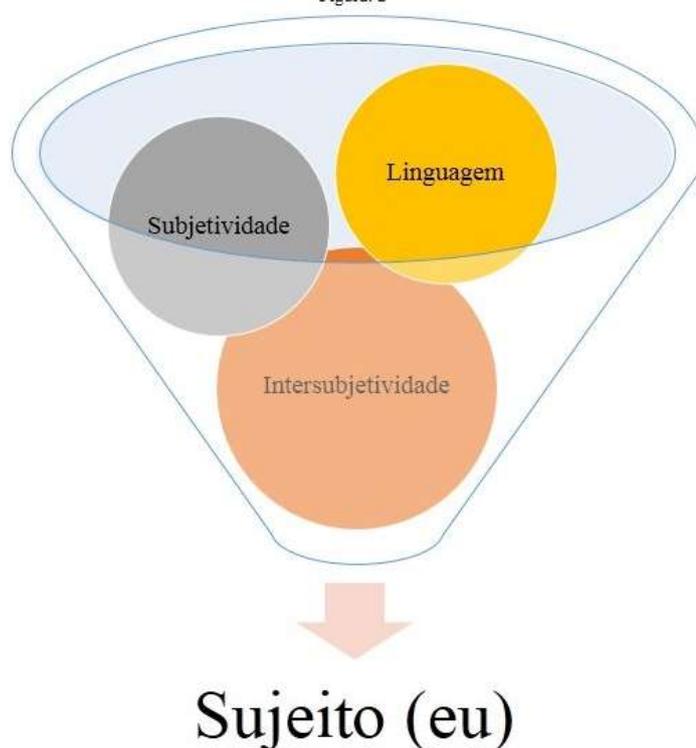
O que podemos depreender é que: o processo concedido pela autorreferência manifesta um tipo de sistema referencial interno à língua e tem como ponto central o “eu”. Nesta perspectiva ele não mantém ligação com as posições, realidades objetivas no toante ao tempo/espaço, caso da não pessoa, mas a unicidade presente, no ineditismo de seus termos. Atrelado aos conceitos autorreferentes do quais testemunhamos aqui, encontra-se dois fatores cruciais à manutenção do “eu”: as relações de *subjetividade* e de *personalidade*, explicitadas ainda neste tempo. A partir destas relações observa-se, a certa forma, o caráter constitutivo da linguagem, o que rechaça quaisquer condições de ser a língua um mero instrumento. Da língua o homem não desvincula, nasce e morre por meio dela, por meio da enunciação que emite e recebe. Nesta perspectiva Benveniste (2006) traz, em face deste conceito, elabora um de seus maiores atributos: “Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.” (p.285).

Por ela entendemos que jamais se consolidaria/existiria a autorreferência em face do afastamento ou separação do homem/língua. Do que testemunhamos supracitadamente, foi uma relação indissociável entre o homem e língua, assim também do homem e o sistema da língua. É a apropriação deste sistema que constitui-o como locutor, e que elabora a relação entre locutores outros assimilados/inteirados frente a uma determinada situação enunciativa/comunicativa. Por sua vez, a relação destes que se apropriam deságua no fenômeno intersubjetivo, e é, essencialmente sobre o texto *Da subjetividade da linguagem* que Benveniste (2005) afirma ser a própria natureza da linguagem um fenômeno intersubjetivo. É esta intersubjetividade que institui a relação entre sujeitos. Mas o que leva o locutor de fato a ser sujeito? A apropriação da língua entre indivíduos, agora convertidos em locutores, viabiliza, pela linguagem, a instituição do homem como sujeito.

Endossamos com mais uma *pérola de grande valor* do fato destas instituições/convertimentos: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito: porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de “ego” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Este homem que se constitui por meio da linguagem na língua vê no outro a condição de existência. No desencadear das instituições, este outro é a garantia, a priori, para passagem do homem à intersubjetividade e consequentemente

à subjetividade. Através da enunciação, levando-se em conta a constância e relação da singularidade e tempo presente, estamos no ponto de partida à referencialidade! Segundo Benveniste (2005), “(...) não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro”. Isso nos empreende a entrada de um termo na relação homem/homem, assim língua/homem. A enunciação reside na língua, assim a referência existe pelo sujeito que enuncia. Trata-se do “eu” e não da realidade, da língua para exprimir o mundo não da referência ao mundo. Este “ser sujeito” se funda no processo e desenvolvimento da apropriação individual língua, é axiomático que este sujeito somente assim poderá ser se por meio da presença de outro sujeito. Todo o processo e desenvolvimento de apropriação dos

Figura: 2



Fonte: SILVA, Ricardo Alves. (2022)

falantes conflui a um jogo de interação sujeito/sujeito concebidos na experiência de uso das formas linguísticas, emergentes da língua. O sujeito estabelece-se, por apropriação, em face de dois elementos primordiais: subjetividade – intersubjetividade. São estes elementos, os quais possuem o “eu” no centro, determinadamente emantes da linguagem, e não de certas línguas distintas, o que convoca à percepção definitiva de uma presente característica conceito-universal.

Esta universalidade empreende que: as línguas em uma completa totalidade possuem/comportam a categoria de pessoa, e por meio de inciso desta mesma universalidade

sabe-se que a ausência de tal categoria nas línguas as tornam inconceptíveis. São tipos estes de noções que conclamam Benveniste (2005) a redimensionar a abordagem dos pronomes pessoais tendo como ponto de partida a noção de pessoa, uma perspectiva de centro na teoria da enunciação. O “eu” inscrito pelo precursor dos estudos enunciativos define-se por um caráter substancialmente linguístico, uma vez que é a palavra e pela palavra que o locutor coloca a língua em funcionamento. Neste ínterim, a pessoa subjetiva “eu” e a pessoa não subjetiva “tu” instalam-se verdadeiramente na linguagem como formas imprescindíveis para a relação entre os sujeitos, para o fazer intersubjetivo. Enfaticamente, a relação “eu-tu” é ponto de partida ao fundamental conceito de intersubjetividade, assim se visa haver a convocação à existência do outro no centro de uma enunciação de “eu”.

Tudo que se pode saber do "eu" é ofertado à própria concepção de "tu", por isso a qualidade não-subjetiva, implicando-a ser, a certa forma, uma criação da pessoa subjetiva criada por meio de sua própria alienação. Ainda sobre o processo de apropriação da língua, no tocante a autorreferenciação, imputa-se uma série de inter-relações primordiais, inseparáveis e imanentes atribuídas. É aqui que podemos afirmar que é a começar da existência/presença de “tu” que se cogita o “eu”. Em face do instante enunciativo, e, sobretudo, pela enunciação que o “eu” se autoconstitui, um processo que o determina *sui generis*, e assim sendo *sui referencial*. Um aspecto que nos faz reafirmar a necessidade da presença do outro (tu) em sua fala, no universo linguístico, é que sob a essencialidade da presença deste que o “eu” estabelece-se como pessoa, e a reversibilidade entre os sujeitos garante isso. Diretamente proporcional, ao passo que se concebem reciprocamente, são concebidos/fundados pela língua. É importante lembrarmos que, a teoria benevenistiana sustém-se, prioristicamente, sob a problemática dos pronomes, e não se pode deixar de pensar neste jogo de instituições a terceira pessoa “ele”.

Nesta perspectiva, a não pessoa (ele) possui funcionalidade ao articular-se a uma referência objetiva, dando-se por independente na instância enunciativa da qual é inscrita, nesta perspectiva a materialização destes termos imutados ao paradigma da terceira pessoa recaem prioristicamente ao nível sintático da língua. Das propriedades da não pessoa, extraídas do discurso enunciado por “eu”, tem-se na ordem: “1º de se combinar com qualquer referência de objeto; 2º de não ser jamais reflexiva da instância de discurso; 3º de comportar um número às vezes bastante grande de variantes pronominais ou demonstrativas; 4º de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais como aqui, agora, etc.” (BENVENISTE, 2005, p. 283). Benveniste (2005) conduz-nos em face da presença e do implemento de “eu”, tratar-se a

terceira pessoa de uma espécie de signo móvel, apto a expedir/remeter sintagmas diversos a cada instante de enunciação. Além disso, em razão de manifestar sentido único e objetivo, põe-se capaz a articular-se em virtude de qualquer referência ou nenhuma.

A problemática detida na natureza da não pessoa eleva tudo o mais fora da relação eu/tu, o que nos faz entender ser este “tudo o mais” predicado a forma verbal de terceira pessoa. A autorreferência se fortalece no próprio processo de oposição entre estas formas, isto é, se funda no jogo de diferenciações cabido no cerne do sistema pronominal, lugar onde conceitos grupais sobre cada um deles são formados, como as correlações *subjetivas* e de *personalidade*. Das correlações subjetivas, marca-se a diferença entre a pessoa e a não pessoa, o conceito isola-se em detrimento de tudo aquilo que não recebe a marca, do que não é pessoa.

A marca da pessoa assistida nos pronomes leva/conduz a particularidade. A particularidade contida na pessoa evoca/convoca sobre si duas considerações, uma dedicada ao fator inédito implicado a cada enunciação, outra dedicada à reversibilidade, que à conclusão individual da enunciação reclama à conversão imprescindível do “eu” em “tu”. A relação com o “eu” imputa e implica o princípio intersubjetivo, é na potência de ser “eu” que o “tu” torna-se/institui-se como pessoa. Por sua vez, inversibilidade proposta na relação de “eu-tu” abre caminhos para a correlação de subjetividade. A perspectiva dirigida por este conceito não coloca as pessoas em nível simétrico, homogêneo ou hegemônico, mas, sim, em um processo transcendental. Em linhas gerais, ocorre entre os dois termos (eu/tu) uma assimetria, e esta simetria conflui não serem vistos como centros independentes em face das recepções e emissões que fazem. A legitimidade do “eu” é garantida em face do próprio interior do enunciado, na natureza intrínseca da enunciação, à medida que se põe interior ao enunciado põe-se externo a tu, assim sendo a única pessoa realmente subjetiva. A categoria de pessoa é definida, na natureza de sua subjetividade, pela subjetividade tanto pela peculiaridade da personalidade quanto na particularidade da referência que faz, tendo em vista a diferenciação entre a pessoa e a não pessoa.

3.1 Autorreferência e a relação língua e escrita.

Para dar conta da autorreferência no âmbito da escrita, achamos necessário seguirmos as atenções propostas por Valdir Flores (2018), em *A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual*. Suas atenções se dão face às flutuações terminológicas no arcabouço benvenistiano, falamos de relações encontradas, essencialmente em dois de seus trabalhos: o livro *Dernières leçons: Collège de France* (1968-1969) e seu artigo *O aparelho*

formal da Enunciação (1970). No primeiro, testificam-se abordagens relacionadas às representações a nível de sistema dos tipos de escrita (alfabético/silábico), língua escrita em contraposição a língua falada. Já no segundo, a síntese do pensamento benvenisteano a respeito da escrita aparece vinculado a um caráter específico da enunciação, dois fazeres possíveis à enunciação: a falada e a escrita. Diferente dos certos levantamentos em *Ultimas aulas no Collège de France*, a parte final do artigo *O Aparelho Formal da Enunciação* deixa de lado a representatividade sistêmica dos modelos de escrita, e isso inclui o caráter peculiar/comum dos sistemas semióticos dos quais carregam. Flores (2018) explicita citando algumas das observações na relatividade teórica, sinalizando que: há “termos que são diferentes do ponto de vista da expressão, mas relativos ao mesmo conceito (uso sinonímico). Há, ainda, termos que adquirem nuances de sentido em diferentes momentos de reflexão do autor (uso polissêmico)” (p.367). Parte de uma problemática que não trataremos de esgotar aqui, contudo foquemos em direção à autorreferência, como dissemos dantes, especificada no âmbito da enunciação escrita, direcionada ao corpus literário, e no intermédio de seu escrutínio, uma feitura analítica de um objeto fantástico.

Por um ordenação na qual achamos maior coerência, trataremos primeiramente de um dos possíveis desdobramentos imputáveis ao ato individual da enunciação, que apropriada pelo locutor, coloca-o em uma dual relação, língua e escrita. Para o percurso, não só deveremos explicitar a distinção entre a enunciação falada e enunciação e escrita, como também considerar, como bem revelou Benveniste (2005) na conclusão do artigo (1970), as alterações lexicais que a enunciação circunscreve, além da fraseologia, noção constante e, possivelmente, essencial à oralidade. Como citamos anteriormente e superficial, a enunciação escrita e a falada difundem-se/situam-se por meio de dois planos, assim: “o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (BENVENISTE 2005, p. 90). Por esta citação encontramos o cerne da relação autorreferência, que pressupõe a presença do enunciador e a língua escrita. Tanto a fala quanto a escrita se abrem, segundo a perspectiva benvenistiana, frente à análises de formas complexas do discurso dadas a partir do próprio quadro formal da enunciação.

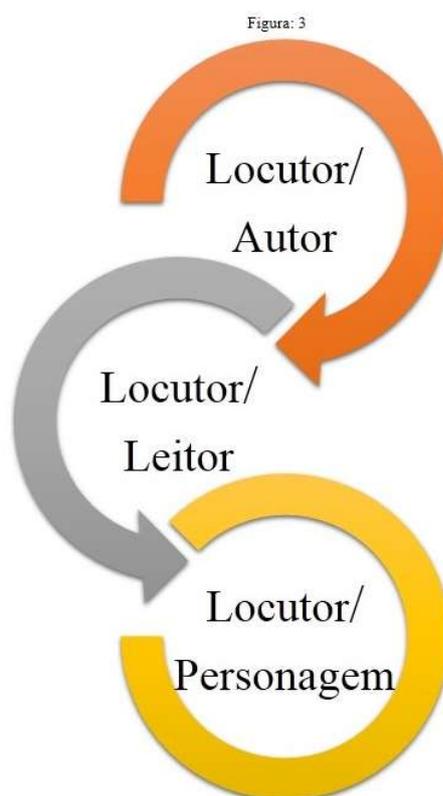
As alterações lexicais são atravessadas pelo ato individual, do sistema da língua o indivíduo se apropria tornando-se locutor mediado por razões necessárias à enunciação. Estamos falando, de fato, do ato de produzir um enunciado, do qual depende de uma manipulação dos caracteres linguísticos pelo enunciador. Dos vários aspectos processuais da

relação locutor-língua os que mais reagem em face dos nossos interesses estão, de um ponto: a oferta dos caracteres pelo próprio sistema da língua, que por sua vez, ordenados em necessários, permanentes, incidentais ligados à especificidade do idioma do enunciador. Apropriando-se, o falante denuncia sua posição/lugar por meio de índices específicos, de pessoa, de lugar e de tempo, assim também por procedimentos acessórios implicados na língua. De certa maneira, estão impressas na enunciação, isto é, no próprio ato individual, as marcas das situações em que se realiza a própria enunciação, os instrumentos de sua realização atentados no uso. Noutro ponto, competente à fraseologia, está o do “sentido”. A partir do significado é que se tem a formação das “palavras”. A relação/interação destes termos está para a perspectiva de semantização, que por sua vez, cabe, assim como a semiotização, à competência da enunciação. É por meio desse processo semântico-enunciativo que se tem a teórica presença do “signo”, e assim, concomitantemente, à presente análise da “significação”. Talvez, o que se pode mensurar é que antes destes processos, e, sobretudo, das considerações e engendramentos feitos sobre eles, necessários à enunciação do locutor por meio da escrita, seria senão potência de enunciação por meio da escrita. Assim como a enunciação falada, o ato individual conduz o locutor a utilizar da língua, primeiro que tudo, o leitor como parâmetro nas condições necessárias à própria enunciação escrita. Dado por meio de um intercâmbio semiológico, a escrita se apresenta no fazer de uma representação gráfica, a língua é efetuada/materializada em instância de discurso, local estruturado de um locutor/autor. Sob formas determinadamente sonoras, a enunciação escrita alcança um tipo de ponto de fulgor que pressupõe um ouvinte, que de mesma forma à enunciação falada, fomenta outra enunciação partilhada/confluída a dois distintos sistemas singulares e locutores interindependentes: do leitor e da personagem. Acha-se garantida disso, a natureza do processo comunicativo imputa/aloca o locutor sobre o sistema da língua, que por sua vez introduz o outro no jogo da interlocução.

O leitor/interlocutor põe-se imerso/participante, neste panorama, em face do locutor/autor, de uma enunciação do qual cada instância de discurso constitui-se como centro de referência interna. A sua maneira, esta referência dada no interior da instância, além de única para em cada acontecimento, conduz os interlocutores, referindo-se pelo discurso, a criarem, naturalmente, possibilidades correferenciais idênticas.

Este fenômeno conferido pela presença da língua, concede pragmaticamente que cada leitor/personagem, na condição de locutores, prostrem-se com colocutores. Segundo Benveniste (2006), “a referência é parte integrante da enunciação” (p. 84). Tanto autor, leitor e personagem, à suas perspectivas, encontram-se e criam, sob seus universos, situações plenamente distintas, a certa maneira, inconscientes. Estas situações são forjadas à luz da comunicação, do enfrentamento personagem a personagem, da dissociação do signo por meio da intersubjetividade. Há uma correnteza comunicativa harmonicamente encadeada, organizada sobre valores específicos, sobre distinções, a começar do locutor/autor que graficamente enuncia, e segue ao locutor/leitor que recepta a enunciação gráfica e enuncia psíquica-iterativamente em direção às personagens. As personagens, a seus instantes, enunciam em um jogo de formas específicas conduzindo seus semelhantes, fantásticos locutores, a uma relação enunciativa incessante e necessária. Não homólogo à abordagem teórica da relação língua-escrita do artigo *O Aparelho Formal da Enunciação* (1970), a obra *Dernières leçons: Collège de France* (1968-1969), doravante Últimas Aulas, presentifica várias perspectivas tecnicamente introdutórias à escrita enquanto mecanismo de comunicação.

O gráfico abaixo desenvolve a intersecção enunciativa entre os locutores contidos no corpus literário, ou seja, os envoltos que, a certa maneira, corroboram juntos para uma realização global do fantástico literário. Há, neste complexo, vozes que constituem o conteúdo imagético produzido pelas personagens da obra em questão. Um tipo de enunciação em espiral



Fonte: SILVA, Ricardo Alves. (2022)

que se manifesta desde o autor até a personagem. Ela tem ponto de origem no autor, e se estende por toda a obra metaformando-se, adaptando-se a cada um de seus detentores. Corroborando estas afirmações, o capítulo II, denominado *Língua e Escrita*, exhibe-se um pensamento prioristicamente voltado à escrita, e por ela a verificação extrema e íntima da língua em sua totalidade. A priori, a língua concede, em suas várias possibilidades, no pensamento a forma escrita, e é nela e por ela que se tem/adquire os signos linguísticos suas particulares realidades, além de sua visibilidade. Na busca da significação tanto da língua, como vimos pelo artigo de (1970), quanto da escrita, Benveniste (2014) depara-se com uma linha simétrica entre os dois sistemas. Segundo o autor, “A aproximação entre /língua/ e /escrita/ permite estabelecer uma relação de homologia entre /falar/ e /ouvir/, de um lado, e /escrever/ e /ler/, do outro” (p. 173). A visão, benvenistiana, de suplementação da escrita à língua, aperfeiçoa a visão saussuriana que entende serem sistemas completamente distintos, tendo relação apenas na representação.

Tecnicamente, para Benveniste (2014) a escrita é a forma secundária da fala, e por ela a “fala/enunciação” é transferida à suplementação da audição à visão. Entre os dois casos apontados por Benveniste (2014), signos/escritos fixos e signos/escritos variáveis, os variáveis/alfabéticos compreende a língua em questão, dominante sobre o corpus (literário) e sobre o objeto (personagem). Neste sentido, a suplementação da escrita alfabética restitui a composição exata da fonia dos signos, o que, conseqüentemente, desencadeia a produção visual das variações sígnicas, como as morfológicas em: pensar, pensamento, pensou, pense etc. Mas em que medida a escrita revela uma forma secundária da fala? Ela (a escrita) se manifesta de maneira secundária ao passo que comporta sobre si duas especificidades, uma semiótica outra semântica.

Estas duas especificidades são, de maneira restrita, características do discurso ou da expressão linguística, quando em face de outros sistemas semiológicos. Nesta perspectiva, a função da língua encontra-se em sua interpretância e atributo associativo de sistemas semióticos aparentados. Pretendendo levantar noções sobre a relação língua e escrita como sistemas distintos e significantes, manjados ao nível de signo, é a noção saussuriana que Benveniste (2014) recorre para a base da representação. Essa consideração levaria a uma aplicação dupla do conceito de signo, constatando-se que a noção de signo linguístico está contida na noção de sistema linguístico, de mesma maneira pode-se falar em um sistema dado a escrita. Imprime-se, resumidamente, sobre os dois conceitos a dicotomia do significado + significante. Esta adoção de Benveniste por Saussure leva-nos em direção a uma problemática, nela vê-se que o

“grafo” (a representação gráfica) apreende um significante, completando o “fone” (a representação do som) para o significado. O signo da escrita se totalizaria na associação do “grafo + fone”, assim imprime-se uma correspondência grafo-fônica e não um sistema de significantes não-concordantes. O caráter do signo linguístico representado pela escrita é visto/tomado como comum e não técnico/estrutural. A noção de representação, em Ferdinand Saussure pelo *Curso de Linguística Geral* (2012), exatamente por trazer, metalinguisticamente, visibilidade da linguagem falada. A escrita é a linguagem visível, é a forma falada fixada através de um sistema secundário de signos! Sua disposição secundária permite a consciência do discurso e dos elementos formais, como também a análise de todos os seus aspectos (BENVENISTE, 2014).

Recaímos, agora, em mais uma observação: a sensação de representação. Por tornar-se relativamente intrínseco à enunciação, o sistema semiótico gráfico (a escrita) funda-se em revezamento junto à fala em um processo semiótico conversacional. É esta noção de ser parte integrante da fala que nos leva a crer ser a escrita impressa nas narrativas fantásticas a própria fala, um sistema continuamente apto a tornar-se a fala. Talvez essa possibilidade de aptidão da escrita, em retorno, tornar-se de fato a fala enverede-nos em uma problemática interessante, empreenderia esta aptidão da escrita à noção de realidade, ou verossimilhança na existência das personagens de romance? A similaridade entre os sistemas (escrita/fala) leva-nos a considerar, sob uma espécie de paradoxo, a fala (escrita) dos personagens à própria fala humana (a linguagem não visível).

Havendo nesse processo/deslocamento, fala/escrita das personagens, a manifestação de elementos como reciprocidade/identificação linguística, personificação/subjetividade e intersubjetividade. Em congruência as perspectivas levantadas em face das manifestações da escrita, obtém-se, mediante processo, um subsistema contido na natureza do sistema da escrita, o prolongamento da fala. Quanto a esta espécie de prolongamento, Benveniste (2014) sinaliza que: “o sistema primário voz (a boca) - orelha é *revezado (relayé)* pelo sistema secundário mão (a inscrição) - olho. A mão tem o papel de emissor traçando as letras, e o olho se torna receptor coletando os traços escritos” (p. 179). Esta perspectiva coloca, os integrantes acessórios do corpo humano, boca e orelha a serviço do sistema fônico, assim mão e olho serviço da grafia, fechando assim o circuito de representação.

A língua possui lugar de destaque mediante este fenômeno, pois é o único sistema semiológico que desfruta de significação dupla, uma, vê no agrupamento de signos a

possibilidade de uma construção complexa de enunciados, revelando operações e fisiologias distintas entre “reconhecimento” e “compreensão”. Outra, é realizada/ efetivada enquanto conjunto de signos, os quais possuem reconhecimento por todos as quais ela (a língua) faz comum. A escrita aparece nesse plano como um sistema de reconhecimento das unidades traspostas, um reconhecimento dado fora da situação de emprego. A especificidade da escrita, que é a decodificação e manuseio dos signos da língua falada confunde, colocaria em relevo o sucesso fantástico contido nos signos do rol literário? Acreditamos que sim, pois o ato de apontar quais são seus discriminantes impõe ao sistema de escrita um dado superiormente complexo, em face da representação. No tocante à ação de sermos conduzidos ao encontro com a língua, esta condição modifica a própria natureza da semiologia, e assim a natureza do engendramento dos sistemas aparentados à língua. Advogamos que, toda a noção de língua e suas representações encontradas, terá, a parte, a presença da linguagem potencializando seu fazer, destas capacidades destacamos não só a contingência de signos dissociados nas operações fantásticas dos romances, mas também a autosemiotização da própria língua. Esta dissociação de que citamos, nivela-se ao conceito de decomposição da *unidade da língua*.

Transportamos a teorização de decomposição formal, que considera-se a língua como forma que prostra-se “independente daquilo que se comunica” (BENVENSTE, 2014, p. 148), para a dissociação das unidades semiótica das palavras no rol literário, ao fim, versadas tanto pelo locutor/autor quanto pelo locutor/personagem. Para que este dado seja presente, é preciso que haja consciência do enunciado, ou seja, uma consciência advinda do verossímil, do quase-juízo. Quaisquer desses locutores, no fazer dissociativo do sistema de signos, deve ter consciência/domínio do ideal da frase, a consciência do ato individual. Este é um ponto que os leva (autor/personagem) a destacar/sinalizar a iniciativa/intenção e emprego ideal das frases, e, sobretudo, o reconhecimento e isolamento dos enunciados objetivados.

Da inter-relação da tríade língua, sistema de escrita e locutor/autor, pode-se observar não só a semiotização da língua por meio do romance fantástico, mas também a autossemiotização da língua. Especificamente, o conceito de autossemiotização acha garantias de sucesso, de ponta a ponta, na própria natureza do sistema representativo da escrita, que em totalidade é instrumento autossemiotizante, e, acerta maneira, metalinguístico em face da própria língua. Como salienta Benveniste (2014), faz-se importante o lugar da escrita em todo o percurso/progresso analítico em razão da linguagem, ela concede à língua a objetivação de sua própria substância, além de viabilizar o estudo formal de sua própria existência.

Em suas implicações, a escrita é, em sua capacidade de representação, instrumento formal de objetivação. Ela (a escrita) possui caráter global nas esteiras de análise de toda língua, enunciando laconicamente uma sucessão de ideias oriundas da linguagem-discurso, então implanta uma formação de registro/dado/história de modo integral. No centro do sistema comunicativo, a escrita está no entremeio de duas possíveis representações/materializações: primeira, da fala, conduzida por palavras discretas, segunda, da organização da linguagem interiorizada que implanta a cadeia vista no discurso, sendo, entre estas representações, a língua um fator interpretante fundamentalmente comum.

É a língua que concede a possibilidade/habilidade de representação a todos os seus objetos ou processos, isso inclui os, ora destacados, elementos (escrita; conceito de linguagem internalizada). Nos amparamos nestas perspectivas benvenistiana dedicada a todas as relações humanas, funções de produção e geração, para incluir todos os objetos do fazer literário. Sendo estes objetos os símbolos, as situações icônicas, os gestos, ritos, espaços e ações fantásticas, toda a verossimilhança nos relevos da representação conferida pela língua, e na imputação que ela propõe, destes, em significantes. Leva-nos a crer que, com o trabalhar da língua sobre seu autoexame, sobre sua autorredução, ela convoca a escrita a tomar lugar, ou melhor, a deslocar-se de instrumento à ícone do real/fantástico. Neste direcionamento, o autor/locutor, o leitor/locutor e o personagem/locutor, em suas inerentes particularidades, desfrutam, enquanto referentes, paulatinamente, a representação do próprio discurso, fato que evidencia a autorreferência no fundamento da enunciação.

3.2 A enunciação benvenistiana na obra literária

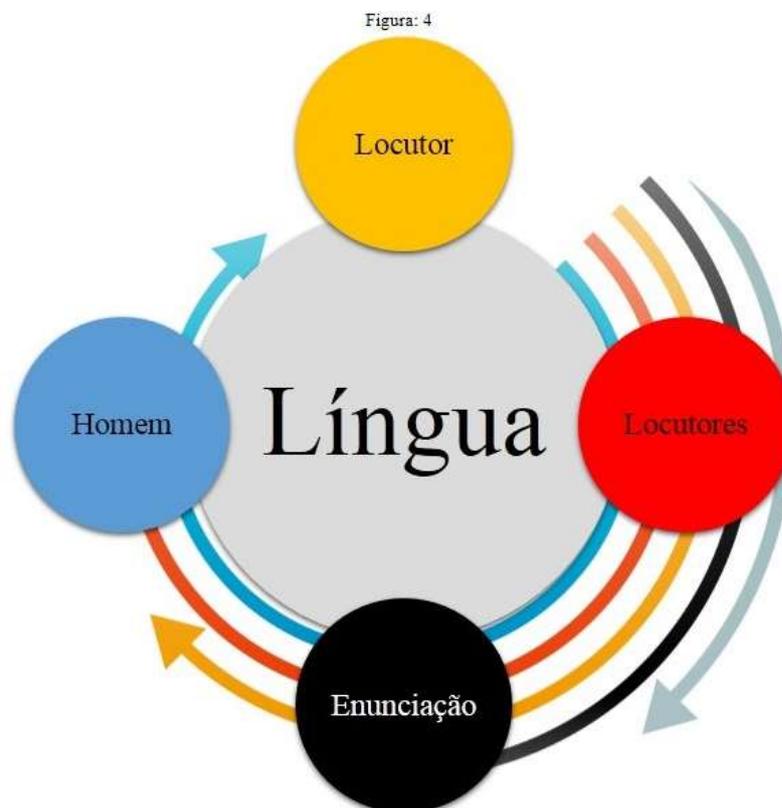
As abstrações advindas do fenômeno das formas linguísticas se deparam com um transmutação ao campo do comum, no instante de enunciação. Considerando a passagem hierárquica que vai do leitor às personagens, a inter-relação entre sujeitos faz-nos depreender que as personagens projetam-se, articulam-se e emancipam-se por meio da enunciação. Por este viés, o protótipo fantástico implantado, o trágico, a ausência, a presença, torna-se mais uma das possibilidades do fazer da língua, uma espécie de abstração linguística conferida pela linguagem. Esta conferência da linguagem, na e pela língua, deságua na razão e percepção de emergência e impressão dos índices de pessoa em detrimento das presenças sobre o rol literário, uma vez garantida pelas categorias da linguagem (eu e tu), assim também suas assumidas posições dentro da própria linguagem. A relação enunciação – autorreferência – personagem tem seu centro fantástico na enunciação, à medida que o termo “eu” é denotado a partir do locutor que

profere, a personagem estrutura-se tendo em vista a necessidade de se marcar, por transcendência, frente ao “tu”. A natureza enunciativa das personagens no rol literário, exatamente como na enunciação falada, conta com índices inúmeros índices de ostensão. Materializados, por breve exemplo, em *este, isso, aqui, agora*, implicam a designação de locutor ao mesmo tempo em que “este” é pronunciado em face da própria instância do termo (BENVENISTE, 2006).

A arquitetura literária, erigida pela enunciação de seus indivíduos (personagem em ação de fala), materializa-se por meio dos tradicionais pronomes pessoais, demonstrativos, juntamente a momentos e lugares evocam assim a representação da referência e da autorreferência da personagem. Observa-se que, ao passo em que a própria personagem marca-se em face da enunciação, marca-se também todo o ambiente, todo o tempo, ambos autorreferenciais e coexistente de “eu”. É na enunciação que se confere existencialidade dos sujeitos sejam fantásticos ou reais. Cada enunciado traz a vida e morte de uma ideia, ou seja, de um dado revelador da presença/ausência. A enunciação, agora exposta por meio de personagens fantásticas e na modalidade escrita o que inclui grande parte dos gêneros literários, é atualizada por meio dos falantes. Ela (a enunciação e com ela a autorreferência) nada mais é que puro ato individual das personagens, um processo necessário e contínuo de um fenômeno complexo esboçado através de caracteres formais no interior da língua, do qual, uma porta de entrada ao discurso. A enunciação é a representação da existência no mundo! (BENVENISTE, 2006). As personagens não somente nascem como indivíduos linguísticos, mas também como indivíduos fantásticos nascido, como já enfatizado, da possibilidade do homem na linguagem e da potência das coisas preexistentes do mundo. O status fantástico emerge da própria produção de enunciados os quais estão contidas as personagens. Cada status fantástico é projetado a cada enunciação proferida, cada engendramento que fazem os locutores fantásticos é sempre único, singular designando assim sempre algo excepcional. A virtualidade, neste íterim, se dá em dois níveis: primeiramente, pela atualização do sistema da língua em face da enunciação, segundo pelo próprio status de materialização das envoltas personagens. O tempo presente é

meio axial para o sucesso “verossímil” da realidade do dizer, uma realidade não simétrica à realidade do mundo que, a certa forma, coincide com o momento da enunciação.

Destaquemos este momento de enunciação, pois nele a língua se organiza através de



Fonte: SILVA, Ricardo Alves. (2022)

instâncias de discurso. A presença da instância de discurso, por sua vez, empreende/imprime traços, rastros, marcas do locutor/personagem lotado/constituído no centro da referência interna à língua. A situação dedicada a cada personagem, que ao final constrói um grade mosaico de eventos extraordinários, é expressa pela instância de discurso e sobre ela inscrevem-se as coordenadas de pessoa, tempo e espaço potencialmente fantásticos. Sinalizamos que: enquanto o lugar/o espaço é atingido objetivamente pela terceira pessoa, configurando-se em termos de coisas e eventos dentro da narrativa, a temporalidade é quadro inato do pensamento das personagens. Centrada no presente de que é origem, o tempo imprime/situa a enunciação do locutor/personagem no mundo, Benveniste (2006) implementa que: “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo”. Esta passagem permite-nos inserir também, no tempo, as criações projetadas/avivadas pelo homem, sendo estas nascidas da enunciação respeitará as diretrizes linguisticamente formais desta, a exemplo da própria morte/substituição.

A relação eu/tu (referência/coreferência) efetua uma situação específica exatamente ligada à suas expressões, um sentido singular em seus discursos se focarmos em suas perspectivas enquanto sujeitos convertidos. Dentro da instância de discurso, lugar do “eu”, tanto os procedimentos acessórios quanto os índices específicos põem-se disponibilizados à enunciação. Segundo Flores (2018), Benveniste elenca uma lista que vê: a intimação, a interrogação, a asserção, além das modalidades formais pertencentes aos verbos ou às fraseologias. Esta perspectiva conduz-nos pensar sobre a infinidade de acessórios requeridos em face da enunciação das personagens, o emprego da palavra envereda no além mar dos sentidos. Locadas em frases, ideias, as palavras submetem-se a restrição das novas leis o que conflui a uma espécie de agenciamento (BENVENISTE, 2006).

3.3 A autorreferência e a autoconstituição das personagens.

Concedido pela língua, a escrita cria um universo de possibilidades enunciativas e autorreferenciais no âmago da narrativa. Este ato concessivo viabiliza o locutor-escrevente a poder criar personagens, colocá-los em relação na trama, estabelecer diálogos, fazê-los enunciar, criando novas referências, dando-lhes a possibilidade escrever, dialogar etc. A autoconstituição, por sua vez, fundamenta-se na passagem desse locutor/personagem a sujeito. É a natureza intersubjetiva partilhada/percebida particularmente entre os sujeitos que cria, a certa forma, a tessitura intrínseca do sujeito. É nas relações que o sujeito se experimenta, e é na diversidade e interações/trocas comunicativas dos sujeitos que se releva a noção de realidade destes mesmos sujeitos fantásticos.

Há uma realidade potencial cravada em cada sujeito, em cada unidade, e é nas trocas comunicativas que esta realidade manutenciona-se. No protagonismo de todo o processo versado sobre os fenômenos, autorreferência e autoconstituição, está a língua. A língua oferta converte, suporta, atualiza e, sobretudo, regulariza formas representativas nos fatos humanos, sejam eles reais ou fantásticos.

O fantástico definitivamente revela-se, mediante a representação escrita. E sobre a condição esta forma representativa origina-se, a certa maneira, um conjunto de regras/normas fixadas/materializadas sobre condições sintáticas, sob esta perspectiva evidencia-se/testemunha-se as fantásticas escolhas advindas do locutor/escritor e, sobretudo, do locutor personagem que a esta altura já não mais o pertence. Vale admitirmos que, as considerações feitas às formas da língua não são semelhantes as situações e condições de emprego da língua,

como alertado por Benveniste (2006), mas garantimos ser o princípio para todas as condições dentro da locução, e isso inclui o exame e a análise da autorreferência. Tanto o corpus trabalhando (literatura fantástica) manifesta, através da representação escrita, o emprego da língua em modelo extraordinário, dissociado significativamente, o que acerta maneira atinge duplamente a língua inteira.

No centro desta forma extraordinária que é a linguagem literária, está a enunciação representada por um estandarte feito de pura singularidade e experimentação. Ao tomar a língua como uma espécie de instrumento, a personagem fantástica fada-se a marcação de si mesma que é a autorreferência e a autoconstituição na suposição individual da língua-discurso. A escrita planeja um confronto entre “sentido” e “palavras”, saímos de uma das sustentações enunciativas, as formas linguísticas para enveredamo-nos em outra, a da semantização tendo como ponto de partida o personagem. A semantização para a constituição centra-se, por sua vez, sobre o domínio do signo dissociando/potencializado em relação ao real, manifestando um fator excepcional à análise da significância. Coisa bem necessária é a instância de discurso, lugar onde define-se este “eu” fantástico. Neste aspecto, é pela enunciação escrita que se representa a forma sonora que remete a outra personagem e estimula outra enunciação “coerentemente” correspondente. Assim, um tipo de percepção da realidade alberga-se em cada um dos locutores, criando uma teia de interlocução e realidades correspondentemente distintas, e esta são suas formas particulares de relação com o mundo. Há uma primazia tanto no processo de locução quanto no da interlocução, é a referência. É o processo singular da referencialidade na enunciação que erige outro ainda mais específico, fundamental e semelhantemente singular, a autorreferência. A presença da personagem em sua própria fala constrói, por meio da instância de discurso, um fantástico centro de referência interno, e é fantástico, pois é inconsciente a si e consciente, a certo modo, ao locutor/leitor.

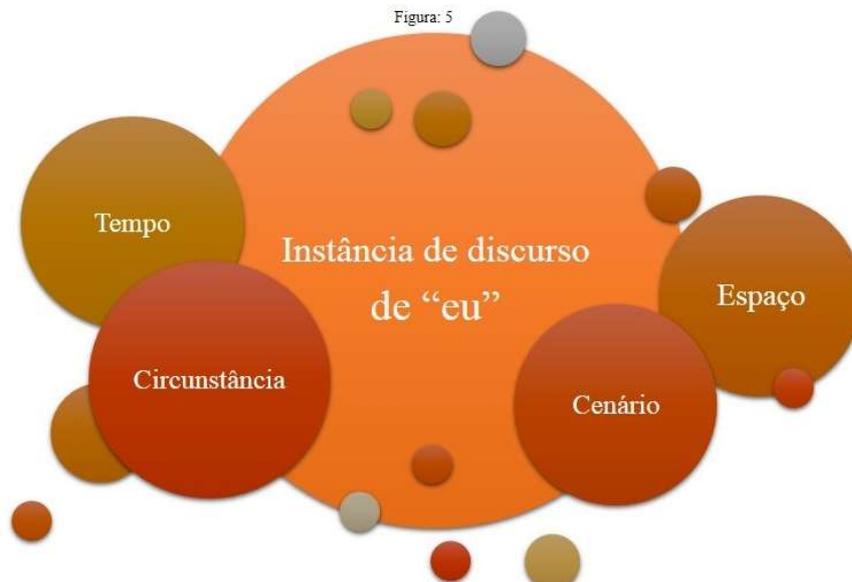
Dialogando imagetivamente, este locutor/leitor está, assim como as outras personagem, em uma relação constante e necessária em face da personagem que enuncia. Ela, a instância de discurso, é o palco/espço para que se consista não só a autorreferência do locutor por mediante formas específicas, mas também para a autoconstituição das personagens multiplicadas, ou dilatadas por variados índices de ostensão. E se remetemos aos índices de ostensão para a declaração fantástica das personagens, devemos hierárquica e primeiramente declara sobre a substância e emergência dos índices de pessoa. Ao autoinstituir-se no rol do extraordinário, o “eu” locutor/personagem também passa a institui fantasticamente seu co-locutor/personagem,

numa relação “eu/tu”. A relação enunciativa de “eu/tu” - “ele” origina/configura toda a substância vista no espaço, isto é, dá origem a todos os objetos, lugares e assim também outros seres. A extraordinária capacidade de enviar indivíduos linguísticos, põe estes índices sob o julgo da configuração de toda a cor local, tendo em vista a íntima relação que produzem entre o ato individual de enunciação e a criação de uma perspectiva de mundo fantástico pela enunciação.

Cada enunciado carrega fielmente não só um fator geratriz de criação, disposto pela língua na língua da personagem, mas também a construção e desconstrução de um novo paradigma fantástico revelando um contínuo entre nascimento e morte. Nesta perspectiva, o espaço e o tempo se configuram concomitantemente e inter-relacionados à instância de discurso. Há uma infinidade de imagens fantásticas determinadas pela presença e automarcação do “ego”, ponto central da enunciação, a exemplo, o complexo das formas temporais. A enunciação alberga em uma mesma superfície três fenômenos inter-relacionados: a língua, as categorias (tempo e espaço) e a instituição e autoinstituição do(s) indivíduo(s) fantástico(s). Centro do tempo enunciativo, o presente, é também responsável, como aparelho necessário, da plasticidade das imagens oriundas do dizer, por ser um dado do pensamento. Talvez o centro do fantástico se dê na origem do tempo, que é o presente. Há em uma mesma superfície, pelo que podemos perceber, duas situações dotadas ao tempo: uma competida ao locutor/personagem, outra ao locutor/leitor. Sabendo que as implicações do tempo-linguístico são remetidas aos dados do pensamento, torna-se absoluto e multiplamente fantástica a representação enunciativa pela escrita justamente por um tipo de assimetria dissociativa do tempo entre os tipos locutores. O tempo presente cria em cada um destes tipos uma realidade que só se fundamenta na enunciação. Toda a projeção das falas das personagens, o que corresponde a inúmeros deslocamentos do tempo presente, remete sempre e tão somente ao presente.

Ao locutor/leitor é reservado a consciência destes deslocamentos temporais dispostos ao personagem/locutor. E, de certa forma, a percepção temporal autorreferenciativa do locutor/leitor para com o locutor/personagem desencadeia certo domínio. Um domínio que o leva, enquanto locutor, a empossa-se por ato individual da fala do outro, um fenômeno que homogeneiza em uma mesma condição leitor e personagem. E, é pois, somente pelo presente que se pode fazer luz de entendimento ao quase-juízo. Vive-se o verossímil sempre através do “agora”, pela inserção do discurso no fantástico mundo. E o tempo demonstra sua

autorreferencialidade em face da inerência à enunciação, que se renova em cada enunciado, além de ser disposto à coextensividade diante da presença de “eu”. Este dado fenômeno



Fonte: SILVA, Ricardo Alves. (2022)

imprime, na narrativa, o sentimento de continuidade/perpetuidade dos fatos de mundo em questão, presente no ser de cada locutor/personagem, um fator especificamente delimitador. A locutor/leitor tem aí a oportunidade de submergir em uma realidade destinada ao locutor/personagem, difundida pelas referências internas à instância de discurso.

Nesta perspectiva, nasce a noção sobre os locutores sobre que é presente no “extraordinário” e o que não é mais. Este dado extraordinário está lotado na eficiência e natureza da enunciação, ela por sua vez é responsável por certos signos dos quais a personagem enquanto fala promove/emprega a existência. Segundo Benveniste (2006): “eles não poderiam surgir nem ser empregados no uso cognitivo da língua. (...) não existem senão na rede de “indivíduos” que a enunciação cria e em relação “aqui-agora” do locutor” (p. 86). Atesta-se a garantia dos fantásticos signos em rotação na literatura por meio da enunciação escrita. Por possuir alta substância esta garantia demanda a própria enunciação, que por sua vez, fornece condições necessárias às grandes construções sintáticas difundidas em cenas/enunciados pelas personagens. O desejo de ter do outro, leva o enunciador a se servir do sistema da língua, e conseqüentemente do aparelho de funções. Os artigos protagonizados por Benveniste fazem-se presente em privilégio deste ponto de pesquisa, o jogo complexo, *continuum et adinfinitum* da referência/autorreferência em benefício da enunciação.

4 DOS TEXTOS SELECIONADOS PARA O CORPUS

Começemos pelo artigo *A natureza dos pronomes* (1956). Neste, Benveniste nos guiará sobre duas perspectivas imputadas às realizações/operações dos pronomes na língua. Como ocorrência da linguagem, ele perceberá que os pronomes não constituirão uma classe única, não poderão ser julgados generalizados, pois são já no modo de linguagem puramente distintos. Eles, “eu/tu – ele” são signos, diferenciadamente únicos enquanto existência. Sob os pronomes atesta-se, por meio dos estudos benvenistianos, a universalidade dessas formas e noções, falamos da natureza dos pronomes. Esta universalidade jamais se porá a faltar, no contexto da linguagem, ainda que em algumas línguas a presença explícita do pronome não seja representada. Esta especificidade é explicada por Benveniste: Justamente a distinção entre os indicadores/índices e a categoria, uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo que chamaremos as “instâncias do discurso”, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavras por um locutor” (BENVENISTE, 2005, p. 277).

Esta citação nos resolve perceber dois domínios, um da sintaxe, outro da instância discurso. Formalmente, ele revela o quadro opositivo sinalizando que a terceira pessoa é plenamente (função/natureza) divergente da primeira, assim também da segunda. A não pessoa garante aos participantes da enunciação não só a capacidade de tomar qualquer elemento como objeto de discurso, inclusive os próprios participantes ou mesmo a língua, como também a de definição no quadro enunciativo. Nesse sentido, a categoria de pessoa é definida por aquilo que ela não é (a não pessoa!)! Tecnicamente, o pronome “ele/ela” segue um tipo de função representativamente sintática nos fatos, dada entre a associação das palavras ou das frases.

Estes, se alongam/engrandecem em face de termos lotados em diferentes “partes do discurso. Integralmente, a terceira pessoa “corresponde a uma necessidade de economia, substituindo um segmento do enunciado e até um enunciado inteiro, por um substituto mais maleável. Assim, não há nada de comum entre a função desses substitutos e a dos indicadores de pessoa (BENVENISTE, 2005, p. 282). Estando a marca de pessoa para “eu/tu”, “ele/ela; eles/elas” marca não-pessoa, por outras palavras, a terceira pessoa diz respeito a uma propriedade da língua de tomar qualquer coisa como objeto de referência, inclusive ela mesma. Em consequência, no quadro enunciativo da língua, é possível que os participantes do discurso se autorrefiram, e por este seguimento: a sintaxe da língua institui-se no intermédio da não-pessoa concebendo a referência. No engendramento destas categorias, especificamente, entre o “eu” e um “nome” há constado uma noção lexical à competência da não-pessoa que transcende a constatação de simplória de diferenças. Os índices/indicadores estão na base das diferenças

inscritas no plano das formas, enquanto que as categorias se prendem ao próprio processo de enunciação linguística e que são de uma natureza mais geral e mais profunda (BENVENISTE, 2005, p. 278).

Toda a problemática enunciativa se desenrola fundamentalmente no intermeio de cada instância de emprego de um nome revela uma noção constante e objetiva sobre o mesmo, apta a manter-se virtual/atualizada, com caráter sempre idêntico, em prol da comunicação que aviva. No contrário disso, se põe o “eu”, faz referência somente a si mesma, representa um ser único, tem em sua propriedade a organização da língua, assim instituindo o “tu”, um alocutário da instância discursiva que o “eu” a si próprio contém e a possível reversibilidade. Este ser único está fadado a ser: único, a tomar para si sempre a palavra, ser intercalado a cada instância, além de inconstante e subjetivo. Neste raciocínio, o nome que se atualiza a desfrute de um objeto singular, sendo elemento do inventário lexical da língua determina-se em: representar as possibilidades de uso da língua; e se refletir/se atualizar sobre um objeto frente a uma conjuntura enunciativa factual. Os artigos, brevemente, citados oferecem aspectos problemáticos e potencializados destinados à nossa pesquisa. Tendo a enunciação como carro-chefe, além do entendimento dos pronomes nas línguas, trataremos de descrever os entendimentos encontrados os quais destacam, às suas respectivas maneiras, o homem na língua.

Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), Benveniste (2005) inicialmente entende que os verbos concordam com pronomes em certas funções, pois escreve-se como um tipo de classe, ou espécie de palavra que se sujeita à categoria de pessoa. Outro aspecto de concordância está na presença do verbo em todas as línguas, estendendo-se por meio de conjugações segundo seu modo de referência à pessoa. O verbo é, a certa maneira, essencial para a expressão da pessoa, para determinação do número, nas convivências das quais institui a posição estabelece-se mediante forma verbal dotada de um índice pessoal. Há, como vimos anteriormente, duas pessoas e uma não pessoa e, neste seguimento, o jogo de oposições entre elas constitui a teoria linguística da pessoa verbal, lembramos que tudo é possível ao que enuncia. A partir do enunciador, emana-se a noção justa entre as relações de pessoas, segundo Benveniste (2005) o que toma a relação justa é a disparidade entre as duas primeiras e a terceira. Na relação das duas primeiras destaca-se, por meio da presença do verbo, uma pessoa implicada e, sobretudo, um discurso sobre ela. O destaque autorreferencial, além de tudo, está nesta

assertiva que vê que a enunciação revela um “eu” dizendo “eu”, o que, de certa forma, não pode jamais omitir-se.

Assim domina a instituição do “tu”, inconcebível sem o “eu”, e fora da relação “eu/tu” está a terceira pessoa (o ausente), é pela não pessoa que as pessoas se especificam. Sobre *As relações de tempo no verbo francês* (1959), manifesta-se, pelo teor e contribuição, maior especificidade a marcação do verbo entre as pessoas, e a sinalização das oposições. A existência das três grandes categorias: passando, presente e futuro, imprimem outras divisões temporais das quais potencializam e problematizam, mediante a instância de seus empregos, em prol de suas próprias organizações. Assim como nos pronomes, os tempos fazem parte de um sistema complexo montado sobre diferenciações, dispostas entre dois sistemas, qualificados distintos e complementares. Ambos sistemas encontram-se a serviço do falante, o que implica pensar haver um nível enunciativo destinado a cada sistema, um histórico outro discursivo. Por sua vez, no artigo *Da subjetividade da linguagem* (1958) Benveniste rejeita veementemente a concepção de linguagem como instrumento de comunicação, apoiando-se em argumentos que explicitam o caráter discursivo e alteritário da linguagem. Segundo ele, a linguagem está na natureza do homem. A subjetividade está fundada na linguagem, na capacidade do locutor se autoproclamar sujeito, e é essa linguagem que o institui a realidade.

Ela é imprescindível à construção da referência e da autorreferência que decorre do exercício discursivo da língua. É na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito do discurso, sujeito da ideologia, sujeito do *ego* e sujeito de seu contraste. Na literatura, as personagens ganham vida na e pela língua, contamos também com suas representações: caso da escrita que é representação gráfica da língua. A noção de pessoa, nesta perspectiva, é constituída exatamente na condição de diálogo/reciprocidade, ou seja, no exercício da língua. Já a categoria de pessoa é firmada dentro e fora da linguagem por intermédio da instalação da subjetividade. O conceito sobre homem revela uma noção antropológica, revela o aspecto antológico do animal político, que enunciando revela um locutor cuja subjetividade de sua linguagem o converte sujeito, materializado pelo status linguístico de pessoa “eu”. O locutor, por sua vez, revela uma oposição de plena experiência, uma experiência de apropriação da língua em face do sujeito. O próprio ato de produzir um enunciado, pelo locutor, incide sobre ele mesmo a presença de um interlocutor, ambos espriados/delimitados a um determinado contexto.

É a linguagem que evoca a noção de subjetividade, como já destacado. O lugar do homem-outro se define, em linhas gerais, exatamente quando um homem fala com outro homem, ou seja, o locutor imprime/introduz o homem-outro, um colocutor em sua fala. Ele abre o artigo refutando essa visão da linguagem como instrumento de comunicação. A subjetividade é definida, nesses termos, como a capacidade do locutor para se propor como sujeito, e a linguagem figura aí como condição *sine qua non*, pois dispõe dos elementos essenciais à constituição do homem como locutor e sua proposição como sujeito, justamente por comportar a existência do outro. A subjetividade, no contexto da autorreferência, é a alma do “eu”, é dele a unidade psíquica que sobrepõe sua própria experimentação, gerando sobre o processo de ser a consciência de ser o “eu”. Esta consciência abre porta à noção dos contrastes entre as pessoas, à emergência da propriedade, ao conceito de *ego*.

A forma e o sentido na linguagem (1966), *Semiologia da língua* (1969) e *Os níveis da análise linguística* (1962/1964) possuem um centro temático em comum: a enunciação. Tanto a referência quanto a autorreferência são conceitos oriundos da enunciação propriamente dita. A língua oferta seus elementos linguísticos (signos linguísticos), ou seja, unidades do domínio semiótico caracterizados tanto na forma quanto no sentido. A forma está para o significante, implicado à forma sonora que preserva e delimita o significado, ou seja o sentido. Antes de referenciar o mundo, o locutor autorreferência-se em sua própria fala apropriando-se destes tais signos, e afeta com isso a língua inteira. Benveniste (2006) revela que: “Tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” (p. 227). A apropriação do falante é determinada sob a rede das relações e oposições dentro do próprio sistema da língua, ele adota a desfrute de sua própria existência linguística todas as entidades significativas. Vale compreender aqui que: semiótico está integralmente ligado ao aspecto intralinguístico da língua.

O plano semântico, aqui, é o segundo e não menos importante à realização plano da autorreferência e referência do mundo. A comunicação, a mesma que faz cada “eu” institui a si mesmo por meio da língua enquanto institui o outro, é manifestada por meio da frase. A frase é compreendida no domínio semântico, ele que é do “eu”, através da língua, emprego e ação (BENVENISTE, 2006). A frase é o domínio da língua em exercício. A qualquer forma que seja dada a materialização da frase: truncada, incompleta, embrionária está contido a comunicação. O semântico, nesta perspectiva, oferece ao homem, além do exercício linguístico das formas e

significados, à construto da autorreferência/referência, a função mediadora entre outros homens, entre os homens e o mundo, entre a linguagem e as coisas. No semântico, vê-se toda comunicação, informação, experiência, adesão compulsória, a produção de resposta, a estruturação da vida em exercício de todos os homens. A palavra: unidade da frase é distinta do signo que é unidade do semiótico, ou seja, a palavra pertence ao domínio da forma no plano semântico, o signo pertence ao domínio da forma no campo semiótico. E é o emprego da palavra sobre a comunicação que permite a integração da sociedade, a adequação do mundo, a regularização/correção do pensamento, a progresso da consciência.

O lugar da autorreferência e a referência, nesta pesquisa, é examinar, distinguir, problematizar não somente a língua sob o fazer da linguagem literária, mas também a forma e o sentido que este fazer compreende em si mesmo por intermédio da enunciação das personagens. É na enunciação, revelada no enunciado das personagens, que jaz ambos os conceitos: autorreferência e referência. Estes, em pleno sucesso, revelam e desvelam, por meio do sistema da língua, a natureza da linguagem nas personagens, a natureza da vida das personagens, o início do mundo fantástico e verossímil pela forma linguística “eu”. Sobre o mesmo propósito, a presença do artigo *O aparelho formal da enunciação* (1970) Benveniste (2005) abarca a distinção entre o emprego da forma e do emprego da língua em face da determinação de um conjunto de elementos que proporcione a enunciação. A trabalho principal do artigo é definir a enunciação. No percurso de exame à enunciação, o autor define a distinção entre empregos das formas da língua e da própria língua. Neste percurso, ele desenvolve formas das quais as condições sintáticas precisam-se e podem acontecer.

Ele dispensa as análises às variações morfológicas juntamente com as latitudes combinatórias de signos, assim se investe nas condições necessárias à ocorrência da enunciação e nos efeitos de seu evento. De volta as distinções entre os dois empregos tem-se que: o primeiro (das formas) sendo necessária a toda descrição, determina-se sobre a possibilidade de descoberta de “um grande número de modelos, tão variados quanto os tipos linguísticos dos quais eles procedem” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Ao analisar os tipos distintos de estruturas linguísticas, observa-se a impossibilidade da definição/representação de estrutura universal da língua através de um número reduzido de modelos, dos quais compreendem elementos primordiais. Já o segundo (da língua), demarca-se em propor à análise de um “mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (BENVENISTE, 2006, p. 82).

Este “mecanismo total” consiste ser um fenômeno de árdua apreensão, por relevante sensibilidade à naturalidade, passa por não ser evidentemente notado, e é assim de tal maneira que pode confundir-se com a própria língua. Tecnicamente, a formação do “eu” enunciador é dada através de um indivíduo que enuncia, conseqüentemente ele imprime a si próprio em sua própria fala, com isso sua presença torna, no tocante a cada instância do discurso, um centro de referência interno. Ao enunciar, o locutor convoca um vínculo constante com sua própria enunciação, está por sua vez é estruturada por formas específicas, tais são: índices pessoais, índices de ostensão, pronomes pessoais e demonstrativos, formas temporais. Ordenadamente, da relação dos índices pessoais “eu/tu” emerge a enunciação, protagonizada pelo “eu”, os índices de ostensão como já enfatizado, determinam o objeto e o tempo, naturalmente em face da posição do “eu” no discurso. Os pronomes pessoais e demonstrativos são tidos, nesta perspectiva autorreferente, como indivíduos linguísticos impressos fazeres, estados e situações únicas. Um traço comum reaparece sobre as formas temporais, estão em sua totalidade determinadas em relação ao “eu”. O cerne da temporalidade é o tempo presente, que por sua vez é o tempo do dizer, vale observar que é a enunciação a responsável por toda as formas temporais. Ela está diretamente ligada a algumas classes de signos que necessitam do uso da língua para plena existência.

O “eu”, “hoje”, ou “aquilo”, enquanto entidades linguísticas em contexto, não passam de nomes metalinguísticos gerados e representados por intermédio da enunciação do eu, hoje e aquilo. Da enunciação emana o “eu”, em face deste fenômeno, outras categorias são reclamadas, passando a convier materialmente sobre a mesma instância, reservadas, antes disso, como apenas potência de língua.

5 AS CATEGORIAS: PESSOA, ESPAÇO E TEMPO E O LUGAR DA AUTORREFERÊNCIA.

5.1 A categoria da pessoa “eu”

A pessoa linguística, o espaço e o lugar são fenômenos inscritos no rol da autorreferencialidade. E o que é a autorreferencialidade para estes fenômenos? E a possibilidade de remeter a si mesmo dentro da instância de discurso definida e particularizada de “eu”. Mas, o que seria, na vida dos homens, a categoria de pessoa? Ela é a parte fundamental da linguagem, e é onde observa-se a experiência subjetiva dos sujeitos, no instante em que se instalam na

linguagem. Expressa sobre as línguas, ela detém um sistema de referências particulares do qual o locutor apropria-se, e é esta apropriação que torna o dito único e irrecitável. A pessoa “eu”, em termos de autorreferência, possui seu caráter extraordinário em relação aos demais elementos da língua por estar, de um lado: envolvida à noção de subjetividade, a ter consigo mesma ocorrência única baseada no instante de emprego, doutro remete a si mesma em sua própria instância de discurso. Segundo Benveniste, depreendendo sobre *A natureza dos pronomes*, elenca que: Há, pois, nesse processo uma dupla instância conjugada: instância de *eu* como referente, e instância de discurso contendo *eu*, como referido (BENVENISTE, 2005, p. 279). Antes de qualquer coisa, o “eu”, enquanto elemento da língua, e na qualidade circular evoca/revela três aspectos (inter)relacionados: O primeiro é ser referente se si mesmo, permite-se, sobretudo, ser identificado frente a sua própria instância. Essa cláusula pétrea promove a condição segunda: como referente, proporciona ponto de início a todo o sistema autorreferente cabido ao enunciado, e mais, em situação terceira: único no domínio do assenhoreamento da palavra. A distinção entre a pessoa e a não pessoa alicerça a presença linguística da subjetividade na linguagem (FLORES, 2013). Uma série de artigos, à luz benvenistiana, trazem a perspectiva da distinção pessoa – não pessoa, e são: *Estrutura da pessoa no verbo* (1946); *A natureza dos pronomes* (1956); *Da subjetividade na linguagem* (1958); *As relações de tempo no verbo francês* (1959); *A linguagem e a experiência humana* (1965) e *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968).

Quanto a presença do primeiro artigo, citado neste percurso, em defesa da distinção pessoa-não pessoa, é percebido nele, além do pioneirismo da reflexão sobre o estudo das categoria de pessoa, que o verbo, assim como a pessoa “eu”, é o único elemento linguístico submetido/moldado à categoria de pessoa. Sob a teoria das oposições de pessoas, baseada na gramática árabe, Benveniste (2005) revela que a 1º pessoa é aquela que fala, a 2º pessoa é aquela à qual o falante “eu” se dirige e a 3º é o dado estritamente proposto à pessoa ausente. Entre as pessoas, melhor dizendo, na não homogeneidade entre a 1º e a 2º subsiste, na enunciação de “eu”, além da autoimplicação há também um outro implicado e um discurso sobre ele. A pessoa “tu” não pode ser jamais concebida fora da proposta pensada de “eu”, neste percurso “eu” constantemente produz sempre e somente um predicado de “tu”. Os dados em comuns não implicam a uma similaridade entre as pessoas, mas uma relação interdepende entre elas. Em contrapartida, a não pessoa todo enunciado é provocado fora de “eu/tu”, ou seja, fora das pessoas. A não pessoa ainda que presente e evidencie a indicação de enunciado sobre alguém,

ou coisa, jamais materializará em sua natureza uma pessoa específica, o que a torna ser uma forma verbal representante da não pessoa.

A própria natureza dos verbos, neste caso em português, revela dois planos específicos, um para as pessoas, outro para a não pessoa, a 3ª pessoa consiste em não ser uma pessoa verbal, forma não pessoal da flexão verbal. A classificação e a forma da conjugação dos verbos está integralmente interdependente ao processo de referenciação que faz a pessoa. Em tese, a distinção entre as pessoas e a não-pessoa caminha em face, primeira: a unicidade de “eu” e “tu”, enquanto o “ele” toma-se por quaisquer coisas, quaisquer sujeitos, ou nenhum. Segundo, pela capacidade de inversibilidade apresentada, o exercício contínuo à autorreferência dos locutores, por este percurso o “ele” é sempre irreversível.

Visto com categorias da linguagem, “eu e “tu” imprimem, para além da forma, a relevância de suas posições na linguagem. A linguagem reclama à língua a reserva dos lugares de pessoa a fim da fundamentação da fala, a fim da materialização de “eu”. Em *A natureza do pronome*, a teoria benvenistiana atenta para níveis mais complexos, traz consigo a oposição entre os pronomes, a visão antropológica, os lugares de pessoas, o que confluirá ao destaque da subjetividade e da objetividade. E sobre isto, entendemos, junto a teoria benvenistiana, que por meio da não-pessoa todas as coisas predicam-se verbalmente, o que coloca a percebermos a terceira pessoa “ele”, em uma instância própria, uma instância objetiva. “Eu” e “ele” pertencem a universos distintos, então: no primeiro há um pertencimento, uma imanência locada na enunciação, no segundo termo, há um outro tipo de imanência, agora, voltada à sintaxe da própria língua. Na enunciação, a autorreferência revela, em alto grau, a diferenciação entre o “eu”, a instância subjetiva, e a noção lexical. Esta diferenciação manifesta o caráter organizacional da referência dos signos linguísticos na instância discursiva de cada “eu”.

A singularidade de “eu” promove sobre ele mesmo a capacidade fundadora de sua própria realidade discurso. Instituído por “eu”, o “tu” é um “indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística “tu” (BENVENISTE, 2005, p. 279). Os problemas existentes no exercício da linguagem, por intermédio da língua, proporcionam aos pronomes “eu” e “tu” a condição de categorias, o que os implicam à condição de subjetividade, e são materializadas com suas posições na linguagem. Sob o fenômeno que une “eu” a “tu” encontram-se uma série de indicadores que compartilham das mesmas condições de “eu”. Estes indicadores manifestam-se, em sua totalidade, como: advérbios, locuções adverbiais, pronomes demonstrativos, etc. São considerados dêiticos!

Tendo esta característica, estes elementos vivem à contemporaneidade da presente instância de discurso de “eu”. É exatamente de “eu” e sua condição autorreferente que estes indicadores desfrutam do caráter único e particular que detém à categoria de pessoa. A autorreferência de “eu”, como já bem observado, fundamenta-se sobre esta relação entre os indicadores conjugados/engendrados, tempo e espaço. Vale observarmos que: esta relação à presente instância de discurso não imputa sobre estes indicadores posições objetivas seja no tempo ou no espaço, imputam uma relação identitária à Enunciação que devidamente as contém. “eu”, tempo e espaço são fundadores, por meio da língua, do fazer que a linguagem exhibe no rol literário, na existência enunciativa das personagens. A inter-relação desta tríade (*ego, hic, et nunc*) manifesta no pulso de existência de cada personagem, uma existência para existências, tendo em vista toda tessitura e cor local que cada ato enunciativo propõe, e que é pessoal e subjetivamente intrasferível. Quando os signos vazios são metaformados plenos por meio da apropriação do locutor, as autorreferências dos indicadores engendram-se contidos na instância de discurso, e neste percurso todo sistema referencial é singularizado e particularizado: a realidade de discurso. Em face da enunciação, todos os signos prostrados à autorreferência, vistos como vazios presentificam-se em benefício à conversão da linguagem em discurso, estão submetidos, via de regra, à condição de pessoa.

Em linhas gerais, a relação entre signos que remetem somente a si mesmos, subjetivos e autorreferentes, e signos que remetem a uma situação, objetivos e referentes, constrói/origina toda a configuração enunciativa que a língua pode ofertar. Enunciar é operar/manejar/opor instâncias! Para além do ato de apropriação da língua pelo locutor, enunciação, como visto em: *Aparelho formal da enunciação* (1970) está a objetivação, a subjetivação da língua e os índices que a identificam (FLORES, 2013), inscrito em: *Da subjetividade na linguagem* (1958). Este artigo demonstra/problematiza a especificidade da linguagem, uma vez que, na relação com o homem, ela (a linguagem) manifesta caracteres como: o valor imaterial, o funcionamento simbólico, a organização articulada, a presença de conteúdo, além da própria natureza do homem (BENVENISTE, 2005).

Baseado em Flores (2013), a passagem que fazemos do “eu”, imerso sobre a língua, em *A natureza dos pronomes* até em *Da subjetividade da linguagem* é, respectivamente, de um homem na perspectiva antropológica, percebido do âmbito da linguagem para o âmbito da língua, para um homem construído frente outro homem; jamais separado da linguagem e construído/definido por meio dela (sendo negada a condição dela como instrumento). Este

artigo último, revela a presença de um “eu” inscrito sob subjetividade na linguagem, ou seja, o “eu” que se autorreferência é um locutor que enuncia e, simultaneamente, um sujeito inscrito em sua própria “realidade”, a realidade de ser “eu”. Através de tal subjetividade, o sujeito garante o *status* de “pessoa” que, por sua vez, se apropria do determinante linguístico “eu” e se inscreve em sua própria natureza: a do homem frente a outro homem, assim a dos homens no mundo. É esta subjetividade que reclama ao sujeito a tomada de empréstimo do “eu”, instância linguística, e evocar necessariamente à sua própria construção o “tu”. O diálogo traz sobre o falante a condição de pessoa! É o local que contém a reversibilidade dos “eus”. Há, a certa maneira, um complexo contido entre a incumbência do “eu” (pronome) pela pessoa (categoria linguística).

A autoinstituição da noção pessoa, que passa pela tomada particular e única da língua pelo locutor, fundamenta sobre ela linguisticamente, a subjetividade, e é a linguagem que garante essa instituição, a partir de suas formas apropriadas, à própria expressão da subjetividade. Ainda sob este complexo, “O discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instancias discretas” (BENEVENISTE, 2005, p. 289). Mas, onde estaria, ou qual a relação entre as pessoas e a não-pessoa no capo da subjetividade? É evidente, segundo os escritos acima, que somente o “eu” é detentor da subjetividade, e que sua relação junto à pessoa não-subjetiva “tu” compreende, sob exercício da reversibilidade, a intersubjetividade. O “eu”, em face de um enunciado proferido, ao apresentar uma proposição, poderá delegar/transferir certa noção de subjetividade à não-pessoa “ele”. A transferência de subjetividade pelo “eu” à não-pessoa, que deságua a um diálogo/relação entre instâncias (subjetivas/objetivas) testemunha/ratifica o domínio único do “eu” sobre capacidade da subjetividade na linguagem.

Algumas noções produzidas entre as falas das personagens evocam a emergência de “transferência subjetiva” seja ela proposicional ou não. Elas trazem consigo a oportunidade de inscrição do “ele”, sobre: um enunciado proferido, uma ideia concebida, um ato consumado. Trazem mais, trazem a percepção de um locutor na não-pessoa. Benveniste nos garante a compreensão disso que afirma que: “A forma *ele*...tira o seu valor do fato de que se faz necessário parte de um discurso enunciado por ‘eu’” (2005, p. 292). Agora, já visto que o lugar da categoria de pessoa na língua, em *As relações de tempo no verbo francês* (1959), é ser, na linguagem, indicador de subjetividade na linguagem, sendo parte intrínseca da natureza do homem. A existência da pessoa está não só associada a “eu” termo linguístico, mas também a

todos os elementos de “eu”, autorreferentes de e por “eu”, a certa maneira, subjacente à presente instância de discursos: tempo e espaço. Faz-se necessário a apreensão/associação desta perspectiva ao que propõe Benveniste:

O essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado, etc.) e a presente instância de discurso. De fato, desde que não se visa mais, pela própria expressão, essa relação do indicador à instância única que o manifesta, a língua recorre a uma série de termos distintos que correspondem um a um aos primeiros, e que se referem não mais à instância de discurso, mas aos objetos “reais”, aos tempos e lugares “históricos” (BENVENISTE, 2005, p. 280).

Destacamos, por ora, o tempo. Em face de *As relações de pessoa no verbo francês*, a temporalidade, pela própria nomenclatura, salta-nos aos olhos o destaque a temporalidade. Há uma homogênea relação do tempo junto à pessoa, ou seja, há uma relação e sobre ela consta presença ou ausência dos indicadores de subjetividade.

5.2 A categoria de tempo

Tecnicamente, este elemento é parte rudimentar da linguagem donde presenciamos experiências subjetivas de sujeitos que se posicionam na linguagem. As categorias de tempo e pessoa estão envoltas, participativamente, ao exercício da fala, estando ambas em função exclusivamente do discurso. A localização do tempo encontra-se no seu próprio centro, um centro potencial e problematizador dentro da presente instância de discurso. A organização/ornamento que o tempo demonstra/executa na presente instância de discurso de “eu” dependerá diretamente do paradigma do verbo (FLORES, 2013). Neste sentido, caminha a(s) realidade(s) de emprego do verbo! A relação da categoria de tempo junto a de pessoa delibera a noção de posição, ou a inscrição de possibilidade de uma forma meio do sistema, sendo a noção de tempo (isolada) incapaz de quaisquer proposições.

A independência do verbo, ou o afastamento do tempo à noção contida em “eu”, contextualizada à autorreferência e, sobretudo, a autoexistência das personagens, traz consigo a não realização, ou a impossibilidade, pela língua, de qualquer nível de redução significativa, haja vista que estão inscritos neste jogo de impossibilidade, por isolamento: a posição das formas verbais e a divisão temporal. Percebamos que a noção de tempo está diretamente combinada à noção de instância de enunciação, uma vez que se percebe não só a relevância do

locutor ao tomar a língua individualmente para si, mas também o próprio ato voluntário e o movimento dos mecanismo da língua em plena execução. Pelos paradigmas verbais que incidem a noção de tempo à enunciação de “eu”, observa-se por meio de seu aspecto gramatical, seu aspecto composto oriundo do critério morfológico ofertado a partir do tema manifestado.

Esta nossa evocação sobre a relação do “eu” junto ao tempo deságua em dois “sistemas de enunciados” distintos e complementares uma vez que são/estão disponíveis ao locutor, especificamente reservado à personagem enquanto tece a trama fantástica: enunciado histórico, enunciado de discurso. No enunciado de “eu”, personagem fantástica, a marcação de pessoa revelará o aspecto formal, imprimindo sobre tais termos a presença ou não da pessoa no enunciado. O enunciado histórico, oriundo da língua escrita, caracteriza-se em meio aos fatos dados no passado das personagens. Até aqui duas observações são importantes de rever, a primeira é que a temporalidade tem seu centro no tempo presente, a segunda é que ainda que seu centro de coordenadas seja o presente, é contemporânea a instância de discurso de “eu”, e sua unicidade e característica particular, impressa no enunciado de “eu”, depende desse fator. Vale lembrar também que, neste caso, o presente é visto como intemporal, ou seja, não varia em função do tempo, não se situa em uma dada realidade, como no caso dos sonhos e relatos históricos-fantásticos da narrativa. Nesta perspectiva, cria-se a noção de exclusão do tempo presente, valendo o fato de não se apresentar locutor, aqui e o agora. O enunciado histórico é marcado pela não pessoa “ele”, este plano revela o tempo aoristo, passado simples, passado definido: pretérito imperfeito; pretérito mais-que-perfeito e prospectivo. Já a enunciado de discurso supor irá sempre a presença de um locutor, de um interlocutor podendo ser implicado tanto no plano oral quanto escrito.

Em outras palavras, o enunciado de discurso materializa-se em qualquer das instâncias de manifestação da língua e em todas as formas, tendo esta manifestação a presentificação de um locutor, e, conseqüentemente, um alocutado. O enunciado discursivo contempla todos os tempo verbais, com exceção do aoristo, que não determina a ação nem no tempo nem, obviamente a permanência/duração dela sobre tempo. É por este percurso que a personagem, a seu tempo de fala, se marca, distingue-se por oposição às outras e se configura presente à trama. A realidade fantástica proposta pelo produto literário reclama, em sua natureza, a união destes dois fazeres enunciativos que se distinguem pela ausência/presença do locutor, estando o enunciado histórico ausente de falante e o discursivo, presente.

O enunciado de discurso é para nossa pesquisa o mais relevante dos tipos enunciados, pois articula com a presença do locutor, o pretérito perfeito, similar ao aoristo do enunciado histórico, condicionando fatos/ações dados no passado em caráter pontal. Além mais, o enunciado de discurso manifesta um sistema de oposições fundado entre as pessoas “eu/tu” e a não pessoa “ele”. Perceba que: a presença da subjetividade na linguagem configura o que chamamos de fantástico na narrativa! “Essa subjetividade é materializada a partir da singularidade de sentido que a categoria de pessoa impõe ao se conjugar em forma verbal indicativa de um ou outro sistema temporal” (FLORES, 2013, P. 107). Pensando sempre ser vinculado/dependente o tempo à noção de pessoa (eu), o artigo *A linguagem e a experiência humana* (1965) revela de forma concreta a intrínseca relação da noção de pessoa e seus múltiplos aspectos.

Neste artigo, Benveniste percebe o fator em comum/universal às línguas: categorias fundamentais/elementares, que para além das determinações da cultura, refletem a experiência subjetiva dos sujeitos, uma vez situados na e pela linguagem. O tempo se situa junto aos sujeitos, é autorreferente como seus contemporâneos locutores, e se coloca na e pela linguagem! Sabemos que somente pelo discursos obtemos os sujeitos e tudo o que subjetivamente a eles são dirigidos, como, por exemplo as realidades. Antes de subjetivo, o “eu” é intersubjetivo tendo, por via de regra, a presença da oposição estrutural de “eu/tu”, “ele”. Essa oposição confere a “eu” a capacidade de instituir, além da presença de si mesmo como pessoa subjetiva, a pessoa não subjetiva “tu”, sendo vedado quaisquer instituições fora da linguagem.

Figurativamente, desde que uma personagem evoca e si mesma por meio do pronome “eu” e evoca de maneira direta ou indireta (implícita/explicita) uma outra personagem em detrimento de “ele” qualquer coisa da cor local ou personagem outra instaura-se uma cena fantástica, instaura-se mais, instaura-se no enunciado discursivo o enredo completo. A repetição desta evocação ao pronome “eu”, elemento linguístico instaura uma nova experiência de cena, uma experiência de alguém sobre o fantástico, justifica a natureza da própria atualização. Cada personagem de ficção, por meio do enunciado, poderá singularizar/particularizar seu discurso, e é sua experiência que determina sobre o discurso a peculiaridade, ainda que a forma seja, a rigor, reutilizáveis.

Estamos no centro da subjetividade do “eu” fantástico, neste sentido! O tempo é nesse sentido um sistema de referências singularizantes. O tempo é parte da experiência subjetiva do falante. A noção de experiência que o tempo exhibe-se em três planos: físico, crônico e

linguístico. O primeiro é dedicado ao tempo dos fatos, o segundo está para as instituições do calendário (celebrações de fatos, como: aniversário de morte), já a terceira relaciona-se como o tempo de fala, o tempo linguístico. A literatura narrativa, a nosso entender, explora todas estas experiências temporais, pois ao passo que tenta empreender e depreender sua realidade verossímil/fantástica: do mundo e das coisas, em detrimento de sua existência, emprega e depreende sobre si todas as particularidades reais/verdadeiras do mundo e das coisas.

O tempo linguístico é ponto de maior destaque, tanto para os levantamentos teóricos em Benveniste quanto para nossa pesquisa, versada sobre a autorreferência na narrativa fantástica. Ele, o tempo linguístico, é nada menos que a instância de enunciação. Ao passo que as personagens materializam-se sob formas gramaticais do presente, ou formas equivalentes, situam o acontecimento como contemporâneo à presente instância de discurso que evocam. O presente da enunciação é firmamento das oposições temporais dentro do sistema da própria língua (FLORES, 2013). O tempo é renovável! Toda impressão deixada nas falas das personagens imprime um dado novo, um tempo novo, um lugar novo, uma palavra nova, ainda que já dita. O tempo presente é o termo/a passagem para a existência dos demais tempos (passado e futuro), o que faz entender ser o presente, por ser imprescindível à fala, ser elemento inerente à língua. A personagem tem em sua fala apenas prospecção de tempos quando se projeta à vanguarda ou à retaguarda de si e de seu tempo.

Todas as implicações dadas no tempo são originadas no e pelo ato enunciativo, presente do falante. O tempo está junto à categoria de pessoa, está na dialética singular, no processo singular de fala, na reversibilidade dos falantes, na experiência inscrita na linguagem. Obviamente, a noção de tempo sob as diversas experiências do homem na linguagem, à luz benvenistiana, não se esgota por meio destas linhas, outros artigos, como *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) suscitam a noção de tempo. Sobre este artigo, uma das possíveis perspectivas de tempo pode ser revelada, a exemplo dos efeitos que há entre os sistemas: sociedade/língua. Cada um dos sistemas revela duas acepções: uma para o empírico outro para o histórico.

Reservamos comentários/investigações sobre o tempo somente em torno da acepção histórica, tendo em vista haver por meio do nível histórico, para além das particularidades de cada sistema, um ponto conversacional entre os distintos sistemas. É no nível fundamental que se pode perceber contida as realidades inconscientes, o material sempre herdado: homem a homem. A inconsciência da origem do tempo, que recai tanto para a língua quanto para a

sociedade, revela a autonomia e o inter-relacionamento de ambos os sistemas. Esta inconsciência imposta aos locutores realça/revela/manifesta a noção consciente do tempo de descoberta dos fatos postos sobre a língua e sobre a sociedade, e são, por isso, atualizados sempre presentes. Esta perspectiva de tempo, possivelmente, se faz racionalizar como um tipo de axioma, que é garantido pela não-mudança dada pela vontade dos homens quer seja na língua (sistemas de formas significantes) quer sobre a sociedade (coletividade humana).

A ausência de tempo cria a noção de presença do próprio tempo, que o faz ser autorreferente em ambas as instâncias: sociedade/língua. Para este artigo, sobre outras implicações teóricas, a inconsciência de início do tempo destes sistemas permite aos locutores, em situação coletiva, alterar apenas as designações/substituições em face destes mesmos sistemas. Acompanhado à categoria de tempo à instância de discurso de “eu”, está a categoria de espaço. O que seria antes de tudo essa categoria de espaço, e como seria sua atividade sobre esta pesquisa? Em tese, a categoria de espaço é um plano também contido e contemporâneo a instância de discurso. Define-se por ser um sistema de coordenadas espaciais, e dessa forma organizadas a começar de um ponto central: o “eu”, objeto de nossa investigação, imerso em modalidade variáveis. Organizado mediante as demais categorias, a categoria de espaço presta serviço de localização de pessoas ou coisas, um sistema relevante ao tratar-se de narrativas do campo da literatura. Este serviço de localização estende-se à qualquer do campo/dimensão da enunciação, salvo esteja ele organizado à instância enunciativa, estendendo-se também a ser centro e ponto de referência (FLORES, 2013).

5.3 A categoria de espaço

Aproveitando o ensejo da imputação do tempo na relação, em nível fundamental, dos sistemas de língua e de sociedade, como visto em um dos pontos teóricos na categoria de tempo, a própria noção de sociedade delega a noção de espaço onde o locutor presentifica-se voluntariamente a serviço coletivo. O ponto de partida aqui é a noção de pessoa e não-pessoa, e de interpretância da língua sobre a sociedade que o texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* oferta. Três pontos favoráveis sobre a constituição da sociedade como espaço é visto: primeiro, ofertado pela língua, o locutor lotado em determinada sociedade, dispõe do vocabulário, que serve meio ao testemunhar das formas e fase da organização social. Segundo, a própria natureza do testemunho do locutor, em detrimento da sociedade, revelará a condição do emprego que deve-se fazer das formas. Terceiro, a realização do locutor pela enunciação,

acha-se na determinação do ato voluntário. Assim, o locutor ao enunciar em meio ao espaço da sociedade defronta-se, inconscientemente, com a responsividade de seu ato. Ou seja, cada ato de fala do locutor revelará sobre si mesmo um retorno direto. Assim, o local (sociedade) albergará e imputará sobre o locutor a determinação em sujeito, sendo a via o discurso que o mesmo implanta em relação ao outro.

Os grupos humanos, na condição de microssociedades dentro da narrativa fantástica, conduz-nos a pensar serem o primeiro espaço para o exercício das experiências humanas, o locutor tem a língua como único condutor deste local. A língua fornece ao locutor, individualmente, a estrutura formal de base. A língua propicia o instrumento linguístico e garante sobre si mesma o duplo exercício: subjetivo e referencial do discurso. Estes elementos, ora destacados, são distintivos entre si e fundamentais a todo locutor seja a qualquer língua, sociedade ou tempo. Dentro do espaço de sociedade, a comunicação entre interlocutores revela a relação entre o eu e o não eu, sobre isso, Benveniste afirma que: “operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do “eu” ao “tu” e a oposição do sistema “eu/tu” a “ele” (2005, p. 101).

Os grupos humanos na literatura concedem, antes de tudo, o espaço de inclusão do falante, que por sua vez coloca a si mesmo em seu próprio discurso! Segundo Flores (2013), Benveniste, em sua teoria, não deixou profundidades a respeito da categoria de espaço, no entanto se pode reunir certo número de definições sobre o assunto ao longo de suas pesquisas. Obviamente, não esgotaremos, aqui, a noção sobre a categoria de espaço, contudo elencaremos percursos que nos reservem elementos utilizáveis tanto ao corpus quanto ao objeto. Prezando por um complexo explanatório, no tocante às verificações espaciais no corpus literário, sintetizaremos uma tese sobre os artigos visto até aqui, intentando certa racionalização ao tema, em noções como: “indicadores de subjetividade”, “estância de discurso” e “situação de enunciação”. Vimos pelo entendimento antropológico, em *A natureza dos pronomes* (1956), que a referência e a autorreferência são, em tese, elementos fundamentais à comunicação/interlocução, e estão lotados na enunciação, sendo a apropriação da língua a porta de entrada para tal processo.

Ao definir-se “eu”, por meio da instância de discurso, o locutor introduz a situação de alocação, revelando/obtendo uma situação simétrica para “tu”. “Eu” e “tu” são simétricos, reversos e correlacionais na posição que possuem na linguagem. A categoria de espaço vive em

meio à referência constante e necessária à instância de discurso que constitui o traço que une “eu/tu”. Em face desta relação, desenvolve uma série de indicadores a diversas classes, uma vez que se organizam pelas formas e pelas aptidões combinatórias que despertam. As personagens, materializadas pelo termo linguístico “eu”, desfrutam/exploram deste indicadores tanto para localizarem a si mesmos na própria linguagem, quanto para denunciar sua própria localização ao seu outro.

A própria classe dos demonstrativos, indicador de ostensão, presta serviço, a certa maneira, à categoria de espaço demonstrado termos: objetos, lugares, classificados como: advérbios, locuções adverbiais e até mesmo outros pronomes. Em caso designado por objeto ostensivo, o lugar, por vez, subsistirá simultaneamente à presente instância de discurso e associará, com isso, “eu a tu”. A categoria de espaço não somente é manifestada à presente instância de discurso de “eu” por termos que indicam ostensão (iste) ou pelo “aqui” (hic), fora do plano dos demonstrativos, todavia reservado à mesma função referencial, mas também a um extenso complexo de termos nomeados espaçotemporais simples ou complexos que resultam à mesma relação: hoje, amanhã, ontem, em três dias, etc.

A essencialidade das categorias à linguagem, cria no tocante à literatura e sob a consciência de ser ela simulacro do real, a sensação extraordinária de se ter no tempo uma forma de espaço concomitante à presente instância de discurso, assim como também noção de espaço no tempo. Isso porque a referência que faz o locutor, em: o sujeito que fala, está envolto à formas pronominais, e são elas distante da realidade e de posições objetivas. Estes espaços proferidos pelo locutor da narrativa fantástica (a personagem) remetem simplesmente à enunciação que a contém, cada vez única à medida que passam a projetar/introjetar o local, refletindo por isso seu próprio emprego. A comunicação intersubjetiva é que evocará a perspectiva/configuração alcançada do espaço, alicerçada somente no instante enunciativo. Os segmentos que existem pela e para a língua partilham: da produção e reprodução de certas linguagens. Mas, o que a linguagem fez a sua própria perpetuidade? Ela (a linguagem) “resolveu esse problema criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que tornam “plenos” assim que o locutor assume em cada instância de discurso” (2005, p. 28). Assim como no real, o verossímil, projetado pelo plano: linguagem- literária, esbanja destes signos desprovidos de referência material e a parte de toda afirmação/negação.

O papel destes signos, juntamente com a pessoa “eu”, é ofertar elementos rudimentares a uma conversão, a da linguagem em discurso. A partir deste ponto, o ponto de locutor, como já demonstrado, temos configurado de pronto: o sujeito no e do discurso. Este sujeito tem como fator da própria existência a situação de discurso! A instância de discurso é por natureza o próprio espaço onde jaz linguisticamente o “eu”, não podendo materializar-se em outro. Fora da situação de discurso, a forma linguística “eu” é senão uma forma vazia. O discurso, por sua vez, assume a responsabilidade de ser espaço da subjetividade, cujos os sujeitos desfrutam de suas realidades e substâncias. A singularidade e a unicidade do discurso são o firme fundamento da subjetividade. Indicadores como estes que destacamos aqui (denotadores de espacialidade) subjazem de “eu”, assim potencializados em “eu” possuem em suas existências o fator autorreferente, - há nessa afirmação a noção de continência de uma série de dêiticos. Em *a linguagem e a experiência humana* (1965), baseado na indicação de objetos por meio da enunciação, à luz da teoria benvenistiana, declara-se, que: estes indicadores configuram-se frente à um ponto central que é o próprio do locutor “eu”.

Destes indicadores concomitantes à instância de discurso, encontram-se, a disposição do falante, uma extensa gama de termos variáveis que indicam a posição do objeto e a situação dele dentro e fora do universo literário. No exercício, essas variáveis disponíveis indicam, se: “o objeto está perto ou longe de mim ou de ti, ele é também orientado (defronte ou de traz de mim, no alto ou em baixo), visível ou invisível, conhecido ou desconhecido, etc.” (BENVENISTE, 2006, p.70). Em perspectiva, a enunciação escrita revela um certo detalhamento extraordinário sobre ela mesma ao passo que metaenunciativamente pode-se encontrar/defrontar todas operações do sistema de coordenadas espaciais principiadas em “eu”, o que corrobora imprescindivelmente à localização de todo objeto, além de toda implicação dada a este objeto em qualquer “espaço” que esteja/seja.

6 A CONSTRUÇÃO DA REFERÊNCIA NOS NÍVEIS SEMIÓTICO E SEMÂNTICO DA LÍNGUA.

Em *A forma e o sentido na linguagem* (1967), Benveniste (2005) empreende ser duas propriedades de caráter indissociável da língua, sua percepção se problematiza e recai substancialmente ao âmbito particular do enunciador, que em detrimento do exercício da sintagmatização e semantização empossa-se sujeito. Observa-se aqui um ponte de intersecção ao aparelho formal do qual se presta/emana formas linguísticas postas à pronto emprego ao

enunciador. O agenciamento das palavras em face de determinado enunciado reclama, por intermédio de sua apropriação, um procedimento/movimento que se precisa em atualização e singularização, no interesse de impressão/expressão de ideias. A noção de forma e sentido são entendidas como formas gêmeas, pois nascem terminantemente juntas.

Ainda que trabalhada em um número restrito de artigos, a discussão sobre esta noção subsiste totalmente subdividida em três: *Semiologia da língua* (1969); *Os níveis da análise linguística* (1964); e o imputado *A forma e o sentido na linguagem* (1966). Através deles se completam as noções de referência, sintagmatização e frase. Vale observar, como sinalizado acima, que a teoria benvenistiana vislumbra três tipos de indivíduos: um nomina-se “locutor”, pois nessa condição “eu” imprime-se na língua por intermédio do ato individual de apropriação o que corrobora a colocar a língua em espécie de movimento.

Inter-relacionado a isto está a noção de “sujeito”, fundada como uma categoria da linguagem, este é um estado em que o locutor apropria-se da língua convertendo-a em discurso em prol de si próprio, em tese o sujeito é uma espécie de projeção do locutor. E por fim e não menos importante a de “homem” dado como indivíduo dotado de tipos linguagem, passível da organização da língua. É por viés, sobretudo, desse fenômeno que se instaura o paradigma das formas vazias, virtual, passível de atualização em face do exercício da comunicação. Prioristicamente, abordamos no advento de nossas futuras análises o artigo *A forma e o sentido na linguagem* (1967) Benveniste (2006) perscruta as relações de forma e sentido sobre dois níveis: o semiótico e o semântico, nesta perspectiva o exame traz/esclarece que há na língua uma divisão fulcral consolidado sobre seu exercício/funcionamento. Se podemos contemplar, pela teoria benvenistiana, que da intersubjetividade nasce a subjetividade, podemos também contemplar que o “sentido” empregado pelo “eu” falante só se confirma mediante compreensão grupal de “eus” falantes.

O que cabe a “forma”, nesta perspectiva, é a matéria dos elementos linguísticos com exclusão do sentido, de outra maneira, a forma é determinada como sendo um de dois lados do qual se constitui o signo, sendo materialmente visto ou como significante, ou ordenação sintática. Tecnicamente, o nível semiótico, inscrito no universo da língua, data/registra o significar, possui, por estar no rol paradigmático, definição intralinguística. Já o nível semântico, concebe-se a noção sgnica em referência das coisas e dos fatos no mundo, sintagmaticamente, este nível engendra o locutor e a operação que ele executa em face do domínio da língua e da subjetivação. Em síntese, a semantização é comandada pela atuação do

“locutor”, que empossado “sujeito”, converte a língua em discurso, ao passo que sintagmatiza e semantiza atingido/envolvendo/projetando o instituído alocutário em seu próprio discurso.

A investigação sobre a autorreferência na narrativa literária permite não somente entender/depreender a perspectiva de existência enunciativa das personagens, racionalizadas entre a forma e o conteúdo, mas também a subjetivação e intersubjetivação destas mesmas personagens. Sobre uma perspectiva, agora, ontológica a teoria literária singulariza esta existência das personagens, existência autorreferente em uma existência identitária. Em *A personagem de Ficção* (1968) representa o “eu/personagem” na instância fantástica. Na obra, literatura e personagem são colocados de maneira distinta das demais obras literárias, uma proeza concebida pelo caráter mimético organizado a começar da realidade empírica, noção regida por Anatol Rosenfeld. Nesta perspectiva, três conceitos problemáticos e fundamentais versam a classificação da obra literária, são eles: o problema antológico, o problema lógico e o problema epistemológico.

Configura-se por meio de tais problemas um tipo de confrontação/oposição entre a pessoa real e pessoa fictícia, o que, a certa forma, demonstra/indica a percepção generalizada de humano como ser fragmentado e limitado. Esta perspectiva confere ao personagem uma espécie de projeção de visão de mundo, tendo o ser humano como centro, ela é, neste contexto, potencialmente fragmentada/sedimentada, detalhada sobre dois planos: físico e psíquico. Por ser fruto do homem na língua, a personagem de ficção possui, neste panorama, uma coerência extraordinária com seu próprio universo uma coerência conversível, o que implica pensar em uma maior imersão de existência pela significação. Como resultado disso, os seres humanos projetados na ficção possuem características mais concretas, transparentes, trata-se de seres puramente intencionais e autônomos. A construção das personagens também revela aspectos subjetivos do locutor-escritor, em face disto: o fator estético/criativo põe-se relevantemente no fronte da singularidade, da unicidade conteudística, e nas valorizações de reconhecimento da obra literária. Sobre tipo de valorização pela estética, ela emana da possível transposição dos fatos narrados sob aspectos sensíveis, de guisa emocional, dados por em um contexto lúdico.

Mediante autonomia, o que implica aspectos subjetivos e intersubjetivos instaurados pela própria narrativa, o “eu” personagem/sujeito potencializa a valoração do mundo imaginário, que organizado pela projeção da escrita (enunciados) enobrece-se/adensa-se. O “eu” personagem é o fundamento da/na composição da obra ficcional! A parti desse princípio, entende-se que o “eu” é a passagem linguística à materialização da pessoa de ficção. Assim

tanto a pessoa ficcional quanto as instituições que ela faz no seio da obra, já incluso a noção da própria presença/marcação no discurso, representam uma realidade bem definida e definidora, gerando a seu desenvolvimento sólida inter-relação em tempo, espaço e, sobretudo, com as demais personas. Esta é uma inter-relação baseada em medidas extensas e transparentes, extensas quando se pensa na transcendência subjetiva dos sujeitos, transparentes quando se pensa nas equações forma/conteúdo, uma oferta da língua (sistema).

Emana dele e de sua presença na ficção situações/marcações arquetípicas, um evidente modelo exemplar de vivência. Como enfatizado, o conjunto de valores deste “eu” personagem é encontrado em face da intersubjetividade, no contraste conjuntural. O seu deslocamento integra o grande tecido de valores e o faz protagonizar certas ações em virtude desses valores. No tocante a nossa pesquisa, *A personagem do romance*, segundo capítulo da obra, por Antonio Candido, percebe-se a constituição do romance por essenciais três elementos: a personagem, o enredo e as ideias. A personagem é fundador dessa noção, ela possibilita, sobretudo, a aderência permanente e psíquica do leitor, ele é o centro da realidade de si mesmo. No entanto, vale observar que: Interessante pensar que a composição da personagem é relativa, pois sua definição é dada na relação com outras personagens. Há, naturalmente, aspectos da obra que podem revelar elementos do escritor/autor da obra, mas considerando as personagens na obra suas características são definidas numa rede de relações opositivas.

Enquanto unidade, a verossimilhança advém do modo de concepção da personagem. Esta concepção, por sua vez, é oriunda do estado/presença do homem nos fatos do mundo, mediada por um paralelo entre o real e o irreal. Em tese, mediante as limitações biológicas, no real, a condição da vida é percebida de maneira fragmentada (baseada na captação do mundo pelos sentidos), ou seja, nesta perspectiva a iteração do homem-mundo-homem o faz revelar/potencializar um “eu” para seu próprio “eu”, um homem pertencente à situação a que se submete. No irreal, a condição de vida é gerada através da forma e do sentido que a língua dispõe, neste interim, ela imputa a procura incessante da lógica visando o sentimento de coesão das partes, de integridade. Como resultado, confirma-se/verifica-se o profundo nexos da personagem, ela que: pela própria natureza é replicante, a certa maneira, equipara-se à problemática vida real. A característica complexa do personagem é o timbre dos romances modernos, nesta perspectiva, ela nada mais é que a concretização de um ser “real”, gerador de “realidades”. Esta complexidade pode ser evidenciada através de conceitos de formação de personagem, baseados na organização das ideias podendo ser: planas ou esféricas.

O primeiro atende à organização de um só ideal ainda que espreado em diversas realidades, o segundo, difundido por três enfoques complexos, concatenados, garante o aspecto/a sensação de existência real da personagem. A língua, dirigida pelo ato voluntário do autor, concebe/manifesta a manipulação da realidade, na obra literária ela dá origem ao personagem na condição de figuras existísticas, reais. Essa manipulação da realidade é somente possível dada a reprodução de unidades circunstanciais impressas/imputadas em razão de um mundo ficcional que estrutura a lei que rege a si mesmo.

O personagem origina-se a partir da junção de seus detalhes, e por este processo se organiza o todo, vale destacar que esta forma de organização institui no ser fictício um tipo de coesão para além do próprio ser vivo. O romance, visto como um local do fazer fictício, origina-se sob a associação intrínseca entre os seres: real e fictício. O romance subsiste através do personagem, que, por seu turno, subsiste em face do dever no romance.

Esta funcionalidade através da qual se expressa o personagem é regida a começar do parâmetro estético de organização interna da obra, estruturando-se por um encadeamento mais significativo. Em foco: tanto a referência quanto a autorreferência são partes integrantes da enunciação. A língua revelará ao homem a capacidade de locutor, ao passo que a toma por um ato voluntário. No processo deste ato o locutor institui a si mesmo, em face da instância de discurso, e institui ao tu (alocutado). Observamos que: referência, autorreferência e a correferência implicam uma alocação (que pode ser pensada a partir da relação locutor/autor da obra-enunciação e outro ou da relação locutor/personagem-enunciação e outros personagens). A interlocução/comunicação, língua em exercício, outorga o discurso, e é materializado por seus sujeitos. Por sua vez, a subjetividade inerente da situação de discurso revelará a intersubjetividade, dialogo entre realidades uma vez criadas através dos signos linguísticos que remetem a objetos de discurso.

7 NOÇÕES IMPLICADAS NA AUTORREFERÊNCIA

A linguística enunciativa benvenistiana concebe em sua extrema densidade teórica três elementos indispensáveis, o “eu”, o “tu” e o “ele”. Quaisquer dessas unidades representam a grave presença do “eu”, pessoa subjetiva, o que corrobora para a instituição de uma grande esfera autorreferencial, objeto central desta investigação. Em definição extensiva e ao mesmo tempo restrita, os pronomes, em sua totalidade, comportam uma vasta gama de

caracteres particulares os quais agem/atuam peculiar e especificamente sobre si mesmos e sobre outros vários componentes em processo contínuo (BENVENISTE, 2005).

O “eu” diante da arquitetura monumental benvenistiana é o firme fundamento das três pessoas, e conseqüentemente do sucesso de suas (inter) relações. Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), na condição de princípio da distinção da relação pessoa/não-pessoa, Benveniste destaca, sobretudo, a relevância/propriedade das relações/oposições que fazem as pessoas. Estas pessoas organizam-se no conjunto das posições e determinam a forma verbal, tão logo esteja provida de um índice pessoal e sinaliza ser uma regulamentação que está implicada a todas as línguas. Neste ínterim, instaurado pela presença do pronome, o verbo torna-se a única espécie de palavra passiva a submeter-se à categoria de pessoa. Valendo lembrar que há somente duas pessoas e uma não-pessoa, e é somente por intermédio de seus contrastes que se passa por possível a racionalização/valor, a necessidade da categoria, assim também o conteúdo que cada uma delas implica. A certa maneira, investigar o conceito autorreferente em Benveniste é enveredar-se em um complexo conjunto de oposições entre as pessoas, incluindo a singularidade de cada uma delas, e os princípios fundadores desta oposição.

Fora do contraste, é vedada a obtenção de quaisquer valores! Em proposição, para este instante, focalizar a relação da pessoa com o verbo é admitir apenas um entre os vários universos em que estão inscritas as possibilidades das relações entre as pessoas, o que irremediavelmente conflui a um império instaurado pela pessoa subjetiva na autorreferência. Ao passo que Benveniste declara a constância de certas universalidades imbricadas à noção das categorias de pessoas sobre as línguas, tal qual fizeram os gramáticos gregos no exame/descrição de sua língua em face da ordem das coisas, enfatiza junta e inegavelmente a necessariedade congenial da categoria pessoal para com o verbo. Sendo casos muito raros, é possível constatar línguas em que a relação verbo – expressão de pessoa é eventualmente dissociada, a exemplo do coreano previsto na obra *A Korean Grammar* (1939), pelo diplomata e linguista finlandês Gustaf John Ramstedt. Extraordinariamente, balizado por este teórico, Benveniste traz noções em face das determinações da relação: verbo – expressão, a substancial diferença entre as pessoas “eu – tu”, ou seja, entre o circunstancial sujeito e seu interlocutor. À frente deste exame de língua específica, projeta-se problemáticamente a constância da categoria de pessoa, especialmente a subjetiva, no tocante à linguagem.

Benveniste sinaliza que, ainda que no coreano o falante cesse, a autoinstituição do sujeito dissipe, “prodiga as expressões impessoais para não sublinhar indiscretamente a relação

das posições (BENVENISTE, 2005, p. 248), e limite-se tão somente/frequentemente às formas indiferenciadas quanto à pessoa, marcando-se apenas nos sentidos convenientes e intrínsecos da linguagem em uso, não se deve impor diante dos pronomes condições de regra absoluta. Não se considera como imperioso este conceito mediante dois grandes motivos, primeiro, a língua coreana é predisposta a uma série completa de pronomes pessoais disposta à liberação conveniente, como o caso de pronomes pessoais previstos para uso cortês desta mesma língua, e segundo, por não haver ambiguidade na ação de entendimento dos falantes. Neste caso, é a necessidade do “eu” falante que evoca/alberga e se introduz mediante a variação de pessoa, achando-se através de um verbo indiferenciado (BENVENISTE, 2005), caso comum na língua inglesa. Trazendo uma série de evidências a respeito da impressão dos pronomes nas línguas, balizado por nomes como Roman Jakobson, linguista e pensador russo, Benveniste percorre o artigo testemunhando a inegável presença dos pronomes e das relações junto as formas verbais, relação fundada no contraste.

As categorias estão marcadas como cerne das noções fundamentais e necessárias ao verbo, e resume –se que: de fato, o verbo é, com o pronome, a única espécie de palavra submetida a categoria de pessoa. O próprio Benveniste afirma que: uma teoria linguística da pessoa verbal só pode constituir-se sobre a base das oposições que diferenciam a pessoas, e se resumirá inteiramente na estrutura dessas oposições” (BENVENISTE, 2005, p. 250). Ainda no percurso ditado pelo artigo de 1946, Benveniste fundamenta-se nas definições empregadas pelos gramáticos árabes, estabelece nas três pessoas do verbo como: a primeira pessoa sendo “aquele que fala”; a segunda, “aquele a quem nos dirigimos”; mas a terceira é “aquele que está ausente” (2005, p. 250). Sob estas denominações/delimitações ele resolve que sobre cada uma delas está implícita uma noção precisa das relações entre as pessoas. Uma perfeita precisão que chaga a revelar a disparidade, um universo não equivalente cabido entre a terceira pessoa e as duas primeiras.

Disto resulta uma longa discussão dividida em duas superfícies, a primeira, estabelece que a forma dita terceira pessoa, está no mesmo plano que as outras, no entanto não pode ser tomada como uma “pessoa” verbal, a segunda, que nas duas primeiras pessoas, há conjuntamente uma pessoa implicada e um discurso sobre ela. Em definição à discussão procedente do artigo de 1946 percebe-se que: a pessoa subjetiva “eu” é subjetiva, pois, ao mesmo tempo em que fala, enuncia sobre “eu” revelando um conceito autorreferenciativo sobre si mesma; a pessoa não subjetiva “tu” é designada apenas pela pessoa subjetiva “eu”, e só pode

ser pensada a partir de sua proposição de um “eu” em contexto. O “eu” é interior ao enunciado, enquanto tu lhe é exterior, contudo pertencente a mesma esfera de realidade comunicativa. Isso torna o “tu” a pessoa não-subjetiva. Já em face da não-pessoa “ele/ela”, acusa-se um predicado, isto é, o que há sobre o “ele/ela” é um enunciado de alguém sobre alguma coisa, mas não uma “pessoa” específica. A flexão verbal denunciará a efetividade e a concretização posicional entre as pessoas.

As pessoas verbais “eu/tu” são caracterizadas/especificadas pela unicidade que cada uma obtém por meio do discurso, também pelo recebimento obrigatório de predicado na forma verbal da terceira pessoa. Cada vez que são enunciados, “eu/ tu” são únicos. A terceira pessoa, ao contrário, pode referir-se a uma infinidade de sujeitos ou a nenhum. Presente *in absentia* na instância de discurso, a qual detalharemos mais à frente, ela é uma indicação de enunciado.

À medida que é marcada em *in praesentia*, a não-pessoa (ausente) no seio do discurso, possui aptidão para ausentar também seu sujeito. As condições conferidas pela não-pessoa jamais condicionará seu sujeito ao status de pessoa. Os estudos benvenistiano revelam, em suas particularidades, um percurso dado a oposição entre as pessoas, que fazemos necessariamente em face da constituição de nossas análises/personagens: primeiro, desde o Artigo de 1946 (*Estrutura das relações de pessoa no verbo*), passando pelos “*A natureza dos pronomes*”, “*Da subjetividade na linguagem*”, “*A linguagem e a experiência humana*”, estabelece-se uma distinção entre as categorias de pessoa, espaço e tempo e os índices/indicadores. As categorias estão sempre implicadas na língua-discurso, ainda que os índices estejam ausentes. A constituição das categorias (incluindo a de pessoa, que interessa mais à discussão aqui) está ligada ao exercício enunciativo da língua. A língua-discurso dispõe de uma estrutura organizacional e funcional que garante aos enunciadoreis à assunção de papéis opositivos para que enunciem.

Nesse sentido, os índices/indicadores revelam ou explicitam um fenômeno de natureza mais geral, que está pressuposto no processo de enunciação. Nesse sentido, o outro (parceiro enunciativo/interlocutor/enunciatário) está sempre pressuposto no discurso. Além disso, ao enunciar, o locutor assume uma instância de discurso e, neste ato, cria referências.

A instância de discurso, por sua vez, evocando novamente o Dicionário de Linguística da Enunciação, “é o ato de dizer cada vez mais único pelo qual a língua é atualizada em fala pelo locutor” (2019, p.142). Empiricamente, ela serve-nos como base para o funcionamento enunciativo dos indicadores de subjetividade, isto é, um espaço de convivência/conveniência

entre a pessoas e a não-pessoa à luz das relações que faz a linguagem, com ponto de princípio o “eu” (sujeito). À usufruição de nossas futuras análises, percebemos, aqui, efetivamente que “eu/tu” são pessoas reversíveis. E perceberemos mais, ao passo que o “eu” institui subjetivamente a si dizendo “eu”, designa o “tu”, pessoa ainda não subjetivada.

Em tese, o “tu” é enunciado pelo “eu” como algo semelhante a um predicado, o domínio da pessoa não subjetiva pela pessoa subjetiva garante a existência, o processo e a distinção do “tu”. Sobre as bases subjetivas existentes e suas devidas especificações, fora da binariedade “eu/tu”, emana o “ele”, o “ausente” “em virtude da sua própria estrutura, a forma não pessoal da flexão verbal” (BENVENSITE, 2005, p. 252). Percebe-se, em Benveniste, que há duas correlações implicadas e constantes das expressões da pessoa verbal: a correlação de personalidade (eu/tu X ele), caráter trinitário e, contida sobre esta, a correlação de subjetividade (eu x tu), caráter binário. Ampliando a discussão, ao fazer a distinção entre singular e plural, Benveniste reinterpreta tal distinção ou mesmo a substitui, pelo que vai tratar como pessoa estrita (singular) e pessoa amplificada (plural). Com isso, não admite o “nós” como plural de “eu”, por não implicar uma pluralização do “eu” (eu + eu). Isso porque a própria unicidade e subjetividade inerentes ao “eu”, torna impróprio se pensar um plural nestes moldes.

O “eu” é transcendente e sua presença é constituidora do “nós”. O “nós” é uma nova totalidade, particular, mas não um “eu” multiplicado. O plural a que “nós” está vinculado é uma dupla expressão difundida, entre: “eu + ele = nós”, dadas por um perfil exclusivo, e “eu + tu = nós” dado por um perfil inclusivo, versado na correlação de subjetividade com “eu” implícito. A primeira pessoa do plural (nós), encabeçada pelo “eu”, amplificada, difusa, é um espaço de convívio coletivo com as demais pessoas. Vale enfatizarmos que, somente a terceira pessoa possui caráter integral à pluralização, pois tratar-se de uma não-pessoa. Em síntese, a primeira pessoa, o falante, a pessoa subjetiva, o sujeito delega em sua existência uma cadeia de fenômenos existenciais sobre as demais pessoas, isto é, o “eu” demanda habilidades singulares tanto para o “tu” (pessoa não-subjetiva) e sua implicação inclusiva quanto para o “ele/ela” (não-pessoa) e sua implicação exclusiva.

Em Benveniste, atentemo-nos para alguns detalhes: opostos no núcleo da categoria de pessoa, dirigida pela primeira pessoa, a segunda pessoa define-se por ser ordinária, um caractere não absoluto. Através do “eu” o “tu” possui a habilidade de se imprimir fora da alocação entrando em uma veracidade impessoal, a exemplo de possibilidade, o “vós”. Ou das locuções formulares ou proverbiais encontradas, particularmente, no russo, sendo também possível no

português, como: “valer-se-ia” ser lobo velho sem cair em armadilhas (verbo pronominal, futuro do pretérito) que se funda na representação do índice em “tu” em face do “eu” não impresso, isto é, o “não-eu” é a pessoa imaginada do “eu”, é “muito particularmente – mas não necessariamente – a pessoa interpelada” (BENVENSITE, 2005, p. 252). Um fenômeno garantido por ser o “tu” actante das entranhas do enunciado cujo o “eu” é interior, além da transcendência que o mesmo imputa sobre ele (tu). Nos debruçamos sobre a possibilidade, especialmente em face das análises desta investigação, da problematização desta pessoa “fictícia” como visto por Benveniste (2005) na língua russa. Este “não-eu” presentificar-se-ia, sem suprimir-se diante da realidade do diálogo disposto aos inventos do “eu”.

Benveniste reforça nossa tese quando revela que, no instante em que “saio de “mim” para estabelecer uma relação viva com um ser encontro ou proponho necessariamente um “tu que é, fora de mim, a única pessoa imaginável” (BENVENSITE, 2005, p. 255), o que resolve pensar que frente ao módulo fictício tanto a pessoa (eu) quanto a quase-pessoa (tu) estão opostas, a certa maneira, na correlação de subjetivamente e juntas na correlação de personalidade em oposição a não pessoa (ele). A autorreferência do “eu” detém para si, em contexto mais amplo, a interioridade e a transcendência, ambas passíveis de reversibilidade a favor do “tu”. Ainda sobre as habilidades herdadas à pessoa não-eu e a não-pessoa promulgadas pela primeira pessoa, Benveniste também faz menções de oposição, terceira pessoa em detrimento da primeira enquanto sinaliza os empregos particulares no domínio da palavra.

Em sua evocação o “eu” pode atribuir ao “ele” valores duplamente qualificativos, e assim opostos. Esta ação pode delegar ao “ele” um serviço em forma de alocação para um indivíduo feito presente, esse processo tem a capacidade de subtrair/elidir a abordagem à esfera pessoal do “tu” (vós). Para os dois resultados opostos e qualificadores, temos: o primeiro, feito a usufruto da forma de polidez, a qual eleva/exalta o interlocutor seja por mérito, hierarquia, ou valores pessoais afetivos a uma superfície acima da condição natural de pessoa, sobretudo, da relação homem a homem. Segundo, a alocação do “ele”, em face da evocação direta do “tu”, também pode imprimir sobre ele um tipo de “estado de desprezo”.

Esta possibilidade possui a capacidade de rebaixar o interlocutor a ponto de não ser citado diretamente, nem mesmo se diferido objetivamente (BENVENSITE, 2005). A pessoa subjetiva “eu” possui capacidade de instituir, no instante de discurso, a não-pessoa “ele” em condição instrumental! Esta condição coloca sobre a não pessoa uma especificidade, uma singularidade capaz de servir de qualificação, como as formas que levam a depreender respeito

ou desprezo de alguém ou de algo. Refletidamente, a primeira pessoa se autoinstitui ao passo que habilita, plena de sua subjetividade, a terceira pessoa, em sua não-existência, a especificar tanto ela mesma quanto a segunda pessoa. Fica claro que o predicado produzido por “eu/tu”, sob a condição de ser somente bem enunciado fora da relação que produz “eu/tu”, implica ao “ele” um exímio meio único para indicação de enunciado sobre alguém ou sobre alguma coisa. Sob a regência da primeira pessoa, a terceira pessoa não é uma pessoa, como assinalamos ao longo deste percurso, mas segundo Benveniste, “é a forma verbal que tem por função exprimir a não-pessoa” (2005, p.251).

Essas habilidades não se esgotam, podem ir a lugares como a pluralização verbal. Neste contexto, quando não é predicado gramatical de um determinado sujeito plural, lembrando que sujeito \neq pessoa, “eles” possui a mesma função das formas pessoais. A forma pronominal “Eles” e o verbo que os alberga tornam-se formas estendidas e ilimitadas no cerne da expressão que os insere, em tempo que produzem juntas um conjunto indefinido de seres também não pessoais. Nossos exames, no tocante a autorreferência, configuram-se intercaladamente junto ao caráter extraordinário dos artigos. Isto é, as noções elencadas em Benveniste, ausente por nós de extremo juízo, construídas até aqui, confluem agora para uma arquitetura que resgata o lugar do verbo em face do “eu” em sua própria instituição. No artigo *as relações de tempo no verbo francês* (1959), Benveniste (2005) sinaliza a presença dos paradigmas temporais: “presente”, “imperfeito”, “passado definido”, justapostos às tradicionais e grandes categorias de tempo: presente, passado, futuro em detrimento das formas pessoais no francês.

A nossa proposta aqui é perceber o domínio do “eu” na organização do tempo, e verificar mediante isso, sua própria referência. Esta organização temporal a qual Benveniste faz ênfase, se estrutura em princípios menos aparentes e intensamente complexos. Semelhante, a certa maneira, ao português, os tempos verbais no idioma francês não se imprimem como elementos de um sistema único, dividem-se em face de dois sistemas caracterizados por distinção e complementariedade. Não buscaremos densidade, mas auxiliar para a emersão do “eu”. O que compete a dizer que os dois sistemas em uso corrente estão disponíveis ao locutor enquanto sujeito. Isto é, ao “eu” que evoca a instituição de um “tu” (reversível) em prol do “ele”. Demarcamos por meio disto a manifestação de dois planos sistêmicos enunciativo diferentes, fundamentais à distinção e à definição da enunciação discursiva e histórica. Sendo a histórica a que nos chama atenção, ela é reservada à língua escrita, por seu intermédio se pode qualificar/configurar a narrativa de episódios no passado tempo.

A formulação desse sistema temporal se dá pela apresentação de fatos advindos em um dado tempo, isto é, oriundo de um tempo demarcado por um locutor que se ausenta para paradoxalmente presentificar-se no tempo. Segundo Benveniste (2005), “o plano histórico da enunciação se reconhece porque impõe uma delimitação particular às duas categorias verbais do tempo e da pessoa tomadas em conjunto” (p. 262). Vale dizer que, seguindo a premissa das próprias instituições que faz a primeira pessoa às demais pessoas, ficam evidentes suas marcações autorreferenciais mediante estes planos categóricos. Ou seja, estas marcações autorreferenciais correspondem à presença do tempo, posto que este empreende planos relevantemente complexos ao discurso, sobretudo a história.

Uma das características importantes, no tocante a este percurso, é que o historiador/sujeito jamais se utilizará das pessoas “eu ou tu”, assim também das categorias aqui/agora. Isso porque o sujeito/historiador de forma alguma se autoinvestirá do aparelho formal do discurso, o qual está estruturado, sobretudo, a relação pessoa eu/tu. Assim, em perspectiva da narrativa histórica especificamente desenvolvida, sobre a não exibição da relação entre as pessoas, põe-se evidente a presença do ausente (não-pessoa). Este modo temporal, mediante as experimentações às narrativas diversas, destacadas por Benveniste (2005), o efetivo e a natureza deles põem-se inalteradas e permanecerão enquanto perdurar a narrativa histórica. Sua tese é defendida uma vez que a narrativa continua confluída a determinado mundo possa ser erigida por um passado dado por uma tripla relação temporal. Desta tripla relação, temos: o aoristo, sem especificações de tempo ou ilimitado, o imperfeito, cujo ocorrência antecede o momento da fala e o mais-que-perfeito, ação que ocorreu antes do pretérito perfeito, sendo o mais relevante o aoristo.

Faz se relevante que o sujeito/historiador configure a narrativa sobre os diversos aspectos extraordinários/excêntricos acontecimentos, locados nos vários discursos, nas reflexões ou comparações. Seguindo esse percurso, deixa-se também de perceber o próprio narrador, o que corrobora a pensarmos que os acontecimentos narrar-se-ão por si mesmos, a contexto aparecimento, ante o horizonte da história. Intervimos em outro espaço de discursões autorreferentes, o discurso. Antes de tudo, vale defini-lo nos moldes benvenisteano. Baseados nisso sinalizamos que, toda enunciação pressuposta a um locutor (eu) e um ouvinte (tu) tem no centro de sua natureza a intensão de influência, de outra maneira, o “eu” espraia-se não somente sobre sua instituição ao outro, mas ao domínio consciente das propostas de convencimento. A narrativa histórica está no rol dos gêneros que geram discursos orais, pois há sempre um alguém

dirigido a outrem. No seio do discurso há um locutor (eu) implicado autorreferencialmente, e é, através do contexto, estruturado/organizado por aquilo que está imerso (ideologia) enquanto investido da categoria de pessoa. Há uma linha tênue entre a narrativa histórica que convoca as categorias pessoa/tempo e o discurso, que por sua vez, invoca a pessoa e o seu estado de sujeito. O discurso, que em seu tempo pode ser tanto escrito como falado, presentifica-se quando o sujeito/historiador reproduz palavras de personagens outras, ou ao menos intercede ele mesmo me partida de um julgamento a um dado ocorrido.

Dado naturalmente por véis da linguagem, está é a zona limítrofe da narrativa histórica, início do sistema temporal discursivo (BENVENSITE, 2005). A terceira pessoa, no sistema temporal discursivo, não dispõe dos valores os quais possui na narrativa histórica. No tocante a teoria benvenistiana, no discurso a relação se instaura em locutor opondo uma não-pessoa a uma pessoa eu/tu, além de evidenciar uma atuação verbo-temporal muito mais extensiva. Observa-se que todas as formas de tempo são possíveis dentro deste sistema, com exceção do aoristo. Assim também reenfatizamos a substância desse modo temporal, pois nesse é implantado o sucesso entre a relação categórica pessoa/tempo. Ele é o fundamento da evocação aos acontecimentos tanto para o sujeito/narrador/historiador quanto para o romancista, não nos deteremos sobre este último. A variedade de planos em detrimento da construção, a depender de quesitos técnico-estilísticos (o fazer artístico/literário) do autor, poderá possibilitar o vínculo de inúmeras tonalidades, assim também múltiplos enfoques, convidar outros modos temporais sem afastar-se da essência histórica. De certo, alguns períodos encontrados no corpus, futuramente exposto, junto à utilização do pretérito perfeito trazem consigo um laço vivo entre o passado e o presente via fatos. Especificamente tratando-se de um romance narrativo e no estilo e caráter contemporâneo, é o perfeito, tempo daquele que relata o testemunho, do “eu” como participante sobre todas as coisas.

Em intermediação aos sistemas temporais inscritos no plano narrativo histórico, o pretérito perfeito, através do sujeito/pessoa/enunciador é o responsável pela ligação entre o acontecimento referido e o presente dito. A chave de entendimento do nosso atual objetivo encontra-se nas relações internas das categorias temporal/pessoal e na relação conjunta entre elas, pois sabe-se que: tanto o presente quanto o perfeito, impresso no romance, “pertencem ao sistema linguístico do discurso, enquanto a marca do aoristo é o fenômeno do acontecimento” (BENVENSITE, 2005, p. 270). As exclusões temporais no nível histórico narrativo são tão relevantes quanto as inclusões mediante o processo de organização do todo narrativo. É no véis

desse procedimento que as categorias de pessoa e de tempo se fazem presente no seio entre os sistemas histórico/discursivo. Tecnicamente, descarta-se no nível discursivo, para o sujeito/historiador, o perfeito e o futuro, pois são, a certa maneira, inconciliáveis com as intensões históricas (BENVENISTE, 2005).

O presente, censurado por dupla razão: primeira, não poder narrar a si mesmo, o narrador, segunda, para encaixar-se na expressão temporal o acontecimento deve deixar de ser presente, assim não sendo mais enunciado como tal. O tempo futuro assimila, como projeção do presente, as mesmas razões, ele é percebido como elemento subjetivo e não histórico. Reenfatizando, a única exclusão que dispõe o sistema discursivo em face da arquitetura histórica é a do aoristo. Fundamentando o equilíbrio entre sistemas, o discurso na tentativa de elencar fatos já ocorridos recorre ao emprego do perfeito, visto ser semelhante ao aoristo.

O que ocorre então é a utilização de um tempo sem ser exatamente um tempo, sensação causada pelo deslocamento, ou empréstimo temporal. Sobre o percurso em que posicionamos a autorreferência, o artigo *A natureza dos pronomes* (1956) serve-nos de principal ponte para a contemplação deste fenômeno. Seria por ele que manifestamos por extenso o “estar”, “presentificar” no seio enunciativo. Já que pelo artigo subsequente, extraordinariamente obtemos o incontestável encontro entre as categorias, espaço e tempo, e sobretudo uma passagem relevante à organização e à realidade de emprego frente a possível autorreferência. No presente artigo (1956), Benveniste abre as cortinas do diálogo sobre a natureza dos pronomes, questionando o modo generalizante com que é vista estas formas linguísticas. Sua refutação adverte não serem estas formas linguísticas pertencentes a mesma classe, adverte mais, não possuem a mesma forma nem a mesma função. Ele segue exemplificando sobre as noções das formas nominais e verbais. A autorreferência, talvez neste contexto, esteja no centro desta contraposição, destes problemas que Benveniste aborda.

Na advertência, ele sinaliza que: “é preciso ver que a definição comum dos pronomes pessoais como contendo os três termos eu, tu, ele, abole justamente a noção de “pessoa” (BENVENISTE, 2005, p.277). Esta condição, se impetrada, não abriria espaço para a distinção que, sobretudo, advém dos valores adquiridos pela diferença. Além de abolir também todo o universo cabido entre a autoinstituição do “eu”, como a consciência ou ausência dela, a enunciação adjunta a seus tipos e níveis e toda referência para isto requerida, e as demais pessoas. Ele chama atenção, então, para o processo de enunciação linguística – e isso muito nos interessa. Benveniste é mesmo um dos primeiros linguistas a sistematizar tal problemática num

campo até então dominado pelos estruturalistas. Ele, então, vincula os problemas da enunciação aos pronomes: “O enunciado que contém eu pertence a esse nível ou tipo de linguagem a que Charles Morris chama pragmática, e que inclui, com os signos, aqueles que os empregam”. (BENVENISTE, 2005, p.278). O emprego, de caráter generalizante, como já assinalado antes, de certas formas corrobora-nos perceber uma problemática que envolve língua – linguagem, e que tem como plano de fundo, mas não desprovido de relevância, à subjetividade no seio da instância de discurso.

Parte do que define a subjetividade, o “eu” autoproclamado sujeito, está na presença da relação eu/tu mediante ausência de “ele”. Vale ressaltar que, o referido problema impresso nas línguas é exatamente das “línguas” por estar na linguagem, isto é, por estar na esfera de utilização de linguagem, propensa a autonomia do falante. Contraposto à percepção dos pronomes como classe unitária, Benveniste (2005) adverte que para o fato de que “eu” e “tu” têm, a cada vez que são enunciados e em cada instância de uso, uma referência própria e correspondem a um ser único. Isso torna singular a realidade do discurso, por ser a única realidade a que podem “eu” e “tu” se referir. Realizada por um ato discursivo e individual, proferida pelo “eu” locutor, a realidade do discurso é a realidade advinda de termos utilizados dentro do próprio discurso, concomitantemente atualizada e conjunta à instância de discurso.

Prometemos nos debruçar, sobre esses dois conceitos, detalhadamente, mais tarde! Em face da subjetividade junto à dinâmica do corpus literário que apresentar-se-á, encontra-se o “eu”, parte não integrante à classe de referência. Possuidor de referência própria, corresponde a cada enunciação com valor único, o que garante sua unicidade às instâncias de discurso sucessivas, confluídas as várias realidades de discursos ao fim concatenadas. Vale sinalizar que é no instante de alocação que se percebe a simetria entre as categorias de pessoas eu/tu. De outra forma, há um elemento comum entre as pessoas, o “eu”. Ele está disposto tanto para o próprio “eu” que enuncia e encabeça o diálogo quanto para o “tu” enquanto “eu” potencial.

A marcação constante destas categorias de linguagem, relacionadas à posição na linguagem, isto é, “eu/tu” no interior da instância de discurso, evocam sobre a própria instância a presença de uma série de “indicadores” definidos por forma e habilidade combinatória inscritos em diferentes classes. Enlaçados aos indicadores de pessoa, estão englobados também os demonstrativos (dêiticos), advérbios cujo emprego resolve o problema da comunicação intersubjetiva, por serem signos que estão disponíveis em sua mobilidade e unicidade para os

interlocutores. Estes situam-se somente na e para a instância discursiva, sendo convocados ao uso e atualizados em uma realidade discursiva (BENVENISTE, 2005).

Toda a referência emanada dos indicadores, a qual deságua em um determinado grupo de expressões, dispõe, a contexto, de significação própria. Este fato corrobora para seus integrantes (signos), antes vazios e ausentes de realidade, a serem únicos, passando da linguagem à enunciação. A linguagem cria condições, por intermédio da língua, do homem constituir-se enquanto sujeito. Neste panorama, abertamente, percebemos que a condição de “estar na linguagem” conduz este sujeito “pela linguagem”, interpretado pela língua, a entrar em estado intersubjetivo. Neste plano, a linguagem é condição comunicativa e meio pelo qual se funda tal comunicação, assim também a subjetividade que apropria o enunciador (FLORES, 2019).

Nesse processo comunicativo, marcam-se “eu” e “tu”. A terceira, a não-pessoa, de outro modo, possui uma referência objetiva na realidade, escapando do que poderia situá-la entre as pessoas verbais propriamente ditas. Outra perspectiva autorreferenciativa do “eu” está na própria identificação de determinado objeto a partir de um indicador de ostensão preso a instância de discurso seguida do indicador de pessoa “eu”. Os elementos ostensivos também se defrontam opositiva e constantemente em benefício da propriedade de associação tanto em “eu” quanto em “tu”, com em *hic* em detrimento de *iste* (BENVENISTE, 2005). Revisitando a superfície dêitica, defrontamo-nos, em uma razão latente, com o “eu” como centro da demanda de referência.

Sobre ele encontra-se associado sua pulsão concernente, que se configura na marcação do próprio “eu” em face do que a ele está ligado, como elementos tais quais os advérbios: *hic et nunc*. Estes dois elementos, acompanhados de uma porção indeterminada de outros termos simples ou complexos, determinam-se, mediante a relação com o “eu”, sobre as instâncias de espaço e de tempo. Será de grande valia às evidências dadas pelo espaço/tempo, não somente no tocante ao caráter particular a cada um destes conceitos referenciais apresentam, mas também da relação à que fazem coextensiva e contemporaneamente a outros conceitos em prerrogativa a nossa pesquisa, como no caso da presente instância de discurso a qual alberga o “eu. Vale observar que, sobre esse tema teceremos fio a fio um ponto de ligadura implicando o “eu” e si mesmo e a relevância do tempo/espaço no fronte dessa perspectiva! Alinhado ao artigo de (1959), sobre a natureza dos pronomes (1956) Benveniste assinala que em face da enunciação, todos as variações de paradigma, tais quais: gênero, pessoa, tempo, e verbo se

especificam unicamente mediante a conjuntura da instancia de discurso, em destaque está o tempo do verbo.

Mesmo sabidos da inconstância de enunciados de discurso que sobre a natureza individual escapam a condição de pessoa, que é o caso da não-pessoa, há a forte presença de enunciados destinados a pessoa de caráter finito. Cada enunciado estruturado a unicidade do “eu” instituindo um “tu”, configuram-se sobre um plano duplo. No primeiro plano, “empregase a função denominativa da linguagem para as referências de objeto que esta estabelece com os signos lexicais distintivos” (BENVENISTE, 2005, p.282). Noutro, ordena estas mesmas referências de objeto “com a ajuda de indicadores autorreferenciais relativas a cada um dos tipos formais que o idioma, em específico, reconhece. Domina em contexto à autorreferência, sobretudo, a diferenciação/valores sobre as categorias de pessoa. O fenômeno em que envolve a subjetividade do falante e a produção de instâncias discretas e que, contudo, coloca a si mesmo em conflito mediante sua própria inconsistência à instância pessoal caso esteja na presença do ausente (a não-pessoa), garante a presença de um todo autorreferente. Isto é, o “eu” em sua natureza possibilita o contraste no tocante a segunda e a terceira pessoa, assim como suas respectivas propriedades.

A subjetividade, acima referida, abre espaços específicos em prol do alcance da autoinstituição do “eu”. Um desses espaços, visto por Benveniste (2005), é a percepção que possui o sujeito de ser instrumento comunicativo a linguagem. O artigo *Da subjetividade da linguagem* (1958) inicia-se por uma indagação levantada pelo próprio autor, mas o que de fato é a linguagem? A priori, ele aponta ser uma espécie de instrumento comunicador, mas rejeita essa concepção, mostrando que a linguagem está na natureza do homem. Contudo, de certa forma, acrescenta, e quanto a sua essência? Questionar-se-á, pela linguagem, suas próprias indicações para obtenção da justificativa em face dela mesma. De fato, é o que tentamos aqui, questionar o próprio falante em respeito à condição formal de sua existência. O que nos faz perseguir os elementos os quais tomam perspectivas autorreferenciais enquanto envoltos à enunciação do falante. Imanente à natureza do homem, a linguagem é o elemento absoluto o qual viabiliza o homem a leitura/compreensão e a escrita do mundo albergado à língua, dos fatos no mundo. Detalhadamente, o corpus elencado aqui é definido como gênero literário, a narrativa de ficção, e por ser parte/perspectiva do fazer da língua nos concede, por objeto, a personagem de ficção.

Como um fator consolidado pela natureza e potencialização da linguagem, a linguagem do homem que fala, a própria metalinguística aplicada perante o corpus é o que nos justifica de imediato a tal propriedade da linguagem que capacita o que lhe é confiado. A percepção da linguagem como instrumento nos permite perceber na literatura, no texto escrito, na enunciação da personagem, assim na sua subjetividade um local estruturado pela língua, puramente intencional. Uma utilização da linguagem encontrada à disposição da projeção do próprio “eu”, o que faz saltar aos olhos as categorias de pessoa e tempo. Adiantando-nos um pouco sobre o envolvimento dessas categorias, observamos que o tempo marcado é destinado aquele que narra com testemunha, ele é um exímio participante. Sua presença se marca, pois sobre o tempo escolhido, no caso “o perfeito”, e repercute tudo o que lhe destina fazer, isto é, dizer, assim todo acontecimento do “eu” estará por ele ligado ao presente. O “eu” que projeta no desenho seu próprio “eu”, pela escrita, neste contexto comunicativo que a linguagem imputa à natureza do homem, obviamente, é um tipo de produção comunicativa facultada pelo caráter intrínseco da própria linguagem. Isto a torna uma ferramenta para o desenvolvimento na dinâmica da vida e do aprimoramento material. A garantia da linguagem nos fatos humanos está impressa em todos os seus caracteres, está na “sua natureza imaterial, no seu funcionamento simbólico, na sua organização articulada” (BENVENISTE, 2005, p. 285). Ela está infinitamente disposta a quem dela queira fazer serventia, a quem por ela queira falar! Apenas o fato de evidenciarmos nela determinado conteúdo já nos garante a equiparação a um instrumento.

Não há justificativas existentes para percebermos o homem imerso em um período de origem da sapiência. O homem que conhecemos, da linguagem, jamais estará apartado. Ele jamais a inventará. O função da linguagem, em face da narrativa literária ficcional, é habilitá-la às condições de discurso e, sobretudo, atualizá-la como um perspectiva que liga o real à verossimilhança. Neste panorama, revisitando a subjetividade, ela imprime-se neste “existir” do homem que está na linguagem e pela linguagem. Em estado de sujeito, “a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Mas o que de fato é essa subjetividade que capacita o homem na tomada de posicionamento nos fatos do mundo? Não nos concentramos no “eu” criador, mas no “eu” criatura-criadora, um “eu” que se toma de empréstimo o estado de sujeito e imprime-se conscientemente.

A subjetividade é, como já havíamos considerado antes, a capacidade do locutor inscrever-se enquanto sujeito. Segundo Benveniste, essa subjetividade se define como “a

unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência” (BENVENSITE, 2005, p. 286). O fator transcendente subjetivo, imanente da linguagem, isto é, esta emergência de propriedade, por conjuntura, pode ser o ponto de intersecção/engendramento entre a linguagem e seus sistemas: língua e a linguagem subjetiva literária.

Um sujeito, dotado de uma propriedade, que por meio da linguagem, constitui-se subjetivamente em multiplicidade instrumental, que conflui ao “ego” dizendo *ego* e que por este viés só tende a expandir. Este princípio é, possivelmente, o central esteio das relações/implicabilidades vistas por esta subseção. Determinam-se entre o corpus (mundo estruturado à perspectiva subjetiva da linguagem, materializada pela escrita, que tem seu esteio, essencialmente, através do status linguístico de “pessoa”) e o objeto (a autorreferência do falante que sobre a ação de atinar-se frente a seu próprio *ego* onde se autoinscreve), incluindo a natureza dos próprios sistemas em questão. Ainda idealizados no conceito de subjetividade benvenistiana: o “eu” à medida que se autorrefere por meio de aspectos formais também se implica em pressuposição ao um “tu”. O que corrobora dizer que, ele obtém o contraste sobre si mesmo, apenas mediante ao contraste diante do outro, é necessário que exista o “tu” para que “eu” seja “eu”.

Está em tela a relevância do sistema da língua para com a estruturação do sujeito no mundo, a língua na condição de instrumento de linguagem, entra também em um grande processo: entra em contraste a seu próprio sistema, firmando-se a partir da presente pressuposição a sistemas outros, no caos o literário. Uma relevância que nos faz perceber uma complexa e inexplorada fissura na teoria da subjetividade em face da existência simultânea entre os instrumentos da linguagem. Em exemplo à reversibilidade “eu/tu”, presente no sistema da língua, os instrumentos da linguagem parecem ser também reversíveis, tendo a língua como único intermediador/instituente. A linguagem, e estamos falando de discurso, equaciona os signos entre os distintos sistemas (língua – literatura) a entrarem em uma possível esfera de estímulo resposta behaviorista, como bem assinalado por Benveniste (2005), que garante ao determinado “eu” o caráter instrumental.

Encarado como discurso, encontramos o uso dessa linguagem, um uso que imputa a interação junto a outros, encontramos a impossibilidade de jamais ter o homem (sujeito) reduzido/delimitado a si mesmo e sobre o mesmo seguimento concebendo outro homem/sujeito. “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com

outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem” (BENVENISTE, 2005, p. 285). Não nos atemos ao caráter puramente instrumental evidente na conversa entre os sistemas, mas sim, sobre o que o caráter instrumental traz para com a possível inscrição do “eu” falante para consigo mesmo.

O conteúdo da linguagem e assim seus caracteres, conceituam-se na imbricação do funcionamento simbólico, e na natureza imaterial em inter-relação, logo ambos estão no centro da enunciação deste “eu”. O liame da autoconsciência do sujeito sobre determinado instrumento se manifesta sobre a necessidade de haver um conteúdo na linguagem. O conteúdo da linguagem em uso concebe ao sujeito a dissociação do seu próprio “eu” afastando da noção do uso instrumental da linguagem. As relações de troca da palavra, juntamente com a relação entre as pessoas (intersubjetivamente) evidencia-nos duas noções apontadas por Benveniste, a primeira, diz que: é a palavra vista como objeto, logo a língua como instrumento. A segunda, mediante as trocas entre palavras, objetos sob a interação em face do outro, obtém-se visão de si, denominado, tão logo um sujeito sobre uma instância linguística, é diluído entre o conteúdo da linguagem enquanto autoproclama “eu”. A autorreferência do “eu” pelo estado de “sujeito” e sua subjetividade pode ser a chave da resolução no tocante a problemática do sustento e segurança da palavra na comunicação. A habilitação da palavra no discurso é concebida pela linguagem, marcada pela subjetividade e predisposta à atualização, metalinguisticamente, é somente pela linguagem que evidenciamos, através da palavra enunciada pelo sujeito, a condição de aptidão.

Se, em enunciados anteriores desta subseção, evidenciamos a autorreferência por diversas perspectivas, como pelas categorias de tempo e pessoa, pela presença dos pronomes e suas particularidades ascendidas pela diferenciação que fazem, nesta ela se manifesta alinhada aos conceitos anteriores, no entanto acentuando-se a subjetividade a qual possui o sujeito ao passo que enuncia. Sumariamente, percebemos que o mesmo, a seu próprio benefício, utiliza-se da linguagem (ato de facultar), organizada pela língua, para a modificação/alteração/criação de meios outros de comunicação/linguagens (discurso). Isto é, a criação de sistemas outros possibilita-o entender-se/instituir-se agente, o que o leva, de certo modo, a autoinscrever-se/autorreferenciar-se nos fatos das próprias linguagens. Segundo Benveniste (2005), “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem

fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de “ego”² (p. 286), uma outra confluência do *ego* dizendo-se ser *ego*. Acreditamos que toda a arquitetura prostrada sobre o conceito de autorreferência deva estar dedicada no sentimento pelo qual cada locutor experimenta o ser que jaz em si mesmo, um ser diluído na linguagem, e, sobretudo, na língua.

Tecnicamente, Benveniste nos revela que, sob ótica desta autoinscrição e pelo viés da categoria de pessoa, a consciência de si mesmo não pode advir se não pelo contraste (BENVENSITE, 2005). Improvável empregar o “eu” sem estar diretamente relacionado a outrem, ou seja, a alocação do próprio “eu” que é “tu”. A partir da problematização do fenômeno subjetivo passa ser possível outro, o intersubjetivo. Desde ele, instaura-se a condição de diálogo a qual pertence particularmente a condição de pessoa, assim tão logo dar-se início à reciprocidade entre sujeitos. Um processo complexo e perfeito encabeçado por um dos eventuais sujeitos, definido no “eu” que se torna “tu” no tocante a alocação do que se designa “eu”. Sem pretensões tautológicas, reenfazamos que a linguagem, enquanto discurso, somente é dada por ser possível mediante esta autoinscrição a qual se envolve o distinto “eu”.

Em uma observação pragmática, o centro da polaridade/medição entre as pessoas encontra-se na linguagem que as insere, isto é, a presente instância de discurso. Um local cujo está instaurado o exercício/situação da alocação, e que simultaneamente obtém-se, a certa maneira, uma demarcação harmônica em detrimento da pessoa “tu” e assim também sua posição na linguagem. Este experimentar-se em si mesmo se amplia por meio da proposição que faz o sujeito “eu” outra pessoa. Ainda que exterior ao “eu” o “tu” torna-se extraordinariamente envolvido em uma espécie de eco reversível, passando a chamar de “tu” o antes “eu”, um novo sujeito aloucando o antigo, o qual será novamente em seu potencial futuro. Segundo Benveniste (2005) haverá sempre uma polaridade entre as pessoas do discurso, e essa polaridade não está relacionada efetivamente a igualdade entre elas ou simetria, mas a transcendência que tem o “eu” sobre o “tu”.

Observando intrinsecamente o processo de comunicação entre as categorias de pessoa, percebemos que: a distinta polaridade que reservam se estrutura na unicidade sob um caráter particular, assim também em um tipo de oposição inigualável, e que jamais atravessa as fronteiras da linguagem. No seio da inter-relação das habilidades dispostas a condição do “eu”,

² Destaques do autor.

polaridade e transcendência, vive latente, a sucesso do processo, uma relação indissociável entre a igualdade e simetria.

À manutenção do sujeito, essas habilidades são, a ele, particulares, indivisíveis, absolutas e complementares ente si, contudo são reversíveis, segundo sua posição no discurso, interior versus exterior. No artigo de 1946, Benveniste percebe a queda de possíveis contradições implicadas na atividade do “eu” junto ao outro. O fundamento é dado a partir de uma realidade dialética envolvente às formas linguísticas indicadoras de pessoas: eu e tu, e na condução mútua da subjetividade concedida pela linguagem. O exercício da linguagem transcende os limites impostos pelas línguas particulares, justamente por estarem, seus fatos, subordinados a ela. Metalinguisticamente, a linguagem está correlacionada a si em todas as suas partes, sendo assim, a pessoa “eu” passa a ser, enquanto autoinstituída sujeito, o ponto de partida da subjetividade, conseqüentemente da linguagem, e que torna, na ausência de sua expressão, os mesmos fatos das línguas, no sentido geral, como inconcebíveis. Benveniste (2005) adverte que: pode haver possibilidade de determinada língua, em determinada circunstância, apresentar discrição em sua expressão, como no caso de certas línguas localizadas no extremo oriente. Ele compreende que, por motivo de polidez, estas certas línguas empregam em seu exercício perífrases, rodeios, ou, por assim dizer, formas específicas convencionadas a seus grupos, com intuito de substituição aos pronomes, o que resolve jamais implicar em uma inexistência.

O valor pela diferença entre as pessoas “eu/tu”, a contexto destas línguas, permanece efetivo, além mais, é alterado potencialmente pelo composto social/cultural, um realce na relação entre as classes as quais pertencem. Fora destes excêntricos casos, os pronomes, especialmente o pronome “eu”, pois é o instituidor de tudo aquilo que é inteligível no discurso, são distintivos de todas articulações outras que a língua coordena. Eles, a contexto de seu valor pela oposição, são, de certa forma, antagônicos - autônomos e interdependentes, pois “*não remetem nem a um conceito nem a um indivíduo*”³ (BENVENSITE, 2005, p. 288).

Sobre a extensão/particularidade/expressão do “eu”, Benveniste (2005) menciona que há somente um “eu” enquanto o sujeito enuncia, tão particular que jamais poderá ser visto/expressado além de unicamente representado na boca de todos os locutores. Junto ao “eu” tudo o que representa também passa a ser único, sendo integrante, morfologicamente, da classe

³ Destaques do autor.

dos pronomes pessoais, ele escapa à condição imposta aos outros signos concernentes da linguagem. Em síntese, é, sobretudo, identificado por ser singular e exclusivamente linguístico, além de actante da instância de discurso, que juntamente a ele só tem referência circunstancial.

O “eu” é o centro inteligível do discurso, da linguagem o que inclui autorreferentemente a si perante a diferenciação entre as pessoas. Neste patamar, a linguagem da qual o “eu” particularmente está imerso ver-se “de tal forma organizada que o permite enquanto locutor apropriar-se da língua toda designando-se eu” (BENVENSITE, 2005). Na grande arquitetura que sustenta a subjetividade, estão os pronomes pessoais como principal haste em face de suas manifestações, assim também outras classes de pronomes estão relacionados a estes principais, as chamadas dêixis. Estes indicadores caracterizam-se por serem em sua forma pronomes, advérbios e adjetivos. Eles estão no fronte da função de organização das relações espaço-temporal justaposta ao sujeito (eu), o qual fundamenta-se por meio deles como centro de referência, ao passo que subordina-os por meio da instância de discurso. No cume da subjetividade está atemporalidade. O que corrobora-nos dizer que, a autorreferenciação para ser sujeito é preciso estar, especialmente, no tempo, na organização linguística do tempo. A presença dela (a temporalidade) vai além das marcações concebidas pelas formas verbais ou palavras integrantes de outras classes. Esta condição fica a cargo da estrutura formal das línguas, em seu aspecto particular, o que acerta maneira, as engloba tornando-se princípio universal a todas elas. Sendo constitutivo do “eu” que enuncia, é também constitutivo das línguas, o tempo.

É propriedade das línguas conceber a distinção do próprio tempo na e pela linguagem, como passado, futuro ou presente, este último capaz de intermediar os dois primeiros. O presente é, de certo modo, para a categoria temporal o que o “eu” é para a categoria de pessoa, isto é um princípio desencadeador. É no presente que encontramos sempre o “eu” (sujeito), e nos fatos da linguagem a qual se submete está a linha de participação dele e a própria referência ao presente. “Ora, esse “presente”, por sua vez, tem como referência temporal um dado linguístico: a consciência do acontecimento descrito com a instância do discurso que o descreve” (BENVENSITE, 2005, p. 289). O tempo e o “eu” subsistem concomitante a enunciação, por esta perspectiva, tornam-se indissociáveis, singulares e inter-relacionados. Marcam presentemente um tempo anterior ao discurso, ele é, em caráter generalizado, o tempo em que se fala. As instâncias de discurso sucessivas sofrem através dele uma sensação de perpetuidade, como se o enunciado nunca se presencia um fim, contudo isso ocorre sem

repetição dos fatos, sem serem as mesmas ações/ocorrências impressas na exatidão cronológica. Cada uma das ações, em sua dada existência, é única, assim o locutor e a própria instância de discurso a qual tudo envolve. Passando pelos discorrimientos sobre a subjetividade, sem afastar-se nele, pois dela depende a autorreferência, abordamos um conceito tão fulcral quanto, o tempo. No artigo sucedido, (1946), Benveniste notifica sobre as relações das categorias de pessoa e as categorias de tempo, agora a presente subjetividade do sujeito o pregoa a um fenômeno profícuo, o tempo “presente”.

Para detalhes, o tempo, especificamente linguístico, é sui-referencial, o que concorre dizer que – somente adquire significação por intermédio de referência no instante de enunciação. Em face da autoescrita do homem no mundo, e o usufruto da relação espaço-pessoa-tempo nos diz que: “a temporalidade humana com todo seu aparato linguístico revela subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem” (BENVENISTE, 2005, p. 289). O que nos faz refletir que o nascimento do sujeito está diretamente ligado ao nascimento do tempo linguístico, e concatenados a ele já estão todos os outros caracteres da linguagem. O discurso (linguagem em pleno uso) é em si, e por si contingência da subjetividade exatamente por ela está contido formas apropriadas à sua manifestação. Como destacamos antes, é de caráter do próprio discurso evocar/estimular a emergência da subjetividade a partir de instâncias discretas, isto é, formas vazias. Estas formas, ora sumariamente abordadas, são produzidas de algum modo e elencadas de forma específica. Sendo singulares e particulares ao discurso do qual o sujeito está imerso, são as formas pelo qual o locutor procura apropriar-se da língua, identificar-se como “pessoa”, dispor-se ser referência de si mesmo, e denominar-se/materializar-se concomitante ao processo enunciativo através do “eu” instituído em meio a isso um parceiro, o “tu”.

Paradoxalmente, toda concedência produzida para si mesmo pelo sujeito é sintoma da instalação da subjetividade na linguagem. De posse da linguagem, a subjetividade a possibilita criar sobre si mesma a categoria de pessoa. Estes procedimentos subjetivos possuem seguimentos diversos sobre a estrutura da língua, em particular, tais quais: ordenamento de suas as formas, e problematização/potencialização das relações de significação. Neste instante, nossa pesquisa se limita exatamente, no tocante à subjetividade, na mensura de sua capacidade absoluta e na razão exata de suas implicaturas, com visto por Benveniste (2005). De volta a presença a relação entre as categorias tempo/pessoa, como Benveniste percebeu através do francês, evidenciamos com experimentação de nosso corpus sobre suas instâncias de discursos

sucessivas, uma não alteração/mudança na esfera do sentido das conjugações. Este apontamento corrobora-nos dizer que, sob estas experimentações, o “eu”, contando com todas as suas implicações de propriedade, não traz para si operações incomuns ao demais pronomes, isto é, não faz há discrepâncias sobre as conjugações na segunda e na terceira pessoa do singular. Na iminência de emprego do tempo presente de um verbo, tem-se a sensação de que não ocorre nenhuma mudança de sentido entre as formas conjugadas (BENVENISTE, 2005).

O que corre de maneira efetivamente comum é a dupla possibilidade de atuação de sentido das formas verbais, uma delas está para a descrição de ação, e que se espalha identicamente entre as três pessoas, singulares do caso reto, além da existência paralela de formas similares remetidas à descrição de estado de sentido. Não estamos interessados diretamente com o alinhamento formal do paradigma de conjugação, com apresentado por Benveniste (2005), mas na automarcação do “eu”, no seu valor de equivalência e a subjetividade imanente da relação e diferenciação entre as categorias de pessoa e categorias do verbo. Sabidos de tudo isso, tecnicamente, ocorre uma espécie de contágio, se visto pela ótica da significação de uma narrativa romanesca, subsistida relevantemente a partir da atuação da primeira pessoa (eu), seguida da segunda (tu) e terceira (ele). Sob efeito, as formas conjugadas nos proporcionam impressão de um alinhamento extensivo e significativo, um olhar relativamente simétrico sobre as três pessoas e sobre a perspectiva de certos verbos.

Todo olhar que se tem da diferenciação entre tempo e pessoa se volta com efeito de firmamento à garantia autorreferente do próprio “eu” já que é, mediante todos os adventos emanados da segunda e terceira pessoa, ele o desencadeador/originador isolado de diversos estados de sentido. Claro que, Benveniste em seu desdobramento à subjetividade, deixa claro que incontáveis verbos escapam a permanência do sentido no intercâmbio das pessoas, e, é aqui que nossa pesquisa se adensa e se especifica. Dos escapistas, interessa-nos os dispostos às operações mentais, por isso pomos em evidência à defesa da autorreferência do “eu” que enuncia. O gênero literário de tipo narrativo (romance) tem como fator comum esse fundamento dialógico e intrínseco que leva problematizações específicas e incremento abstrativos a seus leitores. Cada “eu” se investe em reconhecimento projetado nas personagens, o que os faz experimentar e autoinscrever-se por uma espécie de catarse o próprio “eu”. Quando este “eu” fantástico, que possui claras possibilidades de enarrar a si, assume o controle/a fala, módulo fantástico, defronta-se efetivamente com as assimetrias de sentido dispostas pelos verbos, principalmente os que remetem descrições. Benveniste alerta sobre certos limites que tem a

pessoa subjetiva em face de certos verbos, como quando um enunciador se descreve crendo em algo. Ele desmembra essa questão sobre a explicação de que: no tocante a imersão entre os “eus” “a operação do pensamento não é absolutamente o objeto do enunciado.

O tratado de si pela corrente do pensamento, não necessariamente pode ser imputado como enunciado pleno/inteligível, pois defrontam-se com instituições diferentes, ordenações diferentes tendo apenas a língua em face da organização em ambos. Por este percurso, a relação verbo-tempo-pessoa é estruturada, em detrimento à enunciação, sobre fatores específicos, fatores versados na relação língua – linguagem e, é o que, a certo modo, desembocará a especificidade dos verbos quanto ao valor de sentido. Inspirados em um exemplo ofertado por Benveniste, *je crois que le temps va changer* (eu acredito que o tempo vai mudar) a informação difundida pela primeira pessoa e convertida a uma subjetiva, um fato asseverado impessoalmente. A impossibilidade de descrição da crença de si mesmo, em contexto, leva a percebermos uma dupla instituição à validade destes verbos dispostos à operações mentais. Concorre dizer que: *je crois* é uma forma verbal de governo da verdadeira proposição *le temps va changer*. Nossos apontamentos passam por um relativo contraste, ou que, certa forma, revelam valores entre as formas verbais submetidos ao “eu”, estes de operações mentais e os de operações lógicas. Das duas formas ora apresentadas, esta última, ao recair em primeira pessoa, “operações lógicas”, atravessam um percurso que a coloca em um certo tipo de alteração/adaptação no tocante ao “eu” enquanto enuncia.

O módulo descritivo de um enunciado não representa o “eu” em sua própria conjuntura, “essa é a relação lógica que está instaurada num verbo pessoal” (BENVENSITE, 2005, p. 291). A razão lógica de um enunciado define-se pela inclusão do sujeito enunciador, de outra forma, ele implica a si mesmo certa atitude, movimento concreto no fronte do enunciado fazendo-se existir por completo no discurso que se segue. O que comumente se evidencia através dos dois tipos de operações verbais (lógico-mental) é a existência bipartida de certos enunciados, dados por: termo de domínio, que é o indicador de subjetividade e termo de proposição, o verdadeiro enunciado. Ao mesmo passo, as incongruências entre esses verbos de operações encontram-se na densidade do estado de sentido por elas impresso/requerido, e no nível da indicação da subjetividade. As declarações produzidas pelo “eu” falante confluem para o que se pode chamar de contexto subjetivo.

Um caractere superiormente interessante se se fizer necessário a observação da indicação de subjetividade (instituição do outro e projeção através de formas predicadas) pelo

grau de sentido das formas verbais, no tocante ao uso da linguagem. O contexto de subjetividade dá conta, no seio da comunicação, da noção de caracterizar a atitude/atividade do locutor em face do enunciado que profere, valendo lembrar que sua validade se estende apenas sobre este mesmo locutor (BENVENSITE, 2005). Quaisquer variações deste critério, como imposição desta noção à segunda pessoa é considerada oferta do próprio “eu” falante para retomada retórica a fins argumentativos. O ato voluntário de supressão do falante no enunciado também nos leva a considerarmos relevantemente a autorreferência do “eu”, pois denuncia em face do outro sua própria posição no discurso. Ao definir a natureza da “subjetividade”, o que implica a mais uma especificidade do “eu” enquanto instituído sujeito, Benveniste realça os efeitos de sentidos produzidos no escambo das pessoas no tocante a certos verbos de palavra. Em sua definição, ele indica que, “são verbos que denotam pelo seu sentido um ato individual de alcance social” (BENVENSITE, 2005, p. 292).

Estes verbos de palavra utilizados socialmente tendem a receber alteração/deslocamento de seu sentido pela própria natureza da linguagem. Sendo específico do uso da primeira pessoa, a submissão destas formas verbais as outras categorias de pessoa impõem sobre o emprego de sentido um tom constrangedor, cogitando-lhes/retirando-lhes forçosamente o uso da verdade. Novamente enfatiza-se, por meio deste percurso, a natureza das posições entre as “pessoas” do verbo, isto é, a diferença entre os tipos de enunciações, subjetiva e não subjetiva. Os verbos de palavra criam um teor/valor específico à autorreferência do falante na linguagem quando deslocados/projetados pela terceira pessoa. De mais para mais, a terceira pessoa serve de instrumento ao “eu” sujeito por ser ela, fundado por este mesmo “eu”, um paradigma verbal endereçado a nenhuma pessoa. Através da não pessoa, o “eu” atinge quaisquer objetos fora da alocação, possui cobertura completo no campo do dizer a todo estado de coisa, ela, fomentado pela oposição, (a terceira pessoa) “tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu”” (BENVENSITE, 2005, p. 292). A relação dos verbos de palavras e a primeira pessoa não se limita somente a estes apontamentos. Enquanto sujeito, o “eu” demanda sobre si mesmo formas de valor pessoal as quais denotam o tipo de realidade do qual ele se submente.

Se submente, pois o valor singular do sentido deste verbo coloca aquele que enuncia a envolver-se denotativamente em um cumprimento lógico, aguilhoando paradoxalmente a si, uma vez que o “*Ego está preso*” (BENVENSITE, 2005, p. 289). Por vários ângulos, admitimos ser relevante estes fundamentos, principalmente quando direcionado a um corpus de caráter

literário, velando o ato que o “eu” cumpre. Além disso, para o objeto, a autorreferência, as consequências sociais do cumprimento são complexadas a partir de instâncias sucessivas do discurso que se multiplicam destacando o “eu” sujeito/personagem, pois a enunciação discerne-o, discrimina-o, marca-o através do ato da fala, d inscrever-se em particular sobre suas ações. O extraordinário é que todas as considerações feitas ao verbo pelo discurso adquirem relevância/completude não frente ao próprio verbo, mas frente a subjetividade que o assola. Sintetizamos que, o valor do estado de sentido compreendido pelo verbo em suas operações/condições é dependente da permuta interna entre as categorias de pessoa, das relações posicional entre as pessoas.

Pelo menos um verbo pode emanar condições várias de expressão a depender da vontade do sujeito, ou de sua agência distinta fora da alocação. Neste contexto, a instância de discurso é a esfera que abriga o ato e o firmamento do sujeito. Tecnicamente, a ação é o cumprimento da enunciação destes verbos de palavras/operações, logo é o espaço onde o sujeito toma para si seu próprio indicador “eu”. Cada episódio do qual este “eu” se expõe envolve-o seriamente em um ato comunicativo, seja com o outro ou consigo mesmo. Na mesma perspectiva, cada enunciação, organizada pela língua, tem por fundamento a tarefa de conciliar o enunciador com seu coenunciador seja por reciprocidade afetiva, seja por relação social ou quaisquer outras imputações. Por meio de seu processo, a linguagem pode ser manifestada tanto como instrumento de reflexão quanto no próprio modo de ação (BENVENISTE, 2006).

8 A ENUNCIÇÃO

Sob o domínio do artigo *O aparelho formal da enunciação* (1970), depreende-se que a enunciação, levando-se em conta continuamente o ato e a situacionalidade na qual se realiza, “é o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 83). O “eu” encontra-se, em face da subjetividade, no centro de todo o processo enunciativo, espreado entre a instituição de si como sujeito e o funcionamento da língua, linguagem em uso. Vale deixarmos claro que, nesta subseção, não apenas a enunciação e os efeitos de seu modo e uso de linguagem terão relevo em face de problemática do “eu”, mas, sobretudo, os aspectos formais da qual este “eu” autoinstituído sujeito faz inconscientemente acontecer mediante utilização. E iniciamos a orientação ao lado complexo destes questionamentos sob pensamento benvenisteano: pelo que

se entende estes aspectos formais do qual o “eu” locutor está materialmente preso? Qual o local da língua, a função e as habilidades as quais atribui o sujeito empossado dela?

O ato de emprego das formas é precisamente constituído pelo conjunto de regras cravadas, existentes na língua e por ela intermediadas, sob condições sintáticas. Estas formas, mediante emprego, possuem a possibilidade de materialização pela linguagem por tratar-se evidentemente de serem parte de um paradigma de escolhas possíveis. As regras das quais o “eu” faz submeter-se são, tecnicamente, conectadas à regras outras de formação previamente designadas. O trabalho destas regras de formação é garantir a inteligibilidade da comunicação e estabelecer relação direta entre as variações morfológicas e as latitudes combinatórias dos signos, das quais confluem a um grande e substancial sistema versado em: acordo, seleção mútua, preposição e regimes de nomes e, sobretudo, os verbos que demandam lugar, ordem, etc. (BENVENISTE, 2006).

São distintas as condições de emprego das formas e da língua, mas não suas condições, mas suas realidades. O estudo de suas diversidades traz, segundo a teoria benvenistiana, metalinguisticamente, formas de percepção múltiplas de suas descrições e interpretações. Do plano descritivo, o emprego das formas possui um consistente e grande arcabouço de modelos múltiplos quanto seus procedentes tipos linguísticos. A natureza da diversidade das estruturas linguísticas, em exercício, advoga para uma larga extensão de seus próprios modelos, estando assim permanentemente arraigada aos seus elementos fundamentais. No plano de emprego da língua observamos a presença de um complexo, complexo pelo caráter fenomenal e pelas razões de apreensão em face da própria língua, de natureza mecânica que de maneira e razões mil contagia a língua em sua totalidade. A enunciação é, essencialmente, o conjunto maior das individualizações de uso, seguida do discurso que a cada vez proferido torna-se relacionada mente único. Benveniste adverte sobre as condições específicas da enunciação. O discurso, contudo, é manifestação da enunciação, que, por sua vez, é propriamente dito, ato do usuário de pôr em particular o exercício a língua. É relevante destacarmos que, a literatura romanesca por onde circula o “eu” sujeito/personagem é fundamentalmente construída sob duas esferas, a da produção do enunciado enquanto atua o sujeito e a esfera do texto do enunciado da qual descreve distintamente este mesmo sujeito.

Interessantemente, aos nossos objetivos, esta última esfera nos concede a visão de ver o sujeito (locutor) mobilizando-se/estruturando-se através da língua em sua própria autoria, construindo sua própria realidade por intermédio de instâncias distintas. Sendo o estopim do

fenômeno enunciativo, o “eu” aspirante a sujeito dispõe-se passivo e inevitavelmente em uma relação junto à língua que determina seus caracteres, suas escolhas. No seio destas escolhas, com sinalizado, o “eu” enquanto locutor, marcado pelos caracteres linguísticos, empossa-se da língua como instrumento (BENVENISTE, 2006). Dos vários aspectos que imprimem a visualização do processo fenomenológico locutor-língua-enunciação, não sendo estritamente de nosso interesse, está a vocalização da língua. Nesta perspectiva, o enunciador por quaisquer níveis está imerso em emissão e recepção de sons (enunciados vocalizados) orientados por uma língua em particular, ou nas suas manifestações, das quais o falante procede sempre por pura particularidade, e propriedade no interior da fala. O falante possui lugar de destaque, pois a partir dele analisa-se a língua, proscree-se/mitiga-se as amostras individuais da enunciação fônica, assim multiplicando os registros particulares por meio de outros “eus” falantes. A unicidade do falante é impressa em vários fatores, um deles é de que os sons produzidos jamais são reproduzidos, a certa forma, identicamente, e a situação de experimentação, isto é, o discurso que os garante.

É a partir do conceito de identidade das formas unicamente elencadas que se pode obter a diversidade das situações, o ato enunciativo. Todos os fenômenos albergados pela enunciação estão a seus níveis dispostos à conversão do individual ao discurso dado no coletivo. A autorreferência empregada sobre o extraordinário advindo da literatura dar-nos possibilidade de empreender, o que Benveniste (2006) sinaliza ser coisa bem difícil e pouco difundida, a relação forma/palavra e sentido. À luz de sua teoria entendemos que, o que qualifica como espaço de passagem da literatura no tocante ao “eu” sujeito/persoagem é a possibilidade de emprego da língua junto à potência do sentido de linguagem. Ambos, a certa forma, geram e fomentam a semantização impressa no centro da enunciação através de signos e de sua significância. Observar por meio do percurso da forma – língua – sentido compreende entreluzir, pela visão dos interiores da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual dos sujeitos/personagens das quais a cena/episódio, tecida pela instância de discurso, se atualiza. Na classificação da diversidade destes caracteres, cujo o sujeito tem domínio pelo intermédio da língua, temos: os necessários, permanentes, incidentais, e ligados à particularidade do idioma. Suas impressões são dispostas pelo próprio sistema da língua e feitas necessárias pela enunciação, que tem em seu centro o sujeito. Fora da atuação do sistema em detrimento da enunciação, a língua é apenas possibilidade de exercício de si mesma (BENVENISTE, 2006).

Categoricamente, confluída a enunciação, a língua detém-se à instância de discurso que concomitantemente contém o sujeito. Este processo põe em prática a procedência do sujeito que, a certa forma, tomará por seu destino a intenção de alcance do outro por meio da linguagem, ao passo que se põe ativamente a mercê de seu retorno. Um outro aspecto do qual o “eu” enunciador se destaca não só sua autorreferência, mas o processo como um todo é o fator de apropriação da língua. Por partir de realização individual, a enunciação se define em face da língua que de mesma forma determina o locutor e seus atributos. Mediante processo, ele toma para si o aparelho formal da língua denunciando sua posição no discurso com auxílio dos índices específicos e dos procedimentos acessórios (BENVENISTE, 2006).

Neste panorama, vários mecanismos dos quais envolve o locutor testemunha/testifica sua autorreferência. Autodeclarar-se locutor, e é isso que o leva a ser sujeito, coloca-o em uma série de autoimplantes desde que assuma para si a língua. Começando com a autoinstituição pela subjetividade, a língua pela sensação de propriedade, enraíza em si e para si as condições de alocação, arraiga os outros e os níveis de presença destes mesmos. Todas estas admissões, existentes no sistema da língua, confluem a uma autoinscrição enunciativa junto ao mundo e ao seu estado no mundo. A determinação da apropriação da língua pelo sujeito encontra-se na própria necessidade que a si mesmo submete-se em referir-se por meio do discurso, além de prostra-se em uma idêntica correferenciação, dado por um processo pragmático que os organiza transformando locutores em colocutores. Esta correferenciação é parte de um dos pontos fulcrais da enunciação, a referência. Como pudemos evidenciar ao logo desta pesquisa em face da teoria benvenistiana, a referência tem sempre como ponto de princípio o “eu” em face dos demais elementos. A língua em seu estado de potência enunciativa possuirá, à vontade e participação do sujeito, habilidades de regência carregando consigo todo mecanismo de referência o que mais uma vez demandará um sistema extraordinariamente singular e, sobretudo, inconsciente. A enunciação configura-se mediante várias presenças: a presença do locutor nela, da subjetividade no sujeito, do sujeito no “eu” e do “eu” na instância de discurso, estando este último no centro de referência a função das instâncias que o cabem tornam-se únicas.

A enunciação também está atrelada ao complexo do qual a subjetividade está imersa, ou seja, à medida que o “eu” se institui sujeito, falante implanta um outro, seu correferente em sua fala sinalizado, essencialmente, no artigo “*da subjetividade da linguagem*” (1958). Instituir este outro em sua enunciação coloca o “eu” falante em um jogo de escolhas de formas

específicas, a considerar as condições de sua realização, das quais trabalham incansavelmente para a contenção/manutenência indispensável do enunciador em sua própria enunciação. Passa-se então a ter em cena a emergência dos índices de pessoa, que por contraste, situadas apenas e unicamente na enunciação. Acompanhando-os necessariamente estão os índices de ostensão das quais transfundem o domínio do “eu” sobre alcance do objeto e do tempo ao passo que proferido na instância do termo (BENVENISTE, 2006). As formas denominadas “pronomes pessoais”, assim também os “demonstrativos” que tanto nos concentra nada mais são que formas de materialização/projeção/extensão do “eu” no espaço do enunciado e no instante de enunciação classificados indivíduos linguísticos.

O jogo de oposições de termos nominais organiza, neste contexto, pessoas, lugares, instantes e garante-lhes visibilidade por meio de conceitos. Originados do “eu” enunciador, estes indivíduos linguísticos espraiam-se por todo o domínio das instâncias testificando de forma não tão discreta a posição de seu senhor (o “eu”), a existência de criações/elementos que o divulguem são formas outras de marcar a si mesmo em uma problemática autorreferente. O testemunho da servidão destes “indivíduos linguísticos” está, essencialmente, no acompanhamento indissociável à enunciação do “eu” e na constante, única e necessária atualização por meio da instância de discurso, tornando o universo do dizer por ele sempre novo. Com já percebido anteriormente, o tempo está no topo das condições essenciais da realização para a enunciação, também tem em seu âmago no *ego*. Em considerações anteriores, a temporalidade tem local de produção desatada no quadro inato do pensamento, este local é na e pela enunciação. Na dimensão onde encontra-se o dito do enunciador opera o fundamento da categoria de tempo presente, centro originador da categoria de tempo. Percebendo de maneira específica, em relação aos demais artigos abordados, aqui ele destaca-se por ser um tipo de presença nos fatos humanos.

Um tipo de presença que somente o “ato de enunciação torna possível (...) o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo” (BENVENISTE, 2006, p. 85). Se o presente é o centro referencial e originador dos demais tempo, o presente formal, prescritivo nada mais é que uma forma autorreferenciativa do presente enunciativo passivo de renovação. Jaz no discurso renovado um presente contínuo, coextensivo à presença do “eu” enunciador, que contribui para uma sensação de continuidade e para o conceito de situacionalidade.

Assim fica evidente a presença de dois elementos fundidos no seio do da categoria de tempo presente a serviço da enunciação, em tese, a continuidade e a temporalidade. Sempre centro de referência, o “eu” locutor gera seu próprio tempo e delimitação ao colocar-se no mundo, ou seja, em seu princípio existente tem-se o que é do presente e o que não. A enunciação subordinada ao falante no sentido mais amplo, sobre seu comando ela cria/dispõe de uma série de signos que manutenciona sua própria existência e a higidez de seu serviço. Dois tipos de elementos surgem em benefício do falante, os que correspondem ao estatuto pleno e permanente e as que efluem da enunciação e são condicionados/gerados metalinguisticamente por ela à fruição e instituição do aqui e do agora do falante. Além do domínio que exerce com junto “nomes” produzidos, a enunciação também corrobora no fornecimento das funções sintáticas, dispostas ao locutor como um aparelho de funções no tocante a ingerência e pretensões particulares do falante sobre seu alocutário. Sob a visão benvenistiana, a pretensão de atingir o outro por meio da enunciação confere a esta “interrogação” a emergência da resposta deste mesmo outro, resultado em um tipo de espaço de passagem e intermitência comunicativa entre locutores. Benveniste (2006) acrescenta que a “interrogação” em sua forma simbólica é para a enunciação parte de um “processo linguístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento de dupla entrada. Todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação (...) derivam deste aspecto da enunciação” (p. 86). Sobre natureza distinta e simétrica encontra-se formas outras como “íntimação” das quais acarreta a uma associação viva e emergencialmente direta de seu locutor ao seu referente no tempo da comunicação. E a “asserção”, expressão de caráter corriqueira em face da presença do locutor.

O “eu” falante indica por meio da enunciação e por meio de instrumentos específicos sua proposição, sob visão generalizante estas proposições se espriam entre negativas e positivas. A enunciação organiza todas as matrizes de categorias formais. Sobre estas, ela inscreve a cada uma delas certas particularidades, como para os verbos os “modos” das quais, a certa forma, engendram-se ao grande repertório das formas denunciativas do locutor difundindo-o em suas atitudes. Noutra, expressa a inexistência, a possibilidade, além da apartação da asserção. O teor de contribuição da enunciação, e isso inclui, sobretudo, seu aspecto formal, ao corpus (romance fantástico) e ao objeto (a personagem de ficção que enuncia) é encontrado no centro de sua caracterização. Não é somente a “intensificação da conexão discursiva com o parceiro” que está em jogo, mas nos detalhes dos quais permitem que esta relação se debruce pelo real ou imaginário pelo individual ou pelo coletivo e suas respectivas e eventuais fusões,

condicionando/gerando multiplicações (BENVENISTE, 2006). Esta caracterização da enunciação deságua necessariamente no seu próprio quadro da qual evoca sobre si formas de representações, o quadro figurativo. Essa figurativização nos chega como forma de discurso, e simetricamente relevante dispõe duas “figuras” nos extremos de seu acontecimento/definição, um no início outra sobre seu fim, estas figuras Benveniste prevê como parte integrante da estrutura do diálogo, que por intermédio de uma enunciação já bem definida, dispõe-se uma sobre a outra em um processo intercambiante entre locutores.

Em certos romances narrativos, a falas, as enunciações das personagens demonstram um caractere extremamente específico. Cada personagem em seu particular constitui e se constitui através das cenas/episódios mediante a um grande número de instâncias de discurso sucessivas. Através de um grande mosaico, estas cenas são concatenadas à luz da temporalidade. Curiosamente destacamos que, tendo em vista a presença de um narrador (eu) de tipo testemunha onipresente, nenhum dos parceiros se enuncia diante da narrativa, mas é a narrativa com centro referencial comum a todas as cenas que as une. Esquematizando um gráfico, diríamos do excêntrico sucesso que: o presente das enunciações no apogeu de suas instituições referenciais delega sobre outros sucessos o tempo passado, sendo seu direto referente. As categorias de tempo, a certa maneira, manifestam a mesmas formas de ação que as categorias de pessoas.

O presente nasce/estabiliza-se sempre por “eu”, que por ser parte importante da subjetividade do falante, define o passado das enunciações como tempo alocutado, estando o jogo de diferenciações no topo dessa analogia. Este esquema é fundamentado na objeção feita por Benveniste (2005): A enunciação sem diálogo. Tomando como exemplo o *hain-teny* dos Merinas (gênero literário em uso em Madagascar) que se ausenta a enunciação por parte dos falantes, limitando-se apenas em citação, oposição e réplica. Diríamos que no diferencial entre o gênero literário narrativo consistido por “enunciação e históricização” de personagens e o gênero *hain-teny*, poema de curta extensão do qual consiste em generalidades triviais, assunto sutil, contudo de pleno acordo com o tratado de associação de seus participantes conhecedores é a linearidade de tempo. Averso ao *hain-teny*, os episódios do romance ligam-se efetivamente através da diferenciação entre as categorias de tempo e pessoa, sobretudo de tempo, o que faz com que os provérbios tenham apenas aparência de diálogo. Ainda no rol do tempo e da enunciação, o monólogo também faz parte da grande construção do “eu” e de sua

autorreferência. É especialmente construído a partir de uma própria consciência, de uma impressão do “eu” nos fatos do mundo.

Sendo um dos principais meios de notação de si mesmo, o monólogo é “um diálogo interiorizado, formulado em “linguagem interior”, entre um locutor e um eu ouvinte” (BENVENISTE, 2006, p. 87). Por vezes, a personagem em seu estado interior é a única a falar, a impor a si sobre si mesma, um processo que garante a presença/permanência de um ouvinte (o próprio “eu”). A impressão desse “eu” fragmentado é relevantemente crucial para tornar significante/existente a enunciação de si para si do “eu” locutor. O ato de comunicar-se consigo mesmo abre espaço para condições várias no tocante à narrativa de romance. Uma delas é a objeção que disere para si, reflexões outras sobre si e sobre o outro. Estas objeções firmam-se em: dúvidas, insultos, reprovações e são, como formas linguísticas, certamente disferidos na forma pessoal. Sistematizado por Benveniste (2005), entendemos que “o eu ouvinte substituí o eu locutor e se enuncia então como “primeira pessoa””; (...) a partir dessa perspectiva o dialogo interior “será cortado por observações ou conjunções” (p.88).

Em contexto, através de certas conjunções, a depender do aspecto formal da dada língua, percebe-se, autorreferencialmente, o domínio correferencial da forma linguística “eu” replicada, porém díspar, e por este percurso entende-se pelo suplantar dos “eus”, ouvinte/locutor, no instante do diálogo. Acreditamos ser o monólogo, em perspectiva da autorreferência, a forma mais extraordinária da enunciação. Pois é sobre ele que verificamos o *Ego* bipartido, e concomitantemente assumindo responsabilidades/habilidades diversificadas. Estas habilidades inerentes da enunciação prostram-se através de figurativizações e transposições no nível psicodramático, das quais são traduzidas/manifestadas pela assimilação de conflitos, do “eu” a sua consciência, percebidos no mundo e levados para si próprio. Que que, a certa maneira, estas autofigurativizações estão sujeitas problematicamente sujeitas a inspirações do “eu” em face do estímulo que é situação.

Segundo Benveniste, “esta possibilidade é facultada pelo aparelho linguístico da enunciação, sui-reflexivo, que compreende um jogo de oposições do pronome e do antônimo” (2005, p. 88), no manifesto destas oposições está: o “eu” e suas demais projeções (me – mim). No gênero narrativo, é possível detectar por intermédio do monólogo ou da enunciação sob a diáde do “eu” situações pautadas em uma dupla descrição, uma para a forma linguística, outra para condição figurativa. Certas descobertas comunicativas das quais remetem a expressão do monólogo não são facilmente vistas, ou possuem grande visibilidade fora dele, já que o diálogo

dado na oposição as categorias de pessoa constitui naturalmente a frequência e a utilidade prática do processo comunicativo. Contudo, ao expormos a linguagem interiorizada não só nos dá relevo a própria inscrição do “eu” no discurso, mas também cria um percurso de análise às múltiplas variedades, por vezes, não alcançadas na colaboração comunicativa tendo presente diversos indivíduos.

Tanto fora quanto do gênero romanesco o “eu” enunciador imprime, através do uso da linguagem, meios particulares e funções específicas em face do próprio uso da linguagem. Benveniste (2006), inspirado em Bronisław Kasper Malinowski (1923), depreende que há pelo menos duas atividades excêntricas da língua no modo de uso da linguagem. Uma delas é que, a língua não se põe necessariamente ligada ao acontecimento, outra, é que, em um tipo diferente de função do discurso, o sentido empreendido por cada enunciador não se põe diretamente interligado ao comportamento, seja dele mesmo ou de seu coreferente no instante de seus afazeres. Esta é a “comunhão fática”! Trata-se de um fenômeno psicossocial da qual possui função na linguística. Ela parte da pressuposição à conduta da linguagem e seu desempenho em detrimento da colaboração entre seus envoltos. O “eu” enquanto locutor no rol das enunciações narradas, também, apresentam/manifestam perguntas, comentários, saudações para o simples fundamento de troca. Como Benveniste (2006) bem salientou e que depreendemos, estas mensagens de troca (pelas personagens, sujeitos) não estão relacionadas a informação, a coordenação ou na requerência de quaisquer expressões, elas existem, essencialmente, para a transmissão de uma significação.

O “eu” enuncia sem a busca necessária do outro, enuncia sua própria marcação à arquitetura da linguagem, ela imprime seu estar no mundo. É do preenchimento da função social que falamos. Mecanicamente, uma ação manifestada para a manutenção do indivíduo, uma apresentação particular, e não tão coletiva, contudo é detentora de relevante objetivo. Este modo de usar a linguagem prostra-se distante das cobranças e reflexões intelectuais e das preocupações às reflexões de seu ouvinte, o que definitivamente marca sua própria inscrição, fenomenologicamente, para além da ausência no jogo de oposições (locutor/ouvinte) e na sua própria transmissão de pensamento. A problemática que aqui se instaura é, haveria grande incidência, alta relevância, pensando sobre a autonomia do “eu” enunciador, da situação exterior e o quanto ela recairia sobre a técnica da fala destes mesmos “eus” personagens face à narrativa romanesca? Que densidade nos traria observar a situacionalidade destas falas e o grau de comunhão dos grupos, tendo em vista a ordem da enunciação consistida na sociabilidade? A

natureza destas formas comunicativas ausente de transmissão informativa é configurada por sentimentos específicos advindos da subjetividade do qual o “eu” detém enquanto falante. Este sentimento específico do qual descrevemos aqui insere o sujeito em um complexo sistema de convivência gregária, tem por comum a ação de que todas as trocas partilham de um mesmo propósito. Este propósito está ligado, a certa maneira, ao que chamamos de ordem da enunciação: ato de unir diretamente o locutor ou ouvinte e o ouvinte ao seu locutor por um laço sentimental social, ou afins.

9 A REALIDADE DE DISCURSO

Antes de tudo devemos sinalizar que, sobre nossa interpretação, para Benveniste (2005), discurso é a manifestação da língua, em seu módulo instrumental, a usufruto da comunicação. A palavra comunicação reclama obrigatoriamente a ação enunciativa por parte dos sujeitos, de certo a enunciação é a emergência de se poder comunicar através do discurso. A enunciação é compreendida sendo um processo na qual o sujeito, empossado do “eu”, evoca tudo e todos por intermédio de seu discurso, assim movimentando a língua, mediante sua autonomia, a seu modo e pleno interesse. Os aspectos formais contidos na enunciação transformam a língua em discurso, sobretudo, através da propriedade que o enunciador possui, assim concedendo-a significação/semantização, e conseqüentemente a impressão/asseveração do sujeito em seu próprio discurso. Por ele define-se o locutor, que é o “eu” enunciador e o alocutário, o outro (heterônimo que inclui a pessoa não-subjetiva (o tu) que é “com quem se refere, assim também a não-pessoa (o ele) “de que se refere”), em resumo: quaisquer objetos pelos quais se construa o discurso.

Os índices de pessoa criam um complexo círculo de referência, a todo o momento, junto à realidade do discurso. Sua tarefa é atrelar/conciliar “eu / tu” rente a uma série de indicadores específicos (advérbios, pronomes, respectivas locuções, etc.). Estes indicadores, dos quais se especificam na atuação, fazem parte do conjunto de signos “vazios”, nos aprofundaremos doravante. Por não possuírem referências, estão integralmente associados à realidade, além mais, estão permanentemente dispostos fazendo passagem do estado vazio ao pleno para cada instante que o locutor os reclamar em cada instância de seu discurso. A tarefa dos tais indicadores limita-se em tornarem-se dispositivos levando conversão da linguagem ao discurso.

O dado funcional destes indicadores efetiva-se, rigorosamente, por intermédio da enunciação, envolvendo o locutor e seu alocutário a um espaço único, a um universo possível,

uma realidade do discurso. As supracitadas formas pronominais não remetem à realidade nem a posições objetivas no espaço/tempo, como já percebido, mas remetem unicamente à enunciação que as contém. O conteúdo do discurso é que desenvolve um tipo de realidade cabida especificamente ao falante, uma realidade de discurso, natural e essencial. Ao entendermos, pela perspectiva benvenistiana, de que cada “eu” constitui para si um sistema de referência próprio e que de mesma partida esse sistema de referência confere sobre ele mesmo um ser único, podemos mensurar a realidade do qual este “eu” faz parte. De fato, as análises funcionais deste intento somente se efetuarão/fundarão/aparecerão se nos debruçarmos a perceber a atuação das formas dos registros e inventários que revestem às categorias no exercício da linguagem, seguido, por esta perspectiva, a produção de seus discursos (BENVENISTE, 2006). Já devemos estar cientes de que, cada instância de emprego cabida às categorias, isto é, a um nome reporta uma noção contínua e, além de tudo, objetiva.

Ela está habilitada a conservar-se de maneira flexível, tanto no módulo virtual como na atualização de um objeto singular, o interessante para sua particularidade é que compartilham comumente da subsistência idêntica e da representação da qual se escrevem. Neste universo autônomo proferido pelo “eu” do qual desemboca uma relação emancipada “eu/tu/ele” instaura-se a realidade do qual este mesmo “eu” é centro integrante/fundante. Mas nos portaremos aqui sobre um questionamento, exatamente, como o fez Benveniste (2005): “Qual é, portanto, a “realidade” à qual se refere *eu* ou *tu*? (BENVENISTE, 2005, p. 278). Essa pergunta nos leva a não somente perceber, mas a tornar relevante o universo ao mesmo tempo compartilhado e privado envolto no discurso entre as pessoas “eu/tu”. Quantos fenômenos põem-se dispostos no instante de interação entre sujeitos? A autonomia do qual ostentam revela sempre antes da passagem da fala sua leitura do mundo, sua ideologia sempre em estado de pressuposição contínua. Este é o homem na língua! E da realidade de discurso do qual falamos até agora! Não diferente de toda produção/circunstância do “eu”, a realidade de discurso é um fenômeno de caráter singular.

Ela advém da singularidade do qual o “eu” enunciador, que por sua vez se define/efetiva apenas por alocação vedado a servir de objeto como um simples signo nominal. Paradoxalmente, da maneira que o “eu” significa o locutor, a voz do anúncio, a própria presença da enunciação delata sua presença, sua posição e suas formas de autoregistro. Segundo Benveniste (2005): o “*Eu* significa “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”. Esta (a realidade de discurso) é uma instância definitivamente singular, sua

validade se estende especificamente no espaço que a contém exclusivamente. A realidade do discurso está inteiramente ligada a instância de discurso, que em sua singularidade, por sua vez está relacionada à linguagem que serve de instrumento em manutenção de sua unicidade. A realidade de discurso está seriamente assinalada pela noção de intersubjetividade. De forma lógica a intersubjetividade está efetivamente de início e fim inter-relacionada à subjetividade, que a noção de sujeito. Em tese, a teoria benvenistiana não tenha definido criteriosamente uma resolução notória à intersubjetividade, a depreendemos, baseado no percurso de pesquisa feito até aqui, como cláusula pétrea da presença do “eu” falante na linguagem, reverberando também o conceito de pressuposição mútua e o de valor por contraposição, isto é, um tipo de realidade pregoada no discurso.

Contudo, a pergunta que elencamos é: onde está locada a autorreferência do falante enquanto presente em sua realidade? Convém respondermos que está ela engendrada na conjunção da dupla instância. Segundo Benveniste (2005), “o eu é “indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística de eu” (p.279). A partir deste processo, estando em tramite a situação de alocação, adquire-se dele e por ele uma limitação simétrica dedicada ao “tu”. Assim, ele é posto como indivíduo, pessoa não subjetiva, na presente instância de discurso da qual abarca a instância linguística “tu”. Logo, relacionadas as pessoas do discurso (eu – tu) constadas como categorias da linguagem confrontam-se sob suas posições no rol da linguagem, essa é a realidade da qual em circunstância fazem parte.

9.1 A realidade por intermédio do sentido e da forma

Começaremos essa subseção exatamente como iniciamos a seção. Ele é a porta de entrada para o que curiosamente desagua a realidade, que é no que chamamos de pares, circunstancialmente, ordenados: sentido e significado, forma e signo. Antes de tudo devemos sinalizar novamente que, o discurso é a manifestação da língua, em seu módulo instrumental, a usufruto da comunicação. Todas as unidades aqui presentes estão concatenadas por dois elos inter-relacionados a elas em comum, a realidade e o discurso. Cientes de seu caráter único e da sua fundação na relação/contraposição entre categorias “eu/tu”, aqui e agora, espaço seria para nós inevitável que tal discussão não desaguasse em mares mais profundos, como os da formação e os da semantização. Obviamente, abordamos aqui reincidentemente as condições das quais recaem na autorreferência.

Todos os aspectos sejam formais, sejam do uso da língua evocam um tipo de denúncia da qual coloca o “eu” enunciador em tela, isto é, o autorreferência, pois em seu aspecto único carrega sobre ele (cada falante) a realidade do dito em curso, do sentido, da enunciação, da comunicação. Definiremos cada ponto balizados, ora apresentado, por Benveniste (2006), no artigo *a forma e o sentido na linguagem* (1967) em defesa da realidade de discurso levando amostras estruturais e semânticas em detrimento da posição particular do “eu” enquanto contraposto em face das categorias. Seguiremos por parte, nas trilhas benvenistiana o sentido é determinado como uma noção versada sobre conjunto de procedimentos de comunicação aceitos, compreendidos, movimentados de maneira idêntica por quaisquer grupos de locutores (BENVENISTE, 2006). Percebamos bem o local do falante no rol da enunciação, ele é formalmente centro de referência a tudo que emana dela. Nessa plataforma, a forma, quando se ausenta o sentido, considera-se ser a matéria dos elementos linguísticos ao passo que é o próprio arranjo formal destes elementos.

Nos dirigimos ao mesmo ponto de interesse que Benveniste (2006) que está, não na confrontação banal dessas duas noções, mas na perspectiva de funcionalidade imbricada de ambas em detrimento da língua, no tocante as suas formas de integração, de esclarecimento de expansão. A partir desta experimentação, adentraremos não somente na significação, mas, sobretudo, no cerne da realidade do discurso que é ao fim o próprio sujeito. O falante está na língua, por isso está na enunciação, está na linguagem e por isso está na significação. A linguagem possui em seu caráter capital a natureza de significar, que por ser original ao homem transcende traduzindo por meio da língua todos os fatos do mundo. Quaisquer realidades da qual se defronte o indivíduo, o homem, o alocutado, o locutor, isso inclui até mesmo a realidade de suas próprias existências, depender-se-á continuamente da linguagem para a realização do fenômeno significação. Segundo Benveniste (2006) a linguagem da qual origina a subjetividade “é a atividade significante por excelência, a imagem mesmo do que pode ser a significação; todo e qualquer modelo significativo que possamos construir será aceito na medida em que se parecer em tal ou tal de seus aspectos aquele da linguagem” (p. 223).

O sujeito do significado está disposto na mais sutil laboração de representação de alguma coisa, no significado de qualquer coisa sempre assegurado pela linguagem, esta impera sobre todas as suas atividades, sobre todas as autorias do “eu”. A linguagem, a certa maneira, se define só e somente só através de sua soberania nos inventos do “eu”, indivisível, dessemelhante e descontinua, avesso a isso nada mais seria. Também a encontraríamos fundada

sobre a realização vocal e seus modos, como já sinalizado, sobretudo, aí estaria a marca da leitura do “eu” sobre o estado de coisas do mundo, é das palavras que testemunhamos o profícuo gerador/organizador de sentido do qual se materializa a realidade. A linguagem se decompõe limitadamente, suas unidades possuem caráter infraestrutura. Cada uma de suas unidades possui propriedade única, comportam a habilidade de formação, proliferando esse processo, podendo, por meio disso, conduzi-la a hemisférios extremamente complexos. Igualmente a língua, a linguagem também possui um duplo aspecto (língua e fala). Como um sistema de signos, para Benveniste (2006) o signo se define como uma unidade semiótica (a palavra “unidade” empregada, aqui, já a remete sobre um contexto de ordem semiótica).

O signo é compreendido como a menor unidade da significação, este nível de significação é irreduzível. Ela depende criteriosamente dos interesses semióticos que detém a língua, além de possuir dupla formação (significado e significante), na forma e no sentido, assunto que nos detém em face da realidade. Detalhando sobre suas partes formalmente, o significado define-se na sequência de sons oriundo da natureza da fala (a vocalização), e na forma sonora da qual lhe conduz, e é determinante. O “eu” como qualquer forma linguística funda-se por um número delimitado de unidades sonoras, os fonemas. (BENVENISTE, 2006). O signo se estrutura por um sistema problemático de composição e decomposição por fonemas, nem é imprescindível sua formação por determinados conjuntos de fonemas, nem necessariamente a decomposição por eles o extingui. Contudo, nos dirigimos à análise semiótica que se debruça, a certa maneira, sobre o que vamos ter de sentido emanado do “eu” enunciador, acrescido, essencialmente, do nível da organização fonética do significante. Neste plano, duas perspectivas obtemos na vista à análise de fonemas agenciados pelo “eu” no instante de sua enunciação. A primeira, percebe os que fazem parte primordialmente do catálogo da língua, metodologicamente apropriados, segunda, os que correspondem a qualificação da estrutura formal do significante. Estas qualidades ocupam/provocam um tipo de função diversa no seio de sua própria estrutura, quando combinados.

Não nos deteremos ao escrutínio de excetos, nem na constituição formal ou nas determinações do significante, exemplo: flexão de formas nominais sobre línguas determinadas, mas cravar neste espaço destaque, a denúncia, a impressão e o agenciamento dos mecanismos formais e significativos por aquele que fala, e por sua vez, por aquele que o responde, conferindo à realidade única do sujeito no mundo, um estado reversível, cambiante, dinâmico e intermitente. Sobre a ótica semiótica, averigua-se, ainda que *en passant*, a

organização das línguas e pela linguagem, o apossamento do falante no domínio de certos termos como semioloxemas, semiofonemas, e semiocategoremas estes ostentam o caráter de subsignos classificatórios. São entidades que se agregam aos signos com intuito de empreendê-los/implementa-los em um estado superior, um estado originador de grandes e novas unidades, conseqüentemente um estado mais elevado de significação (BENVENISTE, 2006). Agora estamos junto ao significado, estamos, por mio disso, em uma das raízes que imprime inteligibilidade ao signo. É a comunidade linguística da qual envolve o signo que o preenche de significação, vale pesar que é o todo (significado e significante) do signo que o funda na língua. Por nossas mãos, e duvidamos que por quaisquer outras, não podemos estabelecer exatidão de seu significado, assim com tão bem assinalou Benveniste. Isto depende, molda-se, manifesta-se de acordo com a comunidade do qual faça seu uso. Seu sucesso/inteligibilidade conflui, prioristicamente, com o nível de conversibilidade de determinado signo com os demais outros, isso já nos empreende o fato de que tenha sido aceito.

Onde está a perspectiva do signo na realidade de discurso? É simplesmente crucial sua presença tanto para ascender o que o locutor pretende dizer dentro da sua perspectiva e pressuposição do outro, aí está implícito um apanhado de jogo de valores, quanto dizer que é pela propriedade da língua que se empreende o que se pode se dizer ou não, se significa ou não. A existência do signo não deixa dúvidas, dual entre ser e não ser, sendo ele é pura e unicamente utilizável, possível e este é o seu maior parâmetro. “Significar é ter um sentido, nada a mais” (BENVENISTE, 2006, p. 227). Sem desejarmos ser tautológicos, mas é preciso esclarecer sempre que toda operação/conversação e existência depreenderá unicamente do falante, da propriedade do “eu” sobre a língua. O signo, como já havíamos visto antes, tem a capacidade de, dentro do arcabouço da língua, acoplar-se por entidades que somente veem sentido juntas. O que deixamos em evidência aqui é, extraordinariamente, a existência de certos signos dada/reservada apenas por conjugação.

O que de certa forma, consolida expressões mais complexas, assim também empregos complexos, pois mesmo por grupamento suas existências, no que conflui à realidade da qual subsistem, são únicas. Falando semióticamente, isto é, falando sobre as unidades inscritas na língua, observa-se que só possuem identidade no interior de utilização de determinada língua tendo sua potência no emprego feito pelo enunciador. Tecnicamente, signo a signo segue, antes de desaguar face a instância discursiva, sobre um entrecruzamento associativo e contrativo a outros signos, um processo que os define e restringe no interior da língua, o que Benveniste

(2006) chamará de intralinguístico. O signo se autorreferência em face de outros por meio de seu caráter desativo/significativo. Ele se funda na realidade intrínseca da língua! Diferente da semântica, a semiótica contribui para a realidade de discurso pura e pragmaticamente.

Ela não se debruça sobre: a ligação signo – coisa denotada; língua – mundo, contudo possui valor genérico e conceptual. Não reconhece significado exclusivo, individual, aqui um dos principais aspectos plurissignificativos do signo. O que está no topo dessas considerações é o caráter terminantemente binário que possui tanto dentro do sistema da língua quanto nos comportamentos sociais dos quais são necessariamente carentes da intervenção semiológica.

Não devemos esquecer que o que se vê comandado pelo “eu” enunciador é uma ampla organização de diversas categorias signicas, modelos, esquemas de composição originando noções paradigmáticas: derivações, flexões, engendramentos, e suas formas complexas. Todos os inventos do homem, por meio da linguagem, identificam-se/institucionalizam-se naturalmente com a natureza semiótica, possui a vida social como espaço de compartilhamento. O sucesso harmônico dessas faculdades está na face dupla que possuem: linguagem, semiótica e o signo linguístico. Fomos bastante enfáticos quanto as diversas relações dadas pelo signo, com isso não devemos abrir mão do lugar da frase, agrupamento signico, em detrimento da realidade posta ao falante. A frase é o modulo comunicativo da língua, sua comunicação transcende ainda que trucada, embrionária ou incompleta (BENVENISTE, 2006). De forma excêntrica, a frase dá conta das coisas fora do antro da língua. Mas não nos enganemos, frase e signo ainda que fundadas no mesmo universo, a língua, são elementos distintos, e empregam sobre si uma analogia também distinta.

Fenomenologicamente, a língua em sua totalidade desfruta de domínios duplos, tanto na forma quanto no sentido, ainda que alguns de seus conteúdos/estatutos sejam semelhantes em cada um dos conceitos estes imprimem-se como dissemelhantes, é o que Benveniste denomina como: paradoxo da linguagem. Como os demais conceitos, ora apresentados, a língua em seu princípio possui forma dual de realização, uma delas é a semiótica a outra é a semântica. Toda experimentação que passa o “eu”, sobretudo, enquanto enuncia passa por condições impostas por estas duas formas. Se brevemente experimentamos a língua semiótica, agora, ainda à luz benvenistiana, traremos da língua semântica. Sendo modalidade fundamental da função da linguística, a semântica cumpre o papel de significar no seio do discurso. Lembremos que o fundamental da semiótica é o de comunicar. As duas modalidades estão intrinsecamente uma para outra, neste panorama a semântica introduz/exibe o sujeito sobre o

domínio da língua seja na serventia que faz, seja na ação. Ela é também responsável ao que diz respeito a autorreferência do falante no mundo, sua função mediadora se prostra nos confrontos: homem – homem; homem – mundo; espírito – coisas (BENVENISTE, 2006). De sua atuação dependem, a comunicação, a experiência, a imposição da adesão, a suscitação de resposta, a expressão do sentimento/pensamento, em suma: a semiótica oferece os recursos e a semântica propõe descrição as suas razões.

Apenas pela semântica, a “língua permite integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e do desenvolvimento da consciência” (BENVENISTE, 2006, p 229). A frase é expressão puramente particular! Ela, neste contexto, é a instância da semântica no discurso, vale lembrar que frase e enunciado são realizações distintas e, assim como frase e signo, fazem necessário descrições distintas. Estamos em um patamar de significação de maior relevo, não mais unicamente dedicado ao significado do signo, mas na intenção do falante, na contribuição do seu dizer, na sua própria marcação nos fatos do mundo, na linguística atualização do seu pensamento. No signo encontramos o significado, parte constituinte, na frase é o sentido parte que o funda, ele implanta a noção de referência à situação em face do discurso, acarretando a atuação do enunciador sobre a realidade. Voltamos nossos olhos não mais em direção a forma e o sentido na ótica semiótica que se encontra por ordem paradigmática, uma ordem da substituição, mas na semântica. Encontra-se a frase, enquanto núcleo de sentido, dominado por uma forma específica chamada sintagma, uma ordem de conexões.

A unidade da semântica é a palavra! A palavra evocada momentos antes presente-se como um tipo de signo de organização mais complexa, ela é sobretudo, uma unidade mínima da comunicação, além de unidade de codificação para a materialização (transição à enunciação) do pensamento (BENVENISTE, 2006). Como organização de sentido, o sucesso da frase é a sua performance, a ideia. O sujeito em seu discurso, sua realidade expressa-se formalmente na língua sob a apropriação que dela faz, por intermédio dessa apropriação efetiva-se o agenciamento dessas unidades mínimas de sentido, as palavras. O arranjo dessas unidades implica formalmente na sintaxe da língua, um jogo de relações e ações dadas umas sobre as outras. O processo dessas relações, conjugações, é contido pela formação sintagmal. Em face de um mesmo sentido, circunstância, enunciador, o grupamento sintagmal eleva-se ao patamar de enunciado, que por sua vez, define-se na transmissão de um dado sentido, uma dada

realidade. A frase é o atestado de que havendo sentido, jamais se escapa da referência espaço – tempo.

O enunciado será formado destas frases, isto é, destas unidades de sentido em detrimento de uma ideia/mensagem posta no presente de um locutor. A realidade de discurso é dada no presente, e por assim ser é um fenômeno, como já enfatizado, cada vez único de situações compostas por formas específicas ofertadas/enunciadas pela língua. Benveniste (2006) segue mais densamente ao esclarecer que as unidades de sentido (as frases) dedicadas a uma ideia/realidade em comum tomam para si conformação mediante um agenciamento sistemático com ponto de origem o “eu” enunciador, revelando mais, revela que esta é a condição primeira concernente à linguagem.

Ele deixa claro que cada uma das instâncias de sentido (frase – palavra) possuem sentidos específicos. Propõe que o sentido da frase é exposto/impresso por uma ideia e o da palavra impresso no emprego que faz o falante. É através da ideia que as palavras são agenciadas e é a própria ideia, carregada de sentido, que torna seus empregos únicos/particulares. A palavra como unidade mínima de sentido pode apresentar sentido diverso se vista na companhia de outras, pois ambas são passivas da ação da circunstância/contexto e por ela são determinadas.

Esta é a evidência de que a referência é o primor centro de todo o sentido do qual o locutor enquanto enuncia, realisticamente se autorreferência. Partindo do pressuposto que sentido da frase é a ideia/noção que ela manifesta, Benveniste (2006) advoga que: “a “referência” da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar” (BENVENISTE, 2006, p 231). Em face da mensagem, a circunstância, em grande parte dos casos, revela por si mesma um caráter determinantemente específico à comunicação, a ponto de somente por seu viés à obtenção/emissão do conhecimento. É diretamente proporcional, à medida que se aumenta as relações de engendramento frase a frase, aumenta-se sua propriedade/particularidade no contexto. A realidade que é sua contribuição para o discurso nasce e morre ao passo que proferida, ou seja, no sistema de empregos de termos nada é estável, nada dar-se semanticamente da mesma maneira, tudo é trânsito.

O sentido da palavra é delineado através do sintagma do qual ela faz parte preenchendo sua função à luz da proposição. Neste contexto, as várias possibilidades de significados (valor polissêmico) ofertados por uma palavra é dado pelo valor contextual, a circunstância habilita,

potencializa e extingui o valor nela imputado. Sendo sempre centro de referência, o locutor dispõe de maneiras/expressões várias no tocante a sua enunciação. Sua autonomia, o que leva a uma autorreferência mediante os aspectos formais da língua, será plenamente vista por sua capacidade/aptidão entre as várias escolhas elencadas à expressão de ideias, não a limitando a ser somente pelo meio linguístico. Este é um de dois estatutos promulgado por Benveniste em face da entidade lexical, concedido/empreendido em quaisquer das duas possibilidades, se signo ou se palavra. Mais uma vez destacamos o local de destaque que faz o “eu” sobre seu discurso, pois havendo ideia/mensagem ela será subordinada, possivelmente, as ordens de restrições imputada pelo falante, ou seja, pelo seu agenciamento. A atualização da linguagem, do qual delibera instancias únicas, concede o enfrentamento do livre ato de formular a ideia com restrição pela forma.

A subjetividade do falante o faz ajustar as palavras em detrimento do vindouro enunciado, e é esse ajustamento que evoca valores específicos que dantes não possuíam, passando a enfrentar até mesmo a contradição. O “eu” projeta-se de tal maneira por meio da enunciação que associa, por vezes, conceitos logicamente opostos dos quais não se limita apenas a linguagem ordinária, como no caso do gêneros literários do qual atentam para uma tipo subjetivo abstrativo do ser. Indo pela forma, a presença dos verbos, em face da sintagmatização e o uso particular do sentido das palavras, refletem essas mudanças/deslocamentos que somente as condições de emprego e o agenciamento do locutor podem imprimir. Tomemos aqui um sentido contrário a que tomou Benveniste (2006) para fins elucidativos, e vemos que: a forma arranja-se através da dissolução perscrutadora do que é dito pelo falante, ela é processada e conduzida/transformada chegando à unidades mínimas do sentido (as palavras), que por sua vez comporão a frase da qual exporá sentido através do todo da ideia, que por este percurso já faz parte de uma compreensão global.

De volta estamos ao topo das palavras, pois é sobre elas que se articula a semântica da língua inteira, e, via de regra, após projetadas/introjetadas no discursos jamais poderão dissociar-se da incumbência. Destaca-se a categoria de tempo (o presente) desde que, a situação, que é o contexto, é determinada/delineada através do turno em que são empregadas as palavras, - lê-se que: a união do tempo e da palavra gera o sentido. Com interesse de atingir, por ora, o gênero literário romanescos percebemos a palavra servindo ao discurso, instrumentalmente locada em duas esferas, na semântica como unidade de expressão e na semiótica como unidade singica. A língua possui esse caráter extraordinário em meio aos outros sistemas semióticos de

ser duplamente classificada. No nível semiótico, seus signos são conceituais, a certo modo estáticos, genéricos contidos pragmaticamente e materializados por intermédio das palavras. Sob condições previstas à palavra em prol do discurso, tornam-se cirurgicamente específicas, circunstanciais (BENVENISTE, 2006).

A ausência de delimitação categórica de certos signos no interior semiótico da língua, como que pelo corpus teremos vários, delegam a elas mesmas uma alta frequência de uso o que acarreta uma maior possibilidade de maneabilidade de sentido, destaque as formas artísticas de expressão. O pensamento do falante está subordinado a estrutura formal do idioma na passagem para o discurso, e sua atestação de efetividade frente a este processo enunciativo está nas formas idênticas de acontecimentos do dizer nas categorias dos idiomas, assim se faça relativamente independente na modelagem estreita da estrutura imposta pela língua. Permite-se traspor de uma língua a outra língua o semantismo, mas não o semioticismo, este é o liame entre as duas noções de realização da língua. Tomando-se por um processo traduções de realidade discursivas (autor/leitor), o diferencial entre estas formas de realização da língua revela, sobretudo, nas produções literárias, a possibilidade de transcendência/potência do sentido emanado da língua. Este diferencial permite-nos abstrair, contemplar, racionalizar exponencialmente, mesmo que em favor do “eu” analista metalinguístico, a superposição de quaisquer um dos sistemas sobre a língua atesta/confere isso. Sobre uma espécie de plataforma, o sistema semiótico comporta a ordenação dos signos seguindo o critério de significação.

Como já sinalizado antes, cada um desses signos subsiste em caráter genérico/conceptual e desse modo incluem em uma subunidade seus substitutos paradigmáticos dispostos a alterar/adaptar o valor natural do signo. Esta possibilidade corrobora/fomenta o acontecimento da língua em discurso organizada por uma semântica puramente particular, confluída a uma significação direcionada/intencionada contidas/originadas pela sintagmatização dos signos/palavras. Tanto um quanto outro, essas unidades doam seus significados em benefício da transformação/particularização da frase/ideia. Em face dos encargos do processo de significância imputado à palavra, ao signo está o da multiplicidade de significado que a frase pode assumir sob a dominação semântica.

Seja pela diversidade, seja pela possibilidade as frases/ideias, através de uma razão de números indefinidos que se restringe em quantidade tanto nos lexemas quanto nos esquemas sintáticos reclamados pela língua, funda-se na frase/ideia o caráter multiforme. O duplo sistema do qual insistimos em empregar está em constante movimento/ação na língua, dinâmico, célere

e natural requer assim extremo esforço para com sua dissociação. Por fim, o signo centro da realidade, que assim domado por duas faces, percebe de um lado que “no fundo de tudo está o poder significante da língua, que é interior ao dizer qualquer coisa” (...) noutra “Ela não diz nem oculta, mas ela significa (BENVENISTE, 2006, p 234). A linguagem está para a subjetividade de tal maneira que a significação está para a realidade do discurso da qual circunstancialmente somente o sujeito integra.

10 A INSTÂNCIA DE DISCURSO

A instância de discurso, da qual destacamos sua presença ao longo de nossa investigação, possui lugar de destaque na teoria benvenistiana, pois tecnicamente ela está engendrada à funcionalidade de vários fenômenos da enunciação. Evocaremos parte a parte desses fenômenos em prol do dinamismo/enfoque de sua própria marcação metalinguística e da interface que executa/participa tanto no seio da língua quanto da linguagem. Inicialmente destacamos que ela, ligada à imensa árvore da enunciação, está presente: nos indicadores de subjetividade, na subjetividade e, essencialmente, na temporalidade. É importante frisarmos à benefício de nossa pesquisa que, por ser uma noção geradora de várias nuances no tocante à teoria da Enunciação, é, com isso, local de maior evidência/visibilidade/incidência da autorreferência do sujeito por vários elementos, sendo um destes o indicador de pessoa “eu”.

Começemos com sua presença sobre os indicadores de subjetividade, estes, de fato, estão ligados referencialmente à instância de discurso, e sobre sua contenção os concebe produção/reprodução. Como vimos em *A natureza dos pronomes* (1956) todas as línguas possuem pronomes, são por eles que a categoria de pessoa se faz presente no discurso. A própria natureza linguagem, como modo de linguagem, coligada à instância de discurso inscreve os indicadores subjetivos em uma não repetição encadeadas em face de uma determinada mensagem/ideia. A instância de discurso nessa perspectiva é composta, tomada por renovação dos indicadores, por ações discretas, sempre únicas, materializadas em palavras na fala do locutor. Apenas a existência dos pronomes nas línguas não é suficiente à distinção, é preciso que se manifeste a apropriação na relação “eu/tu” com falta em “ele”, um local onde se extrema o “eu” para mensuramos a garantia concedida pela presente instância de discurso.

Um fenômeno do qual possui caráter aderente, que alberga em mesmo instante o “eu”, o nome referente e a consciência lexical, além de incluir metalinguisticamente a noção presente das diferenças formais imputada pela morfologia e a sintaxe das línguas particulares. Tão

particular que, enquanto instância de forma, só obtém existência na iminência da palavra que a exprime (BENVENISTE, 2005). A instância de discurso está na ordem semântica das ideias e na pragmática versada nos tipos de linguagem que revela signos nela empregados. Está na relação constante e objetiva de cada instância de emprego de um nome. Proporciona a todos os seus compreendidos a virtualidade e, principalmente, a atualização sobre determinado objeto, um fenômeno que desperta nos elementos seus a noção de ser sempre idênticos no tocante a ação de que sua própria representação despertada. Dentro da instância de discurso, o “eu” não se revela ser classe de referência tendo em vista a estática/permeância dos objetos, em síntese: “cada *eu* tem sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal” (BENVENISTE, 2005, p 279).

Esta condição define apenas um “eu” para cada representação/sentido que o discurso exige, seguindo assim à consonância e constância da situação de alocação, que além de por ela definir-se, pode ver-se a partir da instituição que evoca numa situação simétrica para a pessoa não subjetiva “tu”. O “eu” define-se/identifica-se exatamente como a pessoa que enuncia apresentando a si mesmo e a sua realidade por intermédio da corrente instância de discurso. A relação/oposição “eu/tu” concede possibilidade, mediante suas posições, para que ambas pessoas se imprimam como categorias da linguagem. Sempre renovados, a constante referência que fazem é terminantemente fundida e difundida na instância de discurso e esse é o contorno que associa efetivamente a relação “eu/tu”, sempre acompanhados a um acervo de indicadores, necessariamente diversos dados pela forma e por suas aptidões combinatórias em face da função que exercem para a inteligibilidade (sentido) do discurso. Válidas as inscrições de pronomes, advérbios e locuções, vê-se associados os indicadores de pessoa, de ostensão correlacionado à identificação do objeto, os indicadores de tempo e espaço, pela dêixis são todos coextensivos e contemporâneos à presente instância de discurso.

Saindo da perspectiva de singular para a coletiva diremos que, a potência de uma instância de discurso é o encontro de várias instâncias sucessivas do discurso, sobre elas percebemos que: estas põem-se concatenadas em benefício de um sentido em comum, um ideal mais completo. Assim como os termos distintos ligam-se em prol da formação de uma ideia/mensagem dentro da instância de discurso para não mais pertencê-la, as instâncias sucessivas sobressaem suas unidades de expressão entrelaçando umas às outras em face de uma ordem lógica/real do discurso alçando voos em direção às instâncias complexas, o enunciado. Na subjetividade, a instância de discurso se relaciona ao instante em que se põe à produção de

um determinado enunciado, isto é, na extrema passagem do locutor ao sujeito. Revisitando o artigo *Da subjetividade da linguagem* (1958) pode-se observar a funcionalidade da instância de discurso como um axial construto da linguagem, e vale reiterar que é na linguagem e pela linguagem que o homem se estabelece enquanto sujeito.

A subjetividade do qual tomamos posse aqui é a habilidade do falante de colocar-se em posição de sujeito, uma instituição psíquica. É partir dessa posição que ele evoca a linguagem em prol de sua própria constituição, ele evoca a palavra, a troca de palavra, que por sua vez assegura a comunicação, que habilitada na linguagem, o habilita. Enquanto habilitado este sujeito que reúne e faz escolhas, tanto de forma quanto de sentido, em benefício da comunicação se dispõe/imprime/submete a uma necessidade em seu amago que é fundamentalmente natural à linguagem. A instância de discurso, em face dessa subjetividade, é o local onde sujeito e linguagem se homogeneízam, possuindo um inter-relacionamento dependente, pois se o sujeito somente se constitui pela linguagem, somente através do sujeito que põe a si mesmo no discurso ela se faz presente.

Como uma espécie de adágio, Benveniste (2005) traz a perspectiva que “é um homem falando que encontramos no mundo, é um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (p.285). Este conceito é um tipo de lei de garantia do qual imputa todas as razões do “eu” enquanto proposto a outro, do sentimento de ser este outro (tu) externo a ele (eu) um fenômeno que o torna eco do próprio “eu” que diz e que é chamado “tu” através da polaridade e reversibilidade. A instância de discurso cria um tipo de paradigma dimensional cuja a polaridade só poderá ocorrer se singular por si mesma, assim sendo alberga uma oposição entre os sujeitos jamais vista em quaisquer outros lugares, no caso, fora da linguagem. O “eu” é referente de si mesmo, é instituidor de “tu”, ao passo que é transcendente, contudo ainda que assimétricos sejam, é inconcebível quaisquer noções/princípios sem a presente díade ordenada.

A instância de discurso concebe o fundamento do sujeito, assim também a própria realidade dele. Um fundamento subjetivo que se configura através: das operações do sujeito com a língua, da relação mútua entre as pessoas, da realidade dialética e do engendramento de sentimentos/sensações, qualificados sobre: o “eu”, instalado na própria consciência prostrado à realidade do outro, e do coletivo (de sociedade) preexistente e despertado somente pela consciência de si mesmo. Concebe também os títulos da linguagem à notoriedade das formas linguísticas, quer estejam elas implícitas ou explícitas dadas às particularidades das línguas.

Protegidos pela instância de discurso, as designações impostas por estas formas linguísticas, “não remetem nem a um conceito nem a um indivíduo” significa (BENVENISTE, 2005, p 288).

É ela o princípio revelador que proporciona as formas linguísticas “eu/tu” escapar/fugar do status imposto aos demais signos da linguagem. Propõe então com isso: a singularidade do “eu”; a primazia linguística; a referência do “eu” a si mesmo sob um discurso individual do qual este “eu” concebe-se locutor/sujeito. A legitimidade destas asserções está no testemunho objetivo da identidade do sujeito, que produz integral e ininterruptamente informações sobre si mesmo, e em certa maneira, para si mesmo e na linguagem, quando permite a qualquer que seja o locutor assenhorar-se da língua integralmente se intitulando do “eu”. Nos interiores da instância de discurso os pronomes, vistos aqui como formas linguísticas, são imprescindíveis ao sustento da subjetividade na linguagem. Seu caráter fundamental atina para a associação dependente de outros elementos dos quais gozam do mesmo status (definição apenas em face da instância discursiva da qual pertencem), nominados de indicadores da dêixis.

O trabalho desses indicadores, como já visto, mas agora resgatado em face da presença da instância de discurso, é de firmar/organizar as relações do espaço/tempo envolta do sujeito, desenvolvendo no processo um centro/ponto de referência em detrimento do discurso que evoca sua necessidade. Sob um liame muito sensível a subjetividade se configura entre a ideia de produção do enunciado e o princípio existente deste mesmo enunciado, isto é causado/corroborado/assegurado pela impressão/reponsabilidade que a instância de discurso tem no espaço e no tempo do enunciador, no instante em que este se empossa do “eu”. A temporalidade é aqui o terceiro e não menos importante conceito a soerguer a instância de discurso, esta está para o tempo, assim como está para o sujeito, para o domínio do que amplia a subjetividade. A organização do tempo é intrínseca a instância de discurso. Em seu modo de existência, ela se identificará com quaisquer temporalidade das quais estejam diretamente relacionadas aos indicadores de subjetividade. Torna-se, assim, outro importante conceito no tocante a autorreferência, pois partilhará/conviverá ela do mesmo tempo do “eu” que enuncia, um tempo sempre presente, constante, ainda que transcenda a outros, como passado e a futuro. A própria estruturação da instância de discurso evoca sobre si um tempo presente e implícito, de certa forma, essa estruturação (mediada pela linguagem/língua) sobressairá os termos prescritos à forma gramatical. Deste modo, sobre suas várias atribuições/habilitações, a instância de discurso será um ponto de apoio e manutenção do fundamento referencial, o que

de fato a possibilita ser fenomenalmente única, sempre inédita em face da temporalidade corrente.

A relevância, o desprendimento das formas estáticas gramaticais do locutor/sujeito está comprovada desde que é pelo seu presente implícito, pelo seu instante enunciativo que se baseia/identifica a instância de discurso. Em linhas gerais, ela é o tempo do dizer, ver-se em sua presença o princípio da propriedade de tempo sendo constantemente retificado, da frase/ideia atualizada. A temporalidade inscrita na instância de discurso e do qual o falante escreve-se atravessa os limites impostos pelas noções marcadas pela flexão dos verbos, pelo emprego das palavras, ou de quaisquer outros empregos da forma (advérbios, partículas, variações lexicais), estes elementos somente dizem respeito a estrutura, nada mais (BENVENISTE, 2005). Por maneiras outras, sobretudo, por transcendência à forma, a língua especifica os tempos, implica a dizer que haverá sempre a intermediação do presente organizado pela língua esteja no passado ou no futuro.

O que acarreta o aparecimento de tempos engendrados, homogeneizados, compartilhados como: um presente passado do qual se opõe ao tempo futuro, ou, por sua vez, um presente futuro oposto ao tempo passado. Podem vir estas formas a depender de variações vistas/impostas na língua, contudo sempre estarão ligadas à presente instância de discurso, ligadas ao presente do enunciador. Por isso percebemos sua ligação ao instante de produção enunciativa, o que conflui a uma espécie de conexão recíproca com o princípio de produção de ideias/sentidos de um enunciado. Este fenômeno é garantido pela possibilidade que prevê a instância de discurso ser para o “eu” a chance de identificar-se locutor sendo para ele abrigo do espaço/tempo. Sobre o princípio de produção de ideias, Benveniste (2006) revela que este ponto é local de alta substância/problemática em face do sentido em semântica. É nele que o pesquisador/linguista depara-se diante do que somente pode elucidar “ele pode somente conjecturar que esta condição sempre necessária reflita uma necessidade de nossa organização cerebral” (BENVENISTE, 2006, p. 231), e inteira sobre isso revelando que da mesma maneira se dá a noção entre mensagens e unidades prováveis do código, que é a língua, erigido pela teoria da informação. A noção de tempo é produzida na e pela enunciação, o que, de certo modo, confirma-nos, à luz da teoria benvenistiana, a suposição por ele ofertada de pertencer ela (a noção de tempo) a um quadro do pensamento.

De volta ao caráter discricionário que possui, circunstancialmente, o locutor pela instância de discurso, resumimos que só e somente só por ela poderá ser visto, originado e

compreendido o enunciador. O tempo, neste ínterim, acha lugar ao tornar-se referência temporal de um dado linguístico, ele é fruto da contingência da instância de discurso e do conteúdo nela descrito. Implica a dizer que, o tempo presente será sempre e só poderá ser sinalado no intrínseco do discurso, que por sua vez, conecta-se com a subjetividade por integrar-se de instâncias discretas (BENVENISTE, 2005). Balizado no *Dictionnaire Générale*, Benveniste (2005) impetra que o “tempo presente” é o tempo do verbo, ele determina a localização e o estado do falante, isto é, o tempo do dizer, assim com precisamos no artigo *As relações de tempo no verbo francês* (1959). O “presente” é inviolável, será pungente e predominante, não se referindo sob nenhuma hipótese aos mesmos acontecidos dos quais estão subordinados ao tempo ordinário, o tempo da cronologia objetiva.

A autonomia do locutor/sujeito interfere em combate a repetição do tempo para os fatos, posto à instância de discurso da qual se inscreve. Este é o tempo linguístico, elemento *sui-referencial*, congrega *in loco* o conteúdo da instância que o insere, concomitante à relação de subjetividade imanente do funcionamento da linguagem. A função da linguagem aqui é ser possibilidade de subjetividade, tendo em vista consistir de formas linguísticas a sua própria expressão, como ciclicamente é percebido a contar do princípio desta seção.

11 SIGNOS PLENOS/SIGNOS VAZIOS

Antes de realizarmos/levantarmos certo escrutínio sobre noções que intitulam esta seção, é importante situarmos o que seria signos plenos/vazios na teoria benevenistiana, antes mesmo de implicá-los em prol da definição dos conteúdos. É completamente dependente a noção de autorreferência pelos termos nos quais intitulam essa seção, tão logo se lê que é na e pela enunciação e nos indicadores de subjetividade que acharemos concomitantemente tanto respostas quanto perguntas em face de nossa pesquisa. No impute da enunciação, estaremos focados na responsabilidade que dela consiste a erigir/gerar certas classes de signos dos quais podem tanto ser empregados no uso cognitivo da língua, quanto aos que somente existem pela enunciação. No tocante a isto, será necessário fazer a distinção entre os estatutos destes tipos de signos, além de observar em modo questionamento competências/implicações destes signos na noção de pessoa e de não-pessoa.

Uma outra perspectiva teremos ao incriminarmos os indicadores de subjetividade “eu/tu”. Neles os sujeitos se apoderam das categorias de espaço, tempo e pessoa, tornam-se instrumentos de conversão da linguagem em discurso em face da interdiscursividade. A noção

de signos vazios e plenos vê início no artigo *A natureza dos pronomes* (1956). Categoricamente, Benveniste (2005) define, além do relevo e o valor que possuem as categorias pela oposição que fazem, o sujeito em face da incontestável referência que faz de si mesmo. O sujeito, por intermédio de certos signos, desapossa-se de sua significação no intuito de divergir do traço que mantém sobre dos demais signos da língua. Mas de fato o que é um signo? Tendo a função de representação em face de ser um substituto, é a unidade mínima e distinta impressa pelo sistema da língua. Por esta perspectiva, ele não se põe privado em apenas uma “realidade” nem mesmo a posições “objetivas” no espaço/tempo, mas propriamente a enunciação. A enunciação é vista aqui formalmente como uma espécie de esfera que mantém a si e a seus contidos sempre renovados, inéditos, um fenômeno que faz exprimir/distinguir seus próprios empregos. Por ela, debruçamo-nos a um divisor de águas que releva as destacadas duas noções.

Sumariamente, são vazia quando dirigida aos indicadores (subjetivo), plenas quando remetida a ideias, conceitos (objetivo). Divagando sobre tais princípios, percebemos que a própria linguagem desenvolveu um sistema que manutenciona a si mesma em face da atualização e da intersubjetividade, estes são discriminados como: signos vazios e signos plenos. Reiterando por Benveniste (2005), tem-se que: “a linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, que se tonam “plenos” assim que um locutor os assume a em cada instância de discurso” (BENVENISTE, 2005, p. 280). Ampliando a definição, e focando nas formas vazias, diríamos que estas formas são destituídas de referência material, alocam-se em uma espécie de nuvem pelo caráter virtual que possuem, e por isso não admitem equívocos ao modo como são empregados. E mais, são sempre isentos de afirmação e de negação, além de insubordinado/insubmetível à condição de verdade. Quanto às formas dadas plenas, identificam-se com a pessoa do qual remete, com a instituição subjetiva, tornam-na simplesmente única pronunciado “eu”, dado por sua habilidade extremamente intrínseca à enunciação. Cada locutor, posto sujeito, se dispõe em uma operação única, da qual será possivelmente alternada ao outro. Este “eu” impresso torna-se mediante esta operação único e inédito, é a linguagem que o consisti nisso. A linguagem o desenvolve como signo único, contudo móvel. Móvel no sentido de estar disposto a todo locutor que se empossa do estado de sujeito, Único no sentido de remete apenas à instância conferida a seu próprio discurso.

As formas vazias estruturam-se por serem instrumentos de conversão (linguagem – discurso), assim a própria linguagem junto à apropriação do falante à língua o conduz a fazer

uma série de escolhas possíveis em face dessa conversão, o que conflui de uma maneira ou de outra à significação do seu próprio discurso. De volta a especificidade dos signos vazios e plenos, estes estão prioristicamente relacionados a experiência do locutor com a linguagem, e colateralmente o declara tal como é (sujeito). A declaração que o atesta é, sobretudo, o que estabelece/assenta o discurso como individual, implicando/imputado o locutor, à sua vontade, à incumbência da linguagem (do discurso) integralmente. A prática/manipulação destes instrumentos da língua, em face das linguagens, concede ao falante um aspecto sutil na utilização, uma sensação ínfima advinda quer seja no modelo formal, como um profundo sistema de signos, quer seja quando assumida/reclamada em seu pleno funcionamento.

O exercício da linguagem permite-nos considerar que, a transformação da linguagem para instância de discurso somente se determina/consolida mediante a apropriação que faz dela o locutor. Ao empossar-se da linguagem o enunciador apodera-se dos signos vazios e plenos, e sendo assim, submergi junto a um processo que, com relação a passagem da linguagem a instância de discurso, se define por referências internas, cujo o primor é o “eu” (BENVENISTE, 2005). Estas referências internas à instância de discurso precisa o indivíduo pela construção linguística *sui generis* que o mesmo faz ao se autopropor locutor, para tal é indispensável a presença da “rede de indivíduos”, termo discriminado posteriori. Naturalmente os indicadores da subjetividade “eu/tu” não se sustentam/subsistem sobre o estado virtual, fora do plano das oposições são apenas potências da subjetividade, eles vivem alternadamente ao passo que são, na instância de discurso, atualizados. Efetivamente, eles sob estas condições, reversibilidade e atualização, assinalam, no tocante as suas determinadas instância, o regime de apoderamento e o ato individual pelo locutor.

É o próprio sistema da linguagem que determina esse apoderamento/adequação por meio destes indicadores de subjetividade. Assim também a linguagem provoca o alastramento/propagação destes indicadores na instância de discurso, implicando consequentemente a todos os seus elementos, como a instância verbal, por exemplo, solidária à instância individual de discurso, e a sua atualização pelo ato. Situamo-nos no centro de nossas discussões “os signos vazios/plenos”, agora regido pelo percurso da enunciação. Vale reiteramos que, antes de tudo, a relação da enunciação com a presença dos signos em questão está exata e necessariamente pautada na relação do locutor com a língua, na determinação de escolhas que ele faz sobre seus caracteres frente à enunciação. Revisitando o artigo *O aparelho formal da enunciação* (1970), Benveniste (2006) sinaliza que, para uma relação constante e

necessária com sua própria enunciação o locutor se dispõe frente a uma série de formas específicas. No fronte dessas forma específicas, existentes senão pela enunciação, estão os índices de pessoa (eu/tu) e os índices de ostensão (este, aqui, agora, etc.), mediatamente inseridos à classe de indivíduos linguísticos. Esta classe é constituída de formas que possuem responsabilidade na emissão de “indivíduos” que se especificam no tocante à enunciação, seja qual for sua natureza, espacial, temporal, objetual ou pessoal. Quanto ao estatuto desses “indivíduos linguísticos”? Revela-se que este “se deve ao fato de que eles nascem do teor subjetivo de uma enunciação, logo são produzidos por este acontecimento individual e, se se pode dizer, *semel natif*” (BENVENISTE, 2006, p. 85).

A cada envolvimento/desenvolvimento enunciativo proferido pelo locutor, sob a determinação de introduzir a si mesmo sobre sua fala, estas formas linguísticas interpretadas como “indivíduos” são prontamente engendradas, e a cada vez que evocadas, trazem consigo um novo designo, um conceito, um novo dizer. Não podemos nos afastar das relações temporais destas formas em conjunção à influência que exercem sobre o *ego*, pois estão no centro do complexo enunciativo. A temporalidade, como já bem demonstrado, e suas relações com o *ego* é definida na e pela enunciação. Sistemáticamente, através do quadro da enunciação é que se evidencia/se constata a presença da categoria de tempo presente, ou melhor dizendo, é por aí que temos a origem do tempo do dizer. O tempo fará parte do complexo de existência do locutor, no entanto é a enunciação que o põe materialmente nos fatos do mundo. A partir disso, Benveniste (2005) destaca que: “o homem não dispõe de nenhum meio de viver o “agora” e de torna-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo” (BENVENISTE, 2006, p. 85).

O tempo presente é o centro de referência do dizer. O presente tido como formal, visto pela gramática, é senão uma projeção explicitada do presente próprio da enunciação. Este possui renovação em face da produção do discurso, e é no centro destes discursos produzidos, destas renovações que se obtém a noção de continuidade deste tempo, o presente é, sobretudo, coextensivo a nossa própria presença, é a sensação consciente de continuidade no complexo da enunciação. Como indivíduo em estatuto pleno, a não-pessoa se delimita objetivamente no presente por meio de referências internas, daí se pressupõe o tipo e a extensão do tempo. Todas essas considerações sobre a necessidade do tempo para com a enunciação nos conduz/fundamenta a refletir sobre a promoção de classes advindas da própria enunciação. Nesta perspectiva avistamos duas classes diferentes, vistas por diversos ângulos, uma que

possui estatuto pleno e permanente à língua, outra que possui, como já enfatizado, existência senão na rede de indivíduos da enunciação, no tocante ao espaço/tempo (BENVENISTE, 2006). Como vimos anteriormente, os índices pessoais e os índices ostensivos fazem parte de um sistema metalinguístico de nomes promovidos pela enunciação a serviço do locutor. São signos vazios do qual a própria presença reflete o próprio emprego.

Sua principal finalidade é a de fornecer condições necessárias à conversão da linguagem em discurso, o que implica colocarmos todos os indicadores de subjetividade como entidades vazias. As formas paradigmáticas da não-pessoa são a suntuosidade da entidade plena. Relaciona-se diretamente a conceitos, não apresentando jamais formas únicas, sua passagem a signo pleno está na enunciação. Se as formas vazias implicam diretamente a subjetividade, sendo assim existentes para ação do discurso, as plenas objetam o extraordinário, delimitam princípios, evocam uma noção dilatada, plástica, imprimem uma ideia concernente ao mundo objetivado. A não-pessoa está neste contexto a serviço da realidade subjetiva. Por possuir caráter anafórico, reserva a si mesma, mediante pertencer ao cognitivo da linguagem, uma habilidade abreviativa. Ela se dirige a própria língua como forma de alocação. Vazias ou plenas necessitam da enunciação para promoverem sobre si mesmas referências, atualizações marcando/situando o locutor e seu estado no mundo. A chave para estes estatutos está no ato individual da utilização da língua, neste ínterim o locutor a toma para si, e se introjeta, primordialmente, nesse processo a si mesmo, sendo a condição necessária à enunciação.

12 A AUTORREFERÊNCIA NA LITERATURA

Antes de começarmos certos enlaces em favor da autorreferência na literatura, importante assinalarmos severamente o que seria, ou onde estaria o fator literário neste grande percurso. Dois planos delimitarão nossas intenções, um versado na estruturação/autorreferência da literatura como plataforma do fazer da língua, outro, na personagem de ficção, construída através de seus objetos e de seu alocutário, organizada a partir da sua autoconsciência na linguagem. Através da obra *A personagem de Ficção* 1968, em uma contribuição teórica organizado por Antonio Candido, Anatol Rosenfeld traz reflexões das quais definem amplamente o que é, e qual importância teria a literatura para o mundo das letras, para a estética/criatividade e para a significação. Sumariamente, considerada “belas letras”, a literatura limitam-se a um setor restrito da comunicação. Há uma diferenciação, assim um valor por oposição visto ser aplicado menos a beleza das letras do que seu caráter fictício ou imaginário

a forma versus conteúdo, opostas, contudo indissociáveis. Para nós é interessante recorrerem, em face da autorreferência, ao colocar de certas formas em detrimento de certos sentidos aspirando uma lógica entre a língua e seu fazer nos fatos humanos, e comunicativos/instrumentais da linguagem. Intentar delimitações no campo da literatura pelo caráter ficcional ou imaginário, põe-nos sobre certa vantagem, pois esse raciocínio baseia-se em instantes de um tipo de “lógica literária” que, visto à luz da língua e da linguagem, não sendo necessário recorrer à valorizações estéticas.

Baseado em Rosenfeld (1968), no capítulo *Literatura e Personagem*, a estrutura de qualquer texto, seja ficcional ou não, possuindo valor estético ou não, compõe-se de uma série de planos, dos quais o único real, sensitivamente dado, é o dos indicativos tipográficos impressos no papel. O que se pode ter de experimental, no caso as palavras literalmente inscritas, é confrontado autorreferencialmente ao que não se pode ter, que é a pressuposição dos fatos/sentidos expostos da vida pela literatura mediados pela língua e pelo que se faz do uso. Na seção *A Estrutura da Obra Literária*, do capítulo em destaque, observa-se primeiramente o paradoxo desses sinais tipográficos, - eles estão no rol da relevância da fixação da obra, contudo afastados da constituição específica da mesma. Estes sinais acham-se em substância, possuem valor quando experimentados ao sentido, na significância adquirida, no contexto das operações vistas no centro de seus empregos.

As palavras/signos isolados são reconhecidos no todo como camadas irreais, pois não possuem características ônticas, diferentemente da linguística, estas camadas irreais/formais transformam-se em reais através de atividades que as ponham como concretizadoras e atualizadoras. Tomemos como exemplo os aspectos impressos pela fonética e fonologia (configurações sonoras). Estes têm relevância somente quando, emitidas pelo leitor interior (o falante “eu”), percebidas pelo ouvinte interior (o receptor “tu”). Por exemplo, o recitar dos textos literários, condiciona a uma compreensão específicas destas camadas. O elenco desta amostra pode nos fazer perceber a relevância das unidades (palavras/signos) em vários graus, e por este viés, a constituição de operações que conflui à operações lógicas, à contextos objetivos. Ou seja, a estrutura do texto literário em sua natureza impede que a forma esteja alheia/apartada de uma determinada operação de sentido, que em conjunto vê-se conscientemente uma predicação feita aos objetos e a relação a eles atribuída a fim do testemunho de suas existências no todo da obra. A importância dos contextos objetivos, das operações lógicas determinam, em face da existência do texto, “as “objectualidades” deste, por exemplo, as teses de uma obra

científica ou o mundo imaginário de um poema ou romance” (CANDIDO, 1968, p. 6). Sobre estas objectualidades firma-se um programa intermediário de certos “aspectos esquematizados” que, assim que propriamente preparados, prescrevem concretizações específicas do leitor (ouvinte).

Neste íterim mantém-se circuncentrados o falante (a obra) e o ouvinte (leitor) para a fundição da forma e do sentido. As camadas são associadas à riqueza e a imersão dos detalhes configurados/significados em detrimento das percepções, seja sensível ou ideal. Fundando-se sobre instâncias objetais, a obra ficcional possui dependência, no tocante a estrutura, dos aspectos esquematizados, essencialmente, da seleção dos mesmo. As instâncias organizadas em face de aspectos esquemáticos estão associadas diretamente à seleção do signo/palavra, assim a potência do emprego dela/dele na linguagem definirá, uma certa realidade dada à conotação peculiar, a referência tanto dos aspectos físicos como psíquicos. Estes aspectos esquemáticos concluem a uma ideia, ideia que contém personagens, objetos, e suas variações, como: objetos ou pessoas históricas, além da tangência absoluta dos sentidos. Enquanto literatura, os sentidos, majoritariamente, são formas de impressão da linguagem, como também meios de interpretância dessa mesma linguagem, produzem aspectos discursivos. Estes aspectos discursivos muitas das vezes se configuram por uma espécie de justaposição de ideias/frases, orações concatenadas em prol de uma imagem. Estas partes, por vezes, não possuem uma associação, um nexó lógico, definem-se como um tipo de ideograma que resulta da síntese intuitiva da imagem/ideia imputada (CANDIDO, 1968).

Para cada quadro figurativo há apenas um aspecto mediador de seus objetos (personagens, ambientes, coisas). Este aspecto mediador é o centro da referência das demais ideias/freses instituídas na linguagem, é de carácter sensível, isto é, concretiza-se no e pelos sentidos, que por sua vez, são harmonizados somente em face da conjunção dos quadros figurativos. O tempo é, sobretudo, o centro da lógica/coerência do texto ficcional, precisa-se através dos aspectos esquemáticos, pode-se transparecer planos anteriores ao presente discurso, como significados espirituais, ou objectualidades imaginárias. O que nos facilita pesá-la em termos de categoria. O pretérito possui lugar de destaque em face da narrativa ficcional, ele imputa a potência da realização, tornando-se consequentemente individualizadora, em relação ao tempo presente. O universo impresso por intermédio do discurso, fictício ou mimético, através da frases/ideias e orações reflete um conglomerado de momentos selecionados, transfigurado à luz da realidade empírica, ou seja, é determinante o confronto entre as

realidades: a dos fatos do mundo, dos signos linguísticos e dos aspectos esquemáticos para o que se funda o aspecto imanente da obra.

A oposição entre as realidades objetais resulta/deságua em um tipo de realidade “fictícia” que transcende a realidade empírica, institui-se como imanente à obra, enquanto estruturada por signos literários, particulares. A obra ficcional, sob a ótica discursiva, configura-se sobre certas noções, como: O problema ontológico, o problema lógico e o epistemológico, em face da pesquisa, balizar-nos-emos por cada um deles. Na sequência prevista, “o problema ontológico” é responsável, segundo Anatol Rosenfeld, pela sondagem do caráter ficcional de um escrito independente de critérios de valor. Estruturalmente, a oração, a frase/ideia define-se, neste contexto, por projetar, analogamente, um contexto objectual, é transcendente ao mais simples conteúdo significativo, embora tenha nele seu princípio ôntico. Há um plano duplo, visto através da oração, ambos estão versados sobre contextos objectuais, e puramente intencionais. Um projeta-se no mundo real, assim o objeto existe independentemente da própria oração, autônomo à consciência, outro, é transcendente, sem referência, desligando-se de qualquer coisa real, vivo apenas pelo ato de minha projeção consciente (CANDIDO, 1968). Quando dependente do ato de minha consciência, possui a capacidade de ser manipulada em face de operações espontâneas.

Constata-se a presença de um fenômeno, a transformação desses operações espontâneas em possíveis realidades, tendo em vista que nem a consciência nem a imanência da oração possuem a capacidade de encerram a tal projeção do objeto desde que existido. A narrativa ficcional demanda entre suas perspectivas estruturais o protagonismo da primeira, quando o narrador é personagem atuante, ou terceira pessoa quando apenas testemunha e por aí confabula a projeção dos fatos. Cabe percebermos o ponto de partida à ação dos fatos mediante imprescindível presença do locutor, esteja ele na autoria dos fatos, definido por um tipo de alocação, ou na observação, imprimindo sua voz no testemunho da terceira pessoa, um paradigma que pode ser combinado a qualquer referência objetual. Em ambas possibilidades presentifica-se a realidade do sujeito, ela torna-o proprietário portador da coisa, do espaço, ou tempo virtude da função significativa da cópula. Focando no presente do aspecto esquemático, a oração/ideia imprime o sujeito como um ser emancipado de sua realidade, o passado o concebe, neste contexto, a sensação de que já, no discurso, existia. A presença de aspectos esquemáticos sucessivos revelam em suas particularidades uma montagem paulatina do sujeito, assim também as nuances de forma independente deste.

A presença do tempo (passado) garante a continuidade, a série, o inteligível ainda que sejam, na especificidade do tempo (presente), descontínuas. O intrínseco do texto ficcional revela um caractere extraordinário em relação aos demais textos, que se fundam, a certa maneira, em face da intenção séria de verdade. Diferentemente dos gêneros textuais, agora nos ficcionais, as orações projetam-se sob contextos objectuais e se configuram, instituem a convivência de seres e mundos puramente intencionais, que não se referem, a não ser de modo indireto, a seres também intencionais, onticamente autônomos (CANDIDO, 1968). Estruturalmente, o espaço determinado às significações/intenções se detém/organiza sobre a relação entre as orações onticamente autônomas que determinam na oposição o próprio valor, elas propendem a abarcar em geral um programa especialmente preparado de aspectos que solicitam o preenchimento concretizador. Este espaço determinado às significações/intenções, do qual depreendemos, tem como função central possibilitar a passagem do sujeito através dele, ligando-o diretamente aos demais objetos também intencionais, imprimindo a sensação de imagem interposta. *No problema lógico*, temos a verdade exposta pelo texto ficcional. Seu lugar, no contexto autorreferente, está na garantia que viabiliza/sinaliza, no tocante a qualquer objeto, a genuinidade, sinceridade ou aspectos autenticidade.

Cada um desses elementos recai diretamente sobre os aspectos advindos da subjetividade, detalhada à instituição do ser sujeito, à alocação que faz, e ao domínio seu sobre os objetos, o colocar-se em jogo, linguisticamente, frente aos acontecimentos, a idealização do mundo. Pautado nos textos ficcionais os juízos experimentados não apresentam precisão, a exemplo da cor local, em contraposição, a exigência precisa da veracidade cognoscitiva dos enunciados acarretaria, no *problema lógico*, na exigência do equívoco. Este liame concede aos enunciados uma perspectiva de verificação, um delineamento à realidade dos enunciados individuais, quer sejam lógicos quer sejam empíricos ainda que inscritos ficcionalmente, em face da conjuntura dos próprios enunciados. O que determina a verificação da unidade de enunciado em detrimento à totalidade destes mesmo enunciados é a intenção dada as objectualidades. Estas, como já depreendemos, dispõe de caracteres puramente intencionais, espalhados, sobretudo, sobre os significados mais profundos sugeridos pela própria unidade enunciativa. Neste contexto, estas unidades enunciativas são contidas pelas intenções sem serem atravessadas, de modo direto, sejam lá quais forem ou onde quer que estejam seus objetos autônomos no tocante ao todo ficcional (CANDIDO, 1968).

As intensões que ora destacamos, possuem carácter particular, isto é são únicas sobre seus esquemas, além mais, não necessariamente visíveis à estrutura dos enunciados. Seu carácter não parente frente ao conjunto dos enunciados leva a unidade a uma transformação, do qual vê-se convertida por si mesma do estado pragmático de oração à “quase-juízos”⁴. Através deste conceito, é concedido ao leitor o direito de prostra-se/debruçar-se sobre o raio de intenção feita à imagem do sujeito da enunciação, uma imagem instituída sem buscar correspondências exatas com quaisquer outros sujeitos, dentro ou fora do mundo ficcional. A língua intermédia a inter-relação entre os universos (real - ficcional). Mesmo que a unidade de enunciado, ou o conjunto dela totalizada na obra, por vezes, não reverbere a pungente e expressiva energia da linguagem (discurso) ou seus valores específicos, lançar-se-á mão da particularização, da concretização, da unicidade dos contextos objectuais. Estarão estes dispostos à preparação dos aspectos esquematizados, assim também da multiplicidade de minúcia circunstanciais, responsabilizadas ofertar aparência real à situação imaginária.

Por sua vez, este “parecer” impresso entre o real e o imaginário determina, paradoxalmente, a realidade que revela a intenção da mímica, ou da própria ficção. Das minúcias emanam a tal “veracidade” assinalada acima, isto é, dos registros irrelevantes, interpostos à juntura dos enunciados, obtém-se à coerência interna, à lógica causal, o acontecimento dos eventos confluídos à verossimilhança. A verossimilhança presenteia a realidade da obra ficcional com a própria realidade, uma realidade baseada entre o real e o fantástico, cuja a aparência da realidade não renega o seu carácter de aparência (CANDIDO, 1968, p. 13). O real e o fantástico criam engendrados, sob os signos linguísticos, uma zona de intersecção que convida o sujeito do enunciado, submerso a esta zona, a tornar-se um ser verossímil, homogeneamente híbrido. *O problema epistemológico*, em face dos outros problemas, o caso *epistemológico* põe, a certa maneira, a subjetividade do personagem/sujeito em destaque, e sobre ele verifica o estado de relevância, enquanto inscrito na oração/enunciado. Este conceito se apropria do personagem/sujeito à proporção que este se torna denso/graduado à narrativa de ficção, à camada imaginária, solidificando-se. Na literatura exhibe-se diferentes tipos de “eu”, pelo menos dois evidenciamos aqui, um, de extrema importância à narrativa

⁴ Termo implica à criações imaginárias. Refere-se objetivamente a um tipo de existência intermediária entre falsas afirmações advindas de sonhos, ou certezas. Originado por *Roman Ingarden*, filósofo polonês, na obra *Das literarische Kunstwerk* (1931). Acha-se sintetizado na do filósofo *Jean-Paul Charles Aymard Sartre* em *L'Imagination* (1940, p.137).

ficcional, outro particular à poesia. Não sendo o foco de nossa investigação, vale pesarmos na poesia como um espaço de manifestações do “eu”, de formas da materialização da subjetividade.

O módulo poético revela vivências reais, através da estrutura do texto poético, que são transfiguradas pela potência da imaginação, sendo também, relevantemente, importante o modo de linguagem específica, pois concede à expressão maior veracidade, teor categórico, que são irrevogáveis a ele em relação a outros tipos de textos. O tipo de linguagem poética projeta/exprime um “eu” imerso a uma visão estilizada, altamente simbólica, dado a possíveis experiências. Enquanto o “eu” lírico da personagem manifesta-se apenas sobre o monólogo, fora do lirismo a personagem poética desenvolve-se paulatinamente sob a distensão temporal da ação. O “eu” empírico da personagem poética é completamente divergente do estado lírico, sobretudo, por organizar-se fora dele. O “eu” empírico se debruça objetivamente, por intermédio das categorias estéticas, na revelação das características universais contidas no sujeito/personagem. Vale deixar claro que, ambas características (lírica/empírica) subsistem no mesmo plano de existência da oração/enunciado. A personagem, vale lembrar que há aqui diferenças irrefutáveis entre o estado de personagem e sujeito para literatura. Sendo assim, contatamos nas formas narrativas maiores efetividades das personagens sobre a ficção, essencialmente, pela incidência/contingência discricionária corrente em sua realização.

O fator humano desenvolve um caráter extraordinário à obra. “É geralmente com o surgir de um ser humano que se declara o caráter fictício (ou não-fictício) do texto, por resultar daí a totalidade de uma situação concreta em que o acréscimo de qualquer detalhe pode revelar a elaboração imaginária” (CANDIDO, 1968, p. 15). A presença de certas objectualidades, como signos/palavras proporcionam certa entrada à consciência do sujeito/personagem, projeta-nos discursivamente sobre seus interiores revelando a identificação, exemplo, verbos responsáveis por processos psíquicos. Estes, por sua vez, revelam uma experiência subjetiva momentaneamente determinada, particularizada ao falante, e por razões epistemológicas não demonstram falas/escritos de caráter histórico, ou até mesmo psicológico. A autorreferência tem presença marcada na subjetividade no rol da literatura, ela atenua-se, principalmente, com o surgir do personagem na oração, no surgimento da ideia que o mesmo labora.

Neste interim, ele (o personagem/sujeito) está, terminantemente, posto distinto a qualquer enunciado seja ele real ou fictício. Para este contexto, o elencar de advérbios de tempo e de lugar ganham sentido apenas e somente apenas a começar do ponto zero do sistema de

coordenadas espaciotemporal, do qual o “eu” enquanto sujeito, contido, é centro referente de si mesmo. Outra perspectiva autorreferente encontra-se no intermédio de escritos dentro da própria narrativa. Conter na narrativa ficcional uma outra narrativa, como o aparecimento de cartas, pensamentos, etc., possibilita a condução de sentidos extraordinários. Para que estes sentidos sejam inteligíveis significativamente dentro da narrativa, é preciso que ocorra um compartilhamento da noção do “eu” sujeito deslocado pelo espaço/tempo do presente pensamento ou carta. Empossado do “eu”, o narrador fictício em face do pensamento enuncia-se/presentifica-se através de uma metaenunciação, que conflui a uma justaposição de categorias (pessoa/espaço/tempo).

Este fenômeno pode ser constatado: no foco narrativo desde que imputado ao intrínseco da personagem, quando exhibe a onisciência, ou quando pela linguagem, ao modo particular, é identificado com a personagem. “os pensamentos são reproduzidos a partir da perspectiva da própria personagem, mas a manutenção da terceira pessoa e do imperfeito “finge” o relato impessoal do narrador” (CANDIDO, 1968, p. 17). Este tipo deslocamento da primeira para a terceira pessoa, assim como também da justaposição entre as categorias nos revela ser o caráter categorialmente singular do discurso fictício.

Este “fingimento” (deslocamento) é reservado ao narrador com intuito de distinguir-se das demais personagens, um sintoma linguístico, ou peripécia enunciativa dedicada, em especial, ao gênero épico (narrativo), mas que os aspectos previstos à literatura pós-moderna com forte teor existencialista/intimista/pessimista não nos deixam dispensar a presença. A narrativa de ficção convida-nos a perceber um excêntrico espaço do fazer enunciativo, a amostragem de formas de discurso ambíguas, das quais podem ser projetadas/organizadas ao mesmo tempo tanto para a personagem quanto para o narrador fictício, nos testifica isso. Nesta dupla possibilidade, há dois pontos zeros e dois sistemas de coordenadas espaciotemporais plenamente engendrados. Amparados nisso, a presença de um metaenunciado pode desembocar dois tipos de sujeitos, existentes somente a contexto e sob inter-relação opositiva. Fora do pensamento ou do deslocamento, há um sujeito real (empírico) corresponde à realidade dos objetos projetados pelos enunciados (é por ele que se têm amparo à realidade). Outro é o sujeito fictício, fundado pelo deslocamento do narrador, passa a fazer parte do mundo narrado, da carta lida, do pensamento externado. Sob a capacidade de alocação, esse sujeito identifica-se, por vezes, com uma ou outra das personagens, ou tornando-se onisciente (CANDIDO, 1968). Na

distinção, o narrador/sujeito fictício qualifica-se por debruçar-se imaginariamente, o que faz autoinstituir-se manejador da função narrativa.

O aparecimento de um pensamento possibilita uma fissura na ficção, uma abertura histórica em prol da existência de pessoas, de espaços e de tempos. “As pessoas (históricas), ao se tornarem ponto zero de orientação, ou ao serem focalizadas pelo narrador onisciente, passam a ser personagens; deixam de ser objetos e transformam-se em sujeitos, seres que sabem dizer “eu”” (CANDIDO, 1968, p. 18). Na seção, *A personagem nos vários gêneros literários e no espetáculo teatral e cinematográfico*, o teórico-crítico teatral Anatol Rosenfeld nos faz perceber a relevância da personagem nos vários gêneros literários. O jogo de oposições entre o otológico, o lógico e epistemológico faz nos perceber, essencialmente com atenção a este último, a contundência da personagem/sujeito na ficção, pois, a certa maneira, ela determina o curso do discurso. No tocante a todos os gêneros literários, os contrastes entre os problemas colocam em destaque a relevância da personagem, ela delinea não só para com a obra ficcional, mas também o caráter ficcional.

A configuração da ficção concentra-se efetivamente sobre os sujeitos que manejam as funções narrativas, desde o signo/a palavra até grupos de enunciados, assim por vezes, mesmo dentro de um já existente discurso fictício, a subjetividade é capaz de instaurar uma estrutura peculiar potencializando a literatura imaginária. No caso da poesia, essa implantação peculiar por parte da subjetividade da personagem pode levar a humanização de um ambiente. Em face do lirismo, essa implantação se funda por meio de fusões: “eu” + foco lírico + objeto. Gotthold Ephraim Lessing, em *Laocoonte* (1766), reflete sobre a “ilusão”, a presença do real da qual submete se subjetividade da personagem por meio dessas fusões. Este fenômeno se sustenta apenas numa imersão subjetiva entre o leitor e a personagem/sujeito. Na narração fictícia, à presença do real, as vivências consolidam-se via processo, isto é um tipo de distensão temporal, assim a personagem/sujeito se autorrefere em face de estados sucessivos, um composto heterogêneo de unidades únicas.

A palavra/o signo, dado por um processo sucessivo, não pode compreender concomitantemente o sentido original da palavra/do signo e o sentido coletivizado dela/dele, é aqui que entra a marcação da subjetividade que tem o sujeito. A natureza do texto narrativo, fictício ou não, reclama a presença constante da pessoa/sujeito para que não se torne um mero relato.

Este sujeito poderá advir de quaisquer naturezas desde que antropomorfizadas, pois sob uma organização categórica: “homem é o único ente que não se situa somente “no” tempo, mas que “é” essencialmente tempo” (CANDIDO, 1968, p. 20). A presença do sujeito, da subjetividade concede ao leitor a orientação discricionária, dando-lhe com isso, de forma extraordinária, a imagem da coisa. A presença de verbos como “dizer”, “responder” desempenham no gênero narrativo situação equivalente a dos processos psíquicos, reear, pensar, duvidar), relatados momentos dantes. A ação direta da personagem, tomada por uma fala direta, que divulga momentos temporais: determinados no tempo irreal da ficção, marca efetivamente essa perspectiva.

A presença do verbo por sua vez, relaciona e presentifica o foco narrativo e o campo fictício, essa relação concede ao personagem, as falas dos personagens, um teor realístico sobreposto à realidade do mundo real, uma experiência amplamente contraposta ao drama teatral. Este por sua vez, absorvem as palavras, os enunciados e os constitui tornando-se fonte única de sentido, assim referência, um processo fiel à realidade do mundo real.

“Não têm referência exata a qualquer realidade, determinada e adquirem tamanha densidade que encobrem por inteiro a realidade histórica a que, possivelmente, dizem respeito” (CANDIDO, 1968, p. 21). Seja em quaisquer das materializações/gêneros literários, a personagem, enquanto sujeito funda/constitui, por meio de objectualidades puramente intencionais, a ficção. Mas somente por meio das palavras, o personagem pode permanecer suprimido por tempo determinado, é salvo pelo fator discricionário dos lugares e coisas ou pela câmara narradora da qual da conta de sua presença por meio dos pensamentos, ou trânsitos solitários. Na seção *A pessoa e a personagem*, o mesmo autor nos faz debruçar sobre a densa diferença entre a realidade e as objectualidades puramente intencionais, quer estejam no rol imaginário ou quer não. O que nos faz, a certa maneira, pensar na forma organizacional do enunciados, por exemplo, no campo do mundo real: testemunha-se determinações das quais se apresentam como unidades concretas (signos/palavras), integradas a um vasto número de predicados, dos quais apenas alguns são passivos de escolhas, de serem elencados por meio de operações cognoscitivas especiais (CANDIDO, 1968). O

aspecto formal da enunciação do mundo real. por ótica da crítica literatura, implica a dizer que estas operações seletivas são sempre finitas, este é o aspecto principal da multiplicidade, da diversidade do ser real, da singularidade dele. A noção de realidade do homem, pelo intrínseco deste mesmo homem, em relação a realidade do mundo é sempre

fragmentada/limitada. Correspondente a esta visão, o texto do enunciado escrito, postos como um conjunto de orações, apresenta uma visão ainda mais diminuta dessa possível realidade fragmentada.

Qualquer forma nominal, por exemplo, projeta a “coisa” por uma unidade concreta, ela faz parte de um sistema que prevê apenas potencialmente uma variedade ampla de determinações a ela. Contraposto ao texto do enunciado ficcional, o enunciado real por si que receba termos discriminatórios, hábeis em discriminar a usufruto da imaginação do leitor, demonstrarão sempre espaços indeterminados, posto que os números de orações reservadas à descrição é finita. O personagem, enquanto sujeito, no enunciado fantástico é marcado por uma configuração esquemática, o que, de certa maneira, o habilita ser projetado, por sua própria existência no enunciado, como indivíduo real determinado.

A subjetividade da personagem, no tocante às zonas indeterminadas do texto, aquelas que sinalizamos serem próprias do texto não-literário, possibilita a variedade das concretizações, falamos da vida da obra literária. A atualização dos conceitos esquemáticos, mantida pela noção de um presente sempre contínuo, possibilita a ultrapassagem da situação concreta, sentido original texto, contudo, e, sobretudo, esta ultrapassagem, via de regra, seguirá sempre e positivamente associada ao sentido original. O número limitado de orações corrobora para o estado cintilante dos personagens, o que conflui a uma não percepção dos espaços indeterminados, eles adquirem por meio delas um estado definido e definitivo.

O contraste dado entre orações e realidade possibilita o sucesso do fantástico em detrimento dos espaços indeterminados justamente pela inserção de realce dos aspectos essenciais em face da seleção dos aspectos que o enunciado apresenta. Essa limitação releva o enunciado fantástico, frente ao enunciado real, para com a coerência, significação, seleção, densidade de contexto imaginário das, todos estes elementos em conjunto tecem o tecido agindo contra a dispersão. Isso permite, mediante instituições concedidas pela subjetividade, depreender nos “personagens um caráter mais nítido do que a observação da realidade costuma a sugerir levando-as, ademais, através de situações mais decisivas e significativas do que costuma ocorrer na vida (CANDIDO, 1968, p. 20).

Epistemologicamente, o “eu” ficcional, enquanto projetado pelas orações, possui caráter transparente, um caráter que advém da autonomia e da referenciação que faz a si mesmo. Neste processo este “eu” ficcional desfruta de um tipo luz emanada dos vários “eus”

esquemáticos, que por sua vez, produz opalização e iridescência sobre suas ações a fim de corresponder à opacidade dos enunciados reais.

A representação do “eu” conflui à problemática de todos os aspectos selecionados: situações, aparências, processos psíquicos, assim também ao exercício dos espaços indeterminados o que cede ao presente “eu” caráter abundante, profundo. Na seção: *A valorização estética*, entende-se que a criação enunciativa do mundo imaginário, de personagens tidas vivas, exigem irrefutavelmente o máximo de todos os recursos da língua, o que determina a dicotômica composição literária versada na forma, por organizações e partes sucessivas, ou no conteúdo, através da associação das camadas. A estrutura da obra literária configura-se, em face dos recursos da língua, por relações horizontais e verticais: horizontal quando remete à camadas da forma, camadas sensíveis, vertical quando projeta planos profundos, liberados em face da associação/existência horizontal.

É imprescindível a relevância o significado sobre o significante. A estética admite, em relação à sua própria valoração, escolhas que envolvem desde a substituição das palavras/dos signos até substituições de orações/ideias (objectualidades puramente intencionais). A oposição/relação das camadas do que é sensível e do que é do espírito, correspondente à relação língua-linguagem, corrobora/fomenta o sentido, percebido pelo “eu” personagem em detrimento dos objetos em destaque. Estruturalmente as camadas espirituais se associam à obra, seja ela literária ou não, de maneira indissociável, insolúvel, e é através dela que se observa, vinculado ao “eu” personagem, os aspectos únicos, concreto, individual, particulares.

As camadas exteriores imputam, por intermédio da língua, suas presenças em virtude da organização e vibração característicos de seus elementos, a intencionalidade as atravessa e as imprime figurativamente, sendo a passagem para as camadas interiores, profundas. O objeto do qual o “eu” sujeito/personagem atinge por meio da enunciação é instrumento fundamental da estética, ele é isolado, tratado com artefato lúdico, além de passivo a ser atingido/relacionado indireta ou diretamente por estados próprios das situações reais. O isolamento do objeto é concedido pelo “eu” personagem/sujeito, que submergi a uma experiência intensa mediada pelas objectualidades discursivas (reais ou imaginárias; concretas ou abstratas) e a um específico estado de concreção. O deleitamento estético presentifica-se no modo de “parecer” que o enunciado mediado (mundo) integra, um parecer que erige a sentimentalidade oriunda da subjetividade da personagem. Este “eu” sujeito/personagem é sensível a este prazer, pois ele

encontra-se no fronte dos: quase-juízos, das objectualidades puramente intencionais, mantendo referência indireta aos objetos também intencionais (CANDIDO, 1968).

No capítulo *A personagem do romance*, depreendemos por Antonio Candido (1986) a revelação do romance como um grande conglomerado de fatos, enunciados estruturados à montagem de um enredo, tendo os sujeitos/personagens local de destaque nos fatos fantásticos. A relação enunciado sujeito/personagem é praticamente indissociável. Ela nos faz observar que cada um dos personagens traz consigo um tipo de tessitura banhada fundamentalmente sobre a apropriação da língua (sendo a literatura inteira um aspecto do fazer da língua). Para obter à realidade, a personagem se debruça sobre a fala, que por sua vez, é puramente individual tendo em vista os aspectos autônomos dos personagens. Vale contarmos criteriosamente com a subjetividade, pois como vimos, por meio dela é concedido os aspectos únicos, a identidade, e a autorreferência por intermédio da linguagem. Ela reveste o personagem, tratando-o em todos os tempos, sob dois níveis: o primeiro, como ser completo, naturalmente extremável, assinalado pontualmente por algumas peculiaridades que o retrata; segundo, e não menos relevante, como ser complexo, inesgotável, relativo ao seu traçado característico. O engendramento destes pontos particulares, originado no “eu” personagem, o faz fundir sobre si mesmo uma profundidade desmedida, que o conduzirá incessantemente ao mistério de sua própria instituição.

Esta instituição pela subjetividade leva cada uma das personagens a configurarem seu próprio tempo/espaço, fazendo referência de si mesma ao modo fantástico. O enredo, nesta perspectiva, é o centro da realidade no tocante ao seguimento dos enunciados. Ao passo que entendemos que o enredo é construído unicamente pelas personagens, é relevante sinalizarmos que o engendramento “eu” personagem + enredo deságua sobre o intuito da obra, sobre o tipo de vida determinante dele e a ele, assim os significados e valores que o animam. O cerne do desenvolvimento novelístico encontra-se na tríade: Personagem; Enredo; Ideia (significado), os tais conceitos subsistem intimamente inter-relacionados, e é, sobretudo, condição indissolúvel à subsistência da narrativa de ficção. O ponto central, no tocante à inter-relação, encontra-se o princípio de expansão do personagem, alcança-se por ele: identificação, projeção, transferência. Através da subjetividade, linguagem e da enunciação (aspectos formais), a personagem autoinscreve-se entre o enredo e as ideias.

A personagem possui autonomia no seio dos signos literários, ela atinge a plenitude somente em face de sua evocação/elenco no contexto. Esse princípio reserva local de destaque

às formas linguísticas do qual se empossam, pois por intermédio delas se constroem estruturas fundamentais à força e à eficácia do romance.

O personagem é uma instituição fictícia mergulhada sobre um conceito paradoxal de existência. Ele é uma das possibilidades criativas do qual a língua possui, o paradoxo resolve em: sendo fictício, ele comunica/imprime por meio da fantasia expressões verdadeiramente reais, um composto contido entre dois universos sistêmicos. A língua confere existência à obra literária, por intermédio da conversibilidade entre os sistemas sógnicos, e ao personagem, por meio de planos: da ficção (projeção), da linguagem e da subjetividade (materializando no discurso por meio de formas plenas). Ela é responsável também por tornar possível o fenômeno que inter-relaciona e transforma o criador em narrador, isto é, a instituição processa em um só sujeito tanto uma cisão como uma fusão. Este “eu” criador se desloca por meio de diversas estruturas à desembocar no enunciado/texto. Este fenômeno é dado por ser uma das funções capitais do texto ficcional, ele também permite que o significado deste enunciados tornem-se mais densos, integrais, coerentes, não-fragmentados. Lembrando o complexo das obras do romancista Edward Morgan Forster, Antonio Candido (1986) revela que os personagens devem sempre deixar a impressão de que vivem. A tarefa das formas de materialização, como o texto ficcional que contém suas manifestações únicas, contando evidentemente com toda a organização do sistema da língua, é de fazer-se real.

Antes de tudo, “deve lembrar um ser vivo, isto é, manter certas relações com a realidade do mundo, participando de um universo de ação e de sensibilidade que se possa equiparar ao que conhecemos na vida” (CANDIDO, 1968, p. 48-49). A certificação da verossimilhança está, essencialmente, na presença que faz a língua, pois ela permite a sensação de não aproveitamento integral da realidade, tendo em vista o aspecto autônomo do personagem, a sensação de estar na linguagem. Sinalizamos que é a incapacidade de se poder ter/perceber à realidade da personagem de que reivindica à própria realidade. O personagem, por poder ser sujeito, desperta em sua verossimilhança: a impossibilidade de captação absoluta de seu estado de ser, jamais obtém-se o conhecimento completo. Observamos que, ainda que possível, a cópia, mediante o estado de existência, não permitiria dela o conhecimento específico, logo depreende-se que: o impossível é a justificativa da magia da ficção. O personagem é um tipo de projeção interseccionada entre a realidade e a manipulação, o que determina a presença do “eu” criador.

A natureza do personagem se inscreve/organiza no paradoxo da unicidade, que vê no contraditório o fato de não ser pessoa, mas advir de pessoa, uma ficção que advém do real. Sabidas até certo ponto, antes mesmo de serem postos ao mundo, o criador é incapaz de determinar, por meio do significado das várias camadas, o valor e a proporção exata de cada parte. Evidencia-se uma fissura consistida entre a consciência e a inconsciência linguística aqui, inconsciente quando facultada a fins do prazer de existência do personagem, consciente quando evoca à realidade sob formas que podem iludir.

13 A AUTORREFERÊNCIA EM LEITORES DE BENVENISTE

Os estudos benvenistianos trazem uma perspectiva bastante singular, cuja a complexidade não se extingui nem por esta pesquisa, ou pelos nomes citados aqui, tampouco pelas pesquisas dadas aos campos, tais quais: pragmáticos, discursivos, enunciativos, sem deixar de fora os de âmbitos linguísticos textuais. Ainda que se trate, aqui, especificamente de estudos enunciativos, teoria gerada pelo próprio Benveniste, o grande alcance teórico (envergadura), e a plasticidade de sua teoria transcende seus próprios estudos. Ou seja, a teoria enunciativa não limita-se em si mesma! Esta plasticidade, arcabouço interdisciplinar alberga teorias, como: aspectos da linguística geral; análise de termos lexicais, sintáticos; fenômenos diacrônicos. E, mais: filosofia, psicanálise, sociologia, teorias voltadas à cultura, a lógica, a antropologia, etc. (FLORES, 2013). Este capítulo faz uma síntese às diversas possibilidades de leitura e releitura não só das noções de pessoa, instância de discurso, subjetividade e realidade de discurso, mas também de um dos conceitos encontrado no centro/fundamento da enunciação: a autorreferência, em autores instalados/envoltos em campos diversos, além de tempo e espaços distintos. A teoria enunciativa, ilustrada no protagonismo benvenisteano, tem suas raízes cravadas em Ferdinand Saussure, e mais: Roman Jakobson, Leonard Bloomfield, Zellig Harris, Louis Hjelmslev. É em face destes crivos, contribuição teórica, que Benveniste examina e implementa, seu ponto de vista, entendendo: pragmática, semântica fonologia, morfologia, etc.

13.1 Valdir do Nascimento Flores

Da obra *Problemas gerais de linguística* (2019), precisamente, no capítulo 2, nominado *A língua e a realidade: O mundo da autorreferência*, o linguista Valdir Flores tece em seus primeiros parágrafos sob virtude de marcações relativas à autorreferência em certos campos do conhecimento. Por Flores (2019) o conceito de autorreferência possui caracteres dos quais

imprimem extrema complexidade. Esta complexidade é garantida pela impressão que faz em diversos tipos científicos, assim também por depreender a possibilidade de ser ainda mais fecunda se escrutinada/evocada em outras áreas, tendo em vista as disposições que hão de manifestar sobre outras determinações, como o tema de nossa pesquisa – a autorreferência literária, por exemplo. Elencando alguns, por ele destacado, temos: na antropologia, (VIVEROS DE CATRO, 1996); na filosofia, (DUFOUR, 1999) cujo iremos nos debruçar doravante; na lógica, (HOFSTADTER, 2001). Pontualmente no seio dos estudos de linguagem, ele aponta para: na pragmática, (RÉCANATI, 1979); na semântica, (LYONS, 1980), e na enunciação, (BENVENISTE, 1988).

Tecnicamente, no amplo campo da linguística a autorreferência abre espaço para diversas práticas teóricas metodológicas, estas, criteriosamente, manifestam naturezas específicas umas das outras, um detalhe que nos atina a possibilidade proficiente do tema. Dessa diversidade natural metodológica, evidencia-se/destaca-se traços distintos, ínsitos na linguística, em conceitos como: de performatividade, indicialidade, autonímia, e metaenunciação. Contudo, a autorreferência da qual o linguista dedica-se, circunstancialmente, é a pautada na teoria da linguagem, por Émile Benveniste. Nesta perspectiva, Flores (2019) depreende que o conceito de “autorreferência” não possui discussão/detalhamento específico no tocante à teoria benvenistiana, todavia ele a percebe engendrada ao cerne da teoria da enunciação. O pertencimento é justificado, pois a existência da enunciação é advinda do ato individual de utilização da língua. Neste panorama, a enunciação é um tipo de conjunto maior que alberga vários outros subconjuntos, dispostas como categorias das quais inteiram a inscrição do homem que enuncia em sua própria enunciação.

O conceito autorreferente das línguas, é justamente das línguas por ser universal, por ser constituído por categorias globais organizada em: pessoa, tempo e espaço substanciais ao processo dado à enunciação. Estas categorias, na perspectiva de Flores (2019), são autorreferenciais, a natureza delas desperta um tipo de teorização muito específica, sobretudo, em relação ao aspecto associativo que detém. Elas confluem, no alto dessa associação, à língua e sua realidade. Adiantemos que, a tese base da pesquisa sobre autorreferência em Valdir Flores, por Benveniste, é a instituição da enunciação como algo extremamente singular, algo constituído em face de relações puramente particulares. Por sua voz entende-se que: “o que possibilita falar de enunciação, em função da propriedade autorreferencial, dá existência a um dado mundo na língua” (FLORES, 2019, p. 84), um tipo de universo mediado entre o comum

e o singular. É por viés do “aparelho formal da enunciação”, depreende-se ser formada/processada a enunciação por um conjunto de signos, indicadores de pessoa, tempo e espaço, estes viabilizam/racionalizam a referência constante à instância de discurso (BENVENISTE, 2006).

A disparidade entre estes signos linguístico em relação aos demais situa-se frente à particularidade que lhes garante o aspecto “original e fundamental”. Estes dois aspectos dão conta do tipo de referência estabelecida na instância de discurso, tendo em vista que a ciência que envolve o tipo esclarece a função e o uso que possuem. Baseado em Benveniste (2005), Flores (2019), entende que o signo autorreferencial é concebido àquele que reflete seu próprio emprego, melhor explanado, é o signo que se remete à instância de seu próprio discurso. Por este seguimento, ele (o signo) emerge no seio da instância de discurso que o contém em potência e o atualiza. Vale observar que este signo somente possui valor, descrição, identidade mediante instância que o contenha, que demonstre existência linguística no ato da palavra que exprime, que remeta a ele mesmo. Este sistema inscreve-se/consolida-se pelo ato individual, exercício no qual o enunciador enuncia e se pronuncia, sendo assim só poderá ser identificado dentro da tão ressaltada instância de discurso. A qualidade concedida pelo pseudo prefixo “auto” impetrado no termo “autorreferência”, na perspectiva benvenistiana, não está relacionada a realidade concreta dos referentes objetivos, mas a uma realidade específica.

Uma realidade que o próprio signo instituiu, uma realidade dedicada à instância de discurso, uma realidade substancial montada prioristicamente sobre o discurso. Concepções, formulações espalhadas sobre: a realidade e a autorreferência, inauguram sobre o linguista Émile Benveniste novos olhares sobre os estudos semânticos da linguística moderna, que examinar-se-ão sobre um exame não linear de seus escritos. Flores (2019) institui 3 tipos de clivagens fundamentais: a primeira, nomeia-se “A autorreferência do “eu” e o cognitivo da língua”; a segunda, “Pessoa e não-pessoa”; a terceira, última clivagem, mas não menos relevante, “O indicador “eu” e os demais indicadores. Em detalhes, na *primeira clivagem* observa-se o traçado feito por Benveniste em face da oposição registrada no interior da língua, uma oposição que se funda em ser o centro de suas perspectivas. No exame particular de uma delas, elenca-se duas esferas que desaguam referencialmente no uso da língua, uma direcionada ao campo do “eu”, outra ao campo do “uso cognitivo da língua”.

Em fiel perseguição ao percurso instaurado por Benveniste, Flores (2019) admite que o precursor do método enunciativo compreende que ao utilizar o termo “eu” em razão de

desenvolvimento o faz de modo padrão/prototípico. Implica a dizer que, não é exatamente o “eu” que está que está em questão, mas todos os signos linguísticos dos quais compartilham da mesma funcionalidade/natureza do “eu”, natureza autorreferente. Esta perspectiva reforça a instituição de duas esferas, tendo em vista ser a língua um sistema constituído de duas partes, uma dedicada à correspondência de signos emergentes da enunciação (esfera do “eu”), outra dirigida à tipos signicos no qual a referência é não emergentes da enunciação mas da própria língua (esfera do “uso cognitivo”). Sobre a perspectiva benvenistiana que imprime a diferenciação entre o “eu e os outros signos da língua, Valdir Flores depreende que tanto os signos da esfera do “eu” quanto a do “uso cognitivo” fazem parte do *processus* da enunciação, ou seja, tudo envolve à forma comportamental dos signos em relação à enunciação. Perceber o aspecto diferencial dentro do *processus* é o primordial ponto distintivo entre o “eu” e um elemento referente a uma noção lexical.

A análise supõe dois tipos de comportamentos: um, relativo a esfera do “eu”, entende não haver constituição de classe de referência, pois no fonte de sua diligencia, não há objeto definível com “eu” impresso identicamente em outras instâncias, cada “eu” possui aspecto único uma vez empregado. Em denúncia ao segundo comportamento, avista-se “o cognitivo da língua”, que por sua vez, indica que para cada instância de emprego de um nome imputa-se uma noção constante e objetiva, habilitada a permanecer virtual ou atualizar-se diante de um objetivo particular, repetível mediante a representação que estimula (BENVENISTE, 2005). A perspectiva de Flores (2019) discorre que, a partir da evidência destes comportamentos, a existência de cada instância de emprego do “eu” nem se testifica formação de classe cujo o “eu” possa se referir tão pouco remeter a objeto passível de ser constantemente identificado como “eu”.

Um aspecto que vai de encontro aos demais signos da língua instaurados nas instâncias de seus empregos, que por estarem no rol do cognitivo da língua, prostram-se sempre objetivos, passíveis de serem sempre atualizados. Balizado em Benveniste (2005), o linguista compreende que o “eu” define-se só e somente só a termo de “locução”, diferente do signo nominal. Este posicionamento conflui a percepção semanticamente assimétrica entre o “eu” e os diversos signos oriundos do léxico da língua. Esta assimetria responsabiliza o aparecimento, por meio da enunciação, de certas classes de signos. Ela (a enunciação) ajuíza não só o aparecimento destes signos mas também o emprego dos mesmos em face da cognição/entendimento da língua, e o fato de ser dela imanentes os coloca em destaque as demais outras. Flores (2019) acredita

que esta diferenciação leva Benveniste a distinguir certas entidades, as que demonstram estatuto pleno e constante das que, emanando da enunciação, subsistem apenas na rede de ‘indivíduos’, concebidos na impressão enunciativa do ‘aqui/agora’ do locutor.

Em síntese, a enunciação se configura de um lado os signos plenos na língua, de outro os vazios, sujeitos a plenitude quando enunciados. Ele implementa seu posicionamento apoiado ao pensamento benvenisteano que distingue a língua sobre dois planos, um voltado ao repertório de signos e sistemas das suas combinações. Noutro, um exercício promovido pela língua nas instâncias de discursos, organizadas em si mesmas através de signos particulares. A diferença entre ambos revela a alta densidade/tessitura da língua, que se espraia entre o “eu” e os demais signos da língua, entre as formas de referência que estes implantam.

Detalhando que: o “eu” imputa seu próprio uso, já os demais signos determinam-se sobre o cognitivo da língua. Parafraseia Flores (2019) a Benveniste quando instituí que “entre o “eu e uma noção lexical há uma diferença de natureza referencial” (p.88). As palavras referentes a esfera do “eu” não dispõem de mesma realidade em detrimento das outras, pois o “eu” pertence exclusivamente a realidade de discurso, segundo ele – Benveniste introduz tal noção no intuito de aclarar que não se trata de uma relação com o mundo sensível. Já para as palavras de estatuto pleno, as que concedem aos interlocutores o sentido do dizer, que comportam uso pelos falantes, possuem referência apenas na língua. Atualizam-se na enunciação sendo dependentes do que os signos da esfera do “eu” expressam, criando assim uma certa ligação com o mundo. Por esta perspectiva, precisa-se que tanto os signos da esfera do “eu” quanto os da cognição da língua mediam-se, através da língua, em uma certa relação com o mundo.

A diferenciação entre as ordens, do “eu e do uso cognitivo da língua, precede em face de outra diferenciação – a que opõe a categoria de pessoa a da não pessoa, e por esse íterim nasce a *segunda clivagem*. A definição de pessoa e não pessoa é impressa pela primeira vez em 1946 no artigo “Estrutura das relações de pessoa no verbo”. O corpo deste artigo apresenta a noção de pessoa, e por tal tece críticas a respeito da visão clássica postada sobre a simétrica distribuição das três pessoas, que são: a que fala, a com quem se fala e a de quem se fala (FLORES, 2019). O exercício desta clássica visão, isto é, a simetria suposta entre a primeira, a segunda e terceira faz se não uma transposição para uma teoria pseudolinguística diferenças limitada apenas ao campo lexical. Essas limitações isentam a contribuição dada sobre a

necessidade da categoria, assim também do conteúdo a ela implicada e das relações que reúnem as diversas pessoas (BENVENISTE, 2005).

No percurso feito por Benveniste, Flores (2019) atina para a contribuição da gramática árabe, para a busca da noção justa das relações entre as pessoas. Baseado na distinção construída por Benveniste, que vê entre a relação “eu” e “tu” consta uma pessoa implicada e, sobretudo, um discurso sobre ela. Indo para além da noção de “eu” que institui a si mesmo e que também institui o “tu”, Flores detalha que: há entre “eu” e “tu” traços comuns, esse aspecto permite imputá-los sobre o mesmo conjunto, que nada mais é que: a categoria de pessoa. A parte que cabida a “ele” é ser integrante da categoria de não pessoa, corroborado por Benveniste, Flores (2019) entende que esta terceira pessoa é definitivamente um predicado bem definido, contudo somente fora da relação “eu/tu”. Paradoxalmente, essa especificação dedicada a terceira pessoa leva/dedica a especificação entre as pessoas “eu/tu”, a própria natureza da terceira pessoa, amiúde, a legitima enquanto não pessoa. Dando continuidade, ele advoga, baseado em Benveniste, que a diferença entre a pessoa e a não pessoa funda-se em três características: pela *unicidade específica* de “eu/tu”; pela *inversibilidade* de “tu” que passível de ser “eu”; e pela *predicação verbal*, que dedicada a não pessoa, é único meio pelo qual a “coisa” é predicada em caráter verbal. Sumariamente, o que não está contido à propriedade das pessoas “eu/tu” é contido, em caráter de predicado, no domínio da não pessoa. Vale observar que as pessoas “eu” e “tu” possuem especificidades distintas entre si, a primeira delas é que: a pessoa subjetiva “eu” é interior ao enunciado que profere ao passo que é exterior a pessoa não subjetiva “tu”.

O fenômeno emergente do “eu”, à medida que consolida a exterioridade, a delimita fazendo a não suprimir a realidade da comunicação/dialogo (BENVENISTE, 2005). O segundo patamar da diferenciação implanta a noção de que a pessoa “eu” será sempre transcendente a pessoa “tu”, resultado/produto confere que “interioridade” e “transcendência” pertencem ao domínio particular de “eu” na relação com “tu”. Presentifica-se também, no jogo de contraposições, as oposições “correlativas”, versadas em: correlação de pessoalidade datada sobre “eu/tu” em oposição a “ele” e correlação de subjetividade, interior à noção antepositiva, registra a oposição de “eu” em relação a “tu”. Flores (2019) imputa tais conceitos “a autorreferência” amparado em artigos, como: “*A natureza dos pronomes* (1956) e “*Da subjetividade da linguagem*” (1958), respectiva e sintetizadamente se dedicam aos signos que permitem o exercício da linguagem; e a subjetividade na linguagem marcada pela categoria de pessoa.

A problematização advinda das noções impostas por estes dois artigos confluem a questionamentos sobre a instituição da referência em cada pessoa. Assente as teorias benvenistianas, Flores (2019) confere ao conceito de autorreferência possibilidades, tais quais: pela categoria de pessoa – o “eu” tem referência em si mesmo, sendo cada vez de sua existência definitivamente única. Refere-se ao ato de discurso individual cujo é pronunciado e sobre ele se funda locutor; “eu” e “tu” disfrutam da mesma realidade de discurso. Assim, semelhante à enunciação, “eu” e “tu” são cada vez únicos e no sucesso disso refletem seu próprio emprego. Mediante tais seguimentos, compreende-se que a categoria de pessoa é em sua natureza autorreferencial! Pela categoria da não pessoa, implementa-se que – antes de tudo possui o caráter da representação.

Ela está relacionada à referência/alcance de um objeto posto fora da alocução; não remete a si mesma, o que implica na sua natureza não reflexiva em face da instância de discurso. É promulgado sobre estes caracteres a qualidade não-autorreferencial da não pessoa. Vale observar que, ela “combina-se com qualquer referência de objeto, além de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais, “aqui” ou “agora” (FLORES, 2019, p. 93). De volta a diferenciação, “eu/tu” estão para a realidade de discurso da qual estão contidos, o “ele” está para todas as realidades, se instituídas fora da enunciação, um estado conferido ao uso cognitivo da língua. O cerne dessa diferenciação está na relação que fazem junto a enunciação. A perspectiva “autorreferente” em Flores (2019) se estende na problemática de incidência das categorias de pessoa e não pessoa em detrimento da natureza humana. Neste dado questionamento, ele define que a constituição do homem se funda exatamente na necessidade incessante da reversibilidade do exercício da língua.

Entre ser o “eu” e ser o “tu” o homem se define como homem pela possibilidade de ser e não ser, contrapondo-se, sobre a mesma intensidade, à instância de representação do mundo objetivo, à não pessoa. A *terceira clivagem* diz respeito ao indicador “eu” e os demais indicadores. Fundamentado benvenistianamente, esta clivagem abre espaço/enfatiza à referência constante e necessária presente à instância de discurso, e sobre ela o traço que liga “eu/tu” ademais uma série de “indicadores”. Particularmente, a destacada série de indicadores estende-se por diversas classes, como: pronomes, advérbios, locuções adverbiais, estes implicam na presença do espaço/tempo à presente instância de discurso que os contém, e por partilharem uniformidade junto ao “eu” caracterizam-se, também, autorreferenciais. Na descoberta prototípica do “eu” na teoria benvenistiana, Flores (2019) assenta a qualidade

específica do “eu” que é a capacidade de proporcionar travessia do locutor a sujeito. Este tipo cruzamento evoca um caractere importante a teoria autorreferenciativa que é o fundamento linguístico da subjetividade. A tese é reforçada, por ele, em Benveniste: “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como “eu” nos seu discurso” (2005, p.286). Todos os traços de tempo e de espaço, organizados em face do “eu”, são como já evidenciamos autorreferenciais, contudo esse aspecto não é manifestado/expressado de mesmas forma, há uma concomitância sobre eles no tocante à instância de discurso que contém o “eu”.

Flores (2019) toma exemplo as coordenadas espaçotemporais, assim enfatiza que a dependência dessas categorias frente ao indicador de pessoa levam a situá-lo no aqui (lugar) e no agora (tempo). Este aqui e agora delimita, por sua vez, a instância espacial e temporal, coextensiva e concomitante à presente instância de discurso do qual o “eu” está contido. Os indicadores de espaço e de tempo são, em suma, correlativos desta instância cujo o sujeito é o ponto central de toda a referência implícita. Observa-se que, sobre este tipo de referência da qual o sujeito emite por intermédio da enunciação, há um desprovimento da referência material, ou seja, ela não remete nem a realidade nem a posições objetivas, sendo uma característica fundamental. Sabe-se teorizado por Benveniste (2005), refletindo seu próprio emprego, este tipo referente não poderá jamais ser mal empregado, além mais: será isento de afirmações, de condição de verdade e de negação, ele se aterá apenas a conversão da língua em discurso. Sobre uma perspectiva especificamente autorreferente, Flores (2019), esclarece que para o entendimento da autorreferência deve se atentar para três aspectos, o primeiro deles seria o “definitório”. Este aspecto engloba a definição das formas de indicação de pessoa, de espaço e de tempo em pares ordenados, sendo dois afirmativos e dois negativos. As “negativas” não remetem à realidade nem as posições objetivas no espaço e no tempo, como discriminado acima.

As “afirmativas” remetem a enunciação e a seu próprio emprego. Segundo aspecto, “critério identificador de existência”, diz respeito: à referência material; as condições afirmativas e negativas. O terceiro aspecto, “conversão da língua em discurso”, nela incide o cerne autorreferencial, pois é a instituição do locutor que se faz sujeito, que materializa a reflexão de seu próprio emprego. O indicador de pessoa, via de regra, é quem instaura a própria presente instância de discurso, o que faz determinar sobre si substancial destaque em relação aos demais indicadores autorreferenciais. Tecnicamente, em exercício, ele precede-os

inaugurando a existência de si mesmo e dos demais indicadores. Estes últimos, às suas determinadas maneiras, veem-se ordenados, localizados, estando envoltos ao “eu”, independente da distância relativamente imposta, o que reflete no “eu” habilidades de centro e extensão à presente instância de discurso.

Flores (2019) acha respaldo para estas habilidade no conceito de temporalidade em Benveniste. Ele identifica que, através do tempo linguístico obtém-se a presença contingente do “eu” no cerne da instância de discurso, ela o abriga e o atualiza. Composto a este grande monumento enunciativo está o ato de fala, primordialmente individual e deliberante de uma instância de tipo específico, nova e única. Vida de regra, a temporalidade linguística deveria ter sucesso apenas no universo intrapessoal do locutor, realizada inelutavelmente como um fazer subjetivo intransferível. No entanto, Benveniste (2005) salienta não ser assim. A temporalidade é dado exclusivo do falante, mas apenas e somente apenas enquanto organiza seu discurso. Fora desse apoderamento, realiza-se o improvável, ela (a temporalidade) é tomada sem resistência pelo interlocutor. De forma condensada, o que é do falante passa a ser do ouvinte (falante potencialmente reversível), e, nesta perspectiva, ambos caem em face de um processo mútuo, conduzidos à inteligibilidade da linguagem pela própria natureza da linguagem.

A linguagem oferta a realização do improvável, ela garante que, ainda que exótico, alheado ou inacessível seja a informação ao receptor, seja identificada por ele em virtude da temporalidade. Ela informará/acionará sobre o tempo de sua fala quando locutor (BENVENISTE, 2005). O linguista Valdir Flores acredita que o termo “É ‘ego’ que diz ‘ego’” implantado por Benveniste resume definitivamente o conceito de autorreferencialidade. É em face desse termo que ele locomove-se em uma seção intitulada “o escopo da autorreferência”. Ela integra-se a todos os pressupostos levantados até aqui, como, por exemplo, o diagnóstico de que é terminantemente oriunda da enunciação a autorreferência, o que altera neste percurso são as possibilidades comparativas e subsumidas da autorreferência a outros estudos. Primeiramente ele examina na lógica a aplicabilidade, o conceito e constata ser divergente não só por não se efetuar por meio da enunciação, mas também por ir de encontro ao enunciado-síntese, termo usado por Flores (2019) de caráter substituto de: “E ‘eu’ que diz ‘eu’”.

Através do linguista britânico John Lyons (1980) debruça-se em uma perspectiva semântica-lógica, sendo assim entende que há várias possibilidades de tratamento para este enunciado-síntese, uma delas é ter no primeiro uma “menção”, no segundo o “uso”. Neste primeiro é confortado sobre a hipótese baseada pelo próprio Benveniste, mediante o destaque

dos dois “eus”, estaria o primeiro para o “uso” da língua, o segundo para a “menção”, como se dissesse esquematicamente: “É “eu, este que fala”, que diz “eu, o pronome” (FLORES, 2019, p. 98). O que há de comum entre as duas perspectivas é a divisão de coisa representada e representante, o que, a certa forma, livra atribuir à sinonímia ou à tautologia a análise dos termos. Ainda no percurso da relação/atribuição do enunciado-síntese, ocorre uma zona de congruência entre os estudos da lógica e os enunciativos quando em face da noção de “embreante”⁵. Este termo insere uma noção sistêmica de articulação entre o código e a mensagem, também podendo implicar ao enunciado e a enunciação.

Este termo abre espaço/discussões em Jakobson (2003), que entende o “embreante” como uma unidade do código que expede a mensagem. A discussão tenciona-se em virtude da distinção entre símbolo e índice feita por ele, em Charles Peirce. Fores (2019) depreende que, a classificação dos *signos*, em *símbolos* e *ícones* originada na teoria peirceana empenha a Jakobson dois aspectos: o de símbolo, que atua se relacionado ao objeto representado por uma lei convencional, e a de índice, que atua sob uma relação existencial àquilo que representa. A convencionalidade de uma determinada lei é relativa ao código; já a existencialidade à mensagem. Em sua perspectiva, à luz do conceito de “embreantes”, ele articula as duas funções, a convencional e a existencial, respectivamente para símbolos-índices. Experimentado por Jakobson (2003), Flores (2019) examina que em “eu” pronome pessoal ocorre, concomitantemente, em face da associação ao código, à regra convencional, também à mensagem. O que atesta ser um articulador, um “embreante”, o “eu” do qual a razão é, esquematicamente, C/M: consiste do entrelaçamento do código com a mensagem.

A possível tautologia em É “eu” quem diz “eu” se desfaz tendo em vista uma noção imbricada, o primeiro “eu” trata-se de um símbolo, o segundo, de um índice. A polêmica tautologia do enunciado-síntese também ganha espaço nas teses do filósofo francês Dany-Robert Dufour (1999). Nos debruçaremos sobre este pensador na seção subsequente. No entanto, a leitura de Flores (2019) sobre o tal pensador, por ora, poderá nos servir de introdução, ou nutrição ao conceito de autorreferência benvenistiana, precisamente à tataraz inscrita no solo unário, cujo o predicado age em retomada ao sujeito da frase. Para além das perspectivas de Dufour (2000), de que Valdir Flores encara como poético raciocínio, ele evoca

⁵ Termo traduzido do francês “embrayer”, oriundo “shifter” utilizado pelo pensador e linguista Roman Osipovich Jakobson através de Jespersen (1964).

antinômnicamente outro meio interpretativo à gaguez paralógica de Benveniste, uma interpretação conjurada em seu próprio turno. Benveniste assim diz: “A que, então, se refere o eu” A algo de muito singular, que é exclusivamente linguístico: eu se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor” (2005, p. 287).

Flores (2019), alinhado à gagueira ressaltada por Dufour (2000), resalta também a evidência feita ao locutor, situada na segunda parte. A sensação emanada dessa segunda parte programa um “terceiro”, isto é, entre estes dois “eus” o “terceiro” impetra a noção de passagem de locutor a sujeito, ele projeta o fundamento linguístico da subjetividade. A perspectiva de enunciado-síntese vista em Dufour (2000), resolve-se em: “É sujeito quem diz “eu”, melhor dizendo, antes de ser “eu” deve de ser antecipadamente sujeito. Valdir também abre espaço a uma noção que nomeia de *Homo loquens*. Esta noção é dedicada à experimentação do ser falante, que indexa/utiliza a língua sobre si mesmo. Vê-se a fusão de dois conceitos, em face do locutor via enunciação: primeiro, por Benveniste (2005) “o homem na língua”, e o segundo, “a língua ter lugar no homem” por Flores (2009). Este conceito último, por definição dos nossos propostos é importante evocá-lo: “trata-se, então, da língua associada ao falante, que deve desaparecer como falante para poder emergir no mundo das significações como sujeito do discurso” (FLORES, 2019, p. 101).

Flores entende que o homem exibe um papel insigne, é o ponto central de onde emerge a teoria/doutrina do ser e por este percurso funda nele mesmo, a partir da língua, o sujeito. Ele ainda adverte que o sentido empregado a “homem”, neste contexto, estende-se estritamente ao locutor apropriado pelo “eu” que diz “eu”, o *homo loquens* é o ser possessor da fala. Baseio-me em suas palavras para testificar que, a linguística da enunciação imputou ao “eu” considerações nunca vistas, perceber este “articulador autorreferencial” como uma instância que constrói sobre si mesma todo um sistema de referência pessoa, temporal, espacial evidencia o feito. A grande contribuição de Flores (2019), além do grande arcabouço de teses transcritas aqui, está na noção dedicada ao *Homo loquens*. Compreende-se, por ele, a presença de um ser falante que se manifesta tanto em face da organização do mundo que lhe é próprio quanto na experimentação de ser falante. Esta experimentação estende-se sobre o que Valdir Flores chama de “a língua no homem”. Esta perspectiva delibera experiências puramente particulares, somente vistas mediante à condição de falante, como: aquisição de língua; distúrbios comunicativos; perda da fala; traduções de idiomas; análise/relevo da voz no discurso. Uma

problemática ao *homo loquens* aparece em uma subseção instituída por Flores (2019), nominada *A categoria da presença*.

Ele imprime, sob uma longa discussão, noções contidas na gramática árabe, e, ao passo que fomenta a teoria da oposição entre “eu/tu” / “ele”, conjura diferenciações terminológicas entre o *oculto*, o *ausente* e a *não pessoa*, por fim desaguando na substância do *homo loquens*. Na categoria de presença, o *homo loquens* pode circunscrever certa indicialidade à toda língua. O papel desta indicialidade é ser constitutiva de um tipo de delineamento de sentido do qual o falante dedica ao que por ele é dito, assim também do que para ele é dito. Este é o fenômeno encarregado da criatividade do homem na língua, ele a inventa e reinventa ao longo da vida, como no caso dessa seção que se estabelece por ser, em relação a um conceito original, uma leitura de uma leitura. Antes de tudo, devemos definir, o que é *A categoria da presença* para a autorreferência? Ela resolve-se em uma díade precisada em dois pontos: primeiro, no preenchimento do vazio existente em cada elemento da língua, segundo, nas relações ocultas que o locutor determina entre cada elemento. “O que chamo de presença nada mais é que uma propriedade que, como diria Benveniste, ao se referir a instância de “eu”, “[...] fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira” (BENVENISTE, 2019 apud. FLORES, 2019, p. 108).

A linguagem em exercício é percebida como um sistema de referências, um sistema de referências singularizadas, pois o “eu” situa, além da instância de discurso que o contém, a não pessoa, logo o “ele” é parte do discurso de “eu”. Assim as línguas são singularizadas no e pelo “eu”. O “eu” a torna singular e plural, singular ao apropriara-se tomando a para si, e plural quando, em linhas gerais, compartilhada/integrada em face de outros falantes. Em síntese, Flores (2019) afirma que “falar é se fazer *presente* na língua. Toda língua é singular, quando em exercício, porque, nela o homem faz *presença* de maneira aparente e não aparente” (p.108).

13.2 Dany – Robert Dufour

Dufour (2000), em *Os Mistérios da Trindade*, traz à tona uma discussão abissal que envolve o conceito de trindade, de binariedade e sobretudo, de unariedade. Nos debruçaremos investigativamente por exatos dois capítulos incisivos, o primeiro “Trindade e Binariedade” e o segundo “A Trindade e a Língua”, que se seguirá por específicas 4 (quatro) seções: I-Eu-Tu; II-Ele, a pessoa e a não pessoa; III- “Eu-tu-ele” como trindade “natural”, por fim, IV-Dois “ele”? Dando seguimento, a partir de uma espécie de articulação de base, por um

axioma/operador, Robert Dufour (2000) tenta racionalizar filosoficamente não só o fundamento inscrito por cada uma das partes, como enfaticamente o faz com a binariedade, mas também o produto originado do engendramento destes axiomas. A análise do estruturalismo, uma corrente teórica-científico formado à nível sistêmico, passa a ser problemáticamente redescoberta já que a perspectiva de Dufour (2000) a realoca da binariedade, para a unariedade.

O que compreende um enunciado binário é a dada diferença entre o predicado e o sujeito deste predicado. Em face dessa binariedade, o aspecto unário é constituído pela existência de enunciado que remeta/retoma precisamente o sujeito da frase. Como observado antes por Valdir Flores (2019), o enunciado unário possui marcado sobre si uma espécie de gagueira, uma dupla marcação/uma dupla presença confluída ao conceito de autorreferência. Dufour (2000) envereda-se precisamente no campo do estruturalismo a fim de demonstrar a presença exprimida de seus enunciados, e é aqui que nos cabe elenca-lo como leitor benvenisteano. É no percurso da linguagem e da enunciação, um setor específico do estruturalismo na linguística, que o filósofo delinea o conceito de unariedade tendo Benveniste e Jakobson ao fonte. Assim também, o antropólogo Claude Lévi-Strauss disposto sobre a “análise do relato”, e psicanálise por Jacques-Marie Émile. Esta perspectiva demonstra a apreensão da língua por meio de seus estados fundamentais: a enunciação, o relato e o inconsciente.

O traço unário parte, em certa medida, da fusão desses tipos setores estruturalistas. A priori, o que nos convém imediatamente assinalar é a participação de Benveniste, que, a sua maneira, sistematiza uma demanda proposicional em Jacobson. Esta proposição define o sujeito no paradigma impresso pela “gagueira”, formulado por “é eu quem diz eu”. No jogo composicional/estrutural unário complementa-se à enunciação, pela análise do inconsciente, o “significante” que representa o sujeito representado por outro significante, e o “tipo confessional” definindo o relato pela maneira própria de expressão. Sumariamente, os axiomas oriundos dos objetos da linguística da enunciação, da análise do relato e, por último mas não menos importante, pela psicanálise estruturam/configuram o paradigma da gagueira. Sistemáticamente, por cada uma das partes, Dufour (2000) os confere como: “eu...eu” (linguística enunciativa); “versão...versão” (antropologia estruturalista); “significante...significante” (psicanálise). A gagueira que trata o filósofo é, em síntese, um fator composicional intrínseco ao homem, um sintoma de sua existência no mundo, uma espécie de vício lógico do qual é naturalmente submetido.

Na perspectiva linguística enunciativa, cerne de nossa proposta, essa “gagueira” resolve-se em face de enunciados de base, congruentemente estruturados, por um tipo de dobradura interna. A dobradura que se empenha aqui não se define sob a organização de duas partes e uma relação diferencial entre as mesmas, mas, essencialmente, pela exposição de um único termo. Um termo que é submetido/planejado por uma divisão interna a si mesmo, marcando-o a dobradura. As unidades das ciências do homem relacionam-se ao estilo particular dos axiomas que as determinam, isto é, o estilo implicado, a dobradura trabalha na definição dos estados fundamentais, supracitados. O conceito fundamental da duplicação é o não enquadramento no painel (binário) geral da razão, a dobra não está para o torrão da explicação ainda que seja dialética, estrutural ou causal. Cada um dos axiomas constituído por um dado distinto, contudo originam, enquanto interseccionados, à ordem do Dois. Perscrutando a exclusão da lógica às formas que retomam a si mesmas, por Aristóteles, Dufour (2000) compreende que é através do fator de exclusão que se define a paralogia contida nos enunciados qualificados autorreferentes.

A independência/a inapreensão, dada a certa medida, dos enunciados que se resolvem por si e conferido mediante a ausência do aspecto causal, como sinalizado dantes. A substituto do aspecto “explicação” encontra-se a “implicação”, que importa uma dobra de pensamento eu jamais deixa de acarretar o espanto e a desorientação. Em modos gerais, nesta perspectiva, o pensamento prefigura reservar-se no exato momento em que se exprime. A dimensão admitida pelo aspecto unário são, em tese, proposições paradoxais – digamos que perfeitas e imperfeitas ao tempo de realização. Assim, à medida que perfeitas: como “eu é eu”, isenta-se de acréscimo explicativo, sob a mesma superfície o imperfeito encontra-se, depois da realização, a sensação de insuficiência, tendo em vista não estabelecer precisão a quem é “eu”.

Tecnicamente, este processo imputado ao sujeito está imerso em um conglomerado de respostas simultaneamente inversas e contraditórias, ou seja, é definido pela simultaneidade de toda-suficiência e de toda insuficiência Dufour (2000). Esta ordem concede ao “eu” sua própria inexistência, os valores opositivos do discurso colocam-se concidentemente à prova, converte-se em um estado extraordinário de “clareza obscura”, sendo a inexistência a própria existência. O pensamento lógico configura-se/resolve-se em face do alcance da forma unária para com as disjunções binárias, eventualmente apresentadas. A forma unária: desdobra a linearidade do tempo e do espaço; embaralha o antes e o depois; combina o cá e o lá. Além mais, inadmita a negação ignora a distinção entre sim e não, verdadeiro e falso, estas ausências, segundo Dufour

(2000) delegam, sobre o enunciado unário, a sensação de estar metalinguisticamente perdida a referência.

A forma unária tem em seu ponto central o paradoxo da denegação, que, por sua vez, conserva o termo ao passo que exclui. Assim “ela dispensa as dualidades constitutivas do discurso articulado e do pensamento pensante: aquelas que destingem causa e efeito, fazer e dizer, corpo e espírito, conhecimento e gozo...Esse modo transforma a ausência de significação em principio inicial” (DUFOUR, 2000, p. 38). Definitivamente, o que se assegura até este ponto em relação a forma unária é a ligação desta forma ao não saber, implementando: ela é fundamentalmente o espaço reservado ao insaber. A benefício da lógica no discurso, a dobra, em seu sistema bipartido, exclui para o funcionamento lógico do dizer, para a ascensão de seus mecanismos e efeitos um de seus “eus”. Retirá-lo mediante essas condições implica a rechaçar o ser-de-fala, marcado no funcionamento do discurso. Ela, tão importante quanto a forma suscitada pela lógica binária, constrói/estrutura sua própria lógica em face do uso ordinário da linguagem. Para Dufour (2000), o centro da forma unária descansa sobre as expressões comuns que deságuam sobre mal-entendidos, além mais, sobre paradoxos, como já evidenciamos, lapsos, raptos tanto no tempo quanto no espaço. Também sobre tipos de relatos sem evolução circunscritos sobre si mesmos estejam no plano da consciência ou da inconsciência como no caso dos sonhos. Estes apontamentos imbricam-se primordialmente sobre a reflexão benvenistiana envolta dos signos vazios, é de lá que prescreve-se o detalhamento da não submissão destes tipos signícos à condição de verdade, um registro binário indicador/manipulador do sim e do não.

A constituição da forma unária somente poderá alcançar sucesso no modo oblíquo, isto é, mediante a colocação paralela das práticas em que se apresenta. Ainda sobre sua constituição, ela se erige em face da reunião de unidades outras espalhadas em diversos espaços. É preciso, de ato ser transversal, tendo em vista a ação de cruzamento de dados, os da forma unária junto aos dados destacados por práticas não especulativas, estes tipos são “não sofrem a prescrição de exclusão do unário ditada pela ciência e pela lógica. Na primeira linha dessas práticas está a escrita” (DUFOUR, 2000, p. 40). Auspicioso ao nosso corpus, a literatura, evidenciamos – está a muito tempo, ou seja, está há tempos disposta à inúmeras escolas estilo-literárias a presença da forma unária. Isso implica dizer precisamente que esta forma é muito mais precedentemente à realidade artística do que para a realidade do objeto do conhecimento (racionalização). Como exemplo, ainda não bem definido por Dufour (2000), tem-se a obra de Lewis Carroll, Alice no

país das maravilhas. A obra concede efeitos reflexivos emitidos pela presença de um espelho atribuído de caracteres específicos, servindo de ponte entre universos, o do saber e o do não saber.

A imagem que se detém é de formato circular com a de certos personagens como os gêmeos reversíveis: Tweedledee e Tweedledum, a proposição da forma orbicular aprisiona a protagonista à sua lógica. Na trama, a dupla face do espelho corrobora a profusão fantasmagórica que se multiplica sob níveis de potência infinita, além de deter sobre si toda a “fala humana”⁶. Por este percurso, Dufour (2000) compreende a realidade artística, ao evocar a forma unária, está disposta a um tipo de exaustão entre a corrente situacional, e tem por objetivo a explicação da “coisa” amparado pela “coisa” a ser explicada. A utilização deste recurso não poderá jamais totalizar a análise, pois a forma unária presente imputa a utilização de esquemas binários, opositivamente, estes esquemas ocultam o exercício/funcionamento da forma unária. O esquema cedido pelas presentes formas caracteriza o incitamento do pensamento lógico. Este é o ápice e a barragem da forma binária, ela defronta-se/confronta-se com impossível, essa trave/amarra assegura, à escrita literária, a posição insubstituível deste tipo/esquema de exploração. O engendramento das formas, unária/binária, conduzem a um nível de quase-saber, um nível de conhecimento que depõe o amplo controle das exteriorizações unárias sobre os corpos.

A narrativa ficcional, ou não, aparenta lavrar, por intermédio da escrita, a revelação da ausência da fala, baseada em indicadores dêiticos unários. Em linhas gerais, Dufour (2000), sinaliza que, a construção de textos escritos sob o domínio da forma binária dedica-se, a certa maneira, ao caráter científico, enquanto a forma unária debruça-se, a seu modo, sobre textos literários. Problematizando essas condições, precisa-se duas razões primordiais, uma versada sobre as prescrições de exclusão enunciadas pela lógica arredou/baniu as formas unárias do plano do pensamento cogitante, outra, revela a necessidade do destaque à convivência, à identificação das formas unárias junto a “coisa” narrativa. A forma unária, como de certa forma fora apontada, obtém eu sucesso na narrativa de ficcional⁷ pela captura que executa onde a habilidade do homem falha/limitada. A perspectiva impressa pela forma unária, admitida pelos gêneros literários, implica, Segundo Dufour (2000), ao escapismo das causas, “o que era

⁶ Cf. in. Dufour (2000): COUMET, Ernest, “Lewis Carroll Logicien”, in. CARROLL, Lewis. *Logique sans peine*, Paris Hermamm, 1966, p. 255-288.

⁷ Tratando o termo como hiperônimo aos vários termos encontrados sob à realidade artística.

encadeamento controlável de causa e efeito fecha-se em si mesmo e vira uma circularidade ociosa, além mesmo um círculo vicioso. A evidência do tempo e do espaço se apaga, a identidade se questiona em abismo” (p. 42).

Com intuito advogado/fomentador, o filósofo destaca uma série de produções artísticas fílmicas-cinematográficas para a amostragem do “eu”. Estes tipos artísticos elencam o domínio unário sobre formas binárias, sobre os vários exemplos levantados por Dufour (2000), destacamos o filme *Nocturne Indien*, do diretor francês Alain Corneau (baseado no romance do escritor italiano Antonio Tabucchi). Em linhas gerais, o protagonista emaranha-se a procura de um amigo desaparecido, o que surpreendentemente, parece ser ele mesmo. Em perspectivas como esta, ora apresentada, a identificação evade-se onde normalmente se situa, por fim, transforma-se em um complexo e exorbitante acontecimento, garantido pela matriz da dobra e do paradoxo: “”eu” me perco quando me encontro e “eu” me encontro quando me perco” (DUFOUR, 2000, p43), seguido de um contínuo mútuo. Há um fenômeno cabido nesta matriz de dobra, a sua presença delibera extremos não mais excludentes, mas, sim, extremos que se atraem e se invertem. Tecnicamente, no sucesso das provocações das formas binárias, a lógica das oposições destes extremos torna-se imperfeita, o que conduz a tornarmo-nos objetos, ou brincadeira advinda de sua multivalência. O predomínio unário, sob a forma artística, desperta, por meio de um discurso lancinante, o *pathos*. Este elemento último reserva-nos a pontos extremamente sensíveis, faltosos, como: morte, nascimento, delírio, silêncio, etc., e que, a certa forma, estes atingem, subitamente, valor de verdade, à frente do quase-juízo. O conceito de autorreferência, pensamento original da dobra, desenvolve-se no baluarte centro da forma binária, no âmago da lógica.

O próprio conceito de lógica clássica das formas binárias expede o primordial da dobra, como por exemplo: as inteligências artificiais (unárias) que manifestam suas capacidades a partir das formas originariamente binárias, dado pelo princípio de recursividade. A recursividade, neste ínterim, desenvolve inúmeros domínios regidos pela inspiração, assistida pelo computador, as produções, a medida de existência, são examinadas pelo ponto de vista da lógica binária. Em síntese, todo estudo voltado aos enunciados unários advém de um princípio que naturalmente o rechaça. A autorreferência define-se como a rejeição da presente forma binária. Contudo, para a lógica binária o enunciado autorreferencial funda-se ao imputar o sujeito e o predicado ao mesmo conceito, ou seja, duas versões distintas partilhando um só conceito. Nas palavras de Dufour: “O enunciado autorreferencial é, desse modo, inscrito no

pensamento binário sob a condição imperativa da exclusão categórica do enunciado integralmente autorreferencial ou unário. (...) essa autorreferência, que se pode qualificar enfraquecida, é o limite extremo tolerável pelo pensamento binário” (2000, p, 45).

Resume-se que para além desta instituição a lógica se desfaz, a lógica binária ascende mediante o desarranjo da lógica do enunciado unário, o quadro somente se reverterá à controle do plano autorreferencial em face de uma assunção e uma reenuniação pela forma unária. Como tão bem explicitado, a autonomização e desenvolvimento do campo científico adveio da introjeção do discurso unário no centro do pensamento binário, contudo o estado das descobertas/explorações ao tema ainda é diminuto. Em *Le Bégaiment des Maîtres*⁸ (1987), Dufour, relacionando ações como gesto e palavra, aponta para a reorganização, sobre amparo da dobra, do campo do sujeito e do discurso em face dos estados fundamentais do inconsciente e do relato, processo administrado e engrandecido pela linguística da enunciação. Esta perspectiva não desmembra em porções a dobra contida no discurso, será, então, percebido a noção de transversalidade em comum aos campos do saber. Tecnicamente, o primeiro teorema instaurado por Dufour (1987) revela, da lógica unária, a inversão dos valores diferenciais empregado no próprio sistema. Do um refletiu-se duas importâncias: divisão e desdobramento, multiplicação e redobramento, assim para cada um destes duas outras importâncias alocam-se em cada “extremidade” da língua. Resolvendo assim: “uma forma incessantemente redobrada – “eu” – e uma forma incessantemente redobrada: o relato” (DUFOUR, 2000, p. 47).

Atreladas entre as duas polaridades da forma unária, impetrada na fronteira da língua, as duplicidades ordenadoras do discurso fluem/emanam de seu interior de forma imorredoura, e por esse percurso tem-se a sensação adulterada de dualidade. A presença da dobra, mediante este processo, delibera um acúmulo inesgotável de redobramento e desdobramento. Então fica definido que: os campos do desdobramento responsabiliza-se, sob reserva constitutiva do pensamento, pelo desdobramento intempestivo, enquanto a forma redobrada do “eu” implica ao incessante desdobramento dos relatos. Ao fim da arquitetura, evidencia-se o sujeito na condição de corpo falante, cuja atualização do sentido aloja-se inesgotavelmente entre a antinomia do excesso e da escassez, e da relação mútua entre estes. O sujeito, entendido como corpo falante, é local onde os dois extremos da língua, portadores do traço unário, ressoam para que germine através do significante, a pessoa. O despontar do corpo falante é dado pelo

⁸ A tartamudez dos Mestres (tradução livre)

deslizamento do significante, que, por sua vez, é cravado de significante em significante. O “corpo que se mantém numa fixação desfalecente: ela se desfaz na palavra atual para restabelecer na seguinte, no fio da marcha significante, no fio do dis-curso” (DUFOUR, 2000, p. 48).

Não podemos deixar de esclarecer que a forma unária é parte integrante da trindade. Sua existência consiste no cerne do estruturalismo, tão logo ela é uma segunda espécie de relação não-binária que percebemos. Consistente aos estados da língua (a linguística da enunciação, a análise do relato e a psicanálise, a forma unária é coexistente à forma trinária e por ela submete-se a sua extraordinária negação, cujo “eu” não é “tu” nem “ele”. Sendo uma outra forma, a tarefa da trindade é limitar/delinear, como princípio de ordem, os efeitos da dobra no enunciado unário. Os termos encontrados na trindade, são termos que subjazem no uso espontâneo da linguagem. Estão, contudo, a breve disposição do locutor a contar do instante em que abre a boca (DUFOUR, 2000). Precedente a tentativa de autoimpressão, o locutor dispõe assim de três termos, “eu, tu, ele”, reservam de imediato seu espaço tanto simbólico quanto pessoal e social. Existente em todas as línguas, de uma forma ou de outra, toda forma de comunicação do homem se mantém em face destes três termos. São termos, como já bem assinalamos, livres, isentos dos pareceres da verdade, o que implica não ser necessária a justificativa do uso, um tipo de bem inalienável. São termos fundados no uso incontrolável da linguagem, o que de certa forma, está ligado a condição do homem na e pela língua. Em síntese, “eu tu, ele, mundos de suas particularidades, formam essa trindade espontânea, absolutamente imanente ao uso da linguagem” (DUFOUR, 2000, p. 52).

O fato de ser indispensável à enunciação justifica a irredutibilidade delas (as formas pronominais) por formas mais simples. Quaisquer que sejam as dimensões comunicativas, as situações discursivas não hão escapes em face da previa formatação por elas dirigidas, anterior a toda vontade do locutor. Em detalhes a forma unária, o “eu”, no tocante a monumental trindade, é aquele que assume a presença rente ao “tu”, não havendo nenhuma outra forma de inscrição/constatação. Ao pronunciar “eu” o locutor denuncia, de forma célere, seu posicionamento mediante espaço e tempo nos fatos do mundo. Como evidenciado na seção precedente, o “eu” está direta e extremamente conectado a presença. Ao cessar do dizer, o locutor atravessa de imediato em direção ao “tu”. Este espaço do “tu” é determinado por dois planos: o plano do já dito e o plano do que será dito. Independente do destino do falante sua condição será a de tráfego entre o “eu” e o “tu”, isto é, sob nenhuma hipótese será ausente do espaço dual da fala. A forma unária é o centro de todas origens comunicativas/referenciais, pois

à experimentação da própria presença comunga a experimentação de ser sujeito. Assim “para ser um é necessário ser dois: é mudando de posição que os interlocutores se afirmam mutuamente como presentes” (DUFOUR, 2000, p. 55).

A relação “eu/tu” baseia-se numa integralmente numa relação de amor e ódio, o “eu” concede a si mesmo e ao “tu” espaço na interlocução, “eu” permite a presença de “tu” que deságua em uma infundável relação de troca. A presença instaurada pelo “eu”, a copresença de “eu/tu” evoca a expulsão/o banimento da ausência de seu raio de ação. O espaço simbólico, interlocutório, por sua vez, reserva, primordialmente, um local sob medida à ausência, que se inscreverá sob a forma “ele”. O espaço dual da enunciação, isto é, a fala do “eu” jamais poderá ser consolidado mediante a falta da trindade, “um” é “um” quando é dois, e se assim o for no “dois” já se é, “três”. A ausência, o “ele”, apresenta-se por ser a única forma de perspectiva do homem, resolve-se que a morte do indivíduo é paradoxalmente necessária à vida do homem como espécie, é por ela que o homem alcança objetivamente o mundo. A trindade é o meio de controle para o caos unário! A perspectiva formada pelo grupamento “eu, tu, ele” funciona, a certa forma, como um tipo de mecanismo posto no interior da língua, e neste seguimento inscreve rotineiramente em seus específicos lugares os alocutários. A alta complexidade é demonstrada mesmo em face do não domínio do conteúdo comunicativo. Ou seja, aquele do qual o “eu” se refere adotara para si espontaneamente tal sistema, ainda que não detenha por completo o que do “eu” é imputado/proposto, ou que, conscientemente discorde, ainda que conteste estará imerso ao sistema.

O trabalho dos pronomes é de acesso a língua, que segundo Dufour (2000) ela apresenta-se como um saber prévio, uma língua prévia à própria língua – uma língua na língua. Baseado em Jakobson, Dufour (2000) afirma ser dependente implícito toda a maturação do sujeito a partir do estabelecimento explícito dos pronomes pessoais. Ele fomenta declarando que: “graças a este dispositivo, a loucura unária do “eu”, aquela que porta meu corpo na língua inscrevendo-o como corpo falante, essa forma louca que desemboca no mundo antes de todo o controle e vota, assim, o “eu” a perde-se incessantemente na medida mesma em que se encontra” (DUFOUR, 2000, p.70). Em tese, a loucura do qual o “eu” submete-se, em face das coisas do mundo, o faz disciplinar-se, organizar-se e submeter-se ao discurso, contudo esta força unária não se extingui, persisti adormecida, à espreita. Acha-se lugar privilegiado a Benveniste, por Dufour (2000), tendo em vista ter sido ele um dos poucos a empreender, sobre os pronomes, uma descrição sistemática do particular autômato intralinguístico. Todo desenvolvimento

inscreve-se ou por meio da temporalidade, ou do espaço de simbolização e de comunicação. Estes pontos originam-se por meio de duas formulas/paradigmas, do “é eu que diz “eu” e a do “eu” não é nem “tu” nem “ele”, dos pontos anteriores, estes são, a certa forma, os axiomas de toda a inspeção.

É aqui que nos encerra a primeira parte, *Trindade e Bináriedade* e defrontamos com a segunda parte da obra nominada: *A trindade e a língua*, especificamente na seção “Eu-tu. O fundamento desta seção, sobretudo, é a de tentar depreender a forma unária a partir da compreensão da relação dos três termos. O cerne do questionamento de problematiza na constatação de que é possível se decompor formas trinárias, por formas binárias, tenho em vista ser a forma binária a plataforma de estrutura da forma trinária, no entanto jamais poderá ser possível a recomposição de três a partir do dois. Para Dufour (2000), Benveniste, após ter formulado/desenvolvido a conjuntura trinária dos pronomes cria certas clivagens e as estrutura sob dois subconjuntos binários, ficando assim: em um dos pontos, detém-se a análise da díade oriunda do par “eu” e “tu”, noutro ponto, “eu” e “tu” em detrimento de “ele”. Outras decomposições da trindade são evocadas em face de novas relações binárias. Dufour (2000) percebe que a díade, ora apresentada, é a penas o foco primário da teoria benvenistiana, há em sua concepção outras como: “eu/tu” em detrimento de “ele”; “eu” / “ele”; e “tu” / “ele”, organizações, vistas progressivas, instauradas neste plano do campo simbólico. Não detalhamos aqui o primor destas inversões/estruturações, mas sinalizaremos a relevância delas para com a qualidade específica do “eu”, ou seja, a importância do tipo transferência daquele que era denominador “tu”. Por uma breve demonstração à díade “eu” e “tu”, a partir do fenômeno instaurado entre eles (reversibilidade), Benveniste (2005) percebe o apossamento da temporalidade, a temporalidade que antes ordenava o discurso do “eu” é plenamente assumida pelo “tu” no tocante a sua assunção.

O fator extraordinário não somente habita na aceitação da temporalidade dada pelo interlocutor, mas a aceitação de todos os índices dêiticos e reflexivos, isto é, além do tempo, pode-se aderir o espaço, assim também a pessoa, uma aceitação isenta de recusa. Em análise à primeira díade já se evidencia, mediante troca e gestão, efeitos do fazer autorreferencial de “eu”. Segundo Dufour (2000), os pronomes “eu” e “tu” solucionam de modo agudamente simples o problemas da comunicação intersubjetiva, basta que haja a atitude consumida da fala para que os signos antes vazios passem a ser cheios (plenos). Assim, a concha vazia dos índices torna-se um tipo de “autentificação e de atualização de nossa capacidade de simbolização.

Desde que nos situamos nesse lugar, o resto da língua vem por si só” (DUFOUR, 2000, p. 74). Passando pelas faces eficazes das duas primeiras formas verbais no tocante ao problema da comunicação, Dufour (2000), argumenta que há uma espécie de lacuna deixada por Benveniste, uma lacuna que remete a imposições e inconvenientes post o sobre tal sistema.

Contudo, seu hábil desenvolvimento deixa ferramentas inescusáveis para problematizações vindouras, isto é, as imposições e inconveniências são, na mesma proporção de sua eficácia, uma dimensão profunda entre os dois primeiros pronomes pessoais comparada ao que vimos por loucura unária. As características intrínsecas aos pronomes jamais afastam os interlocutores de tomar para si quaisquer das posições, ela não impede de tomar um pelo outro. A explicação do fenômeno se define a partir da prescrição imersa entre a primeira e a segunda pessoa, a *unicidade*. Este conceito demanda que, a referência imposta pelo signo, passado de vazio a pleno, só tem eficácia/vencimento por um dado tempo (o instante de discurso), de outra forma, a posse da pessoa verbal será delimitada pelo tempo de alocação. A alocação, nesse sentido, é o tempo exato do qual um alocutário específico assume a forma “eu” diante de um “tu”, em outras palavras: locutor nasce e morre pela enunciação.

Sobre a utilização dado sobre a primeira díade no processo de comunicação, Dufour (2000) defende a comunicação como um instrumento de possibilidades, independente dos níveis levantados dessa comunicação os interlocutores pesam sobre palavras seus propósitos. Quanto mais se faz uso da comunicação na interlocução mais se expulsa a inutilidade do dizer, retornando nas idas e vindas dos “eus”, nos turnos de falas ganha ele formas mais ostensivas. A densidade da comunicação, em face de sua impressão, imputa a seus interlocutores níveis de saturação, assim também complexas redes técnicas que servem de celebração à serventia. A eficiência comunicacional consiste, sobretudo, nunca troca lógica e cronologicamente anterior as demais outras, isto tudo jaz no simples acontecer da troca de uso do operador discreto “eu”. A ação de falar define-se, essencialmente, sobre a habilidade de utilização do “eu” e é por esse ínterim que os falantes encontram-se/acham-se no e pelo gozo, pelo próprio gozo. Este contentamento possui natureza paradoxal tendo em vista que, falar é usar “eu”, e alinhado a isso, falar “eu” implica a reconhecer-se mutuamente no direito da fala. Esta perspectiva deságua no *ipso facto*, o ato da fala para dizer aquilo que se quer/deseja, seja para qualquer intuito de partilhar algo até mesmo o de questionar o próprio uso.

Na fala se obtém todas e nenhuma dívida, um protagonismo do “eu”, por Dufour (2000), O “Gozo deste direito sem ter mesmo que me justificar por ele; este fato me instala, de saída,

numa dívida infinita e é esta dívida infinita, saída da forma unária, que a primeira díade deve, de certa forma, gerir” (p.77). Há, em certa maneira, uma simetria entre os falantes quanto a ciência da fala, o saber do dito, o domínio completo da comunicação, posto que a nenhum dos que se fazem uso é dado a certeza. O outro que fala sempre será como “eu”, ao nos reconhecermos mutuamente, submetidos ao direito do uso de “eu”, passamos ao mesmo tempo a reconhecermo-nos pelo uso de uma concha vazia, ou seja, a identificarmo-nos pela execução do signo vazio. Esta consciência de utilização insere, a certo grau, a distinguimo-nos no estado de perturbação.

Este tipo de disposição brutal/desmedido, oriundo da especificidade e utilização da forma unária, precipita/lança um sobre o outro, corpo e língua, este efeito ajuíza o que chamamos aqui de “próprio gozo”, enquanto a *perda de sentido* ajuíza a “perturbação” dos processos de corporificação. O gozo está implicado aos efeitos unários, recalcados, e é subdividido entre contrato entre falantes e as desordens do corpo, de certa forma, o contrato instaurado insiste sob a desordem e a desordem sob a ordem. Por ser latente, pulsante e natural, ainda que advenha de violência, cedo nos acostumamos. Assim “ela permanece ali contida e escondida, à espreita, numa estranha relação, ao mesmo tempo contratual e anterior a todo discurso, sempre pronta, no entanto, a ressurgir como ameaça de destruição do espaço simbólico; e esta versatilidade é nosso estado normal (DUFOUR, 2000, p.78). As facetas unárias não somente se limitam ao que pode ser dito e compreendido, a relação “eu-tu” pode e deve constituir um instância de gestão da desordem, seria este uma outra possibilidade da primeira díade. Mais uma vez tomando como base o gozo, Dufour (2000) advoga sobre uma existência unária mediada por uma exclusão que define-se por inclusão, ou seja, exclui-se do gozo, para manter dele a máxima da sua representação, uma pseudovítima.

Neste percurso, o dispositivo da primeira díade permite um tipo de troca do “eu” com seu locutor a forma unária que deságua no mundo antes de todo o controle. A autorreferencialidade deste prazer escapa, semelhante à perspectiva benevenistiana, a toda forma de inscrição, toda forma discriminatória da ordem do falso ou verdadeiro. Esta é uma manifestação marcada sobre a existência do experimentador, dada por perda desde seu primeiro encontro. Sendo assim é procurada tanto sobre as alocações instituídas pelo “eu” como também pela troca obstinada e vã dos objetos, variados, heteróclitos, conduzidos pelo discurso. Dufour (2000) confronta sua perspectiva autorreferente, ainda sobre os trilhos da primeira díade, perspectivas como as do sociólogo Pierre Félix Bourdieu que direciona a perspectiva de

enunciados sui-referenciais aos atos jurídicos, pronunciados apenas e convenientemente em face do direito, exemplo: um agente que age em nome de sua instituição. Tecnicamente, estes enunciados onde constam a gagueira, reflexivos por natureza somente trariam a realização no tocante a algo/coisa existente anteriormente, a contexto social. A perspectiva bourdiana resume-se em um dizer que substitui o fazer. A certa forma, o sociólogo reformula ou até mesmo substituir a teoria dos enunciados performativos do jurista inglês John Langshaw Austin⁹. Sem profundidade, contudo vale a pena elucidar/suscitar que: para perspectiva austiniana, enunciados performativos, sui-referenciais, são aqueles os quais, pelo poder jurídico, indicam sentenças.

Estes tipos enunciados não apenas descrevem/discriminam a realidade, mas também a modificam. Empreende-se que, tais sentenças pela natureza da existência de imediato já constituem ato/ação. Dufour (2000) denuncia a reformulação de Bourdieu, se antes dizer e fazer resolviam-se em apenas um ato/ação, com sua presença a forma unária desaparece ao passo que é substituída pela forma binária retornando aos discursos anteriores. É através do conceito de índices “eu” e “tu” em Benveniste que Robert-Dany Dufour refuta a noção do “dizer ratificador do fazer social”, pois esta díade isenta-se da condição de verdade, firmam-se no mundo antes mesmo de todas as formas de controle. A produção/implicação enunciativa do “eu”, enquanto sujeito, ascende a perspectiva de que qualquer um tem a autoridade para o exercício do ato de fala. O sujeito fala antes de quaisquer autorizações! Cada indivíduo apossado do “eu” fala na medida em que se refere ao vício lógico contido pela forma unária, sendo esta uma crucial condição que certifica a não necessidade da prova da própria fala, como bem definido pelo escritor francês Maurice Blanchot, em *Le Pas au-delà* (1973). A autorreferência evoca em si um plano complexo e estruturado, uma vez que pode ser contestado por uma alocutário, este que é um tipo de “eu em potência” nada poderá alterar/modificar do “eu” apossado/enunciador, o falante possui pleno controle desde que proferira “eu”.

A contestação tem lugar outro, ela alega que presentifica-se um sério entendimento do dito, e por assim efetua-se a necessidade de contestação, Dufour (2000) acredita que, nesse sentido o interlocutor, mediante a forma unária “*Logo, terá de precisado acreditar, de saída, do meu gozo íntimo*” (p. 83). A relação de “gozo” intensifica-se entre os interlocutores, tão logo

9 AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre, Artes médicas, 1990.

os prazeres em questão encontram-se existencialmente interdependentes. A liberdade da qual se desfaz da necessidade de prova valida-se mediante o credo posto a fala de “eu” mesmo que não haja credo no dito de “eu”, por seu alocutário. Concomitante a isto, o alocutário já dispõe da experimentação de “eu”, o que corresponde a uma já dada execução de sua participação/realização unária. A precessão, neste contexto comunicativo, é terminantemente fulcral, é uma decorrência de pragmática do prévio ofício entre interlocutores. Um fenômeno isocrômico, realiza-se ao passo que faz cumprir-se mutuamente, e se sem notação. Este fenômeno coparticipa existentemente a outro, o da desigualdade entre “eu” e “tu”.

Estes elementos não partilham do mesmo plano, pois “eu” é sempre transcendente a “tu”, diretamente proporcional, “tu” jamais poderá ser pensado fora das condições e das situações designadas por “eu”. Tecnicamente, “Eu” e “tu” não poderão jamais serem encarados como centros independentes de emissão ou recepção. O controle determinado pela forma “eu” exhibe um princípio fundamental no espaço simbólico, um princípio que dá conta da determinação tanto da formação quanto da assunção dos sujeitos enquanto falantes. Sobre este traçado enlaçam-se, por Dufour (2000), Benveniste (2005) com o programa de dominância do “eu” a Lacan (1981), que formula, sob as clinicas da psicose, que este “tu” que aparece, independente da forma perfilada pela experiência, e fundamentado/concebido pelo *ego*. Sob o engendramento, ao assumir a palavra “eu” o falante projeta seus arredores nitidamente, tendo como fundo-base o ser do “eu”. A gagueira paralógica impressa pela forma unária reformula-se, estabiliza-se em: “O *eu* que diz *Eu sou aquele que sou*, este *eu*, absolutamente só, é aquele que sustenta radicalmente o *tu* em seu apelo”¹⁰. Para Lacan, em Dufour (2000) o percurso do significante demonstrou, a priori, duas concepções da representação do “eu” na primeira díade.

O primeiro é um “eu” que erige radicalmente o “tu” e qualifica-se em: mais que forte! Mas para Lacan (1981) é o “eu” da natureza fugidia que presentifica-se auspiciosamente no jogo da díade primeira, um “eu” incapaz de erigir o “tu”. Este “eu” da forma unária “eu” é “eu” lotado na primeira concepção, é autossuficiente, e a força do qual detalhamos dele advém de sua própria autossuficiência. Extraordinariamente, ele (o eu falante) se dissipa em face de sua própria evidência, deixando assim aberto a questão de sua própria existência, isto é, o “eu” apropria-se, funda-se na ausência e na presença de si mesmo. Autossuficiente, pois se

¹⁰ LACAN, Jacques-Marie Émile. **Le Séminaire, Livre III, Les Psychoses**, Paris, Le Seuil, 1981, p. 323.

condiciona autossuficiente! O segundo “eu” tem passagem louvável e sem transição em face deste primeiro, pois é da fragilidade, do insustento que somos vítimas e por isso nos pronunciamos/falamos. Por esta segunda concepção, vê-se um “tu” que se debruça à fala, é instituído por um “eu” ameaçado por um fracasso do tipo radical. Em face do fracasso da primeira díade, este “eu” a partilha do gozo ligada à troca indexação ostentatória tornando-se inédita.

Resolve-se dizer que, assim como o direito da fala e o exercício dela a capacidade do sujeito para a perda dos sentidos não é repassado entre os envoltos protagonistas, do relicário pertencente ao “eu” posto ao fracasso, nada de herança ao “tu”. Não há uma exclusão entre as concepções, mas o engendramento delas. A primeira persiste em contribuir com o “eu” autossuficiente e que assegura a interlocução, é retomado ao falante com força e vigor da boca do interlocutor, enquanto a segunda contribui com a sensação do inconstante. O engendramento produz um “eu” versado/partilhado em toda-impotência e toda onipotência, sem isso jamais falaríamos. Seguindo o percurso benvenistiano sob a isenção da condição de verdade dos signos vazios, Dufour (2000), implementa que: “Dizer que a forma unária desemboca no mundo antes de todo o controle e escapa toda inscrição na ordem verdadeiro/falso quer dizer que nenhuma prova, por melhor que seja, pode (...) valer como prova certa de Verdade” (p.85).

Qualquer dos “eus” que busque a verdade sobre seu alocutário, regozijando sobre índices ofertados pela língua, não pode jamais achando verdade/mentira atribuir quaisquer juízos de valor, ou níveis de conhecimento, tendo em vista não haver sobre estes mesmos juízos certezas quaisquer. Qualquer verdade/inverdade que se levante, sobre a Verdade unária, é oriunda dos abusos dos recursos da pressuposição, para este contexto, a pressuposição do “eu” sobre juízo de Verdade em “tu” funda-se com base de detalhes na irrelevância. A identificação em do “eu” para com o “tu” não se põe suficiente para identificação deste, a inexatidão entre os interlocutores é, neste contexto do campo simbólico, cláusula pétrea. A literatura, especificamente a personagem de ficção, é um elemento que se destaca nesta perseguição da condição de verdade. Frédéric Berthet (1979)¹¹ em análise da obra do escritor francês Valentin Louis Georges Eugène Marcel Proust, na obra *Em busca do tempo perdido* (1913), observa que há uma crise no centro da noção de verdade da forma unária.

¹¹ BERTHET, Frédéric. *Éléments de Conversation*, Communications, n° 30, Paris, 1979.

Os efeitos dessa crise da “Verdade” trazem a perspectiva de que: seria seu aparecimento o mais auspicioso sinal da presença da forma unária da relação “eu – tu”. As cenas versadas em densas emoções desde as representações mais puras até as mais ilegítimas denunciam uma tentativa incansável de leitura do outro, da pressuposição de defeitos e virtudes desse outro, da conjectura absoluta da verdade. A utilização da fala leva-nos a troca incessante dos índices, cada “eu” em face de seu alocutário maneja-os dando destino as formas vazias. A vida comunicativa define-se/compendia-se mediante esse processo. Nesta troca, que é distinta, “asseguramo-nos como podemos da nossa própria presença, da nossa presença alterada no presente. Como nada, no esquema unário, vem em absoluto garantir nossa presença (...), resta-nos então que nos contemos em experimentarmos com copresentes” (DUFOUR, 2000, p. 86). A díade “eu – tu” é o órgão fundamental dessa troca.

O câmbio incessante assegura por contraste o amparo comum no tempo presente, uma permuta constantemente definida no “aqui/agora”. O espaço e tempo, compreendido por Dufour (2000) em Benveniste (2005), é concomitante ao discurso tem juntos uma só e única definição. Em síntese, o tempo presente resume-se em ser o instante em que “eu” fala a “tu”. Ao nos pronunciarmos nos inscrevemos no tempo presente de onde emana uma definição reflexiva do presente, nesta perspectiva Dufour (2000) assume que “o presente é uma evidência que sofre da fraqueza constitutivas das expressões reflexivas. “Eu e “tu” se asseguram, mutuamente e por contraste, de sua presença referindo-se a uma indexação que eles mesmos criam” (p.87). A fraqueza assinalada aqui é beneficiada com um tempo de fala perpetuamente presente, toda a expressão do “eu”, toda interlocução é puramente inscrita à eternidade, um dado fundamental da linguística da enunciação.

Na seção II, *ELE, PESSOA E NÃO-PESSOA*, é examinado o conceito de ausência e presença, além da diferença de “eu” e “tu” na condição de pessoas verbais. Tecnicamente, a relação “eu e tu” / “ele” resolve-se, para Dufour (2000) exatamente como prescrito pelos gramáticos árabes, enquanto “eu” é criador de verdade anterior a toda prova, o “ele” é signo de uma palavra mágica. Como vimos anteriormente, o espaço e o tempo são concomitantes discursivos da primeira díade (eu e tu) o “ele” implica a ser um operador cinestésico, um modo ordinário/trivial que o falante (eu) mediante seu alocutário (tu) toma para si para o alcance do mundo. Em outras palavras, a contribuição do ausente (ele) impetra na presença do “aqui” e “agora” o que é dado em algures e noutra tempo, ou fora do tempo. A relação inclusiva entre os dois termos da primeira díade “eu e tu” em conjunto ao terceiro termo “ele”, além de tronar

possível a cena da representação, disjuntivamente insere uma radical heterogeneidade da associação inversível.

Neste seguimento, marco temporal do discurso constata-se no interior do próprio discurso, o que intensifica essa constatação é que: essa interioridade só poderá existir/estabelecer mediante a presença da exterioridade. Em suma, “eu e tu” somente se estabelecem em face do “aqui e agora” se a presente copresença esteja munida da ausência, ou seja que o “ele” esteja lá presentemente ausente. Essa é a construção/definição do presente do sujeito! Balizado em Benveniste, Dufour (2000) entende que: presente/contido à instância de discurso, o sujeito nasce em face de três tempos: “o tempo reflexivo do “eu”, o tempo dual da díade eu-tu e o tempo trinário da tríade eu-tu/ele” (DUFOUR, 2000, p. 91). Percebe-se a contestação do nascimento do ato de sujeito origina um novo mundo, um mundo para além da díade (eu – tu) / ele, um mundo de uma nova perspectiva que, sobretudo, indecomponível a do “eu-tu/ele”. Sob a compreensão de três tempos, pautada ao nascimento do sujeito, constrói-se uma ordem que reclama três formas exigentes que: tem por início o tempo do unário do “eu” fundamental para o sujeito.

Da próxima, segunda exigência: a presença de um “outro” para que haja uma relação inversível, de modo intermitente, assim concedido o direito de posse, circunstancialmente discursiva, do operador unário. E uma terceira, que vê, necessária ao sujeito e a seu outro um outro, este “Outro” é figurado, possui a marca da ausência, isto é, é posto fora do campo deles, não havendo assim contágio no interior da copresença. A formulação sobre as díades benvenistianas o fazem concluir que “para ser um (*sujeito*), é preciso ser dois, mas quando se é dois, já se é três”, (DUFOUR, 2000, p. 91), depreendemos como uma espécie de progressão aritmética ($t_3 = t_2 + 1 = (t_1 + 1) + 1 = 2$, sendo “t” = termo), experimentada em: um é igual a dois, sendo dois igual a três. Colocados em conjunto, a tríade delibera um efeito “decididamente normativo” com relação a desordem fundante/essencial à expressão unária, a gagueira paralógica, o erro de cálculo inaugural meio pelo qual o sujeito entra no discurso. No processo a tarefa da “tríade” é corrigi-lo o “uno” gradualmente ainda que o desgastando! A desbastação da tríade sobre o uno o especifica, o particulariza e o convoca a uma contribuição também específica. A díade “eu-tu/ele” incorpora a expulsão da ausência pela presença, a apreensão do objeto remete a expulsão deste objeto.

Em sua presença o “eu” expulsa a ausência para que se faça ele mesmo (o eu) presente. A presença expressa-se por um ato fóbico, dessa forma a ausência se identifica diretamente com

o próprio desaparecimento. A presença é o fundamento do sujeito, assim todo ele é fóbico, pois todo ele passa inúmeras vezes por tal experiência, a de estar em fobia, sem isso jamais haveria a fala dos envoltos. Sob um percurso que relaciona o gozo da estrutura trinária, percebe-se sua completude diante de uma forma de prazer que se alimenta com sucesso de cada uma de suas partes. A oração “eu gozo” evidencia que, pela perspectiva autorreferente, enquanto o “eu” goza ele desaparece de si mesmo. A ação de gozar implica dizer que “eu” não mais se reconhece na forma “eu”, uma expressão que desperta uma sensação contraditória como “eu morro” ou “eu me calo”. Ao dizer “eu gozo” o “eu” lança-se sobre um “eu” que já não é ele mesmo, na sentença há um “eu” admitido pelo “estar aí” da presença que se desfalece em face de um “eu” que desfalece sobre ausência. “É tornando-me ausente de mim mesmo, torno-me “ele”, desvanecendo-me como “eu” que gozo ...” (DUFOR, 2000, p. 95). Como antes vimos, este é um espaço em que se poderá avistar mais da loucura da forma unária, uma experiência que pode, a certa forma, embevecer-se do trauma, como deprender que se pode gozar não necessariamente estando no gozo. É um sucesso antagônico, pois submete o “eu” a uma experimentação e ao mesmo tempo a uma alienação que aceita enquanto nega sua própria identidade. Não há somente uma renúncia à forma do “eu”, há também uma experiência da ausência em tela, uma experimentação pura e necessária à alienação de performativos, tomando como base o verbo “gozar”. Tecnicamente, no instante em que literalmente “gozo” há uma confrontação entre dois “eus” um que aparece e que põe outro a desaparecer. O verbo “gozar” possui, discursivamente, a habilidade de colocar à prova o “eu” da espécie humana versus o “eu” do indivíduo consciente, ou seja, o “eu” da espécie que goza de forma descomunal agregase nas dimensões do “eu” indivíduo e por ele materializa-se (“eu” /” ele”).

Na seção III, “*EU, TU, ELE*” *Como trindade “Natural”*, Dufour (2000) salienta que sobre o conjunto de três termos “eu-tu/ele” estão albergadas relações várias, nela está incluída, antes de tudo, a relação unária que tem o “eu com termo reflexivo. Em continuidade, a própria relação trinária, e sob ela outra série de díades, correspondentes a: “eu” e “tu”, “eu e tu” e “ele”, “tu” e “ele”. Neste contexto, pode-se ter orientação específica tendo em vista o “eu” como centro de duas primeiras relações diádicas, “eu” e “tu” e “eu e tu” e “ele”. Tanto O outro “tu” como o Outro “ele” presentificam-se em relação a “eu” para possibilitar, assim, duas alteridades. Detalhando, o “eu” demanda em relação estrita ao “tu” uma alteridade fraca, transitiva, já a segunda “eu-tu” e “ele” uma alteridade forte e intransitiva (DUFOR, 2000). O sistema da primeira díade, em face da decomposição da tríade, aparece com um operador de

conjunção entre “eu e tu” já na segunda de “eu-tu” /” ele” percebe-se empregado um operador de disjunção. As duas alteridades garantem lugar de destaque ao passo que são extremamente fundamentais à solução da crise da forma unária, elas são dispostas a inversão do “aqui” e o “ali”, a presença e a ausência.

Como percebemos anteriormente, as categorias espaço “aqui” e tempo “agora” estão dispostas à primeira díade “eu-tu”, a segunda, a que consta o “ele”, o ausente, o “ali” é a ele demandado. Sobre estas duas alteridades inscritas ao esquema trinário encontramos as condições do discurso, do contrário, disposto apenas a forma unária o discurso seria somente abismático, baseado em desdobramentos grosseiros. Dependente apenas da relação unária, o discurso, além de exacerbadamente dramático, projetaria ininterruptamente “o sujeito da insuficiência pura à antecipação abrupta e dilacerando-o entre autismo que sempre adia o deslanchamento e um delírio desenfreado onde a linguagem falaria sozinha” (DUFOUR, 2000, p. 103). O dispositivo trinário, em sentidos gerais, apresentam-se, primeiramente comuns aos sujeitos, pois aparenta ser um tipo de língua primária que permite acesso a própria língua.

A presença dos pronomes conduzem os sujeitos (os eus) a um modo extremamente relevante, significante, são eles, trazendo de maneira suscita, operadores que estruturam/organizam as ciências da língua. Esta percepção garante as ciências da língua tê-la como objeto, o estatuto do sistema trinário é particular, uma espécie de “infralinguagem”, instantânea e disponível à língua natural. De outra maneira, a forma trinária é um sistema de “supermetalinguagem” que dispõe fundamentalmente de elementos para o exercício da “metalinguagem”, que por sua vez, é uma possibilidade de manipulação do objeto em caráter representativo pelo sujeito (eu). Se a integração do “tu” pelo “eu” reclama a indispensável presença do espaço/tempo, o “ele” concede um limite irreduzível. A seção IV, *DOIS “ELE”* é encabeçada pela declinação do sujeito falante vista até o ponto que está se confunde com o laço social. Contido a ela presentifica-se uma ordem: primeiro tem-se o sujeito; segundo o outro do sujeito; terceiro, o Outro do sujeito e do outro.

Problematiza-se a limitação das próprias instituições sistemáticas tradicionais, o que desemboca na reflexão/surgimento do Outro do Outro. Qual o limite do “ele” na representação da ausência? Haveria uma forma/perspectiva mais radical para o exame da ausência? Transcendendo as considerações feitas por Benveniste, as duas expressões de valores opostos, Dufour (2000) depreende que mais valores podem ser imputados no termo de “ele”, como a díade “ele/ ~~ele~~”. O “ele” pertencente a estrutura trinária. Contido nela, é dado como termo de

articulação do desdobramento interno. A díade nova, supracitada representada, corresponde a dois valores inversos (promoção e minoração) da coisa indexada. Valores distribuídos em: “ele, todos os sujeitos” e “ele, nenhum sujeito”; e para os valores da ausência: ausência re-presentada e ausência radical. Por este ínterim, jamais se evidenciará o “ele” como contemporâneo de uma interlocução, de uma alocação instituída pelo “eu”, sendo ainda possível, diante do sistema, receber um traço radical que marque sua ausência fora do campo.

Entende-se que há dois valores em “ele” que, desencadeados pelo erro unário definem em um, o “ele” (não barrado) a fixação do limite interno, extremo desse desencadeamento (representável), noutro, o “~~ele~~” (barrado) aloca-se no limite externo à estrutura trinária (não-representável). Um representa o outro! Tendo o “eu” como fonte geradora, a díade “eu-tu” origina efeitos versáteis advindos da forma unária, este permite recair pesadas ameaças pairadas sobre os protagonistas. Ainda à luz sistemática, percebe-se que: na díade “eu-tu/ele” temos a ausência representada no campo da presença. Já na díade “eu-tu/ele/ ~~ele~~” marca-se em definitivo a ausência fora do campo tanto presença quanto da própria ausência. No entendimento de Dufour (2000), ~~ele~~ é uma espécie de eco do deslocamento de “eu”, de mesma forma, é o termo derradeiro da cadeia de declinação instituída pelo sujeito, por seu outro o “tu”, pelo Outro do sujeito e seu outro “ele”. O lugar de ~~ele~~ é: o Outro do Outro, uma condição inexistente, que põe em risco toda simbolização, dada somente na tentativa de captura do “nada” uma alternativa da trindade. Uma possibilidade gerada a protagonismo do “eu”!

13.3 Michel Lahud

Encabeçando o capítulo I, *Algumas Teorias clássicas do Pronome*, o linguista brasileiro vê em seu recorte, versado sobre a marca/problematização da dêixis. Assim constitui uma obra do pensamento linguístico, oriundo do grego, o termo é ainda contemporâneo mesmo que clássica/tradicional seja a nomenclatura. Do remonte dos gregos até certo ponto de nossa contemporaneidade, a definição de dêixis estava diretamente ligada a noção dos “demonstrativos”, um termo aparentemente exclusivo e inalterável da tradição gramatical. Antes de traçar quaisquer percursos em perseguição à noção dos dêiticos, Lahud (1979) acredita que se deve reconhecer e explicitar diversos pontos de vista dos quais a classe envolva fundamental e subitamente os signos pessoais, temporais e demonstrativos, contando-se também com os termos aproximativos. Tanto a categoria de pessoa quanto a de proximidade

estão interligadas estão, em visão general, associadas à classe dos pronomes, uma perspectiva diversificadamente difundida entre autores vários.

Sob a concepção dessas múltiplas visões entre os autores pode ser tornar possível, mediante a inserção da noção moderna de linguagem, a organização contingente dos dêiticos, postos em uma única classe. A literatura em Michel de Lahud não se detém sobre analogias ou divergências, mas sobretudo a uma reflexão a respeito do elemento dêixis e suas implicações. Mesmo que diante de nosso interesse lancemos mão à presença teórica benvenistiana no seio desse percurso referenciativo, podemos ter como ponto de partida e contrastivo a noção de base conservada por Arnauld e Lancelot (1660) de que os pronomes substituem os nomes pela gramática francesa *Grammaire générale et raisonnée*.

Nesta perspectiva a noção de dêixis limita-se apenas a natureza estilística, ou seja, não apresentaria em sua definição o indicativo da não-repetência dos termos, o que implica a substituir os nomes. A relevo de nosso trabalho, sob estas alturas, os pronomes pessoais aparecem contidos/exercidos em simples substitutos “do nome daquele que fala”, no caso a primeira pessoa, daquele com quem se fala, o “tu” e daqueles dos quais falamos, pessoas ou coisas. Para Lahud (1979), a oposição entre as pessoas subsiste sob dois critérios, uma delas é a separação das primeiras duas pessoas “eu/tu”, puramente nocional, cuja a existência rechaça a personalidade da terceira “ele”.

Este “ele” é, nesta perspectiva, genuinamente estrutural, de valor opositivo as demais pessoas, definitivamente marcando-se ausente nas relações versadas no sistema “eu/tu”. É na inserção dos autores de Port-Royal, e a partir das relações enunciatórias ou discursivas, prioristicamente marcadas por signos pelo locutor que se passa a perceber/racionalizar relações dadas num sistema opositivo. Este sistema, por sua vez, é determinado na separação/distinção de seus elementos implicados pela ausência ao que compete a não-pessoa, e pela presença, no que incide as pessoas. O pensamento atuante, de ser conceitual, passa agora a ser relacional! Ideia definida pelos lógicos empreendem à função dos pronomes uma restrita designação, o que implica a não descrever as ideias que os nomes manifestam/descobrem no espírito. O exemplo disso é o exercício do demonstrativo neutro, que, por sua vez, desenvolve um conteúdo conceitual que lhe é particular, este é signo de “qualidade” não-significativa frente a nomes de substância às quais remete. Alguns desses resultados levam-nos a perceber a grã estrutura genérica dos pronomes na *Logique*. Esta perspectiva, como acompanhamos anteriormente, não concedia representação de sentido a tais signos (demonstrativos), reafirmando a visão

substitutiva dos pronomes. Em definição: “Aquilo que os diferencia semanticamente dos nomes, reduzia-se, naquele texto, a seus “modos de significação” respectivos – um indireto e confuso, o outro direto e claro – das mesmas ideias” (LAHUD, 1979, p. 54).

Mediante a perspectiva apresentada, sob um olhar contemporâneo dos estudos de linguagem, conjecturando a instituição de “verdadeiros pronomes” colocaríamos em tela a seguinte situação intercalar: negaríamos definitivamente as condições que os instituímos como pronomes, como o afastamento das noções ligadas ao espírito, ou assumindo como tal, os disporíamos à retificação de suas próprias definições. Uma confrontação proposta aos textos de Arnold e Lancelot sobre a “pessoa verbal” versada sobre “as ideias” que a noção do espírito acrescenta as “ideias” significadas nas palavras. Desta confrontação permite-se compreender relevantes pontos convergentes entre os pronomes pessoais e os demonstrativos. Além de estes “demonstrativos” possuírem uma significação geral, que lhes é puramente particular, das quais provocam significações acessórias reclamadas pela circunstância de emprego, presentifica-se outra analogia empreendida na natureza significativa da sua própria generalização. Está localizada esta incongruência outra na afirmação que coloca os demonstrativos no mesmo patamar dos pronomes pessoais, ao imputá-los a significação de ideia de “coisa presente”.

Esta consideração símile entre os pronomes pessoais colocá-los-ia em uma vinculação definida pelo uso, dispondo-se, a certa maneira, como um tipo de instância discursiva. Um e outro diferem ao passo que, a relação dos demonstrativos com o “presente” pode apenas marcar certa relação discursiva, tendo em vista assinalar apenas uma relação entre substância e o enunciador que diz “isto”. Nesta perspectiva, poder-se-ia apenas afirmar a continência de um dado linguístico, um referenciador temporal, que a certa forma, convive coincidente e concomitantemente do acontecimento descrito à instância de discurso que o descreve. Nenhuma dessas confrontações foi diretamente apresentada a seus autores, estando estes inscritos em um estado inconcebível e indistinto da relação língua/fala.

Contudo, vale ressaltarmos que, dessas confrontações nasceram pressupostos, que por suas vezes, tornaram-se manifestos originários, isto é, tornaram-se pontos de partida à várias perspectivas reservadas aos pronomes por Port-Royal. A análise às convergências converteu os resultados obtidos em relevantes instrumentos para o que nos consta enquanto investigação. Um exemplo claro disso e que nos salta aos olhos é um artigo publicado pelo filósofo e

gramático, César Chesneau Du Marsais, e que Shalin (1928)¹² tece, em primeira mão, considerações à noção envolvendo o pronome “pessoal” como um índice de distinção implícita. É em face desta distinção que envolve as pessoas que se tem a percepção/permissão da “terceira pessoa” aproximada aos “demonstrativos”. Em tese, Lahud (1979) volta a argumentar/advogar a noção levantada, de modo primeiro em Du Marsais, pois nele se tem, no tratamento comum aos demonstrativos e na “terceira pessoa”, certa igualdade às duas primeiras pessoas “eu/tu”.

A noção de termos metafísicos concede um tipo de firmamento e proximidade às categorias de “demonstração” e de “pessoa”, e que de certa forma, deságua nas apreensões da *Logique – Port-Royal*. Em síntese histórica, os termos dados como demonstrativos são definidos, por Du Marçais, como termos metafísicos. No artigo “Ce” da editora *Encyclopédie*, Du Marsais faz uma aproximação entre os pronomes pessoais e os demonstrativos. Nele, não é de grande interesse, ou relevância se os demonstrativos não remetem a referências precisas das pessoas gramaticais, o que de fato substancia é que a partir da “pronominalidade” seja estabelecido certo paralelo entre os demonstrativos e os pessoais. Além destas perspectivas, o gramático francês, vê além do que já nos é sabido sobre a relação dos pronomes, acrescenta que o emprego destes revela a profundidade, semanticamente por ser passível de remissão, de sua aplicação às circunstâncias.

Em síntese, revela-se que, sobretudo, que por meio dessas referências/informações circunstanciais que as ideias, formas acessórias, adicionam-se/possibilita-se a significação principal. O que de fato temos contatado é uma reunião entre a terceira pessoa e os demonstrativos, esta constatação vem a enriquecer/precisar a teoria dos pronomes vista em Du Marsais. Há uma relação relevante, acima perspectiva do gramático e, destaque, entre a existência de alguma substância situada a um nível independente, o que, de certa forma, apresenta um paralelismo entre termos: que indicam uma ideia de existência (substância ou modo), e também das que marcam as “pessoas” baseadas em certa ordem emanada por meio do discurso. Temos por este filósofo a introdução da pessoa gramatical na gramática de linha francesa. Por este percurso, atravessa nomes como o do filósofo Destutt de Trace, inspirador do positivismo de Auguste de comte, que formula conceitos sobre o pronome como: “apesar de ser como um nome, o pronome é um verdadeiro nome” (LAHUD, 1979, p. 61).

¹² SHALIN, G. César Chesneau du Marsais et son rôle dans l'évolution de la grammaire générale. Paris, P.U.F., 1928, p. 279.

A passagem de conceitos como estes, leva-nos a observar a impressão dos pronomes ao rol semântico, isto é, a empregar sobre si um conteúdo especificamente relevante e também uma concepção distintiva e substantiva do que refere ser verdadeiros nomes. Na *Grammaire française sur un plan nouveau* (1709), de Buffiur já se observa, para além das designações feitas pela natureza dos nomes, o “eu” designa outro nome que o locutor designa sobre si mesmo quando evoca a si mesmo. Um pesamento que coloca em mesma partida o “tu” e o “vós”, nomes, que em sua perspectiva, é dado a quem se fala, assim “ele/ela” a objetos de quem se fala, nomeado por um nome particular ou citado por formas outras. As definições, assim como da teoria que a sustenta, Buffier (1709), imprime não ser o pronome uma classe distinta dos nomes. Uma perspectiva que revela com claridade o papel não substitutivo do pronome sobre os nomes como também sua determinação semântica – caracterizando-o. De fato, isso leva a fonte da distinção tanto em face dos nomes quanto entre os próprios pronomes!

O ponto de vista de *Par Le Buffier* e de outros, coaduna paralelamente, ainda que de forma específica, a princípios garantidos por filósofos outros da linguagem, como *Nicolas Beauzée* que vê nos pronomes uma parte do discurso puramente distintiva. Esta distintividade, segundo Buffier (1709) leva, a partir da função sintática, a consideração dos pronomes a verdadeiros nomes, nomes que podem revelar sobre si mesmos uma grande demanda de sujeitos dos quais se pretende dizer algo. Ao longo do estudo histórico sobre os pronomes, ocorre uma grande incidência de particularização à semântica tanto dos nomes quanto dos pronomes, dadas às suas diferenças e significações. Nesta perspectiva semântica dos pronomes, é dito que nada destes descrevem apenas designam ideias idênticas aos nomes, uma noção vinculada a visão de pronomes como substitutos dos nomes.

Muito simplesmente, se se um pronome significa “para um nome” a diferenciação se reserva aos modos de significação, conflui a uma remissão à algo que lhes é próprio. Crava-se que a fissura entre as duas classes se dá no plano da significação, os nomes representam coisas e as pessoas “pela ideia de sua natureza” enquanto que os pronomes são o signo de uma “relação pessoa com o ato de fala” (BEAUZÉE, DESTUTT DE TRACY, apud. LAHUD, 1979, p. 63). Mediante todos este apontamento histórico entre pronome, nomes e significações desemboca sobre outro fenômeno, o da singularidade entre pronomes pessoais e demonstrativos, como afirmará Port-Royal. Para Girard, ao passo que subscreve, este pronomes repartem-se por descrições versadas sobre conteúdos particulares, uma remissão simbólica direta e funções

semânticas particulares. Assumindo, em tese, uma semântica inversa aos pronomes pessoais, signos diretos da “existência” ou da “presença” implicando à substância ou modo.

Aqui, pelos gramáticos filósofos, como supradito, os únicos verdadeiros pronomes são os de natureza pessoal. Rechaça-se a possibilidade de que seja os pronomes termos sem significação, eles estão na responsabilidade de serem signos que relacionam a ideia de representação com o ato de fala. Este é um percurso que marca o caráter distintivo entre os pronomes pessoais e os demonstrativos, é o começo de uma base reformulada em face da generalidade. Este elementos inscritos estão agora sob uma significação particular, específica, futuramente compreendida como um passo para a distinção entre as pessoas e a remissão às circunstâncias discursivas como no caso dos demonstrativos. Como bem confirma Lahud (1979), as considerações levantadas pela *Gramática Geral* concedeu variáveis significativas, definiu determinações, tais quais: signos pertencentes às categorias. Concedeu-nos mais, concedeu além da apreensão de pressupostos e as consequências de aplicação (designar/descrever), compreendeu a problemática da dupla significação, modo de significação e significação propriamente dita determinando assim as condições de prevalectimento entre termos, cruciais a noção de dêixis.

Da segunda parte, especialmente, no capítulo II, intitulado *Os dêiticos e a função referencial da linguagem*, Lahud (1979) faz menção aos bons frutos do exame entre as teorias pronominais clássicas. Estes bons frutos, perspectivas, convergências e oposições teóricas entre autores definem a atual noção de dêixis, de certo ao que evoca a semântica. A relação da dêixis junto a significação não afasta a problemática das diferentes definições de signos, não há nela um aspecto de unicidade em face dos estudiosos. Lahud (1979) define, mediante estes variados percursos teóricos, resume-se a apreensão e à precisão do valor entre as noções impressas, por cada autor, sobre o aspecto semântico dos dêiticos. Dos valores obtidos na multiplicidade dos termos como: significação, sentido e designação há um fator comum de vínculo às atitudes possíveis que é a relação junto ao referente.

Não há simetria entre os valores obtidos na distinção e na relação, isto é, a distinção é, de fato, muito bem aceita, diante dos conceitos atuais, enquanto a relação entre conceitos não, isso marca um divisor de águas entre história da filosofia analítica e a linguística moderna. No protagonismo destes apontamentos estão Ferdinand de Saussure com o *Cour de Linguistique Générale* (1972) marcando a linguística em um plano científico-autônomo. A distinção língua e fala concede a perspectiva de língua como um sistema relacional de signos. Na filosofia

analítica, Friedrich Ludwig Gottlob Frege com *Ecrits Logiques et Philosophiques* (1971) contribui à esta arquitetura teórica ao que compete à lógica: a “proposição” e a relação com o “verdadeiro”. Sob este turno, Frege (1971) confronta paralelamente “proposição” e os “nomes próprios”. Em tese, ele percebe os nomes próprios como expressão denotativa de “objeto” que nisto funda-se determinado e singular, uma realidade extralinguística. Resolvemos dizer, apoiados em Lahud (1979), que as noções empreendidas por Saussure e Frege são definitivamente distintas. Em Saussure o significado somente poderá ser emitido por meio de traços distintivos, enquanto o sentido é dado por meio de um sistema combinatório puramente semiótico. Já a lógica em Frege diferencia significado de referência. Neste sentido, a referência dependerá terminantemente da significação ao passo que se funda em face do referente.

A significação institui os modos de apresentação do objeto referido, além mais oferta uma descrição desse mesmo objeto, “ela é uma noção “positiva”, por oposição ao significado “negativo” e “relativo” de Saussure” (LAHUD, 1979, p. 66). Revelamos, aqui, ser apenas de caráter fundamentalmente transitório a evocação feita aos conceitos de Frege (1971). Sua presença nos deixa revelar, sobretudo, a defasagem teoria-explicativa dada entre o pensamento dos lógicos sobre os dêiticos e o conteúdo dos enunciados. O que compreendemos do tema: autorreferência em Frege (1971), é que já por essas concepções já admite a unicidade dos termos em face da enunciação, conceito que nos é fulcral. Para ele, cada termos utilizados na situação de fala pertence a um dado particular e único do falante, e no jogo das representações ao ocorrer do dizer “eu” a consciência coletiva do termo leve o sujeito falante a se reconhecer, fundando, por meio do discurso, na competência linguística, sua própria representação. Há em jogo não somente diferentes possibilidades de representação associadas ao pronome “eu”, como também um acordo dado sobre o sentido deste nome, está é a diferença vista por Frege (1971) face aos dêiticos que, para este filósofo da linguagem, tem um sentido cedido previamente e fornecido na e pela própria língua. Reforçando sobre suas palavras, temos que: “o referente de um dêitico é um lugar vazio que pode ser ocupado por todos os “particulares” capazes de estabelecer com o ato de fala a relação significada pelo dêitico em questão” (LAHUD, 1979, p. 73), e essa passagem implica na determinação exata do objeto singularizado face às circunstâncias discursivas.

A condição sinalizada aqui conflui para a noção de dêiticos “embreantes”, lembrando que: só as circunstâncias discursivas ofertaram os dados sobre “quem está falando” e “m que instante” o “eu” fala. Ser “embreantes” determina que, os dêiticos em sua condição não

liberta/livre, seja um elemento codificado pela língua, concedendo por este fator indicações necessárias para a identificação exata/não ambígua do singular denotado, uma condição real do do a dia. Acha-se espaço nesta discussão, sobretudo, a convidar o filósofo americano John Rogers Searle e sua obra *Speech Acts* (1969). A entendê-lo, em superfície, sobre o que nos tenta essa investigação, diríamos que: na perspectiva desse filósofo da linguagem, para que os elementos referenciais de um enunciado comprem com suas funções é preciso que seja, antes de tudo, elidida toda a ambiguidade do que é falado. É preciso mais, é preciso que o ouvinte/interlocutor possua condições plenas de identificar o objeto, tendo como ponto de partida o enunciado que o insere.

Vale lembrar que a contraposição desta determinação levará, segundo Searle (1969), a sumária substituição deste enunciado cujo presente referência completa. No capítulo III, *Os dêiticos e a ostensão: Da aquisição Linguística*, Lahud (1979) entende que a passagem para outras veredas dependerá, fundamentalmente, das definições/considerações tomadas a partir de então sobre as deixis. A primeiro ponto, a dêixis é tomada como um tipo de objeto ou signo do qual é reduzido à função de amostragem de determinados objetos. Lahud (1979) embasa essa primeira estruturação no linguista Jean Molino (1971)¹³, por sua vez, este entende que a noção de “dêixis” não está associada a nenhuma significação ligada às particularidades do objeto do qual apontam/amostram. Considera-se também que essa concepção/acepção dêitica não remete a noção de uma classe particular de signos partilhados sobre propriedades semânticas, mas, sim, a uma espécie de processo de definição/exposição dos sentidos de signos da língua, objetos do mundo (LAHUD, 1979). Molino (1971) caracteriza a noção de processo dêitico sobre os fatos da língua, contudo não deixa claro maiores informes sobre as particularidades intrínsecas dos signos/objetos envoltos neste mesmo processo. Raciocínios que levam a caracterização/definição de alguns signos e suas respectivas caracterizações semânticas é o que faz desaguar em certos equívocos encontrados na base da tese do filósofo linguista Charles Sanders Peirce.

Neste linguista percebe-se a linguagem matemática contida na natureza dos índices. O que consta de matemática sobre a noção sobre os signos é que, somente por intermédio dos signos é que se poderá obter/estabelecer certa proposição da língua, disposto tanto no mundo ideal/abstrato quanto no sensível/concreto. Para a teoria peirceana, os signos inscritos como

¹³ Molino, Jean. *La connotation*. Linguistique. Paris, P.U.F, 1971.

concreto ou abstrato são designados como signo indicadores. Nesta perspectiva, tais signos designam categorias basilares definidas por ostensão, sob sua perspectiva, a distinção entre o mundo concreto e o abstrato será apenas efetuado mediante a presença dos índices. Sobre este ponto, Lahud (1979) deixa claro que, o caminho de Peirce é afirmativo quanto à definição de signos ostensivos, contudo as características das quais definem os dêiticos jamais poderam serem confundidas com as do processo que concede aos locutores apreensão de seus sentidos. Uma versão bastante particular é a de *Shifters* em Jespersen (1964), particular pois nos envereda sobre uma problemática dos signos ostensivos.

Em definição os *shifters*, em Jespersen (1964) é de termos possuidor de variabilidade, uma variabilidade encontrada na situação posta pela linguagem, vale salientar que: a particularidade empregada por este autor revela/sustenta a própria noção de signos dêiticos encontrada sobre ele. A noção de *shifters* em Jespersen (1964) se amplia/define mediante na remissão às palavras, e ao passo que efetivamente avultam-se significativamente na relação que fazem entre outras palavras funcionam como “antinome-próprio-psicológico” (LAHUD, 1979, p.92). No cerne dessa definição está não só a indissociabilidade dos termos em questão, mas também a associação interdependente e interdeterminada das propriedades semânticas dos signos e o processo de aquisição do sujeito psicológico. Em outras palavras, estes termos são refratários, intermediados por uma definição ostensiva, que por sua vez, são capazes de se associar a diferentes coisas dadas as circunstâncias. A perspectiva encontrada em Jespersen (1964) difere dos demais lógicos e filósofos exatamente pelo caráter psicológico atribuído às dêixis.

O VI capítulo intitulado: *Dêixis e Enunciação: uma problemática do sujeito*, faz-se destaques em torno da primeira bifurcação saussuriana, em face da teoria da linguagem, à oposição língua/fala, objeto real da linguística. A sinalização da linguagem, por Ferdinand Saussure, desenvolve um conglomerado confuso de coisas de perfil heteróclitas em face da linguagem. Vale lembrarmos que é fator comum a todos os percursos em apresentamos, por meio de Michel Lahud (1979), as possibilidades e o fazer da linguagem, façamos ênfase às dêixis. A esquematização feita por Saussure ao signo (significado/significante) traz-nos agora revelações puramente profícuas em torno das teorias pós-saussurianas, o que implica sobre vários aspectos das dêixis, e, sobretudo, do conceito de autorreferência em nossa pesquisa. A distinção de língua e fala revela a distinção, assim a oposição entre acessório e essencial, ou seja, permeia/condiciona a percepção do que é geral/social e o que é essencialmente individual.

As dêixis, e por aí a autorreferência, embora não o linguista genebrino, no *Cour de Linguistique Générale* (1972) não se concentre nisso, está no interior da fala, onde o falante dispõe, individualmente, da utilização dos códigos ofertados pela língua em propósito de exprimir o pensamento. Na seletividade dos estudos da linguagem, uma seletividade que alberga, em Saussure, uma exclusão de toda atividade do sujeito falante na esfera coletiva do linguístico, reserva-nos, hoje, a focalizar a utilização da língua em face deste ato individual que é próprio da enunciação. Perceber a enunciação, assim a autorreferência é oferta da percepção exclusiva de redução de valores, na compreensão da língua como um sistema semiótico fechado e de organização binária e combinatória entre unidades de mesmo nível, caso autorreferência. Segundo Lahud (1979), “A remissão ao sujeito e a situação, a dimensão referencial, em suma todos os fatores pelos quais a linguagem se faz mediadora, “entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas” (p.96), concede e possibilidade de acesso à informação desde a ampla e diversa condição de comunicativa-experimental tanto na singularidade quanto na coletividade dos indivíduos.

Aos moldes saussurianos, segundo Lahud (1979), a referenciação, e assim também incluímos a autorreferenciação, situa-se sob o nível do realizado, na estrutura das relações passivas entre significantes e significados, componente coletivo único datado ante o rol da linguagem. A leitura de Lahud em “A propósito da noção de dêixis” começa, a nosso ponto de vista, por um percurso que o mesmo chama de “Saussurismo”, esta perspectiva é datada junto a presença contributiva de Jespersen, Jakobson e Benveniste, uma associação de alta substancialidade em nossa pesquisa. Substancial ao ponto em que marca a retirada de uma perspectiva psicológica sobre a noção das dêixis, assim metaformando um entendimento semiológico e semântico, ambos propriamente linguísticos, a começar por uma retomada da distinção língua-fala. Mas onde está o lugar das dêixis nos estudos linguísticos? A dêixis é parte de um grande sistema de categoria de signos presente em todas as línguas. E, é na linguística da enunciação que a dêixis, a autorreferência acham seus lugares, pois nelas apresentam-se a presença do sujeito, interior ao enunciado, e a relação locutor e interlocutor através do texto, situam-se na atividade regrada/coletiva da linguagem.

A enunciação, a tomada do locutor por um ato individual, é de si mesma centro de referência do próprio sentido emitido pelos signos da língua. Haverá na perspectiva histórica de Lahud (1979) uma amostragem sincrônica do deslocamento que vai de Saussure à instituição da Linguística da Enunciação. Este processo conflui a uma associação, essencialmente, em

Jakobson e Benveniste, para uma grande série de termos convergentes de pesquisa independentes entre si, mas que antes de tudo passa pelas noções dos “performativos” e a noção de “ato ilocucional”, do filósofo John Langshaw Austin (1962). É importante pensarmos no ponto de partida que faz Austin à teoria da Enunciação ao retomar minuciosamente a instrução de base da distinção performativo-constativo. Este ato de exame de linguagem deságua na classificação dos atos como: locucionais, ilocucionais e perlocucionais. Todos estes atos têm em seu cerne o pressuposto de apropriação, posto que “dizer já é por si próprio um ato” (LAHUD, 1979, p. 102).

Em definição, o “locucional” implica no simples ato da produção de fonemas, combinações sintagmáticas de morfemas regidos pelas leis sintáticas da língua em questão. Este processo, ao final, confluirá à produção semântica imputando a estas formas um sentido e uma referência determinada pela linguagem. O “ilocucional” está, já subentendido o processo de apropriação das formas “locucional”, pautado no ato de o falante autoefetua-se produzindo um enunciado em condições comunicativas específicas, e sobre estas condições propor certas intenções. Por sua vez, o “perlocutivo” é considerado, mediante os já apresentados, ato puramente linguístico, tendo em vista o falante considerar a própria fala como seu instrumento de realização nas interlocuções. Devemos observar que: neste plano, considera-se a causa do exercício instrumental, melhor, o motivo pelo qual é produzido, realizado, provocado. É sobre o efeito da utilização da linguagem que falamos. A certa maneira, por transcender o quadro do próprio discurso intervindo através de leis e mecanismos, gerando assim fenômenos como: persuasão, arrebatamento, convencimento, tenha-se nesse estilo de dizer uma fissura extraordinariamente linguística entre o enunciador da fala e o sujeito do discurso.

Tecnicamente, é na distinção locucional/ilocucional que se obtém a definição/determinação significativa do par performativo/constativo. O ato “locucional” e “ilocucional” prostram-se sob mesmo nível, uma vez que, ambos escrevem por meio da apropriação e da autorreferência, ou seja, referenciar-se é também autorreferenciar-se. Em um paralelo, a locução em Austin está para a apropriação dos aspectos formais da língua na comunicação, enquanto o ilocução está na inscrição discursiva do falante na subjetividade, na adesão do sujeito. A leitura de Benveniste sobre a Teoria da Enunciação, por Lahud (1979), em destaque destes percursos mostrados está na dedicação à subjetividade na linguagem que desemboca fundamentalmente na sua teoria dos pronomes, precisamente na definição da categoria de pessoa.

Nos estudos desenvolvidos sob a chamada pessoa verbal, Benveniste (artigo de 1946) define “eu” como elemento crucial da relação “eu-tu”. Neste instante temos em tela a relação de pessoalidade. Neste aspecto, o “tu” é instaurado por “eu” que o transcende sendo assim “tu” a única realidade comunicativa de “eu”, a única pessoa mensurável/possível. Mensurar o outro é delimitá-lo a partir de si mesmo, o que quer dizer que o próprio ato de instituição do outro é índice de instituição de si próprio nas relações intercomunicativas. O “eu” é a própria marca de subjetividade, “tu” é a pessoa “não-eu”. Em face da pessoa não-subjetiva, o “eu” institui por si mesmo na estrutura das pessoas verbais a correlação de subjetividade. A distribuição destas pessoas em um plano não-uniforme demonstra, sobretudo, a realidade entre os sujeitos, de certa forma, oriunda das funções distintas dentro da própria linguagem. O aspecto linguístico, nesta perspectiva, é a porta de entrada à autorreferência e a referência dos locutores, ou seja, é princípio de autocolocarem-se no instante e pelo instante em que utilizam as pessoas “eu/tu” ao passo que são sujeitos de seus próprios discursos, sem deixar de lado a contribuição da não-pessoa para a realização das disparidades semânticas. Sinalizamos que estas disparidades releva a separação entre “eu/tu” de (ele), seja inidicial, subjetiva, enunciativa, simbólica, cognitiva objetiva.

O soberania do “eu” coloca-se diante da realidade que delibera na relação/oposição “eu/tu”. Essa relação remete ao tipo de realidade em que os falantes estão (os signos) submetidos. Os “demonstrativos” também são autorreferenciais em “eu”, a partir da ostensão à instância de discurso, assim também o “tempo verbal”, por configurar o tempo do discurso, põe-se em um processo autorreferente dado pelo tempo presente. Lahud (1979) sintetiza a diferenciação à teoria enunciativa de Benveniste em relação à contribuição de outros linguistas, a exemplo Jakobson e a descrição efetiva dos *embrayeurs* bem mais próximo do modelo “constativo” austiniano. Assim, para Benveniste, os dêiticos não são, por definição, uma classe de signos empregados convenientemente sem referência ao emprego, pelo locutor. O papel dos dêiticos, sobretudo, é deliberar/permitir ao locutor, precisamente no momento em que o enuncia, instaurar relações entre o enunciado e seu próprio dizer. Sob nossa voz, é possível pensarmos aqui no emprego do “eu”, no tocante à autorreferência, pois sendo o “eu” centro de coordenadas referenciativas de si próprio, e com constantes remissões à presente instância de discurso, que a este ponto já o contém, é também dêitico de si mesmo.

13.4 As possibilidades da língua: do “eu” locutor ao “eu” persona.

Toda nossa investigação, inscrita na teoria benvenistiana, se baseia no firme fundamento da enunciação. Esta afirmação implica a dizer que: nossa pesquisa tem seu efeito extraordinário na justa ação/ato do locutor em apropriar-se do sistema da língua, sendo assim referido, referindo-se e autorreferenciando-se por meio deste mesmo sistema dominado por signos. Nosso objeto de pesquisa está interseccionado entre o *ego* e uma noção lexical. Nesta intersecção percebe-se, por meio do corpus literário, a surpreendente diferença entre ambos conceitos. Estes conceitos revelam de um lado diferenças formais, sintático ou morfológico, doutro o próprio processo concedido pelo ato de enunciação, de caráter geral e profundo.

Na literatura, o gênero narrativo funda o “eu” persona, semióticamente, no plano pragmático, por meio dos signos, enquanto a noção de *ego* revela, semanticamente, no plano do sentido, a idealização, o sujeito, o discurso. A autorreferência manifesta, para além da autorreemissão do “eu” à sua instância de discurso, a intersecção, o produto dentre o “eu”, noção lexical, e o *ego*, e para esta pesquisa, revela um pouco mais quando percebe o engendramento do aspecto fantástico sobre o real, contando também com a unicidade a cada incidência sua. Outro fator interessante encontra-se na “realidade de discurso” dada/imputada ao “eu” singularizado. Por ser identificado somente na instância de discurso que o contém, o “eu” fantástico, a cada remissão, cria uma espécie de esfera de apropriação, por meio da língua, que o situa/funda/transcende a conviver com o real semelhantemente.

Neste interim desenvolve-se uma inter-relação entre o autor-leitor-personagem, o autor ressignifica-se/reconfigura-se constantemente sob seu percurso criativo; o leitor submerge/recria transcendendo à criação ou às paredes textuais, enquanto a personagem emancipa-se do conceito de criatura, tendo em vista a unicidade da instância de discurso, a singularidade do fato/instante enunciativo e a realidade de discurso. Outro fator crucial encontra-se na alocação. A autorreferência instaura na relação “eu-tu” à categoria de linguagem relacionada, por sua vez, à posição na linguagem. Na literatura, a reemissão do “eu” fantástico à própria instância de discurso imprime uma série de indicadores singulares, classes de palavras diversas, como: advérbios, locuções adverbiais e pronomes, palavras manifestadas paralelas ao real, submetidas à língua, ao plano das formas e suas aptidões combinatórias, porém incisivas numa pragmática ficcional. É importante sinalizar que, outros fundamentos presentes à instância de discurso de “eu” também possuem na o caractere autorreferencial, como tempo e espaço. Estes elementos, podendo serem vistos como “segunda ordem”, são autorreferenciais,

pois remetem ao presente instante, e, sobretudo, unicamente ao momento em que a “pessoa” diz “eu”.

Com base em suas respectivas naturezas, estes componentes de “eu” delegam o reconhecimento/identificação, por meio de demonstrativos, assim o referente é localizado no espaço/tempo. Não sendo estes “demonstrativos” termos autorreferentes, pois imprimem outra relação entre as pessoas “eu-tu”, representam índices, além das remissões às coordenadas espaçotemporais aos demais dêíticos. Em síntese, tanto o espaço quanto o tempo concedem coordenadas em face dos demais dêíticos, contudo são dependentes de “eu”. Este tripé autorreferencial de: eu – espaço – tempo, em sua unicidade, configuram a capacidade das personagens de se auto erguerem-se em face do fantástico literário. O fazer literário projeta-se/desenvolve-se sobre o processo da relação dos indicadores de pessoa, tempo e lugar e a instância única que os faz existir. Neste processo, a língua emprega uma cadeia de elementos particulares correspondentes, por sua vez, aos primeiros, e que através da instância de discurso chega aos objetos reais, tempos e lugares históricos (BENVENISTE, 2005).

As correlações do “eu” personagem com o “eu” persona, tempo e espaços imagéticos ganham caracteres que, aceitos pelo língua revelam, ou podem revelar uma realidade verossímil/dissociada/dissociativa, única e particularizada tanto para cada personagem e a persona que assume no instante enunciativo, quanto para seu estado no tempo, incluindo também a cor local. É na passagem, ou progresso, por exemplo, de “eu” enunciando “ele”, assim aqui/lá, agora/então, hoje/mesmo dia, ontem/na véspera, amanhã/no dia seguinte, na próxima semana/semanas seguinte, três dias/três dias antes que podemos depreender a profundidade de “eu” entre os planos. O sujeito que fala é impresso, mediante estes grupos de expressões, e referencialmente instaurado/implementado na natureza da enunciado narrativo. O enunciado narrativo-fantástico detém sobre a existência de si mesmo o “eu”, possui garantias por meio da condição/capacidade de significação própria.

É aqui que se encontra a oposição de “eu” em relação aos outros signos da língua, melhor dizendo, é pela significação única da autoenunciação de “eu”, posição não-objetiva, que se obtém valor de oposições objetivas no espaço/tempo, instâncias de “ele”. A unicidade enunciativa das personagens em face do instante enunciativo, isso revela a apropriação e manipulação integral do sistema da língua, inaugura sobre o “eu” persona, a pessoa imersa em signos fantasticamente particularizados/singularizantes, a garantia do próprio emprego de “eu”. A importância, a potência da utilização pronominal de “eu”, na literatura, resolver-se-á

senão na comunicação/relação intersubjetiva entre as personas fantásticas, um problema datado na linguagem como revelado por Benveniste (2005).

Os signos vazios servem de porta de entrada à instituição de planos de realidade dentro do texto narrativo. Ao passo que tornam-se plenos, estes signos propõe a materialização da persona em “eu” (a personagem de ficção) e se inscreve sob a enunciação, assim sob o enunciado, onde jaz a instância do dizer de “eu”. A aparição de uma persona “eu”, em a personagem de ficção, se dá na instituição de realidade, passagem do signo vazio ao pleno. A instância de discurso é o coração da autorreferencia, e é coração também das possibilidades recaídas sobre o fantástico do “eu” persona da literatura. De certa maneira, este simulacro de realidade, a literatura de ficção, sofre um tipo de alteração no emprego dos pronomes em face de seu “estado de conversão”. Este “estado de conversão” é revelado por um tipo de fissura ontológica causada pela “realidade símile” proveniente da língua, e sendo assim, essa revelação certifica as garantias de geração/produção, sustento e manutenências do teor fantástico/extraordinário impostos na passagem linguagem – discurso.

O enunciado de “eu” evoca, contando com a apropriação única que a personagem na posição de locutor faz de “eu”, a extrassingularidade da personagem, agora sujeito convertido pelo discurso. É no discurso, e pelos aspectos linguísticos-semânticos contidos nele, que o leitor participa/interage/adere de uma zona de intersecção/diálogo entre sujeitos (sujeito personagem-sujeito leitor), uma zona constituída de signos compartilhados mútuo e simultaneamente. A instituição da língua traz para linguagem um “eu”, um signo único, móvel que, por sua vez, permite à literatura ficcional/à cena seu próprio compartilhamento, o repasse de si mesmo no todo da obra. De outra forma, o “eu” sendo móvel e único, na literatura de ficção, provoca uma séria permanência e potência tanto da personagem principal e sua sina, um baluarte da disseminação de ação e ideologia, quanto do tema central e seus diversos desdobramentos.

Nesse sentido, a realidade de discurso prostrada no instante enunciativo de cada senhor de seu dizer utilizando-se despojadamente deste “eu” projeta-se sobre a realidade integral da obra, tendo em vista a cadência, o enredo, a direção. Este é um fato que combina, intersecciona e relaciona cada enunciado, cada cena, cada episódio materializado na obra ao tema de centro. As personagens de ficção estabelecem na totalidade da obra um aspecto participativo, predestinado, esculpidas sobre as zonas limítrofes do gênero literário (narrativo), e é a enunciação que garante, primeiramente pela apropriação do eu, a elas a liberdade sob as amarras. Diferentemente do mundo real que tem, sobre a intersubjetividade, o reverso

incontestável dos falantes e a natureza dos eventos inesperados, mensurados, contudo não racionalizados, enquadrados como na narrativa de ficção. O que cintila aqui é perceber que é a propriedade que funda o discurso individual, a personagem assim assume seu papel de “eu” sobre a obra e a persona sobre a linguagem inteira (BENVENISTE, 2005).

Essa apropriação da linguagem como sistema de signos deságua sobre o plano da instância de discurso, personalizada em face de um sistema de referências internas, na qual a essência é o “eu”. A entrada/participação das personagens, neste fazer da linguagem que é a literatura, é definida pela particular construção linguística de que lhe é conveniente enquanto locutor. O caráter sistemático da linguagem concede a propagação deste “eu” em sua própria instância de discurso, assim também, a completar, estão as instâncias de “ele” para a inteligibilidade/a racionalização do fantástico. É importante frisarmos sobre as intersecções entre as instâncias de “eu” e de “ele”, como também a solidariedade da forma verbal à instância individual de discurso na qual a personagem define e redefine sua situação, sua posição, seu desdobramento no tempo fantástico.

Defendemos a tese de sobressalto do “eu” das personagens na base do conceito de plano duplo. Um plano bipartido do qual é disposto o enunciado finito pessoal, que sobre um deles revela a função denominativa da linguagem para as referências dos objetos do qual ela (a linguagem) torna-os particulares/privativos. Já noutra, trata-os organizadamente sob a presença de indicadores autorreferenciais, como o tempo e o espaço em toda a produção literária, um outro objeto do fazer da linguagem. Este fazer da linguagem reúne em sua grande totalidade, assim como a narrativa de ficção, o exercício de oposição entre as instâncias pessoais e as instâncias não-pessoais, que manifestam situações objetivas.

A linguagem literária apresenta em sua natureza, a revelar o máximo potencial da primeira pessoa, sua fundação sob o membro não marcado da correlação de pessoa. A não-pessoa em detrimento da primeira pessoa, em produções literárias, publica a única maneira enunciativa de demonstrar as instâncias de discursos que não propriamente as remetam, ou seja, é por ela que se produz estilo do autor, as figuras da persona, a tessitura e, sobretudo, a cor local. A presença dela na literatura predica fantásticamente o processo paradigmático dos três termos, então: “*não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva” (BENVENISTE, 2005, p. 282, grifos do autor).

13.5 A personagem, o locutor e o alocutado (Da enunciação ao enunciado narrativo).

Na literatura observamos, linguisticamente, de um lado: um “eu” formado no emprego das formas. Um “eu” espreado sob um conjunto de regras, fixado a certas condições sintáticas, que arrola na natureza de seu paradigma escolhas possíveis. O *ego*, desfrutando deste “eu” signo linguístico, apropria-se do emprego da forma e por ele articula regras de formação que, *al fine*, funda-se por correlações morfológicas e latitudes combinatórias sobre os signos, essencialmente, fora de “eu”.

É válido pesarmos que: nosso foco, enquanto validar o valor da autorreferência nos fatos linguísticos, e além mais, validar a autorreferência na vivências do mundo fantástico, é o emprego da língua, é observar sobre a linguagem o fazer literário. Nessa perspectiva, ou neste percurso do emprego da língua encontramos como letra capital o “ato individual”, que é apropriação do locutor sobre a língua, e sobre a própria língua (BENVENISTE, 2005). Sobre a teoria da Enunciação, entendemos que relação do locutor com a língua determina o caráter linguístico da enunciação, assim resolvemos que: por ser representado graficamente: observar os conceitos de referência e autorreferência em literatura narrativa descobre não somente o aspecto linguístico, mas também o estilo do autor, e, sobretudo, a representação de signos distintos à vivência enunciativa das personagens. O enredo, cadência de fatos, nada mais nos revela senão, por extenso, as situações de produção de cada personagem.

A representação da enunciação por meio do fazer literário demonstra a mais profunda necessidade de pressuposição da língua em discurso, ou seja, a conversão da emissão da palavra em emissão de sentido/expressão. Como bem salientou Benveniste: “é a semantização da língua que está no centro desse aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e a análise da significância” (2005, p. 83), implica a pesarmos que: o texto narrativo assume lugar expressivo para a observação/experimentação enunciativa, um possível baluarte ao quadro formal da própria realização, a realização da enunciação vista no prisma de uma metaenunciação. O ato individual imprime a autoinserção do locutor na enunciação, segundo a existência de uma instância de discurso do qual este será sempre centro de coordenadas. Este “ato individual” de que tanto sinalizamos, desencadeia em sua natureza dois pontos importante: o imediatismo de implantação do outro e a suscitação de resposta.

A literatura, divulga sobre o paralelismo do real, a fantástica implantação do “eu”, e mais a expressão de relação com o mundo. Toda à necessidade de existência, à mobilização do elementos da língua, vista sobre o plano ficcional ou sobre o real, é dada/ofertada pelo discurso.

Imbuído deste contexto de mobilização dos signos da língua, da autoinstituição do outro e da necessidade da relação com o mundo por meio da expressão, está a reversibilidade comunicativa.

A referência é centro de todo fazer enunciativo, em mesma medida, autorreferência que imputa a autorremissão do “eu” em sua própria instância de discurso, coloca sobre este mesmo a responsabilidade de ser centro de referência interna e relação constante do locutor com a enunciação. Determinados sobre estes princípios, os paramentos de existência da narrativa de ficção, o que deságua na enunciação puramente dita das personagens, fixam-se sobre a temporalidade, outro componente autorreferente. Diferente da fala no curso da realidade, o espaço ficcional permite ver, através de prisma, a presença/experimentação de indivíduos linguísticos, conceitos/seres nascidos da enunciação. Os “indivíduos linguísticos” são para a teoria da enunciação: pronomes pessoais, demonstrativos, formas que se atualizam e enviam sempre e somente indivíduos.

No interesse da visão linguística de emprego da língua, entre semantização e enunciação, estes indivíduos são formas que vagueiam na narrativa sobre o plano linguístico materializando coisas, pessoas e lugares renovando-se sempre, revelando sempre a eterna continuidade da existência dos “eus” tanto da natureza poética, com o “eu” lírico, quanto da prosa de ficção, a personagem. Em destaque a narrativa e ao fator autorreferencial, o tempo presente é o centro de toda temporalidade, assim como no mundo real, a temporalidade é coexistente à enunciação e fenômeno mantenedor de si mesmo. O discurso, dentro da perspectivas enunciativas, é o agora do mundo do locutor, ou seja, do “eu”. Exemplo contundente disso é a ciência de que ocorre um tipo de autoatualização de tempo no instante enunciativo, essa é a renovação da produção do discurso, perspectiva e perpetuação do “eu” em literatura. É nela, literalmente o presente sempre contínuo, sentimental e coextensivo de “eu”. A temporalidade, no rol narrativo, delibera a racional avaliação/percepção e deslocamento do tempo quando se permite equacionar o que é presente e o que não é presente.

Em tese, tanto o jogo da autorreferência de “eu” apossando pelo o locutor, assim pelo sujeito no discurso quanto o jogo da autorreferência na temporalidade, em que apresenta o presente todo tempo e cada vez único acompanhado da enunciação corroboram para a presença de signos particulares na narrativa. Corrobora ainda mais, desenvolve e manutene a metalinguística dos nomes, enquanto fenômeno de significação, dentro da narrativa fantástica, da linguagem literária. Este fantástico fenômeno e essa criação de signos particulares, que a

literatura acultura-os para si, tem, possivelmente, princípio na influência que o locutor domina e o sujeito idealiza sobre o comportamento do alocado, que por sua vez, é este um locutor/sujeito em potencial. Este sucesso é admitido e erigido pelo “aparelho de funções”, essas são as condições imprescindíveis das amplas funções sintáticas, disposto pela natureza da representação da escrita e que o “eu” persona se faz carne na produção literária.

Este “aparelho de funções” do qual fazemos menção é, de certo, fundamento da relação discursiva com o parceiro, (BENVENISTE, 2006). Estamos frente a um conceito que delibera outro elementar em mesma medida, “o quadro figurativo”. Este conceito, oriundo essencialmente da relação discursiva entre sujeitos, põe em tela duas figuras necessárias, uma para a origem outra para final da enunciação. Estas “figuras” representam porta de entrada do “eu” para com o domínio de ser “eu” e sua reversibilidade (o protagonismo enunciativo). Ao se definir sobre o instante de enunciação, define-se conjuntamente estas “figuras”, dadas à estrutura do diálogo. Trazer à tona a construção, desenvolvimento e manipulação de “eu” sobre seu instituído/substituto, quer seja pela forma de alocutado, pela enunciação, quer seja pelo outro sujeito, quando pelo discurso, leva-nos a profunda discussão vista nas análises desta investigação. Esta profunda discussão revela aspectos extraordinários da literatura de ficção, exemplo: monólogos, memórias e indagações. Estes elementos fundamentais ao gênero partem de um pressuposto localizado na linguagem interior das personagens, que a escrita representa. O “eu”, segundo este aspecto, o “eu” ouvinte é sobreposto do “eu” locutor, reverso do próprio “eu”. Nesta perspectiva, ocorre, essencialmente nos actantes de ficção, a divisão do *ego* em dois. Esta divisão leva à tomada de “eu” em dois papéis: figurações e transposições psicodramáticas que deliberam os conflitos do “eu” inscrito, o “eu” personagem, assim como de sua consciência.

É interessante sinalizarmos estudos especializados na relação enunciado e enunciação no campo da estrutura narrativa, como *Semântica Estrutural*, de A.J. Greimas (1973). Nesta obra sinaliza-se possibilidades outras para com a materialização do enunciado e da enunciação na literatura, assim vistos como um fenômeno difundido no entremeio de duas concepções, dadas por: unívoca e (bi)unívoca. Em narrativa literária, por tratar-se de ser simulacro da realidade, associa-se o aspecto unívoco à *performance* narrativo-estrutural. Esta concede o entendimento, de maneira geral, à teoria da ação projetada pela enunciação das personagens (GREMIAS e COURTÈS, 1979). E, a segunda, (bi)unívoca, relaciona-se à percepção do domínio semiótico que permite, por meio da *catálise*, a restauração dos atos geradores de

enunciados. Em síntese, a *catálise* sinalizada aqui, se trata da elucidação originada do vínculo de pressuposição que os elementos manifestam, e detém dentro do discurso, mediante os discursos já inclusos/implícitos dos constituintes mantidos elípticos, os diferentes níveis de articulação discursiva. Observa-se que por via de marcas na enunciação, pode-se restabelecer o ato enunciativo. Esta articulação discursiva, também vista como “o movimento de linguagem” é depreendida por FIORIN (2010)¹⁴, que a pontua, entre outras competências, esta como “competência discursiva”. Esta, por sua vez, como um conjunto/esfera que engloba outras tantas, envolve a competência narrativa, que poderia nos reservar, em face de uma análise estrutural semântica, maiores considerações. A competência narrativa faz relação às modificações/transformações de estado presente no todo do texto, além de sua combinação em pontos de disposições canônicas, a certa maneira, universais. A competência narrativa é a competência discursiva precisamente dita, pois respeita/comporta de um lado: à tematização e à figurativização, doutro, à actorialização, temporalização, a argumentação (efeitos de realidade/efeitos de sentido) e a espacialização. De volta à autorreferênciação no universo enunciativo,...

14 FIORIN, José Luiz. **As Astúcias da Enunciação: As categorias de Pessoa, Espaço e Tempo**. Ed. Ática, São Paulo-SP, 2010.

14 ANÁLISE

14.1 A autorreferência como elemento de construção da personagem.

A enunciação escrita permite, por meio da língua, a observação dos caracteres de subjetividade, como os indicadores: tempo, espaço, pessoa, e também a verificação metaenunciativa através da análise da forma e do conteúdo (semiótica/semântica). Sabemos que, pela teoria benvenistiana, a autorreferência é a remissão do “eu” locutor à presente instância de discurso de si mesmo, mas como o conceito de autorreferência pode ser revelado, e que tipo de constituição pode ser entendida por meio do plano literário? Antes de tudo, jamais se poderá pensar nestes tipos de abordagem fora do ato enunciativo. A enunciação em seu firmamento é fundada pelo ato voluntário do locutor em situação de apropriação da língua, seja pela enunciação enunciada seja pelo enunciado enunciado, caso imputado em razões às personagens. A presença das categorias linguísticas concede condição de existência do universo ficcional, e também problematização e potencialização e manutenências deste mesmo mundo, visando a personagem como centro de coordenadas.

14.2 Os signos no rol literário

Esse processo traz consigo os índices referências sobre os quais Benveniste discutiu nos textos voltados à noção de pessoa e não pessoa. Por sua vez, a soberania da língua, nesta perspectiva referencial, está justamente na relação de seu sistema com outros sistemas semiológicos, determinando seu próprio estatuto. Em tese, entre o sistema e o signo, a língua regênciava uma relação dissimétrica entre os demais sistemas de signos, que são processualmente interpretados. Estes signos dos quais relatamos dependência à língua são signos forjados na sociedade. Vale ressaltar que, os signos interpretados projetam conjunturalmente à língua, no entanto não subordinam sob nenhuma hipótese os signos linguísticos. De volta a soberania da língua à tributo da referência: é ela o único modelo de sistema constituído por uma dupla articulação, semiótico (estrutura formal) e semântico (uso, compreensão). Mas, onde de fato está a referência mediante o engendramento destes planos? Está na manifestação enunciativa própria de um determinado locutor que convida à contribuição de uma dada circunstância, a conversão da língua em discurso, movimentando a língua em sua totalidade. A referência está no modo semântico de significar, então: dirigir-se pela enunciação implica sempre ao dirigir-

se a algo/alguém. Estamos ultrapassando as antigas noções vistas por Benveniste (artigos anteriores a década de 60 do século XX) que instituíam a referência em dois planos de referência, determinados à realidades distintas: a subjetiva (discurso) e a objetiva (fatos do mundo). A referência que pregamos reformula-se e desenvolve-se em face de oposições, como: pessoa e não pessoa, assim também discurso e narrativa histórica. Como dito dantes, a impetração do modo semântico no “significar” supera antigas antinomias.

A anterior defesa dessas distintas realidades levou a uma possível instabilidade no modo de significação, em principal para os signos referentes à não-pessoa, não-dêiticos, ainda que atualizados no exercício da língua. Exemplo claro está em *A natureza dos Pronomes* (1956), pondo em contraposição a noção referencial de realidade vista pelo uso cognitivo da língua/sistema da língua (signos plenos), ofertados pela não pessoa, e índices pessoais (indicadores). Em resumo a referência se concede, nesta perspectiva geratriz, em oposição da “realidade constante e objetiva” e da “realidade autoconcebida de termos dependentes da instância de discurso”. Da oposição discurso e enunciação histórica, o artigo *As relações de tempo no verbo francês* (1959) aponta relevantemente a instabilidade de referenciação para a noção exclusiva de referenciação apenas por autorreferenciação, ou seja, apenas enunciados firmados enunciativamente pela pessoa “eu” constitui-se discurso, contrário a este fundamento, a autorreferenciação estaria então lotada entre oposições insustentáveis, já que se percebe o comprometimento da concepção de signo, tão logo da realidade. Sobre outras coisas, aqui está um caso desafiador de nossa pesquisa, pois neste íterim a narrativa impessoal, como o caso de certas narrativas literárias, ausente da ação do narrador, deixaria de ser configurada enquanto discurso.

A oposição em detrimento da referenciação, decorre, assim, de uma não-oposição tendo em vista não haver presença de um falante, de uma pessoa. Em síntese, a questão da referência foi, a certa forma, objeto de discussão desde os filósofos gregos até os filósofos lógicos. Em face destes últimos, a referência tinha como base o extralinguístico. Roman Jakobson (1976) faz levante a este tema e rompe antigos princípios, relacionando, agora, referência ao evento da fala. Benveniste também percebe a referência ligada ao evento da enunciação. Em sua percepção à referência, Benveniste aborda assuntos como intersubjetividade, subjetividade, a atividade do locutor na relação com um parceiro, quadro figurativo da enunciação. Doravante, perceberemos que a experimentação e teorização da referência e autorreferência operar-se-á em face do texto literário, especificamente na narrativa de romance: *O quarto fechado de Lya Luft* (2004).

14.3 Referência e autorreferência por uma perspectiva enunciativa.

A distinção entre os dois planos (semântico/semiótico) configura, em tese, uma série métodos e conceitos distintos. Estes conceitos, por serem interdependentes para o fazer da comunicação, além desse teor específico, corroboram à intersecção do corpus junto ao objeto, assim também para com a autorreferênciação. Ainda sobre estes planos, a presença imprescindível do ato enunciativo e de suas particularidades, como a subjetividade tomada pelo locutor no instante de fala dispõe uma nova concepção, na teoria benvenistiana, de signo. É na presença do artigo *Aparelho formal da enunciação* (1970) que passa a ser provável o não isolamento dos dois planos em tributo à referência, vale observar, neste contexto, o novo estatuto permitido ao discurso e a própria enunciação (CARDOSO, 2003). A enunciação, em contrapartida a tese de duas concepções distintas de referência, instaura a alocação, que ab-rogar/revoga a oposição entre a pessoa e a não pessoa e entre o discurso e a narrativa histórica.

Não há referência fora da enunciação! Por ato particular, o locutor apropria-se da língua, e ao enunciar converte-a em discurso. A enunciação é determinação da referenciário/autorreferenciação, que, por sua vez, é determinação à possibilidade de o locutor correferir-se identicamente. A referência determina-se, funda-se sob a língua, locutor (apropriado sob a instância de discurso), interlocutor, o ato mesmo de enunciar e o discurso, resultado do exercício. A referência tem, na instância de discurso, centro interno a partir da presença de “eu”, que no pleno exercício, se autorreferência sempre e tão somente ao bel-prazer. O referente, que na linguística saussuriana não acha espaço na estrutura da língua, passa a ser elemento fundamental ao funcionamento através da língua-discurso.

O lugar do referente está para o enunciador como objeto reservado, que por meio da palavra, semioticamente impressa, é convidada a corresponder de modo concreto, semanticamente a circunstância de uso. A palavra é a unidade do plano semântico, ou seja, da referência pela enunciação. E sobre o tão falado discurso em que a pessoa “eu” se apropria por um ato, a certa maneira, voluntário, com base no plano semântico que inclui o pragmático, convoca-se a pessoa subjetiva “tu”, assim também como a situação do evocador no mundo.

O discurso define-se por uma relação de intersecção entre a organização dos signos pelo semiótico, havendo conceito em cada uma de suas conotações, sendo

fundamento à manutenção do semântico. Enquanto o “eu” se refere no mundo, simultaneamente, o discurso desenvolve através do regulamento/razão semiótica uma semântica particular, especialmente sua, cheia de direcionamento, intensões entorno do processo sintagmal das palavras. Neste sistema, a palavra reserva um valor partitivo do valor que admite enquanto signo contido no sistema semiótico. Vale-nos lembrar da necessária e imanente relação que Benveniste evoca em face do signo linguístico, para obtenção do exercício supracitado.

A relação referência/autorreferência é garantida pelo deslocamento feito da mutabilidade e imutabilidade, teoria saussuriana que determina a relação significante/significado, seguindo subsequentemente para a relação de determinação signo/objeto. Sendo a língua uma parte estipulada da linguagem, é, sobretudo, paradoxalmente parte elementar dela. Para Saussure (2012) a referência e autorreferência determina-se, a certo modo, a perspectiva de ser: “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (p.41). A incapacidade dos indivíduos na modificação a qualquer signo da língua garante a estabilidade/intelecção da comunicação, ou seja, da referenciação. Em mesma partida, em Benveniste (2005) podemos perceber que a referência e autorreferência estende-se/transporta-se da forma: materializada pelos índices de pessoa e da não-pessoa mediados pela locução e interlocução (princípio estrutural) para o exercício da língua discurso onde se compreende a subjetividade e a intersubjetividade dos sujeitos. Neste ínterim, imutabilidade e mutabilidade ganha espaço/aloca-se no que se pode considerar de estímulo objetivo da designação, tendo em vista ser este estímulo disposto aos mais inúmeros fatores históricos (BENVENISTE, 2005). Segundo Saussure (2012) é nos fatores históricos que se explica os aspectos imutáveis da língua, a variabilidade dos elementos da língua é sugerida, regida, e supervisionada pela própria língua. O aspecto extraordinário do fazer da literário está justamente e paradoxalmente entre os dados do mundo real e fantástico, que por sua vez, está no próprio processo de representação da linguagem. Manifesta-se, de maneira precisa, na gênese das funções conceituais e abstratas do enunciador em face de sua própria realidade. Uma realidade, que por este distinto processo, prostra-se difusa, abundante em sentido tanto pelo aspecto polissêmico quanto pelo homonímico de sua essencial conjuntura simbólica, enquanto personagens que projetam a realidade do mundo e dos homens.

A simbologia dos elementos em tela do “eu”, convoca-o a experimentar uma realidade transitória entre mundos (fantasia/realidade) no processo que cumpre o poder racionalizante do espírito harmonizador contextual à obra. A autorreferência leva a prestação de um pensamento coletivo (ideologia), sobretudo, singular que delega sérias possibilidades de construções representativas das coisas, além de operar representativamente sobre suas próprias representações dentro de uma “racionalização” coletiva. O que compreendemos aqui é a relação do signo com a realidade fantástica, esta relação admite alterações na significação no plano semântico, sendo vedada a modificação da língua enquanto forma. Todo o fantástico, toda enunciação por produção literária limita-se sob os moldes da língua, neste passo, preserva-se por vínculos plenos, completos tanto pelos significados/significantes quanto pelos valores incessantes das oposições. A relação dos signos com a realidade é conferida somente e exclusivamente à língua enquanto exercício praticado entre as pessoas do discurso, sendo “eu” sempre o centro em cada instância de referência.

14.4 A referência e autorreferência tomadas como efeitos do ato enunciativo combinadas sob os planos semiótico e semântico da língua.

A palavra é a unidade do semântico. É porta para a referência e autorreferência, como enfatizado dantes. O signo, por sua vez, como unidade do semiótico é, na teoria benvenistiana, a representação. Melhor dizendo, o signo está, de certa forma, enquanto elemento, intrinsecamente ligado ao plano semântico com finalidade à referência pela enunciação. Sob a perspectiva da forma, a língua é um dos principais sistemas semiótico e semiológico, engendra e interpreta outros sistemas. Reiteramos que, signo, neste contexto, é um representante linguístico determinante sobre as ideias. Em função, ele convoca a presença da coisa, representando sobre ela a própria substituição. É o signo a representação do real, sendo sua significação, uma zona limite, o aspecto identitário entre os signos em rotação, ou seja, entre a movimentação/relação no seio literário. Sistemáticamente, a significância de um signo possibilita a inter-relação/compartimentação às plataformas complexas, dadas pelas unidades de significação, processo de sintagmatização.

A presença da significação no signo leva-o, por designar, à concepção do referente, termo contido à solução da equação à referência. Essa designação/percepção de representação, imputada por Saussure e adotada por Benveniste ao signo, é garantidora

da transformação/simbolização, pela faculdade da linguagem, o que em outrora tomaremos como aspectos da tessitura literária. Uma tessitura tomada pela referência e autorreferência das personagens, enquanto locutores, assim também da particular subjetividade postada em seus discursos. A subjetividade é porta principal à simbolização/dissociação das palavras usadas no romance, tanto em um aspecto plural, racionalizada a uma ideologia, quanto para o aspecto singular, que leva à particularização/habilitação da personagem à obra, a cena, ao acontecimento. A questão da simbolização tem destaque no artigo Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística (1963). Prioristicamente, sob a perspectiva da função, assim sendo vedado forma/estrutura, a obra, sentido general, se desvela sob reprodução/desenvolvimento o universo fantástico. Este mesmo universo fantástico, por sua vez, deleita-se nas representações da linguagem, o que de certa forma, nos atesta uma espécie de submissão do mundo real em face do mundo fantástico mediante o fazer da linguagem. A partir disso, ou sob essas condições, a emancipação literária se mantém ávida por meio de sua própria organização/estruturção, ou seja, pela interdependência de seus personagens em cada instante enunciativo.

Cada personagem em seu instante enunciativo, por viés da própria subjetividade, cria, desenvolve, descontrói, interpreta e reinterpreta acontecimentos, situações nas quais nomeia e renomeia o próprio objeto juntamente com o espaço-tempo. À luz benvenistiana, estes personagens, a partir do “eu” centro de referência, constituem um novo sob os moldes dos referentes imanentes da linguagem. A referência, conseqüentemente, a própria autorreferência, sob esta perspectiva funcionalista, acha seu aspecto veríssimo no social/cultural, indissociável na realidade, ou seja no exercício de sua representação. A linguagem/discurso é a realidade e a reprodução de si mesma! Cada exercício de linguagem, interlocução promove uma representação específica, ajustada ao locutor, a razão e ao modo de comunicação. É através desse modo comunicativo que o locutor configura sua realidade. Na reversibilidade, sequência comunicativa, o alocutário capta a informação, e, por sua vez, compreende/assimila a reprodução do acontecimento através da fala do locutor recriando/moldando a realidade a sua maneira.

14.5 A autorreferência e a constituição subjetiva das personagens na obra (como podemos materializar a referência e a autorreferência na obra literária?).

No grande arcabouço/percurso à enunciação, Benveniste precisamente não pretende sustentar uma teoria centrada no sujeito, mas na significação, como já observado. Em contrapartida, sua maior problematização/ desenvolvimento prostra-se à subjetividade, consequência do engendramento teórico (sentido e linguagem). A presença/constância do sujeito, como centro da teoria enunciativa, redireciona, potencializa, implementa a noção do enunciador, o falante inscreve-se como essência de sua própria referência/autorreferência em face da enunciação. Por definição, a subjetividade compreende-se como “a capacidade do locutor para se propor como “sujeito” (BENVENISTE, 2005, 288). Sob a perspectiva de sujeito, o indivíduo apresenta-se consequente, consciente e imediatamente na linguagem/discurso. Parafraseando o próprio Benveniste à juízo de nossas questões, diríamos que: é na linguagem e pela linguagem que o homem, ou personagem emancipa-se, constitui-se como sujeito. É tão somente pela linguagem, no intento de seu lugar e participação nos fatos do mundo, que este sujeito real/fantástico fundamenta na realidade o ser de sua própria realidade o conceito de ego”. Tanto na narrativa quanto no mundo real os sujeitos autorreferem-se no discurso, à luz da subjetividade, em face da determinação da pessoa ou do seu status linguístico.

É a categoria de pessoa que instaura as pessoas do discurso. A manifestação da subjetividade na narrativa é conferida substancialmente por meio de cenas (dados enunciativos transcritos), e por meio de elementos dêiticos e verbais apropriados pelo locutor. A personagem em situação de enunciação transforma-se, manifesta-se e ascende-se no instante em que se converte em sujeito em detrimento dos demais inscritos na circunstancial cena. A diversidade entre estes sujeitos, ora fantásticos, evoca uma espécie de realidade extraordinária e experimental que contrata certa dissociação sem se ausentar do plano da realidade central, a realidade das palavras no plano semiótico. O esquema dar-se por: cada personagem em uma “íntima” relação com seu ouvinte, opõe-se a não pessoa, esta sugere objetos, pessoas, lugares, sentimentos, tempos específicos, ritos, ações fantasticamente projetadas em face do plano semântico. É a instância discursiva que configura por razão e plenitude às pessoas “eu/tu”, enquanto falantes, ou seja, a reciprocidade/identificação que atinge o leitor pelo personagem jaz nesta relação subjetiva entre os sujeitos. Em exercícios linguístico, as ações do sujeito fantástico é una, volante, transformável e reversível representam a intersubjetividade na e pela linguagem. Na trama, esta não-pessoa, representante de todos os mistérios, é um signo pleno, ou seja,

uma categoria da língua, definida por uma referência objetiva, com valor soberano à enunciação, marca da objetividade. Este fator é imperioso na narrativa em tela, pois, narrado em terceira pessoa, as personagens se autorreferem pela tomada enunciativa do narrador onisciente. Este usa sua voz para avivar todo o universo ficcional, por meio de um discurso, ora direto, ora direto e indireto livre. A oposição entre as personagens protagonistas e as demais outras conflui em necessárias duas relações: de pessoalidade e de subjetividade. Quando em pessoalidade, confronta-se discursivamente, a fim de disseminação e desenvolvimento ideológico, opõe-se as pessoas presentes “eu/tu” a todas as coisas e objetos do mundo o “ele”.

O próprio Benveniste afirma que: uma teoria linguística da pessoa verbal só pode constituir-se sobre a base das oposições que diferenciam a pessoas, e se resumirá inteiramente na estrutura dessas oposições” (BENVENISTE, 2005, p. 250). Quando em subjetividade, o choque de ideias inimagináveis e projeções fantásticas no enfrentamento comunicativo da oposição a pessoa subjetiva (eu) e a pessoa não subjetiva (tu). Sob a problematização e também correlação (inter)subjetiva implanta-se a noção referencial e autorreferencial de certos grupos humanos, isto é, o aspecto plural da obra. Ocorre uma severa cadeia de locutores convertidos em sujeitos partilhados à manutenção das imagens, símbolos propostos. O atravessamento desse aspecto plural proposto em face dessas oposições reverbera na presença das autorreferências das quais convocam as pessoas no plural, como nós e vós (plural potencial). Lembrando do aspecto objetivo da não-pessoa, constata-se que: quando se convoca “eles” se tem o verdadeiro plural (plural absoluto), resolvendo-se, sob os pronomes plurais evocados pelo narrador na denúncia das cenas, em uma relação de incorporação e exclusão dos protagonistas. A união dos pronomes somente se dá, em face da narração por forma e função, uma vez que pertencem ao plano sintático da língua e o plano funcional pragmático. Ambos os planos são peculiares à instância de discurso, melhor dizendo, à enunciação! É a partir da categoria de pessoa que se pode mensurar as peripécias do sujeito fantástico, assim como de suas representações. A relação subjetiva e intersubjetiva. O quadro figurativo da enunciação das personagens protagonistas, dos mais variados “eus”, determina-se na cooperação análoga de “eu/tu” precisamente na situação de enunciação.

14.6 Síntese da obra literária, sob perspectiva de pesquisa.

A obra apresenta um teor misticamente fantástico. Representa prioristicamente, no conjunto de suas personagens, uma unidade preponderante. Somente no todo projeta-se: a absoluta determinação das cenas, o fascínio e a devoção de cada personagem, além da dissociação tragédia pela banalização da palavra. A trama se desenvolve estruturalmente na terceira pessoa, o que quer dizer que são tomadas à perspectiva do narrador onisciente/onipresente, que emite ora um discurso direto, ora um discurso direto/índireto livre. As personagens são subdivididas, a certa maneira, entre viventes, representadas pela pessoa “eu” autoincorporadas à contrariedade, e não-viventes, representadas pela não-pessoa “ele”, senhorios da múltipla. Cada vivente carrega consigo pelo menos um não-vivente que paradoxalmente concede existência de si mesmo, a palavra do “eu” aviva substancialmente o “ele” que se multiplica e contamina a obra inteira. Em tese, Mamãe aviva o “Pai de Martim e Clara”; Martim aviva “Ella”; Renata aviva excepcionalmente duas personagens: “Miguel e o anjo Rafael”; Carolina aviva “Camilo”; Clara aviva “Padre”.

Da múltipla dimensão causada pelo “ele”, para inteligibilidade da obra, estão dois espaços: “A fazenda” e “O apartamento”, ambos albergam todo o fazer fantástico quase que por personificação. O tempo, por sua vez, é no todo a centelha mágica/fúnebre da obra. A temporalidade manifesta-se de dentro para fora, como se como um organismo vivo, junto a seus prolongamentos, passado, futuro e o próprio tempo presente, engloba-se outras partes atemporais. O agora é o contínuo velar de um morto, o tempo, autorreferente, representa o princípio simbólico, ponto cardeal para todas as memórias imbuídas subjetivamente e intersubjetivamente no discurso de cada sujeito. Cada personagem é centro referencial de um tempo, de um espaço, e sobretudo, de si mesma. Instituído a si, linguisticamente a partir de índices lexicais, institui outra sob o mesmo, e em mesma partida a transcende.

14.7 As personagens e a autoconstituição, com foco no método abordado.

A instância de discurso é própria da enunciação, ou seja, está atrelada à propriedade que o locutor tem, mediante o sistema linguístico, de referenciar e sobretudo autorreferenciar. Lembrando ser, para o personagem, autorreferência a inscrição de si mesmo nos fatos fantásticos, ponto de fulgor para o funesto, pela remissão à presente instância de discurso. É por meio linguístico que se torna evidente a automarcação dos envoltos à obra. Cada personagem produz em sua realidade a partir de si como centro de

referência interna do dizer. E é na e pela instância de discurso que tempo e espaço se fundem em uma experiência superiormente interessante.

Autorreferenciais, “o aqui e o agora” fundem-se extraordinariamente, pois são pressupostos da presença de “eu” /a personagem na enunciação, antes de serem fundamentos de coordenadas referenciais fantásticas, são estritamente dependentes da presença de “eu”, os “demonstrativos”, nesta perspectiva, é parte integrante do processo de materialização da autorreferência do espaço/tempo em todo dizer. Essa perspectiva, não só manifesta o sujeito/a personagem convertido no discurso, mas também a identidade que este/esta assume mediante a subjetividade, e o estar no fatos do mundo. A personagem é na ficção um fantástico centro de coordenadas no espaço tempo e de produções enunciativas que contam prioristicamente com o “eu” o “aqui e agora” e os “demonstrativos”. E se o “eu” parte do pressuposto do enfrentamento catastrófico da obra, o “ele” representa objetos, indivíduos, lugares constantes independentemente da alteridade entre as pessoas, manifestação de “eu/tu” das personagens via discurso. Esta constância, resistência objetual se dá, principalmente, por configurarem-se fora da instância de discurso, fora da autorreferência de “eu”.

14.8 Dos aspectos semiológicos.

Os signos que recaem sobre a obra, isto é, as palavras avindas da enunciação demonstram claramente o valor transcendente de cada uma delas ao materializar-se no semântico, no rol da linguagem. Problematizadas na relação de diferenças que fazem umas às outras, cada palavra passa a possuir um valor particular/específico em face da pressuposição ideológica contida na natureza da obra, na natureza da linguagem. Morte, maldição, frieza, mágoa, ilusão, angústia, desprezo são signos que instauram, possivelmente antes mesmo da fusão no plano semântico, um teor realista/decadente prestes a ser servido. Um fenômeno que pode ser explorado já no seio do paradigma da língua.

14.9 Das particularidades e da exibição na obra.

Em caráter geral, vale destacar o prolongamento/desenvolvimento metaenunciativo que incide sobre certos gêneros narrativos tomados pela não-pessoa “ele”, tomados pela postura do narrador onisciente/onipresente no discurso direto e indireto livre. Nestes tipos de discurso, evidencia-se a fala descritiva do narrador que, de certa forma, apropriar-se do dizer das personagens, configurando-as pouco a pouco,

parte a parte, assim regido à circunstancialidade. A metaenunciação aqui proposta, observada sob aspecto narrativo ficcional, desenvolve uma espécie de “perspectiva” enunciativa, uma vez que o narrador apodera-se da fala da personagem, materializando-a. À medida que a materializa enunciativamente e discursivamente, também o narrador se autorrefere/se autoinstitui, por sua própria fala, a voz cerne da obra. A personagem é ser fantasticamente vivo, linguisticamente estruturada pela enunciação da enunciação, uma autorreferência advinda da autorreferência. Sua subjetividade, em mesma partida, está intrinsecamente ligada a subjetividade do narrador, metasubjetividade, o discurso do discurso, e possivelmente acha-se neste princípio metadiscursivo, multiplicações/problematizações outras, como a intertextualidade da intertextualidade. A comprovação deste fazer da linguagem (linguagem literária) é marcada por uma espécie de espelho infiel, pois consta nas marcas deixadas pelo narrador, em suposição de certas circunstâncias, ou medidas, fenômenos como: densidade afetiva; memória em perspectiva; juízos morais. Esta particularidade cria uma possível fissura entre as propriedades enunciativas, um paradoxo entre a enunciação do narrador e a enunciação da personagem, que implica na emancipação da personagem, pois há presentes duas “realidades” discursivas, uma presente para o narrador, outra ausente para a personagem. A autorreferência do narrador pressupõe, linguisticamente, a “realidade” da personagem, sem determiná-la.

14.10 Tempo

O tempo é parte integrante da enunciação! Nas palavras do próprio Benveniste (2006): “O homem não dispõe de nenhum outro modo de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo” (p. 85). A partir da temporalidade, os elementos fantásticos posicionam-se por intermédio da linguagem. Como sinalizado antes, a categoria de tempo juntamente com a categoria de pessoa estão dispostas indispensavelmente ao exercício da fala. Uma personagem que fala, esteja presente ou ausente dos acontecimentos (memórias que remontem a vida ou a morte), está primordialmente inscrita no discurso. Como em: “Mesmo que fizesse o que talvez Martim esperava dela, jogando-se sobre seu filho a noite toda, beijando sua boca dura e fria, ele não o alcançava, lá onde ele começava a se encerrar.” (LUFT, 2004, p. 23). A enunciação do narrador aponta para uma temporalidade subsistente de “eu”, de um lado ele enuncia o enunciado e o discurso de uma personagem, doutro ele imprime tanto a experiência

discursiva dessa mesma personagem quanto a de si mesmo no rol fantástico. Ainda sobre: “– O que fiz por você, o que lhe dei? Nunca passara tanto tempo junto dele. Havia detalhe em seu rosto que nem percebera antes” (LUFT, 2004, p. 24). O tempo localiza-se no próprio tempo, assim e por isso institui-se, junto a “eu”, autorreferente. Ele se, o tempo, organiza-se e se exercita potencialmente dentro da instância de discurso definida pela pessoa “eu”. Desde que se enuncie, a personagem se situa no tempo do dizer, ou além mais, no tempo do acontecimento. Característico da narrativa, o tempo severamente marcado, revela a própria existência e a remissão a si mesmo na instância de enunciação. Vejamos em: “Morto ele seria mais abordável? Num singular retorno, poderia ser enfim o filho de sua mãe? “Nunca fui mãe dele” admitiu Renata. Nem Camilo parecia sentir falta disso porque se concentrava em sua irmã, os dois suficientes um ao outro.” (LUFT, 2004, p. 24). O enunciado histórico, dotado dos paradigmas verbais, rebusca/remonta dados memoráveis/imemoráveis das personagens e no convívio delas, presentifica a pessoa “eu” (esteja presente à cena ou não) no enunciado. O passado tem centro no presente! Verifica-se tanto na própria constituição de autorreferência do tempo quanto na perspectiva ideológica dos sujeitos, ao passo que constroem, rumam suas vidas sob o olhar do passado. “Os gêmeos precisavam tornar-se um só, não tinham outra escolha. Para Martim tudo não passava de capricho, esquisitice provida da educação frouxa que a mãe lhes dava.” (LUFT, 2004, p. 24). A autorreferência da categoria de tempo, intrínseca à instância de discurso de “eu”, tendo seu centro de coordenadas no presente, um presente intemporal, institui, qualifica sua unicidade, sua particularidade. Cada enunciação tem seu aspecto único, a palavra dita, a expressão deixada jamais volta. Ela pertencerá a uma dada realidade linguística, que paradoxalmente a determinará. O enunciado histórico está para o plano do narrador, enquanto o enunciado discursivo está para o plano da fala (*in loco*) das personagens. Por ele que as personagens manifestam-se todo, qualquer momento e de qualquer maneira dentro da narrativa, a liberdade, a vivenciam o extraordinário narrativo dependem deste fenômeno. Assim se ver: “Para Renata, era perturbador lembrar as tentativas de os separar: salas de aulas diferentes, certa vez, colégios afastados. Promessas, castigos, os gritos de Martim, que se descontrolava; encontros com psicólogos, professores, tudo em vão” (LUFT, 2004, p. 25). Este enunciado demonstra, em curso, a inter-relação entre o enunciado histórico e o discursivo. Este último determina, por contemplar todos os tempos verbais, a relação de oposição entre as personagens, isto é, a relação entre enunciados histórico/discursivo conflui à

realidade da trama, sob o olhar do narrador-testemunha, e também à qualificação e tessitura das personagens. Assim vemos em: “Quem diria que aquela boca severa um dia explorara o corpo de Renata e pronunciara palavras de amor? “Eu me atirei nos braços dele para fugir da solidão e foi tudo uma fraude”, ocorreu-lhe. “Fugi de mim mesma. Tudo o que eu queria era poder ficar sozinha: depois de casada descobri que para mim a solidão era essencial.” (LUFT, 2004, p. 25). Sendo um dos principais tipos de enunciados, em face de nossa pesquisa, o enunciado discursivo configura uma teia de oposições entre as pessoas, ou seja, funda uma teia de relações que conflui à relação interativa entre as personagens (eu-tu a perspectiva do “ele”). Esta relação interativa, por sua vez, corrobora ao valores participativos entre elas, melhor dizendo, a relação oferta a possibilidade de destaque em face do real fantástico em que elas envolvem-se e desenvolvem-se. A trama depende desse tipo de realidade orquestrada, de um lado orquestrada pela natureza da trama, cedida pela natureza do gênero narrativo, de outro pelas realidades reunidas, apuradas ao fim enunciativo em cada personagem.

No campo do discurso, as personagens se situam junto ao tempo, no campo da autorreferência: o tempo está engendrado ao instante de enunciação, e é por meio de linguagem que as personagens (agora sujeitos) arrolam-se à situações, ação, ideias que minam sobre os grupos humanos. Na perspectiva da amostragem da intersubjetividade, valores, e oposições participativas, entramos: “– Você está feliz? Por que essa cara triste? Por que não se diverte com nada? Por que não gosta da fazenda? Por que não ajuda Clara na cozinha?” (LUFT, 2004, p. 26). A subjetividade, no contexto, é criada por meio do processo intersubjetivo, base na oposição entre as pessoas e a não-pessoa. Cada personagem, dentro de sua perspectiva fantástica institui o outro, um deus que constrói algo a sua imagem semelhança, a fins específicos de si mesmos, sujeitos puramente particulares. Percebemos, ainda, em: “” Ele se debruçava sobre mim na cama, à noite, quando eu fingia dormir: perscrutava no rosto da mulher amada, onde ela está, o que pensa, o que pensa, com quem sonha?”” (LUFT, 2004, p. 26). A certa maneira, a evocação do pronome “eu”, pela personagem, simultâneo ao exercício do tempo e do espaço fundamentam a cor local, caracterizam, singularizam e aperfeiçoam não somente todos os elementos propostos e contidos pelo espaço, exemplo: lugares, objetos, pessoas, mas todas as manifestações do tempo, como: eventos marcantes, calendários, meteorologia, passagens psicológicas. Estas experiências justificam a interação de alguém fantástico sobre algo fantástico, e a natureza da própria existência e atualização, como visto em:

“Durante algum tempo ela tentou beber: quando sozinha forçava o líquido ardente pela garganta, bebia uns goles até sentir tontura, deitava-se e dormia um sono pastoso, ruim. Embriagada ficava ainda mais infeliz, depois de alguns meses desistira.” (LUFT, 2004, p. 26-27). Cada tempo exibido é para a personagem e para sua realidade um fator único e singular, ainda que, como no caso do recorte acima, seja reutilizado este mesmo tempo. No tocante aos três planos de tempo, físico, crônico e linguístico, construtos originados das experiências dos sujeitos o fantástico se desenvolve estrutura. O tempo físico, que se manifesta no tempo dos fatos, na candência encontrado nos eventos, na conjuntura do próprio enredo, na vivência dos envoltos, pode ser observado: “Era uma moça? Um rapaz? O sexo não se definia na pessoa deitada na cama, cabelos tapando a cara, mãos apertando o sexo entre as pernas magras”. E, então, segue em mesma cadência ao período passado, assim também a retomada da experiência: “Deitava-se de lado, fechada sobre si mesma como uma navalha. Uma ostra: chamava-se Carolina, mas poderia ser Camilo: o nome lhe assentaria igualmente bem.” (LUFT, 2004, p. 28). O tempo crônico cria perspectivas sobre o físico, ou seja, o tempo crônico reescreve de maneira específica e particular cada evento. No caso da trama em tela, as mortes, as decepções, os acidentes, o sinistros tomam lugar dos marcos do calendário, ou seja, os pontos de partida e chegada são suscitados pelos acontecimentos nefastos, funestos, fúnebres que as situações e o ideológico das personagens dispõem.

O tempo é marcado, para além da forma subjacente à instância de discurso de “eu”, da materialização por meio do *status* verbal, ou até mesmo o engendramento dos tipos de enunciados, está semanticamente imerso sob a subjetividade (olhar do narrador) e intersubjetividade (olhar das personagens), como no velar do corpo de Camilo: “Me deram uma injeção” Pensou. Gemeu, virou-se para o outro lado, encolheu novamente as pernas, comprimindo o sexo que doía” – Não vá embora Camilo! – disse num tom lamentoso (LUFT, 2004, p. 29). O acidente de Ella, acidente do qual origina o quarto, que por sua vez, alberga a fatalidade de: fechado por ter nele o sinistro, como: “Então, numa surpresa, o destino interviera, e uma simples queda tinha solucionado o drama. Depois Ella tivera quase trinta anos para requisitar a mãe.” (LUFT, 2004, p. 100). Este ponto é marco central do tempo, e está em relação a todos os outros tempo expostos na trama. É por ele que se desenvolve, semanticamente, todos os outros tempos/sucessos, não se tem por ele a origem de todas as coisas, mas, sim, a coordenação de todas as coisas. Partindo para o tempo linguístico está diretamente ligado ao tempo de fala. O tempo linguístico é

centro de nossa investigação, tendo em vista que é p rele que se confere a autorreferência da narrativa fantástica. Quando percebemos em: “Então às vezes Camilo tinha de acessos, corria pelo quarto agitando os braços, rindo feito doido, abraçava-a: Era tudo mentira, mentira para te assustar” (LUFT, 2004, p. 30). Podemos entender o movimento de, parcialmente, certos movimentos verbais, certos movimentos temporais agindo em perspectiva da apreensão da realidade verossímil. O tempo linguístico detém a instância de enunciação, é a porta para a materialização das personagens ao referirem a si enquanto referem a outros determinadas propostas, ou proposições. Em: mas não era brincadeira a gora: era uma procura agoniada ou doce; às vezes, assustadora. Ele afundava nessa contemplação, insistia, e ela não tinha respostas; era apenas um eco. “Eu sou um eco” dizia o olhar dela (LUFT, 2004, p. 30). O tempo, através da voz do narrador, é renovável. A presente instância de discurso evoca o tempo e o coloca como acontecimento contemporâneo. Cada expressão empregada, à medida que deixada, emprega, imprime e reclama um dado novo, um novo tempo, assim também um lugar novo, que a certa maneira esse último também suscita um lugar novo. Cada enunciador de “eu” reclama para si um tempo, tão logo haverá um tempo para cada personagem e coadunará para um tempo de realidade a todos os fatos fantásticos.

14.11 O espaço

Como evidenciamos, anteriormente, em *Estrutura da Língua e estrutura da sociedade* (1968), a noção de sociedade confere, promete ao falante um espaço de representações voluntárias em face de uma sistema coletivo. Através da teoria benvenistiana, três espaços, neste contexto, favoráveis surgem: o espaço da língua; o espaço do testemunho do locutor lotado em determinada sociedade e o espaço instantâneo de enunciação. A própria noção de sociedade tanto dentro quanto fora da narrativa já se dispõe ser local, para as personagens! São pelas manifestações sociais que se é possível a determinação em sujeito, dado ao fronte intersubjetivo. Os aspectos responsivos exercidos dentro de determinados grupos revelará, sobre o falante, o acometimento/enfrentamento de sua própria ação. Como em: “Eles tinha um dom”, pensou Renata, lutando para não chorar mais. “E o desenvolveram muito melhor do que desenvolvi o meu” “O que fiz com meu dom?”, perguntou-se. “Há quanto tempo não toco? Mais de seis anos? E isso mudou em alguma coisa a vida de todos? Alguém ficou mais feliz com isso?” (LUFT, 2004, p. 32). Percebamos, aqui, o discurso nas possíveis

relações com o outro. Ainda que se trate de um fator responsivo a si mesma pela personagem, uma autoinstituição de si no plano semântico, o discurso revela a implantação, a manifestação e o nível contratação das relações junto aos outras participantes. Esta imputação/participação da personagem a determinado grupo humano também coloca em tela a relação opositiva entre a pessoa – e a não-pessoa no âmbito da enunciação. A cena nos oferece, antes de tudo, o primeiro espaço disposto ao exercício das experiências humanas, a língua é nada mais que o acesso a este. Em “Estou reduzida ao meu piano de vento”, pensou Renata. Apoiou os cotovelos nos joelhos, crispou-se toda sentido a lembrança que lhe vinha e não podia escorraçar: tocara de verdade, tocara poderosamente pela última vez, naquela tarde em que o Anjo Rafael...” (LUFT, 2004, p. 33). O trecho demonstra-nos que não somente há em jogo o instrumento linguístico para a materialização da pessoa, um instrumento autorreferente, mas também, duas outras fundamentais implicações: uma para a subjetividade, advinda do espaço que se converte em discurso, outra advém da própria referência de que se utiliza o discurso. Quanto a própria operação entre pessoas e a não pessoa, pode ser evidenciada na relação de Renata para com seu piano, no tocante à lembrança: o passado prostra-nos sobre uma relação presente-ausente. Prostra-nos mais, revela uma relação, no espaço da enunciação, opositiva entre eu-ele.

O microcosmos fantástico, relação impressa, efeitos e acontecimento (cena), é porta da operação voluntária do locutor sobre a língua: “Também não adiantara amigos dizerem a Martim: - é uma boa moça, é até uma grade pianista, mas não serve para você. – Sim, sim – dizia ele -, é uma mulher diferente, por isso mesmo vou me casar com ela” (LUFT, 2004, p. 35). E mais, é manifesto dos elementos fundamentais, ora manifestados pelos enunciados do narrador-personagem, com: indicadores de subjetividade; instância de discurso e situação de enunciação. A voz do narrador, nesse sentido, servirá de espaço para a exibição, ou autorreferência da personagem, um engendramento entre enunciações: históricas e discursivas imprimem. Localizando-se, a personagem evoca o “eu” prontamente à sua instância de discurso, e para a indicação de coisas, espaços e tempos (que servem neste caso como um lugar subsistente deste mesmo “eu”) assenhora-se dos demonstrativos, indicadores de ostensão, como em: “Pelos cantos da sala, a noite inteira, o amor, as promessas, as esperanças, os sonhos, as intimidades rolavam para lá e para cá, conjurando emoções que s dois preferiam negar” (LUFT, 2004, p. 36). Vê-se em destaque não somente a presença do demonstrativo, lá/cá, mas também outra série de termos fora

do plano demonstrativo, a noite inteira. Seguimos em fomento de mais termos: “Era a Morte que remexia tudo, levantando as cinzas, o dedo descarnado intrometendo-se. Aqui e ali brotava fogo, sangue vermelho vivo.” (LUFT, 2004, p. 36). Em “a noite inteira, pode se perceber a sensação espaciotemporal, ou seja o tempo é lugar, em obras literárias, de exercícios: da permanência das personagens, e da verossimilhança. Formas pronominais, como: intrometendo-se, forma pronominal reflexiva, constata-se, sob ela, a realidade de oposições não-objetiva, além mais, constata-se a referência do locutor que fala. Tanto os demonstrativos quanto as formas não-demonstrativas, isso inclui as formas pronominais, remetem à enunciação do qual as personagens estão inseridas, são únicas e particulares a cada ato voluntário de “eu”. O local/espço é situado, gerado e configurado a partir do seu próprio emprego! Sobre a configuração, isso acontece exatamente quando a personagem começa, em sua fala, a projetar (local da memória) ou a introjetar local físico. Vemos em: “Mas isso estava perdido naquela noite pegajosa. Martim e Renata olhavam-se furtivos: mudos, pedidos de ajuda, de explicação, mudas de acusações. Envelhecida, Renata ainda o perturbava. Qual seria o encantamento com que o seduziria há 20 anos e que ainda brotava dela?” (LUFT, 2004, p. 37). Neste trecho contata-se a presença de outras formas concomitante de “eu”, “naquela noite” e mais, da forma pronominal recíproca “se”. Sobre este último passa a ser o termo a descrição de um outro espaço, o espaço dado interno a cada um dos envoltos, o peso da perspectiva sobrecarrega a ação de perceberem-se ao passo que dissociam-se sob uma realidade privada a cada um deles. Há neste ponto a produção e a reprodução de tipos de linguagem, neste caso não-verbal, prescindida, por meio da língua, da leitura em pressuposição.

A condição de fazerem parte de um conglomerado de signos antes vazios de referencialidade, os coloca em uma condição extraordinária, segundo a perspectiva da linguagem literária. Quando tomados pela personagem, estes signos, agora plenos, acometem-se por atualização e pela dissociação da linguagem, em face do discurso e da subjetividade impetrada pela personagem enquanto profere. Estes signos dissociados, plenos, evocados pelas personagens juntamente com o elemento linguístico “eu”, servem de base à conversão da linguagem em discurso. Toda a configuração particular, toda unicidade, mediante esta conversão, deságua na transformação do locutor em sujeito, um sujeito, que por sua vez, é parte integrante do discurso, da cena, do enredo, e de sua própria significação à trama. A existência da personagem é o discurso! Este é o espaço para a subjetividade, e, antes de tudo, da intersubjetividade, como vemos em: “Martim

compadecia-se: “Ela sofre, sofre, e não posso ajudar.”. E mais, “- Acho que nasci sem instintos naturais das outras mulheres – queixara-se Renata ao médico depois do nascimento dos gêmeos (...)”. A personagem, em tela, potencializa em “eu”, subjetivamente, toda a perspectiva de sua realidade, a realidade de discurso: “(...) Eu sou um artista” pensava indignada, o que estou fazendo aqui, com essas pessoas, esses problemas, essas ninharias todas?” (LUFT, 2004, p. 39). Sobre as várias denotações de espaços, centradas no “eu”, concomitante à instância de discurso, está uma gama de indicadores variáveis que denunciam, pela enunciação, no circuncentro do locutor, a posição precisa de objetos, coisas, pessoas. Testificamos em: “Traído e humilhado, porque suspeitava até de que na hora do amor, passiva e tensa, ela movesse os dedos, mãos largadas nos lençóis ao lado do corpo, dedilhando seu piano de fantasia” (LUFT, 2004, p. 44), ou em “Por fim combinaram um encontro secreto no pomar atrás da casa, onde a moça costumava pegar frutas (...). E mais, Havia Clara, a irmã mais moça: bonita, solteira, cabelo branco entorno do rosto liso, um pouco fraca dos nervos por algum desgosto de amor na juventude” (LUFT, 2004, p. 47). O narrador-testemunha delega, por meio de sua enunciação, a localização dos objetos em face das personagens. Os tipos de enunciados, ou seja, a enunciação ao passo que concede remissão ao próprio narrador em sua fala, concede remissão da personagem, uma vez que é testemunha da fala dela. Esta remissão determina sobre ela o espaço, a proximidade, o distanciamento, a altura a visibilidade de cada coisa ou pessoa existente. O desdobramento do narrador-testemunha se dá a começar da necessidade da personagem de se referenciar e se autorreferenciar no seu próprio sistemas de coordenadas, visando alcançar objetos, pessoas, lugares, no espaço. Em narrativas em que se explora esse tipo de narração, narração em 3º pessoa, o narrador, a certa maneira, serve de espaço de existência as personagens, a sua enunciação libera espaço para a existência, originando a voz, a enunciação e os tipos de linguagem. A subjetividade na linguagem concede, por sua vez, a cisão que preexiste entre o narrador e a personagem. Ainda que o narrador exponha os dados correntes, seja em qualquer plano, a primeira pessoa, entre elas, permanecerá. Enquanto houver enunciação e apontamento enunciativo: memória, pensamentos, vocalização, representações não verbais, haverá representação subjetiva entre narrador e personagem. A narrativa é espaço, e gera espaço para e na própria narrativa! Assim vemos: “Talvez com remorsos pela antiga proibição contra a qual Martim reagira violentamente, Mamãe desejava muito que ele se casasse. Vendo Renata, focara frustrada: não era mulher para ele” (LUFT,

2004, p. 51). Finalmente, o que se pode entender é que cada pessoa sendo locutor, sujeito, receptor, ou sujeito reversível é um espaço onde a trama ficcional pode se desenvolver, configurar e se automanutenir. Uma personagem não é só um personagem é também um espaço, entre a fala e o discurso.

14.12 O “eu” fantástico

Como observado no inciso 5.1 do capítulo 5, *As categorias de Pessoa, Espaço e Tempo e o lugar da Autorreferência*, o “eu” é parte da representação fundamental da categoria de pessoa, é o lugar onde se experimenta/materializa os exercícios subjetivos dos sujeitos no exato instante em que a língua autoinstala-se na linguagem. Há contido, no centro da experimentação da linguagem, um dito único, de certa maneira, irrecitável. O trecho, por exemplo da obra: “Eu te amei como eu podia amar” (LUFT, 2004, p. 15), testemunha uma apropriação, uma unicidade do locutor que diz, linguisticamente, “eu”, assim também do sujeito, que no contexto, diz, ideologicamente, “eu”.

A relação de ambos, locutor/sujeito, cria, na obra, a noção de verossimilhança, da realidade fantástica, da interpretação da língua sobre os fatos do mundo. Cada instante de cena, cada convite de entrada ou saída do enredo para com as personagens, marcadas de “eu”, é performado e construído singularmente ao falante. Como locutor, foco na personagem narrativa, a língua habilita enquanto falante, assim dando-lhe condições à autorreferência, marcando-se linguisticamente dentro de seu próprio sistema, como em: “A gente não podia voltar atrás? – Enterrou as unhas nos braços, arrancou pedacinhos da pele, abriu rasgões sangrentos. Arranhava com ódio e dor, queria a dor, doía menos do que pensar em Camilo apodrecendo” (LUFT, 2004, p. 104). Como sujeito, a personagem dispõe da subjetividade que a entrelaça a si mesmo dentro de um contexto evocado pela cultura, um tipo de prática social que a leva inconscientemente a uma série de situações regidas pela enunciação em cada situação ou parte do enredo, A intersubjetividade entre as personagens reclama primordialmente uma intersecção entre várias subjetividades, que paradoxalmente constrói/alicerça cada uma delas. Tanto como locutor quanto como sujeito a definição de autointituição é advinda pela presença de “tu”, ou seja, pela presença do outro ainda que seja este outro um emissor de si mesmo, como no caso dos pensamentos, monólogos, etc.

Cada personagem torna-se ponto de partida para as várias outras, uma autoinstituição deságua severamente em outras tantas, ficando cada uma das personagens responsável

pelo ineditismo e assenhramento da palavra, de sua própria instância de discurso, enquanto locutoras, pelo destino, ou desenrolar da trama enquanto sujeitos, destaques da narrativa em tela: “O que foi que eu fiz de você, meu filho?” (LUFT, 2004, p. 15). A distinção entre a pessoa e a não-pessoa não só evoca a noção de propriedade linguística pelo locutor-personagem que se autorreferencia, mas também concede ao sujeito-personagem que empreende a personagem, o discurso uma vez que emprega e alicerça a presença linguística do ego das personagens. A terceira pessoa (ele) cria uma rede de referências objetivas dentro da narrativa capaz de ligar absolutamente todos os objetos, ligando também referencialmente todas as cenas, todas as situações.

Na voz do narrador poder-se-á alcançar o clímax, o tempo, as pessoas ausentes, os comportamentos, o próprio sentido de narrativa é concedido através dela, a não-pessoa, assim vemos no trecho da obra em destaque: “Nunca amei assim outra mulher”, pensou Martim. “Tive tantas, mais bonitas, alegres, sensuais; mas essa, que me atormentou, me significa mais que todas”. O destaque das aspas revela, sobretudo, a emissão e remissão da voz de outrem, que se autorreferencia, elencada pelo narrador. Há aí, exemplarmente, uma instância de discurso que representa de um lado o protagonismo da personagem, noutro a remissão de um já dito que revela, pela própria natureza narrativa, o fundamento do “eu” narrador. Em um jogo linguístico superiormente interessante, não só os objetos, como também as vozes da pessoa (eu) são transformadas em elementos da instância da não-pessoa (ele). Em “eu sempre acabo ferindo as pessoas que amo” (LUFT, 2004, p. 16), demonstra-se um de dois planos específicos, o plano verbal invocado pelas pessoas verbais. A primeira pessoa, por esta perspectiva, empreende a unicidade, a particularidade, a tomada da língua pela personagem em sua cena, diferente das manifestações da não-pessoa, percebe: “também em relação ao filho morto, pai e mãe sentiam sua impotência: se o quisesse amar agora como antes não tinha conseguido, se o quisesse compreender, por mais que estivesse quieto e indefeso, seria bater num aposento trancado do qual ninguém tem a chave, nem mesmo seu novo morador.” (LUFT, 2004, p. 16) que está contida, estruturada na forma não pessoal do verbo. Este recorte é parte interdependente tanto na classificação quanto na forma de conjugação do verbos à referência que faz à pessoa no momento em que se apropria da elemento linguístico “eu”, como veremos à frente.

A presença das personagens, sob o sistema de “eu-tu”, imprimem por toda a narrativa, suas posições na linguagem, a própria utilização/implantação da língua, nos fatos da

narrativa, implanta/evoca os lugares das pessoas quer seja na própria enunciação quer seja no discurso, à fundamentação da fala. Em outras palavras, as personagens se materializam por intermédio deste processo, o processo das oposições entre os pronomes, e mais, entre os sujeitos do dizer que protagonizam a subjetividade e, sobretudo, a intersubjetividade.

A análise das personagens, junto à perspectiva da autorreferência, concebe em alto relevo a distinção/diferenciação entre a instância subjetiva do “eu” das personagens e a noção lexical de “eu” empregada para a materialização destas mesmas personagens. A representação gráfica, do qual alberga a noção lexical “eu”, personagem-falante, configura a cada uma delas sua própria instância discursiva. Percebamos em: “Mas eu não sou um dos seus delicados amigos artistas – respondera Martim, sério. – Sou antes de tudo um homem do campo, não se engane. Um bruto que vai se casar com uma fada – acrescentara, rindo.” (LUFT, 2004, p. 17). Dentro desta perspectiva cada personagem exhibe sua singularidade tanto no contexto de apropriação da língua quanto para com a própria existência dentro do rol/convívio das personagens. Este convívio imputa, linguisticamente, sobre si a realidade de discurso, instituída entre “eu-tu”, condição de categorias, condição da subjetividade. A existência das personagens, na condição de “eu-tu”, evoca uma série de elementos fantásticos, verossímeis, que compartilham da mesma condição, a autorreferência de si mesmos, a autoexistência. Em comparação aos elementos do mundo real, estes, a certa maneira, apresentam signos dissociados, adaptados pela língua-discurso no seio do próprio exercício de comunicação. Assim, vemos: “eu não tenho nada a te dar, Miguel. Nada. Só tenho uma paixão na vida, a música. – E acrescentara, convicta: - Não vou me casar nunca.” (LUFT, 2004, p. 19). Os espaços, os tempos, as demonstrações remetem a instâncias vivas, além de fantásticas, justamente por esta possibilidade de partilhar de “eu”, personagem que se protagoniza à fala, o fator autorreferente. A realidade se confere, tendo em vista que a instância de discurso de “eu” não promove posições objetivas, enunciativamente falando, como em: Eu peguei nelas, mas já não eram as dele (LUFT, 2004, p. 21).

A subjetividade adquirida no e pelo discurso gera a existência do sujeito, por sua vez fundado pela intersubjetividade, deságua sobre o enfrentamento de outras existências, sobre outras subjetividades. Com base na enunciação, os signos metaformados plenos, criam uma perspectiva própria a cada indivíduo. A particularização do signo, pela tomada voluntária da palavra, faz parte do processo de conversão da linguagem em discurso, uma vez dispostos à condição de pessoa. Um processo que nos considera perceber,

fantasticamente, a montagem identitária de cada personagem, a natureza de cada uma delas, o funcionamento simbólico e os valores imateriais. Vejamos em: Mas o outro estava preservado. Sem pensar muito nele, Camilo sabia: “é meu para sempre agora” (LUFT, 2004, p. 22). Sendo “eu” a personagem conquista o status de pessoa, assim institui a pessoa “tu”, todas as demais outras as quais se referirá, todas as quais criará em sua realidade fantástica, a realidade de “eu”. A reversibilidade é a base do contínuo infinito das construções fantásticas, abre portas para o protagonismo das instituições e pressuposições tendo em “eu” ponto original.

Outro fenômeno substancial à narrativa literária é o que chamamos de “transferência de subjetividade”. É nela que o narrador personagem/testemunha, imponderado de “eu”, faz/constrói/opõe diálogos entre instâncias subjetivas/objetivas, assim que transfere noções subjetivas à não pessoa, como em: “Carolina nunca o acompanhava nesses arrebatamentos: contemplava o irmão entre cílios claros, um sorriso cúmplice” (LUFT, 2004, p. 22). Exclusivo da narração, a transferência subjetiva concede um engendramento entre a pessoa e a não-pessoa, uma capacitação fantástica que presentifica o ausente, em determinado contexto. Um exercício que o faz tomar para si criando uma espécie de subjetividade adquirida do elemento faltante, novamente vemos em: “A Mãe inclinou-se para frente, e disse: - Meu filho? “Onde ele está?” quis acrescentar, mas calou-se. Dirigia-se a ele insegura como se não tivesse o direito de o chamar assim” (LUFT, 2004, p. 23).

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A AUTORREFERÊNCIA E O TEXTO LITERÁRIO (OBSERVAÇÕES OBTIDAS A PARTIR DA ANÁLISE)

Com base nas análises supracitadas, elementos foram recortados e por este espaço examinados, a fim de maior detalhamento e depuração dos fatos entre: enunciação, autorreferência, referência e literatura. Cada ponto aqui em questão traz uma perspectiva entrada na autorreferência do mundo fantástico.

14.13 A transcendência do “eu” (nós)

A autorreferência não somente se desperta, manifesta, pela língua e na enunciação, através do elemento linguístico “eu”, mas também em elementos outros, como o nós que é, neste contexto de análise do obra de ficção uma potencialização do “eu” e uma verificação da eficiência da intersubjetividade. Há essencialmente no termo “nós” a constância da pessoa (o enunciador), ainda que suprimido e representado pelas formas

verbais, e a relação entre o indicador de pessoa, lugares e tempos, memórias e objetos mostrados que são concomitantes à presente instância de discurso de “eu”, agora visto como “nós” (BENVENISTE, 2005). Experimentamos isso em: “Nossa vida foi pura destruição, pensava Martim, rosto baixado na sombra.” (LUFT, 2004, p. 60). Neste evento, o “nós” está engendrado ao pronome possessivo “nossa”. Os pronomes possessivos, adaptado a nossa pesquisa, são aqueles que acompanham ou substituem o nome, sendo assim eles indicam uma possível associação/relação de posse entre as pessoas do discurso, e também entre as coisas possuídas, neste caso: a vida. Em: “Todos iremos para lá um dia” sentiam. Todos. Entregava-se cada um a o seu destino, sabendo que no extremo, onde já estava Mamãe, e no começo, onde pairava Carolina, havia a mesma mola movendo-se sem parar (...)” (LUFT, 2004, p. 63). Aqui a representação do “nós” se dá por meio de uma variável, classificada no rol dos pronomes indefinidos, define-que: é empregado na **3ª pessoa do discurso**. Esta condição permite-nos perceber que: a própria natureza do nome (indefinido) demonstra que estes tipos indefinidos substituem ou conduzem o substantivo de maneira vaga ou imprevisível, como na cena em questão.

O “nós”, neste contexto fantástico e verossímil, possui características de intrínseca relação discursiva entre as personagens, as subjetividades se interseccionam dando lugar, a certa maneira, a uma ideia coletiva, uma específica estrutura, organização social. A cada cena este “nós” é a tornado pleno na instância de discurso de “eu/nós”, tendo em vista ser um signo vazio e livre de realidades objetivas, resolvendo a comunicação intersubjetiva, não afastando o discurso individual que cada locutor tem e assume. Em “nós-eu” a autorreferência se manifesta tendo em vista não só a subjetividade do locutor que se define por uma construção linguística particular/coletiva, mas também pelo sistema de referências internas em que este “nós-eu” se reserva e que o define. A virtualidade de “nós”, na narrativa, permite que todos façam, sintam, falem e recebam a comunicação, os efeitos e acontecimentos, o alcance das coisas, pessoas e lugares de modo instantâneo, possivelmente integro, uma vez que atualizada na instância de discurso da personagem em tela. Em relação ao pronome “eu” e suas formas adaptadas à instância de discurso, o “nós”, evocado pelo “eu” também evoca adaptações de termos linguísticos (do uso cognitivo da língua) em benefício de sua própria autorreferência e referência coletiva, criando para si sua própria, única e coletiva instância discursiva. Vale pensar que: essa intersecção entre subjetividades, fundadas em uma personagem que toma o “eu” como

“nós” ainda é determinada por uma necessidade comunicativa que gerará um tipo específico de linguagem, organizada por instâncias discretas. A enunciação que evoca para si o “nós” em “eu” e definida, como já sinalizado dantes, na relação e na acentuação do enunciador juntamente com seus participantes, isto é, a trama enunciada, determinada em nós demonstra a relação participativa das personagens e, a certa medida, o conhecimento do evocador de “nós” sobre a ação, ou acometimento coletivo, o quadro figurativo da enunciação. Segundo, o artigo: estrutura das relações de pessoa no verbo (1946), o pronome “nós” trata-se por muito além de uma simples pluralização. Neste artigo Benveniste (2005) nos afirma que: “Na grade maioria das línguas, o plural pronominal não coincide com o plural nominal, pelo menos tal como se representa ordinariamente” (p. 256). Está não coincidência jaz na unicidade e na subjetividade advinda de “eu”. Reafirmamos que: em “nós” há um “eu” que prevalece, encabeça e referencia não só a si, mas também o não-eu, seja este não-eu quaisquer coisas no mundo ficcional. Esse “nós” é definido numa personagem dilatada, amplificada sobre a cena, sobre uma ideia, sobre uma oposição ideológica, numa globalidade indistinta de outras tantas pessoas e memórias sobre estas pessoas. Na esfera enunciativa benvenistiana, este “nós” contém-se sobre uma correlação de personalidade e subjetividade, uma correlação inclusiva que, respectivamente, se opõe fundamental em: eu/tu à não-ele, e “eu” a “tu” (BENEVENISTE, 2005). Verifica-se, em: ““Vou descobrir que afinal só ela é verdadeira, só ela existe, sempre à espera: nós somos apenas sopro que vai desembocar no ventre delas: única realidade”” (LUFT, 2004, p. 65).

14.14 A instituição pela subjetividade (tu)

Partindo do mesmo princípio de pluralidade, ou seja, da presença do “eu” na pessoa verbal do plural, que exprime, de forma generalizada, uma pessoa amplificada e difusa, é reconhecida a generalização de “tu” pessoa-não subjetiva. Seja, no mundo real, ou no fantástico o “vós” assume por “eu” valor de alocação, de modo estritamente familiar. Instituído por “eu”, “vós” é o “tu” do qual se dirige e pode ser também uma porção de pessoas implicadas e indistintas. Como podemos perceber, em: “Um dia interrogara: - o que você fica fazendo lá? – Falo com Ella. – Mas você não disse que ela não tem consciência das coisas? – Eu lhe faço um pouco de companhia. Nunca pode saber” (LUFT, 2004, p. 49). Tanto “tu”, “você” como “vós” são pessoas do discurso instituídas por “eu” e fazem parte da segunda pessoa: com quem se fala. Particularmente, em

destaque ao termo citado acima, o “você”, ora apresentado, define-se como um pronome de tratamento que, como todos de seu mesmo plano, como: vossa mercê, vossemecê, vosmecê, exige verbos conjugados em terceira pessoa, e não em segunda. O “tu” se refere a uma realidade específica, singular, uma realidade instituída por “eu”, esta intuição o coloca como parte integrante e fundamental a toda e qualquer forma de comunicação. “Tu”, por “eu”, somente se define em termos de alocutado, jamais em termos de objetos, caso do signo nominal. “Tu” significa a pessoa subjetiva, referida na presente instância de discurso que contém “eu”. Uma instância única, particular! Sua existência é parte integrante da autorreferência de “eu” quando em sua própria enunciação. Há pela instituição de “eu” um “tu” como elemento linguístico do qual é marcado e referido por “eu”, outro que instituído de “eu” como pessoa do discurso, a personagem de ficção que é referida “por quem fala” está inserida nesta ampla capacidade: entre o emprego linguístico evocado por “eu” e a instituição de que faz “eu”.

De acordo com o trecho abaixo, temos: “Você tem certeza? – perguntara Renata. – Tenho sim senhora, fui ver porque sabia que não se entre lá... – E o que você viu lá dentro? A moça aflita, torcia o avental na mão: - Eles...eles judiam dela, dona. – Mas como, judiam? Não faz sentido! (LUFT, 2004, p. 54). Representado pelo pronome de tratamento “você”, e pelas regras formais as quais lhes são distintas, como o estilo de escrita, e o status verbal, o “tu” da cena é confrontado por uma instauração subjetiva de “eu”, da personagem protagonista. Ele está, como apontado acima, definitivamente constado, inscrito na instância de discurso de “eu”, este mesmo “eu” que toma a fala para si, e está tomada que evoca para si uma série de indicadores, tempo, lugar e objeto mostrado. Linguisticamente, este “eu”, reversível, constrói seu alocutado a sua imagem e semelhança, cria senão um jogo comunicativo e intersubjetivo. Cada personagem assume, em cena, a plenitude dos signos vazios seja em “eu”, locutor, “tu”, alocutado, ou em “ele” o membro não marcado, apartado da “correção de pessoa”. Mas, é no artigo: da subjetividade da linguagem (1958) que encontramos, por Benveniste, a instituição pela subjetividade de “tu” no discurso ficcional. Possivelmente, a definição de “eu/tu” configure mediante à afirmação que faz: “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, a e linguagem ensina a própria definição do homem” (BENVENISTE, 2005, p. 285). O jogo comunicativo é assegurado pela palavra, e é a linguagem fantástica, os signos dissociados partilhados comumente que a assegura esta mesma palavra, atualizando-a, como visto em: “o que há com você? O que

lhe falta?” (LUFT, 2004, p. 59). Além das personagens, há também implícita a noção de que toda a narrativa fantástica em por si só a voz do “eu” que fala a um tu, por vezes, não reversível, tendo em vista ser tomando de assalto qualquer tu, ora disponível. Isto é, está voz que emana da narrador tanto pode está para a ação dando vida as próprias personagem, levando-as a locomoção quanto para o próprio leitor, para com seu desenvolvimento, envolvimento sapiente à trama. Assim, vemos: “Sentia compaixão dela, percebia que o casamento fora um erro; na tentativa de transplantar-se para o universo dele, Renata desorganizara-se por dentro, o amor dele não conseguia manter inteira” (...). Neste trecho percebemos a voz do narrador ecoando sobre as ações das personagens, engrenando-as subjetivamente sobre o discurso. Noutra ponto, o “tu” passa a ser de fato tratado entre personagens: “– Eu nasci assim – dizia às vezes, agarrada nele” (LUFT, 2004, p. 60). O sujeito a qual a personagem se remete, discursivamente, está imerso a uma realidade criada, concedida a partir de si mesmas, uma realidade discursivamente única. O locutor se propõe como sujeito, experimenta a começar disso sua própria natureza (a linguagem), capacitada pela língua, nesta natureza ele o “eu” institui comunicativamente o “tu” e reveste de si mesmo. Este “tu”, segundo, Benveniste (2005), define-se como “a unidade psíquica que o transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência” (p.286). A partir desta concepção, é possível entender que, as personagens, à medida em que se comunicam e se instituem em uma relação intercomunicativa, criam, para além de um reflexo, uma realidade única sobre seu outro.

Cada personagem interpelada de “eu” refleti, nada mais que a emergência no ser de um propriedade fundamental dentro da trama, assim uma rede comunicativa e ficcional é construída e desconstruída, associada e dissociada pelo “eu” sujeito. As amostragens das linguagens emergenciais das personagens revelam ao logo da trama o relevo entre elas, a importância de suas vivências, a razão entre elas e o estado de coisas. Este relevo é determinado na instituição deste “eu-outro”. O entendimento de cada personagem é construído, fundamentado em seu próprio contraste: “eu existe dirigindo-se a tu”, assim vemos em: “Carolina recuperou o equilíbrio sozinha. Desceu os degraus sem olhar para ninguém. Parou diante do irmão. – Onde você está? – chamou alto, voz rascante, voz de velha. – O que é isso, mas o que é isso? (LUFT, 2004, p. 61). Para sobreviver em sua realidade, cada personagem institui um “tu”, único meio pelo qual deva existir, enquanto sujeito. Carolina, aqui, propõe vida em Camilo, ainda que externo a ela, para que seja ele

assim um eco de si mesma, uma outra forma de representação de sua existência trágica. Poderíamos abrir um espaço aqui para falar do ego das personagens, o qual possui característica fundamental de transcendência de si sobre seu outro, uma questão que Benveniste entende como: polaridade na linguagem. Contudo, não pretendemos esgotar, aqui, este conteúdo específico sobre “ego e polaridade na linguagem”, tendo em vista a importância de seus aspectos, uma vez que trazem relevância à linguagem e destaque a seus envoltos.

14.15 Entre a pessoa e a não-pessoa: valor e construção (ele).

“Eu” trata-se, como depreendemos até aqui, da pessoa que enuncia, inclusive a si mesmo. Sobre “eu” há duas instâncias, cada uma com sua definição única e particular sobre “eu”: uma para a instância de “eu” como referente, outra para instância de discurso que contém “eu” como referido de si mesmo. Como já vimos anteriormente, “eu” carrega consigo uma definição simétrica de “tu”, uma semelhança que a medida que a institui, institui a si mesmo, por exemplo: “- Era uma filha boazinha – dizia, ocupada com gavetas e panos. – Nunca deu trabalho. Nem namorado teve, imagine, e olhe que era uma moça e tanto” (LUFT, 2004, p. 55). A pessoa “eu” se opõe, definitivamente, a qualquer forma virtual e objetiva que se evidencie em face do instante enunciativo, “eu” define-se, exatamente, em uma construção linguística particular, marcado na instância de discurso. A natureza sistemática da linguagem das personagens faz com que a apropriação da qual fazem uso na trama dominada pelos aspectos formais, como os indicadores: tempo, espaço e objeto mostrado seja propagado pela instância de discurso. A linguagem literária demonstra toda sua problemática, verossimilhança e potencial exatamente no engendramento dessas várias instâncias discursivas, vistas a nível da linguagem-discurso, como em: “– As regras dela vieram outra vez. O pavor expulsara Renata da Caverna” (LUFT, 2004, p. 56). Esta passagem revela a oposição ente a pessoa e a não-pessoa, entre a personagem que fala e interpela seu interlocutor, e o referente a pessoa ausente.

A pessoa ausente está para a despeito da sua natureza individual, escapam a condição de pessoa, ou seja, neste trecho tempo o que pertence a condição de pessoa, a tomada da palavra por apropriação, a linguagem e a subjetividade convertendo o falante em sujeito, seu sujeito reverso, seu outro e mais: a coisa de que se fala, o “ele”. Em relação as personagens em situação de fala, parte não objetiva, a terceira pessoa é o membro não marcado da correlação de pessoa, segundo depreendemos em: Benveniste (2005), em *A*

natureza dos pronomes (1956). Em relação a pessoa subjetiva, ou seja, em relação às personagens da situação de enunciação que remetem a si mesmas, a não-pessoa, o “ele”, remete a somente a uma situação, coisa, lugar, pessoa objetiva. Assim sobre o trecho: “Renata não podia acreditar: nem ao menos sabia que o filho estava na fazenda, o que queria no lugar detestado? Há dois dias os gêmeos estavam em casa de Mamãe, o que era comum (LUFT, 2004, p. 66). A própria enunciação do narrador converte o mundo narrativo, por natureza, em instâncias objetivas, ou seja, instâncias dedicadas a não-pessoa. Todas as coisas da narrativa poderão ser e são alcançadas. Inclusive, a narrativa em terceira pessoa desloca-se sobre tempo e espaço e pessoas apontadas, ex. Renata encontra-se noutra dimensão em relação aos gêmeos. Para esta condição, reservamos os comentários em Benveniste (2005), sobre esta elasticidade, envergadura dedicada à não-pessoa “ele”, esta que só poderá ser remetida a instâncias cujo o “eu” não haja, de modo alguma, presença. Estas instâncias objetivas do “ele” “predicam o processo de *não importa quem ou não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importam quem ou não importa o que* ser munido de uma referência objetiva” (p.282). Há sempre um variado número de orações substantivas. Estas orações subordinadas substantivas, em tese, exercem objetivamente, em relação à oração principal, as funções sintáticas próprias do substantivo, ou seja, elas encontram-se lotadas na instância de discurso não pessoa, “ele”, como em: “Ela aprece ter desconfiado de alguma coisa – dissera Mamãe, lembrando mais do que nunca uma velha bruxa de pano, com o cabelo amarelo e o vestido vermelho, largo” (LUFT, 2004, p. 67).

Exatamente, sobre este trecho, a oração destacada trata-se de uma oração subordinada substantiva reduzida de infinito, um tipo de oração subordinada que não necessita, em sua natureza, de conjunção subordinativa ou pronome relativo. Estas orações, em face da narrativa, diferentes de “eu-tu” exercem a função do “ele”, “o” “isso”. São substitutos abreviativos, dão conta de outros elementos materiais, objetivos do enunciado, ou fazem revezamento junto à eles. Ainda sobre o trecho, a instância da não pessoa poderá ser representada, como no caso acima, por elementos para além do pronome “ele”. Tanto nos caso das orações subordinadas substantivas (desenvolvidas) quanto as subordinadas substantivas reduzidas consta-se a presença de elementos de outras classes em prol da representação da terceira pessoa, destaque ao pronome demonstrativo isso. Todas as cenas donde não são não representadas pelo “eu” subjetivamente, consta-se a terceira pessoa concedendo alcance objetivamente referencial em todas as partes para todas as

coisas, lugares, pessoas fantásticas, como em: “De súbito a torrente do amor se desatava nela, um amor desesperado, animal, sem esperança alguma. E beijara o rosto dele, sujando-se naquele sangue” (LUFT, 2004, p. 67). A terceira pessoa, frente à cena, sob forma e estrutura, dar-se como uma representação sintática estendida em várias partes do enunciado fantástico, em diversas partes do discurso, nas oposições do “eu-tu/ele”. Entre enunciados, como: - Meu Deus, meu Deus – gemera alto -, meu Deus, o que foi, meu filho, o que foi? marcados pela presença da pessoa “eu”, ou também da instância de discurso de “eu” e enunciados como: “Depois da dor se anestesiara, ela chegara ao limite das forças, e lá ficara, pairando, tonta” (LUFT, 2004, p. 67-68), jaz entendido a necessidade de economia. Não nada de comum entre a instância da terceira pessoa e seus substitutos e a instância de discurso de “eu”, a instância subjetiva da pessoa.

É fundamental perceber que: antes de tudo, sua possibilidade de combinar com qualquer referência de objeto. Logo depois, em uma sequência não menos importante, temos: não ser reflexiva à instância de discurso, do qual a personagem se manifesta linguisticamente; apresentar diversas variantes pronominais ou demonstrativas; e sobretudo, não ser conciliável com os paradigmas dos termos referenciais, “aqui”, “agora”, e tantos outros, como: “Além de tudo, opróbrio: um suicida está sempre acusando alguém. Martim teria sido um pai? Deveria ser mais afetuoso, compreensivo? Sempre fora difícil aproximar-se de Camilo: o menino resistia às tentativas de aproximação” (LUFT, 2004, p. 71). Entre as não pessoa e a pessoa, “eu” e “ele” há universos expansivos e diversos, com foco à linguagem literária. A tessitura da linguagem fantástica, e a ligação relação língua-sociedade no rol literário fazem parte desses tipos originados da intersecção: “eu/ele”, pois “de um lado, a língua como repertório de signos e sistema das combinações e, de outro, a língua como atividade manifestada nas instâncias de discurso caracterizadas como tais por índices próprios”, (BENVENISTE, 2005, p. 283). “Ele” somente existe por situação de oposição no meio da trama, sua relevância está em estar contido no discurso enunciado de “eu”.

14.16 Autoconsciência dos protagonistas

Acreditamos que a primeira condição posta entre a língua e o “eu” personagem esteja na perspectiva de que somente pela linguagem ela poderá atingir outra. A partir da existência linguística de si mesma, a personagem poderá atingir definitivamente outra e outras tantas. A ação narrada e seus deslocamentos são dados, por uma perspectiva social,

a partir dos signos de comunicação. E aqui, temos o marco zero de nossas análises, versadas à autoconsciência dos principais enunciadores da obra, uma vez que a autorreferência e a própria referência são principiadas no entendimento de uma propriedade da língua pelo falante, vale deixar claro a presença marcante e fundamentalmente instituída de seu correferenciador. O papel da língua para o “eu”, e assim em face da personagem, é servir de, nada menos, de emanção irredutível de seus próprios interesses linguísticos-existenciais, sendo serviente, na mesma dimensão, ao plano fundamental e irredutível de cada “eu” real, de cada “eu” personagem de uma obra ficcional. Como percebemos no trecho a seguir: “Por que não conseguimos ser felizes? – perguntara Martim certo dia, segurando-a pelos ombros, sacudindo-a como se a quisesse fazer despertar de um sonho mau” (LUFT, 2004, p. 72). A realidade que repousa em cada “eu” personagem, que se apropria da língua e se autoinstitui em determinado contexto/acontecimento, é configurada a partir dos contratos sociais, da disseminação de ideias, das instituições coletivas. Esta realidade, subjetiva e referencial do discurso, desperta em sua natureza uma dupla condição de existência do, agora, sujeito: uma para o supraindividual, outra para a coextensão coletiva.

A autoconsciência dos protagonista de qualquer ficção narrativa implica, necessariamente: na apropriação que os envoltos terão da língua, na própria condição de produção que os insere; nas instituições em face das alocações; nas oposições das pessoas em detrimento do sistema da não-pessoa; nos efeitos da língua no interior da sociedade; na composição de significação; na atuação dos vocabulários específicos; no trajeto circulatório; no pacto participativo que a enunciação tem sobre o interesse coletivo/social. Este princípio nos coloca frente a frente com língua e sociedade dentro do contexto literário, nosso interesse! Vale sinalizar que: das concepções levantadas no artigo: *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), há duas voltadas à língua e outras duas para a sociedade. Das duas voltada à língua: uma está para idioma empírico, outra para sistema de formas e significantes. Das duas que inserem a sociedade: uma está para sociedade como dado empírico, outra para a coletividade humana. No exame que leva a revelação da autoconsciência dos protagonistas, elencaremos apenas: da língua, a concepção ofertada pelo sistema de formas e significantes, e da sociedade, a concepção de sociedade como dado empírico, pois os dados empíricos que desaguam em nível histórico, tanto da língua quanto da sociedade, possui em seu fundamento realidades inconscientes e sempre herdadas. Basear-nos-emos sobre o artigo supracitado, *Estrutura*

da língua e estrutura da sociedade, para verificar a consciência inserta das protagonistas, personagens, na e pela enunciação frente à obra de ficção. Formulamos aqui alguns princípios efetivos em face, primeira, da consciência, e depois, mas não menos fundamental, autoconsciência das personagens. Começamos pelas instituições tomadas pelo mundo ficcional, e mais, pela forma particular que evidencia os grupos humanos através da língua, juntamente com seus signos específicos. Vemos em: “- Você ainda não tem namorada? – perguntaria Martim. E Camilo, erguendo os olhos do livro, talvez com uma das mãos enroscando distraidamente os cachos do cabelo da irmã, voltaria para ele o rosto deliciado, completando como se examinasse um animal singular” (LUFT, 2004, p. 73). A língua que interpreta tanto a sociedade fantástica, investida de personagens, quanto o narrador, que concede através de sua fala a fala, representa uma estabilidade no seio de um tipo de sociedade instável. Essa instabilidade da sociedade versus estabilidade língua encontra-se no princípio de que nada afetará a língua frente apenas a vontades individuais das personagens, mas que despertará sobre elas mesmas identidades, particularidades privadas. A fala das personagens, interpretado pela língua, é o espelho de sua própria sociedade, vale pensar, como compreende Benveniste (2006), língua e sociedade não são isomórficas, então: se há a possibilidade de discordância, há a possibilidade de consciência e autoconsciência por parte dos falantes fantásticos.

Vemos a seguir que: “O filho agora aproximava-se de Martim, cabeça inclinada, como a defender-se de uma possível agressão. – Ele só gosta das suas vacas – dissera à mãe um dia, quando esta lhe pedira para ser mais agradável com o pai (LUFT, 2004, p. 74). Pelo recorte, a língua é o instrumento pelo qual a sociedade manifesta: suas particularidades, peculiaridades, estrutura social. A língua é o índice das variações e mudanças operadas na sociedade fantástica, é extrato da língua, a cultura. A personagem em seu instante de protagonismo enunciativo, é consciente quando é acometida participativamente sobre as ideias produzidas por determinado grupo em determinado tempo. Nesta perspectiva, as personagens de uma obra de ficção são envolvidas por estes mesmos índices de mudanças, por suas especificações dadas somente no coletivo, e que estão para o exercício da sociedade, é autoconsciente quando se apropria da fala para que haja sobre ela um contrato. Um contrato social que a faz remeter a si mesma, que faz autorreferênciar-se. Nesta fala está inserida a base da estrutura linguística, composta de: unidades discretas e distintivas, finitas, combináveis e hierarquizadas. Há na estrutura social, como já vimos antes, uma dupla natureza: uma para o plano de parentesco, outro

para o plano de classes sociais agenciado pelas funções de produção. Exemplificamos com: “Clara interrompeu a dança lúbrica, golpeou com os punhos o ventre onde a flacidez começava a se instalar. – Covarde! Covarde! – exclamou, desesperada. Sentou-se na cama sem se vestir” (LUFT, 2004, p. 76). De certa forma, cada falante presetifica-se a partir de si, participa a começar de sua própria presença. Como assinala Benveniste (2006): “para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros” (p. 101). A narrativa de ficção tem como centro um presente e uma remissão fundamental ao passado, como visto dantes. A disseminação da sociedade fantástica, suas características, suas propriedades, sua multiplicidade, sua elasticidade, sua cultura, assim como no mundo real, se dá somente em contraste com a história e com as pessoas do discurso “eu-tu/ele”. A realidade dos sujeitos sociais é compreendida sob uma zona de intersecção entre presente e passado, “eu” e o “não-eu”, versada sobre as instituições.

No contexto coletivo, é o olhar para a mudança na língua, estritamente condicionada ao tempo e as pessoas que se pode deprender, obter a autoconsciência das personagens. As designações, as instituições originadas no passado inscrito na obra e evocadas sobre o presente dela, reveladas pelo enredo e multiplicadas no seio da sociedade, no seio da oposição pessoa/não-pessoa, manifestam a consciência da sociedade, com foco nas protagonistas que a compõe. A sociedade de ficção, por intermédio da apropriação e imanência particularizadas dos signos da língua, constrói um tipo de produção discursiva que leva a uma diversificação constante, atualizada das atividades sociais. A língua cria na sociedade a condição de desenvolver sua própria composição de significação, seu repertório de termos específicos, o que conflui a um constante exercícios das ações e subsistência coletiva na obra. Ao interpretar a sociedade, a língua concede também interpretância a todos os exercícios que dispõe a sociedade, a exemplo da sua representação ficcional que é a literatura. A oposição de “eu/tu” a “ele” é princípio e razão da relação inter-humana, a literatura, por sua vez, apresenta uma potencialização e problematização da interpretância que faz a língua, criando não somente uma projeção da realidade intersubjetiva humana e a autorreferência destas, mas uma realidade intersubjetiva fantásticamente real entre os demais personagens. Testificamos isso através do recorte, abaixo: - “Ela fala? – perguntou Carolina, os olhos acostumando-se à sombra e divisando a coisa sobre a cama. – Não sei – responde Camilo, entretido em observar a cabeça deproporcional. A enferma estertorava brandamente. – Ela tem nome? Perguntou

Carolina num fio de voz. – Não sei.” (LUFT, 2004, p. 80). Já na oposição “eu-tu” / “ele” uma outra configuração, via linguagem literária, é configurada. Antes de tudo, esta oposição concede a referência e fundamenta, sobre esta mesma referência, a realidade ficcional-objetiva das coisas, ou seja, a possibilidade do discurso sobre todos os elementos fantásticos da obra. Será esta forma da terceira pessoa “ele” uma forma de se organizar, engendrar, referenciar, captar todas as coisas (perto/longe) no seio da obra. A própria obra cria uma espécie de teia referenciava ao ligar linearmente todos os termos e centraliza-los sob um determinado objetivo, acontecimento, como em: “depois a criatura soltou um ganido e os dois fugiram ofegantes, olhos arregalados mas sabendo: voltariam. Camilo descobrira outra chave no quarto de Mamãe” (LUFT, 2004, p. 81). O engendramento entre as instâncias de pessoa e não pessoa assegura toda a manifestação de linguagem e dissociação, ou deslocamento sógnico da obra em face das personagens. Esta perspectiva advém do instante em que o falante, ficcional ou não, se insere em seu próprio discurso. Há, sim, ainda que de maneira projetada uma consideração pragmática que convida as próprias personagens dentro de seus grupos de ação. Cada pessoa fantástica que se autoinstitui pessoa, linguisticamente em cena, propõe um desdobramento sobre si mesma, um desdobramento que envolve uma série de elementos manifestados sob uma rede complexa de relações espaço-temporais, e é por eles que se estabelece os modos de enunciação ficcional.

A língua se debruça sobre duas vertentes, enquanto pratica, na literatura: uma para a projeção que faz o narrador sobre a descrição de eventos e ações, outra sobre o uso particular pela propriedade que toma cada personagem, assim, de mesma forma, a particularidade, configuração de cada grupo, em cena. Os grupos ficcionais, sob estas perspectivas, atribuem a si referências específicas adaptadas as esfera de seu próprio interesse. São dos elementos fantásticos, dissociados da realidade que falamos, como “A enferma” que transmuta para “monstro”, signo comum que transpassa até outro nível, tronando-se um objetos linguísticos introduzidos no circuito da comunicação, um vocabulário especializado à obra. Dentro de cada grupo, círculo de protagonistas personagens, a língua revela-se especializada. Sob um plano decomposição de significação, as personagens buscam na enunciação a particularização dos signos linguísticos, assim é levada a outro plano, o de novos signos. Estes desaguar na linguagem literária, uma vez capacitada, apropriada, customizada em face de um gnero em particular, neste caso: narrativa de ficção, e isso é considerado graças aos caracteres

gráficos (o código) e ao arranjo que destes desempenham. A literatura é um fenômeno da linguagem, um fenômeno da relação de comunicação inter-humana, é fruto da dupla natureza do qual fundamenta, e concomitantemente, instaura sobre si.

15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. (...) Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (BENEVENISTE, 2005, p. 285).

Acreditamos que o ponto de partida para nossas considerações, análises e apurações entre a teoria da Enunciação e Literatura esteja, exatamente, fundamentado na enunciação, e nas implicações desta enunciação, como: o ato de apropriação da língua, o sistema da língua: instância de discurso, a autorreferenciação, a referenciação, a alocação, a conversão do locutor em sujeito por intermédio do discurso, a subjetividade e, sobretudo, a intersubjetividade e a realidade de discurso. A literatura é uma das manifestações que a linguagem tem em face da língua, é, antes de tudo, uma manifestação de apropriação baseada no emprego das formas e no emprego da língua. A realidade do fazer literário sobre a enunciação e sobre a linguagem convertida pelo discurso está na distinção há entre estes dois fenômenos. De um lado, nosso corpus: uma narrativa ficcional materializada na enunciação dada, primeiramente, pelo emprego das formas, restringida tão somente à regras fixadas as condições sintáticas, possibilidades paradigmáticas, regras de formação, correlações morfológicas, possibilidade combinatórias. Sob estes elementos, criou-se um percurso observável tanto do potencial das formas sobre o romance, em tela, quanto uma perspectiva aproximada do emprego da língua, a linguagem presentificada à obra *O quarto fechado*, de Lya Luft (2004). É interessante deixar claro que, como depreendeu Benveniste (2006), a enunciação é um mecanismo total que afeta a língua inteira, ou seja, a enunciação frente ao ato individual utilização é um fenômeno que afeta a língua em seu conjunto total. Essa afirmação, de ser afetada a língua inteira pelo locutor-personagem, nos revela ser presente o sentido,

incidente tanto na parte (palavra) quanto no todo (a frase), sendo este um processo de inter-relação das partes. Contudo, a enunciação, enquanto processo, exercício, pode ser reestudada em diversos aspectos, e é o aspecto da autorreferência e referência que firmou-se aqui. Nesta consideração, percebeu-se que, por manifesto da linguagem literária e do fazer fantástico, a personagem presentifica-se, personifica-se em face da tomada da palavra e do compartilhamento desta, em meio aos diversos grupos humanos constados à obra. Na autorreferência, a personagem manifesta seu ato individual remetendo a si mesma em sua própria instância de discurso. E, enquanto locutora, a personagem, não difere do homem descrito na epígrafe destas considerações finais, também possui capacidade de converter a língua em discurso. Um discurso deslocado, fantástico, misticamente ressignificado. Neste ínterim, a linguagem torna a personagem sujeito de seu dizer, sempre referenciando e se autorreferenciando: do sujeito, tem-se o discurso, do discurso, as ideias conjecturadas em princípio, meio e fim, espaiadas sobre cenas (acontecimentos). Indo para mais além, sob a língua-discurso tem-se a noção de subjetividade (o manifesto do – eu), a intersubjetividade (o manifesto da oposição entre pessoas), e a relação língua e sociedade.

A conversão da língua em discurso determinou um tipo de perspectiva ao estudo enunciativo das personagens, uma vez que para se fazer efetiva à linguagem pelo discurso, a língua entra em um processo de agenciamento dinâmico de formas e sentidos. Nossa pesquisa também suscitou uma associação entre a enunciação falada e a enunciação escrita, em virtude de ser este último uma representação gráfica da língua, um outro desdobramento da enunciação, do qual a literatura se materializa. Elencando outros aspectos da enunciação em face do romance literário, que contém sob ela a conversão individual da língua em discurso, encontrou-se a semantização. Esta, por sua vez, conduziu-nos a percepção opositiva entre os signos fantásticos, plano semiótico, além do relevo de suas significações detidas no fantástico, plano semântico. Assim encontramos de volta à relação de forma e de sentido dentro do ato de enunciação das personagens, relação pela qual a enunciação diversificou-se e se engendrou. A semantização alberga, na perspectiva literária, e para além dos aspectos formais: apropriação, atualização, sintagmatização, o fator extraordinário da autoinstituição das personagens, que por meio do discurso concedem um universo paralelo, atualizado, verossímil, fantasticamente urdido, cuja a língua interpreta. Mas, é no quadro formal da enunciação que, objeto próprio destas páginas, encontramos à autorreferência e a referência, uma vez que

são fenômenos da realização individual que ela (a enunciação) atualiza, junto aos instrumentos de sua realização. O elemento linguístico “eu” é fundamento realização autorreferencial, e introduz o locutor em sua própria instância de discurso, ou seja, essa é a porta elementar da materialização linguística da personagem, é porta para a emancipação da tanto linguística quanto social. A não pessoa “ele” é a base para toda referenciação dentro da obra, ela é porta para o alcance de todos os objetos, lugares, tempos e pessoas. Nesta perspectiva, a existência das personagens funda no engendramento entre a instância de discurso da pessoa “eu” (instância subjetiva) e a instância da não-pessoa “ele” (instância objetiva). A enunciação, no tocante a literatura, somente pode ser observada no quadro formal da de sua realização, isso engloba a autorreferência e a referência. Em seu protagonismo, a personagem se apropria do parêntese formal da língua e enuncia sua posição de locutora por meio de índices específicos (categorias de pessoa, tempo e espaço), e procedimentos acessórios (funções sintáticas, procedimentos da enunciação). Este quadro formal de realização que anunciamos, aqui, é definido por um ato, sobre este ato está implicado a locução e a alocução e sua referência é construída no discurso. A tessitura da obra, a caracterização da enunciação é dada junto à acentuação da relação discursiva com o parceiro. Isto implica a dizer que: a enunciação literária, em similitude à comunicação real, firma-se no diálogo, seja a personagem consigo mesma, monólogo ou recortes memoriais, ou coletivo. O quadro figurativo da enunciação é o diálogo! A estrutura do diálogo é formado pelo confronto entre duas figuras: a origem e o fim da enunciação, e a personagem protagonista é centro deste fazer, imputa sobre o processo a autorreferência.

A autorreferência das personagens, por sua vez, exibe quatro formas de materialização e face da narrativa: primeiro, a representação da língua por meio da escrita (sinais gráficos), possibilita a reprodução fônica da enunciação, uma projeção, um simulacro das vozes e expressões das personagens, tomadas pelo leitor. Em tempo: há também um detalhe que não nos detemos tanto, mas vale, aqui, levantar a questão: a enunciação falada e a enunciação escrita. Por este viés, obtém-se a noção de relação, e intersecção enunciativa entre o narrador e as personagens, dadas em primeira pessoa, visto como uma espécie de metaenunciação. Esta relação se efetua por dois planos: um versado na perspectiva de que ao enunciar a personagem, o narrador enuncia a si, outra é que: no interior de sua enunciação ele faz as personagens enunciarem-se. Segundo, a conversão da língua em discurso, pela personagem. Um processo que permite perceber a visão

operatória da enunciação das personagens. Terceiro, o aspecto único e individual, por este percurso se vê a locução e suas implicações para com a formação do enunciado e a subjetividade na linguagem. Último e não menos importante, o já sinalizado, aspecto do diálogo: quadro figurativo.

REFERÊNCIAS

CIULLA, Alena. **Sobre a definição de dêixis a partir de “A natureza dos pronomes”**. Passo Fundo – RS; Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 14, n. 3, p. 364-379, set./dez. 2018.

CAVALHEIRO, Juciane Dos Santos. **O Espaço Ficcional e a Experiência Subjetiva: Uma Análise Enunciativa de *A Metamorfose***. UNISINOS, São Leopoldo-RS, 2005.

ARISTÓTELES **Poética. Introdução, tradução e comentários de Eudoro de Sousa**. Porto Alegre, Globo, 1966.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução: Ana Maria Valente. 3. Ed. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

BARROCA, Iara Christina da Silva. **Figurações e Ambiguidades do Trágico: experiências constituintes do estilo na obra de Lya Luft**. Jundiaí-SP, Paco Editorial, 2014.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France 1968 e 1969**. Tradução de Daniel Costa da Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CANDIDO, Antônio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida Prado; GOMES, Paulo Emílio Salles. **A Personagem de Ficção**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1968. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3923731/mod_resource/content/1/Antonio%20Candido%20-%20A%20Personagem%20do%20romance.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2020.

CARNAP, Rudolf. **Der Logische Aufbau der Welt**. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1961. (Primeira edição: 1928).

DUFOUR, Robert-Dany. **Os mistérios da trindade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FLORES, Valdir do Nascimento (Org.). **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2019.

FLORES, Valdir do Nascimento. **A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual**. D.E.L.T.A., São Paulo, v. 34. nº1, 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/39000/26459>>, acesso em: 06 jul.2021.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria Enunciativa de Benveniste**. 1.ed. Parábola, São Paulo, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Problemas Gerais de Linguística**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

FREGE, Gottlob. **Sobre o conceito e o objeto**. In: FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978.

LUFT, Lya. **O quarto fechado**. Record, Rio de Janeiro-RJ, 2004.

PLATÃO. **Crátilo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

PLATÃO. **Crátilo: ou sobre a correção dos nomes**. Tradução de Celso de Oliveira Vieira. São Paulo: Paulus, 2014.

QUINE, Willard Van Orman. **Epistemology Naturalized. Ontological Relativity and Other Essays.** Nova York e Londres: Columbia University Press, 1969.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral.** Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 28.ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

VIER, Sabrina. **Quando a linguística encontra a linguagem:** A escrita de Émile Benveniste presente no dossiê de Baudelaire ao estudo semiológico de uma obra literária. UNISINOS, São Leopoldo-RS, 2016.

APÊNDICE A – RESUMO DA OBRA

Lya Luft, em *O Quarto Fechado* (2004) ergue um profundo estandarte místico, e conclusivo. O signo que emana o **trágico** determina-se ser mais uma de suas altas tessituras no espaço profundo da obra. O **infortúnio** desenvolve uma linha tênue entre o fantástico e o real que manutenciona a dissecação, provocação, e absorção das personagens, conduzindo-as e transformando-as, no formato de grupos humanos, em estilizados modelos familiares. A obra possui três capítulos respectivos: *A Ilha, As Águas, Tântatos*, subdivididos consecutivamente em três seções. Em cada uma destas, a narrativa sustenta a morte como uma protagonista antropomorfizada. Este elemento delibera confrontos que colocam a cultura tradicional sobre sua existência a parte, como a diferença entre o **temeroso** e o aventureiro, sorte e azar, breve e eterno. Sobre a espacialidade, dois espaços: citadino e campesino, são responsáveis pelas liberdades e proibições, testemunhas intocáveis. O resultado disso permite, de certa forma, um ineditismo áspero e cálido. A obra desperta um sentimento de fissura na existência, em tempos que demonstra a obviedade e seu antônimo, simultaneamente. Há uma poética, não literal, e significativa que harmoniza o inexistente provocando um questionamento paradoxal: como se harmoniza o vazio? Há um composto alquímico que reclama instinto e razão; real e abstrato; pessoa e não-pessoa, humano e desumano, submersos em uma negação, que não nega. O leitor é fixado – uma linha de arrasto descomunal, a um processo de retorno contínuo ao **agouro**, mediante à força do avesso, avesso destino e seus reagentes: **Camilo** um morto, suicida, o qual o fantástico concebe vida. Não há morte enquanto lembrado! Sua irmã gêmea, **Carolina**, viva ao meio, a morte é uma ferida aberta e nela não sara; nascida por dádiva ou maldição repartida ao meio. Irmão adjunto aos gêmeos **Rafael**, considerado um anjo não somente pelo nome, ou pelos poucos anos de vida que teve, mas pelo desvio que faz do funesto, é repostado, como **Miguel**, outro coincidente nome angelical. Possui ação em uma densa relação de amor e desaparecimento, um romance pueril. Este personagem possui a capacidade, na obra, de remissão temporal, que mesmo ausente, determina uma significativa passagem, como se a própria narrativa o tivesse enterrado vivo. A narrativa não permite espaço para algo considerado perfeito. **Renata**, personagem que se põe como ponto de ignição da trama. A presença dela é responsável por boa parte dos movimentos cênicos, assim como o sucesso destes. A incompletude de si emana um

tipo de símbolo **nefasto** contagiante sobre seus “entes”. **Martim**, personagem que serve de reflexão à ação instaurada na narrativa. Em domínio de sua matéria, os **infortúnios** performados podem tomar certa dimensão a registro dos fatos, isto é, o insucesso pode ser externado, saltando aos olhos do leitor. A estrutura comporta três outras grandes razões: uma tia, chamada **Clara**, no inverso do nome há um abismo nela presente, que desabriga o ser e o estar; **Ella** revela-se na trama não somente como uma entidade de passagem como Caronte, mas também como o próprio Rio Aqueronte, um significante para os viventes do romance; **Mamãe**, segredos, sacerdócio e servidão, não se pode matar o que não se tem nome. O **escárnio**, a **loucura**, os **traumas**, os **dessabores**, o **infausto**, os **mistérios**, a **culpa**, a **omissão**, o **misticismo**, a ternura, os desencontros provocam a inquietude, o credo particularizado, o tocado, o desequilíbrio, a confissão, são dados que nos permite perceber que a escuridão densa é o lado mais quente do coração de uma alma solitária.